

Adriana Miranda de Castro
Rosilda Mendes

ORGANIZADORAS

Série Interlocações Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde,

CIDADES: PERSPECTIVAS PLURAIS SOBRE NOSSOS TERRITÓRIOS DE VIVER



A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 300 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

editora.redeunida.org.br



Adriana Miranda de Castro
Rosilda Mendes
ORGANIZADORAS

Série Interloquções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

CIDADES: PERSPECTIVAS PLURAIS SOBRE NOSSOS TERRITÓRIOS DE VIVER

1ª Edição
Porto Alegre
2025



Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editores-Chefes: Alcindo Antônio Ferla e Héider Aurélio Pinto

Editores Associados: Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Fernanda Cornelius Lange, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Michelle Kuntz Durand, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Sheila Rubia Lindner, Stela Nazareth Meneghel, Stephany Yolanda Ril, Suliane Motta do Nascimento, Virginia de Menezes Portes.

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Ángel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);

Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália);

Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália);

Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha);

Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América);

Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);

Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);

Héider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil);

Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense);

João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);

Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil);

Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina);

Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);

Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);

Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);

Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil);

Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);

Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil);

Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);

Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil);

Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco);

Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);

Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);

Sara Donetto (King's College London, Inglaterra);

Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil);

Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil);

Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);

Vera Lucia Kodjaoglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);

Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman

Carolina Araújo Londero

Revisão técnica

Tiago Estrela da Cunha Moraes

Seleção e Revisão de conteúdo

Por pares

Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

Lucia Pouchain

Financiamento

Coordenação de Promoção da Saúde da Vice-presidência de
Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C565

Cidades: perspectivas plurais sobre nossos territórios de viver / Adriana Miranda de Castro;
Rosilda Mendes (Organizadoras) – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2025.

271 p. (Série Interloquções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde, v. 68).

E-book: 3.10 Mb; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-242-4

DOI: 10.18310/9786554622424

1. Cidade Saudável. 2. Política Pública. 3. Colaboração Intersetorial. 4. Promoção da Saúde. I. Título.
II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 380

CDU 614.78

Catalogação elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br



SUMÁRIO

Capítulo 1

REDE DE MUNICÍPIOS, CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS: QUEM SOMOS E POR QUE NOS MOVEMOS? 11

Adriana Miranda de Castro, Regiane Rezende

Capítulo 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS COMO RESPOSTA À CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA 15

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Capítulo 3

O DIREITO À CIDADE E OS “NOVOS” AGENTES DE DISPUTA: PACTOS, LIMITES DO DIREITO E VIGILÂNCIA DA CLASSE TRABALHADORA 37

Marcelo Karloni da Cruz

Capítulo 4

SAIRÉ EM AÇÃO: INICIATIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL 58

Igor Bezerra Pontes, Renata Raiane Silva Santos, Gildo Pontes de Arruda

Capítulo 5

CIDADES SAUDÁVEIS: UM COMPROMISSO COLETIVO POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA 70

Rosilda Mendes, Ana Maria Girotti Sperandio

Capítulo 6

A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E MONITORAMENTO PARA UMA CIDADE SAUDÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE JACAREÍ 83

Sanmya Feitosa Tajra, Márcia Regina dos Santos Rosa

Capítulo 7

CIDADES SAUDÁVEIS: UMA ABORDAGEM MUNICIPALISTA PARA O BEM-ESTAR EM PERNAMBUCO 98

Marcello Fuchs Campos Gouveia, Mariana Medeiros

Capítulo 8

CIDADES SUSTENTÁVEIS: UTOPIA OU DISTOPIA? QUE FUTURO PODEMOS DAR ÀS NOSSAS CIDADES? 108

Marcelo Guimarães

Capítulo 9

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL: PROTAGONISMOS PELO DIREITO DE EXISTIR..... 125

André Luiz da Silva Lima

Capítulo 10

CIDADES INTELIGENTES: DO QUE SE TRATA? 144

Ana Maria G. Sperandio, Lira L. B. Lazaro, Joni A. Amorim, Luiz Carlos P. Silva

Capítulo 11

FEIRA NOVA: A EDUCAÇÃO COMO MEDIADORA NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO INTELIGENTE 160

Claudison Vieira de Albuquerque, António Manoel Rochette Cordeiro, Maria do Socorro Machado Freire

Capítulo 12

CIDADES ATIVAS: CIDADES QUE MOVIMENTAM PESSOAS 174

Anna Gabriela Hoverter Callejas, Mariana Wandarti Clemente, Nathalie do Prado, Ramiro Levy

Capítulo 13

EXPERIÊNCIA BOULEVARD RIO 191

Luciana Suguinoshita

Capítulo 14

CIDADES EDUCADORAS: TRANSFORMANDO TERRITÓRIOS EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA..... 206

Cinira Francisca Alves de Bastos, Daniella Tschoke Santana, Gabriela Franco Berger, Nelson Alves Bucker

Capítulo 15

INTERSETORIALIDADE: ELEMENTO DA CIDADE EDUCADORA222

Carla Andreza Ribeiro Trisotto, Cristiane Soares Grippi

Capítulo 16

DA EDUCAÇÃO À AÇÃO: COMO O PROGRAMA LINHAS DO CONHECIMENTO IMPULSIONA A SUSTENTABILIDADE233

Isis Moratto Romão Ferens, Joelma dos Santos Custodio, Juliana Tobler Pierri, Patricia Contador

POSFÁCIO253

Adriana Miranda de Castro

ORGANIZADORAS256

AUTORES257

ÍNDICE REMISSIVO268

Capítulo 1

REDE DE MUNICÍPIOS, CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS: QUEM SOMOS E POR QUE NOS MOVEMOS?

Adriana Miranda de Castro
Regiane Rezende

Ancorados em um compromisso ético-político quanto à defesa da vida, da cidadania e da construção de um projeto social solidário e participativo, a Promoção da Saúde e a Saúde Pública brasileira mobilizam, desde 1986, atrizes e atores do movimento social, das instituições de ensino e pesquisa, da estrutura do Estado dentre outros no debate e efetivação de políticas públicas capazes de reduzir iniquidades (Castro; Malo, 2006).

Partindo da compreensão de que a garantia de saúde para todos implica na existência de políticas públicas que assegurem os direitos de cidadania às populações. Compreendendo que paz, educação, moradia, trabalho e renda, alimentação e ecossistemas estáveis e sustentáveis são indispensáveis para a justiça social e a equidade, uma série de movimentos tem buscado construir redes intersetoriais em defesa da vida.

Nas últimas décadas, as iniciativas desses movimentos em diferentes frentes de incidência político-institucional vêm consolidando evidências de que ações locais, nos territórios onde a vida das pessoas acontece, com participação social intensiva e emancipatória, colaboração solidária e intersetorial, além de boa governança e sustentabilidade, são fundamentais para mitigar os riscos à

saúde e fomentar projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental inclusivos (ONU, 2019, UN-Habitat, 2021).

Tal compreensão não é exatamente uma novidade, considerando que o Movimento de Cidades Saudáveis, desde 1984, vem pensando e desenvolvendo estratégias sobre a saúde urbana e as relações entre saúde e ambiente, colocando as cidades e os governos locais no centro da cena para a promoção da saúde e da equidade (WHO, 2020). No entanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os efeitos cada vez mais desastrosos da urbanização acelerada e desordenada, da migração, da degradação ambiental, das mudanças climáticas, das transições demográfica, epidemiológica e nutricional, bem como das desigualdades, intensificaram a necessidade de mobilizar, envolver e apoiar prefeituras e prefeitos em ações em prol da saúde das populações (OPAS, 2019; WHO, 2020).

O Consenso de Xangai sobre Cidades Saudáveis (2016), elaborado na 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde, materializou o compromisso em atuar coletivamente no âmbito local para que as cidades sejam cada vez mais inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e saudáveis, abordando as múltiplas dimensões dos determinantes sociais da saúde (WHO, 2016). Nessa direção, a ONU-Habitat lançou em 2016 o documento “Nova Saúde Urbana” que definiu padrões globais para o desenvolvimento urbano sustentável e junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que a saúde além de um resultado, é também um insumo essencial para o planejamento urbano e territorial (UM-Habitat, WHO, 2021). Bem como o 57º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) adotou a Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cujas linhas estratégicas de ação fortalecem a iniciativa dos Municípios Saudáveis (OPAS, 2019).

Com o objetivo de fortalecer políticas, planos e programas públicos voltados à melhoria da saúde e do bem-estar das populações em nível local, a OPAS reuniu uma rede colaborativa e interdisciplinar, composta por diferentes instituições e governos locais da região das Américas. Essa iniciativa

teve como finalidade sistematizar, a partir de experiências de redes nacionais e subnacionais de municípios saudáveis, das diretrizes existentes nos países da região e das recomendações da OMS, os Critérios Regionais para Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCCS) das Américas (OPAS, 2024).

No Brasil, a Constituição Federal já ratificava um modelo de organização federativa em que os municípios têm papel gestor decisivo na formulação e implementação de políticas públicas (Brasil, 1988). Assim, já na década de 1990 se iniciaram movimentos potentes de municípios, cidades, comunidades e territórios saudáveis e sustentáveis (MCCTSS) no país, que sempre estiveram atentos às singularidades das realidades estruturais e vivenciadas nas diferentes regiões do Brasil, além de suas repercussões na qualidade de vida das populações locais. Várias das atrizes e atores, instituições e redes subnacionais de MCCS brasileiras têm contribuído para o desenvolvimento de estratégias territorializadas, a produção de metodologias e da avaliação de efetividade, *advocacy* e a articulação de redes colaborativas nacionais e internacionais (Rede MCCTSS, 2021)

Fruto desses movimentos e do desejo de ampliar redes colaborativas intersetoriais e interdisciplinares, realizamos o 1º Seminário Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis: desafios atuais e futuros, em outubro de 2021, objetivando estabelecer uma grande roda de conversa sobre cidades, equidade, saúde e bem-viver. Como desdobramento do evento, nasceu a Rede Colaborativa de MCCTSS, uma instância de livre adesão e compartilhamento de recursos, projetos, informações, experiências, modelos de gestão, conhecimentos e tecnologias, sem fins lucrativos. A rede reúne organismos internacionais, setores governamentais dos três níveis (federal, estadual e municipal), instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, consórcios públicos, entre outros atores engajados no desenvolvimento de políticas públicas, tecnologias e conhecimentos que tornem as cidades cada vez mais inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e saudáveis (REDE MCCTSS, 2021).

Queremos articular, reunir e sistematizar as experiências de MCCTSS das diferentes regiões brasileiras para subsidiar gestores de políticas públicas

e movimentos sociais. O presente livro é um primeiro passo nesse esforço por territórios favoráveis à vida de todas e todos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdfAcesso em: 24 maio 2025.
- CASTRO, Adriana; MALO, Miguel. **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. Campinas: Hucitec, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Nova Agenda Urbana**. 2019. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Critérios para municípios, cidades e comunidades saudáveis da Região das Américas**. 2024. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/59256/9789275728109_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2019-2030**. Resolução CD57.R10, outubro de 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51391/CE164-19-p.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2025.
- REDE COLABORATIVA DE MUNICÍPIOS, CIDADES, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS – REDE MCCTSS. **Termo de Referência Rede Colaborativa para Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis**. Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis: histórico, finalidades, desafios para estabelecer alianças e coalizões para sua constituição e gestão. Mimeo, 2021.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT; WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook**. Geneva, 2021. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331678>. Acesso em: 10 maio 2025.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Global report on urban health: equitable, healthier cities for sustainable development**. Geneva, 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/204715>. Acesso em: 10 maio 2025.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Healthy cities effective approach to a rapidly changing world**. Geneva, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331946>. Acesso em: 10 maio 2025.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Shanghai Declaration on Health Promotion**. Geneva, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/conferences/9gchp/shanghai-declaration.pdf>. Acesso em: set. 2021.

Capítulo 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS COMO RESPOSTA À CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Francisco Josué Medeiros de Freitas

O diagnóstico de crise da democracia se tornou comum na última década nas análises sobre o funcionamento das instituições e das dinâmicas sociais na maioria das nações americanas e europeias. Autoras como Wendy Brown (2019), Melinda Cooper (2017), Chantal Mouffe (2000; 2020) e Nancy Fraser (2020) compreendem essa crise, com nuances distintas, como expressão do esgotamento do neoliberalismo enquanto racionalidade política, social e econômica hegemônica, que corroeu as bases da cidadania democrática, enfraqueceu os vínculos coletivos e desmobilizou os sujeitos políticos. Por outro lado, autores como Yascha Mounk (2019), David Runciman (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) concentram-se na dimensão institucional do problema, identificando falhas nos mecanismos legais e constitucionais como principais causas do enfraquecimento das democracias contemporâneas.

A partir destes dois campos analíticos, podemos interpretar a crise da democracia com o processo político-social de perda de legitimidade dos valores e das instituições da democracia liberal. Tal processo abre espaço para a emergência de uma extrema-direita fascista, cuja proposta é reorganizar o aparelho estatal não mais com base nos direitos universais, mas, sim, calcada em uma visão de mundo conservadora e restritiva da cidadania. Nessa nova ordem, a pluralidade social perderia o estatuto de sujeita de direito e segmentos

inteiros – classes trabalhadoras, povos indígenas, mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQUIA+, juventudes, ativistas sociais em geral – seriam forçadas e reprimidos a se enquadrar no modelo social dominante da meritocracia ultraliberal, do patriarcado e da branquitude.

No Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos, no livro *A Democracia Impedida* (2017), estabelece como marco fundamental da nossa crise da democracia o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma. O cientista político consolida cientificamente as coordenadas da luta militante contra o golpe. Primeiro, por conceituar o que é um golpe parlamentar:

Golpes parlamentares só ocorrem em sistemas com democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teleológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas. Distinguem-se dos protocolados golpes militares por não amputarem as prerrogativas funcionais das instituições (Santos, 2017, p.11-12).

E, prossegue Santos, afirmando ser preciso compreender melhor esse processo uma vez que “Golpes parlamentares são fenômenos genuinamente inéditos na história das democracias representativas, incluindo nesse conjunto as democracias consideradas clássicas, modernas, de massa, em processo de consolidação ou transição” (p.13).

Segundo, porque ele percebeu que o golpe parlamentar contra a Dilma não encerraria a crise política criada para enfraquecer o governo da presidenta, mas, ao contrário, levaria essa crise a um novo patamar, que aqui chamamos de crise da democracia:

A novidade dos golpes parlamentares consiste em que as condições necessárias ao sucesso da nova empreitada se dissolvem em sua execução. A vitória de novo tipo de golpe altera substancialmente as contingências sociais e políticas que o geraram, bem como dispersa parte da coalizão que viabilizou a destituição do governo anterior.

Ao contrário de golpes militares – que, se bem-sucedidos, buscam desde logo consolidar as condições que os protegeram, desalojando os oficiais opositores de posições de poder e introduzindo pela força física, se necessária, as modificações propícias à estabilização –, os golpes parlamentares em democracias representativas dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica. Há, pelo oposto, cautela aparentando virtude na administração das instituições, em contraste também com os conhecidos golpes civis, que requerem transmutações legais ad hoc, emprestando verniz de legitimidade à ocupação fraudulenta do poder. A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída (Santos, 20-17, p. 15-16).

A consequência disso, ainda de acordo com Santos (2017, p. 17), é que

Golpes parlamentares sofrem de inerente instabilidade, que não desaparece com a substituição dos golpeados – dieta pacificadora dos golpes tradicionais, em geral, tendendo antes a crescer, se mantidas as condições básicas de funcionamento democrático. O acordo prévio sobre quem deve deixar o governo não antecipa quem deve herdá-lo, e ainda menos como exercê-lo. A letra escrita da lei, que continua em vigência, não guarda eficácia operacional indisputada, de que o golpe bem-sucedido, aliás, é contundente evidência. Disputa-se precisamente qual o sentido da legalidade e que alterações são indispensáveis à restauração de sua capacidade preditiva e à recuperação do contentamento dos expectantes apoiadores do novo governo.

Neste livro, Wanderley Guilherme dos Santos não antecipou que o resultado de toda essa crise seria a ascensão do bolsonarismo e, tampouco, previu que Jair Bolsonaro seria um candidato competitivo nas eleições presidenciais de 2018. Entretanto, ele percebeu que o recurso à repressão e à violência era o caminho lógico da dinâmica golpista: “Resposta clássica à insubmissão permanente apela para crescente dose de coação” (p.19). Ocorre que, em

suas palavras: “uma ordem política majoritariamente assentada na repressão, contudo, afasta-a dos ritos democráticos sem obter, em compensação, patamar aceitável de estabilidade” (p. 19) tal como queria a coalizão golpista. Por isso, a continuidade do projeto político conservador teria que ser liderada por um novo ator político, não mais a direita tradicional que deu o golpe, mas, sim, uma nova extrema-direita conectada com os processos globais de crise da democracia.

Neste posfácio, analiso como essa história se seguiu no Brasil após o golpe parlamentar contra Dilma. Início com uma análise sobre os fenômenos políticos do *bolsonarismo* e do *lulismo* e finalizo apresentando as políticas territoriais como possível resposta à crise da democracia no Brasil.

1. BOLSONARISMO, LULISMO E A NOVA LÓGICA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Em 1º de janeiro de 2023, o presidente Lula tomou posse para o seu terceiro mandato como presidente da república, um feito inédito em nossa democracia. O ex-operário e principal liderança popular brasileira derrotara, em uma eleição apertada, o então presidente Bolsonaro, algo também raro, uma vez que todos os mandatários em exercício conseguiram vencer o pleito presidencial desde que a reeleição foi aprovada no Brasil.

Lula liderou uma frente ampla contra a extrema-direita, uma articulação política típica da capacidade de mediação que ele demonstrou como presidente em seus dois primeiros mandatos. Tal virtude do atual presidente foi conceituada por nossas ciências sociais como *lulismo*, por diversos intelectuais, especialmente André Singer (2010; 2016).

Para Singer, o *lulismo* é o fenômeno político que consegue produzir uma lenta redução das desigualdades, promovendo direitos e renda aos mais pobres sem avançar contra as posições historicamente consolidadas dos mais ricos. Em 2010, ele chamou isso de “reforma gradual e pacto conservador” e identificou que esse processo estava assentado em um realinhamento eleitoral. Em 2006, pela primeira vez, houve uma massiva adesão dos eleitores

mais pobres ao presidente Lula, diferente de todos os pleitos presidenciais anteriores, tanto aqueles em que o petista foi derrotado (1989, 1994 e 1998) quanto aquele em que ele foi vencedor (2002). Singer, evocando Gramsci e a questão meridional¹, interpretou esse realinhamento como a resolução da nossa “questão setentrional”, na qual as classes trabalhadoras urbanas do Sudeste finalmente conseguiam formar um bloco histórico com os segmentos mais pobres do Nordeste sob a liderança de Lula.

De fato, tal realinhamento prevaleceu nas eleições de 2010 e 2014, vencidas por Dilma, e mesmo na disputa de 2018, quando Lula foi impedido de concorrer e lançou o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. O sucessor de Lula chegou ao 2º turno com adesão massiva do eleitorado nordestino e dos mais pobres das outras regiões.

A expectativa, portanto, é que em 2022, com Lula candidato mais uma vez, o realinhamento se apresentasse mais uma vez, o que de fato ocorreu. Contudo, isso se deu sob novas condições, sintetizadas na ideia de frente ampla democrática contra a extrema-direita. A questão do *lulismo* não era mais governar para reduzir as desigualdades, mas sim para preservar a democracia e, a partir disso, retomar um pacto nacional pela redução das desigualdades.

A frente ampla democrática se materializou na mesma semana com dois movimentos de Lula. Primeiro, ele confirmou como candidato a vice o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, quadro histórico do PSDB, e que foi derrotado pelo próprio petista em 2006. Dias depois, Lula selou o acordo com Guilherme Boulos, jovem liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do PSOL, bem mais à esquerda do espectro político.

Entretanto, se a capacidade de mediação do atual presidente permanece a mesma ou, na verdade, até mesmo se aprimorou, tendo em vista tudo que a democracia brasileira passou, com o já citado golpe parlamentar, o assassinato de Marielle Franco e a própria prisão de Lula em 2018, a situação política mundial

1 Gramsci identificou na Itália do começo do século XX uma incapacidade do proletariado urbano do norte do país em fazer uma aliança com o campesinato do sul. Ele nomeou esse dilema político de questão meridional.

e nacional é absolutamente distinta daquela existente entre 2003 e 2010, período dos dois primeiros mandatos do petista. Em ambos os casos, o que temos hoje é uma extrema-direita fortalecida e na ofensiva nas Américas e na Europa.

No plano global, que não será aprofundado neste texto, Lula precisa conviver com o segundo governo de Donald Trump. Em seus primeiros meses, o presidente estadunidense tem se dedicado a destruir tanto a institucionalidade da democracia liberal internamente quanto a do sistema multilateral internacional. Os desdobramentos políticos e econômicos desta postura são, para dizer o mínimo, imprevisíveis, e colocam um desafio inédito para o Brasil.

Já na dimensão nacional, a política brasileira atual está marcada por uma polarização política e social que vai muito além das eleições. Isso significa que a disputa pelo voto reflete visões e projetos de país profundamente distintos e, em muitos casos, antagônicos, algo que buscamos definir, na agenda de pesquisa do Observatório Político e Eleitoral (OPEL), como um embate entre democracia e autoritarismo (Medeiros; Pimentel, 2024). Embora o ponto de chegada da disputa eleitoral seja o confronto entre duas propostas de Brasil, o ponto de partida e todo o seu desenvolvimento são marcados por um caldeirão de lutas, conflitos, convergências, acordos e composições entre os muitos “Brasis” (Medeiros; Pimentel, 2024), sendo o voto a manifestação terminal desse longo processo de disputas políticas e sociais (Gramsci, 2000).

Argumentamos que, dentre as muitas características que o bolsonarismo, manifestação nacional da extrema-direita, possui, tais como o discurso antissistema, a oposição entre elite e povo, a violência como método, o conservadorismo, a adesão a um ultraliberalismo de mercado, a ideia de “cidadão de bem”, entre outras, e que já são amplamente estudadas pelas ciências sociais brasileiras, há uma que é decisiva para compreender a dinâmica política dos governos e das eleições: a mobilização da base social bolsonarista contra as instituições.

Bolsonaro não faz oposição nos termos em que a nossa democracia determinou a partir de 1988, quais sejam, o de criticar o governo de ocasião para

desgastá-lo e substituí-lo em uma futura eleição. Antes, essa crítica se baseava na implementação, ou não, dos planos de governo e promessas eleitorais com coerência, e na eficácia, ou não, das políticas públicas do Executivo. Desde 2018, a extrema-direita mobiliza sua base social contra a próprias instituições, sendo o governo apenas uma parte do “sistema”. O que vemos, portanto, é a organização de um combate constante “contra tudo e contra todos”, cujo fim último é a substituição do regime político democrático por outro, autoritário. Diante de um adversário com essa disposição para o conflito e que não vai aceitar nenhum tipo de composição e que tampouco vai limitar sua ação política à temporalidade do processo eleitoral, a mediação típica do *lulismo* não apenas não funciona como antes, como ela própria alimenta a mobilização bolsonarista, se convertendo em mais uma evidência dos acordos do “sistema” contra o povo.

Há um acúmulo consolidado na ciência política sobre como os sistemas partidários influenciam os partidos. Um sistema partidário forte tende a fortalecer os partidos que o compõe. Uma fragmentação partidária maior ou menor vai impactar os partidos, bem como uma polarização ideológica mais ou menos exacerbada produzirá efeitos no sistema como um todo. Como define Sartori (1976), “Não há sistema partidário sem partidos, mas o modo como os partidos se relacionam configura o sistema”. Ou seja, um sistema partidário não é uma soma quantificável dos partidos existentes, mas é resultado da interação entre eles.

No caso brasileiro, temos um longo histórico no século XX de um sistema estruturado para excluir a representação partidária das classes populares. Quem melhor analisou esse processo foi Gildo Marçal Brandão (1997) em seu estudo sobre o PCB, no qual ele confere à questão da “(i) legalidade” do “partidão” uma centralidade inédita na análise dos destinos do movimento comunista no Brasil. Isso é fundamental para promover o que o autor chama de “uma reavaliação do partido comunista”, desenvolvida “não em função de um dever ser, da “Revolução” que ele não quis ou não pôde fazer”, mas sim “de examinar o papel que – com maior ou menor

consciência – desempenhou no processo real, isto é, o do desenvolvimento capitalista no Brasil” (1997: 31). Seu objetivo foi superar as visões políticas e acadêmicas maniqueístas sobre o PCB, no qual o partido seria o “traidor da classe operária”. O que ocorreu, de acordo com Brandão, foi que as elites optaram por incorporar alguns interesses da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, excluindo do sistema partidário a possibilidade de uma representação partidária específica, no caso, os comunistas.

Aqui, é de grande valia como Raymond Willians trabalha com a noção de incorporação. Para o autor, incorporação implica, por parte da classe dominante, em um certo tipo de “reconhecimento, uma admissão, e, assim, uma forma de aceitação” (1979, p. 128) de elementos constitutivos da visão de mundo e dos valores das classes dominadas. A incorporação não é, então, somente um movimento de ampliação paulatina e controlada do sistema político para as massas em que a legitimidade do Estado resulta da subordinação das classes trabalhadoras, mas sim um resultado dos conflitos entre as classes cujo sentido não é mera imposição dos vencedores. Estes também aceitam elementos centrais dos subalternos que inicialmente não estavam dispostos a aceitar. E essa concordância não pode ser explicada enquanto tutela, manipulação ou traição. Trata-se de uma dimensão na qual as elites foram derrotadas em seus interesses e projetos. Somente assim é possível explicar por que, em algum momento, as próprias classes dominantes rompem com o “compromisso”, como foi o caso tanto do Golpe de 1964 quanto do golpe parlamentar de 2016 (Santos, 2017). O objetivo é evitar, ao menos por um tempo, novas derrotas consideradas intoleráveis.

Essa breve digressão sobre a histórica da esquerda no Brasil é importante porque coube ao PT o mérito de quebrar essa dinâmica anterior, consolidando uma representação partidária própria das classes populares. Isso gerou uma dinâmica dialógica que, por um lado, moldou o sistema partidário brasileiro, que passou a aceitar a autorrepresentação dos trabalhadores e, por outro, moldou o modo como as classes populares organizam seus próprios interesses.

Assim, concordamos com Benedito César, quando ele afirma que “o PT na origem e ainda hoje é um partido classista voltado para a representação dos interesses e anseios dos segmentos economicamente explorados e politicamente dominados no país” (2002, p. 19), os quais não podem ser reduzidos à categoria de classe média. E, prossegue César (2002, p. 373-376) afirmando que o PT “contribui de forma peculiar e fundamental para a construção da democracia no Brasil” ao forçar “a criação de uma esfera pública que se transforme, efetivamente, em arena de disputa de interesses sociais diferenciados” e ao “exigir a institucionalização política do país e, conseqüentemente, de uma democracia pluralista efetivamente sólida e inclusiva”.

Em paralelo, o PT foi se adaptando à disputa eleitoral democrática, aceitando as regras do jogo, especialmente as derrotas, que costuma ser em maior número do que as vitórias. O *lulismo* é a principal expressão dessa adaptação e aceitação. Como argumenta Singer (2012), o *lulismo* consolidou um modelo de reforma gradual e pacto conservador, garantindo avanços sociais sem romper estruturalmente com o sistema. Essa postura limitou a capacidade do PT de manter um discurso de transformação radical, e, na atual conjuntura, torna-o vulnerável ao ataque da extrema-direita, que passou a monopolizar o sentimento antissistema.

A questão de fundo da política brasileira com a ascensão do *bolsonarismo* é que, pela primeira vez desde a redemocratização, o sistema partidário brasileiro convive com uma força política organizada e relevante do ponto de vista social e eleitoral que se recusa a aceitar sua lógica. A extrema-direita liderada por Bolsonaro se caracteriza por atacar não apenas o governo de ocasião, mas o próprio regime político da Constituição de 1988 e o próprio Estado liberal.

Desde 2020, com nossas pesquisas de monitoramento eleitoral, tocadas pelo Núcleo de Estudos pela Democracia Brasileira (NUDEB) e pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL), vinculados à UFRJ e à UFRRJ, estamos acompanhando como essa lógica do bolsonarismo impacta nas disputas eleitorais e, por consequência, nos partidos e no próprio *lulismo*.

O padrão bolsonarista – que, por sua vez, segue dinâmicas internacionais, como as conduzidas por Donald Trump nos EUA – começou a ficar nítido na forma como o então presidente Bolsonaro enfrentou a Pandemia de covid-19. Como é sabido, no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial. Logo no começo, o próprio Bolsonaro foi posto em isolamento, uma vez que, em 12 de março de 2020, um ministro que integrou sua comitiva da viagem oficial que fez aos EUA naquele mês testou positivo para a covid-19. Porém, em 15 de março de 2020, o então presidente se juntou aos atos de rua convocados por partidários de extrema-direita contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, em protesto contra as medidas sanitárias que tais poderes vinham implementando no Brasil. Foi nesse contexto que Bolsonaro chamou a covid-19 de “gripezinha” e chama as medidas sanitária de “histeria”. Ele repetiu esse comportamento ao longo de todo o seu mandato, mesmo com o número de mortos aumentando e com sua popularidade caindo. E, mais grave, agregou ao seu cardápio o negacionismo das vacinas, quando seu apoio ao processo de vacinação poderia ter salvado milhares de vidas e que também mudaria seu destino eleitoral.

Como entender um movimento desse tipo? Porque Bolsonaro desafiou uma pandemia com potencial de ceifar dezenas de milhares de vida, indo contramão de tudo que tem sido feito no planeta, inclusive das próprias lideranças da extrema-direita que optaram por apoiar a vacinação, tais como Netanyahu e Trump? Muitas análises falavam em despreparo, desespero, burrice. Outras atribuíam tudo a manipulação via *fake news*. Muitas vezes Bolsonaro foi dado como morto politicamente, mas em 2022 e em 2024 ele deu demonstrações de força eleitoral, como podemos ver no número de parlamentares bolsonaristas nas três esferas da União.

Ocorre que a emergência e consolidação fenômeno político do bolsonarismo significa que a lógica da política brasileira mudou. O ano de 2018 foi uma eleição paradigmática. Depois dela, nem as forças políticas, nem

as instituições podem seguir agindo da mesma forma, como se vivêssemos uma situação normal. A pandemia apenas escancarou esse novo quadro.

Como funcionava a política brasileira antes da vitória de Bolsonaro? Todos os grupos políticos – um partido, um governador, um ministro – montavam uma estratégia que combinava ação estatal e social, sempre visando alcançar a maioria do eleitorado. Se tal força política está no governo, cabia a ela elaborar e implementar uma ou duas políticas públicas centrais e uma narrativa eleitoral que conecta esta ação estatal com o conjunto da população.

Por exemplo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu as eleições em 1994 e 1998 com uma estratégia desse tipo. A política pública era o Plano Real. Sua narrativa fundamental foi a estabilidade econômica e social, algo que a maioria das pessoas sempre quer. Outro exemplo dessa lógica foi Lula em 2006 e Dilma em 2010. Nesses casos, as políticas públicas eram o Bolsa Família e o salário-mínimo. A continuidade de um ciclo econômico virtuoso foi a narrativa, o que é desejado pela maioria das pessoas.

Se o grupo político estava na oposição, a lógica não mudava. Era preciso criticar o governo, buscando questionar a narrativa oficial. E, em paralelo, apresentar uma narrativa alternativa, sustentada por futuras políticas públicas. O melhor exemplo foi a vitória de Lula em 2002. Naquela conjuntura, o governo FHC naufragou com o fracasso da sua principal política pública, o Plano Real. Não havia mais estabilidade e a oposição podia citar vários exemplos, tais como a variação da moeda, o desemprego, o apagão, a fome.

A narrativa que Lula apresentou foi de união nacional para vencer a pobreza. Para dar substância a essa narrativa, ele moderou o discurso, fez uma aliança com o centro, personalizado no empresário José Alencar e apresentou uma carta se comprometendo com os contratos e com o mercado. Ele pode fazer tudo isso sem perder a força da sua mensagem junto aos pobres porque a sua própria trajetória de retirante nordestino e operário e a prática do PT nas prefeituras era coerente nesse sentido. Era a consolidação do *lulismo*.

Outro bom exemplo dessa lógica na oposição é o destino do PSDB durante os governos do PT. Mesmo com o antipetismo crescente na sociedade, os tucanos nunca conseguiram elaborar uma estratégia alternativa que se fizesse majoritária. A defesa das políticas neoliberais, com seu caráter antipopular, inviabilizou o partido de se conectar com a maioria da população. Todavia, o partido parecia perto de voltar ao poder quando foi atropelado pelo bolsonarismo.

O que mudou em 2018? O antipetismo virou majoritário? Talvez, só que Lula liderava as pesquisas até sua injusta prisão. E, mesmo depois disso, se manteve forte e competitivo nas pesquisas. Muitos fatores contam para explicar a vitória de Bolsonaro além da rejeição ao PT: o descrédito das instituições, o golpe de 2016, a facada sofrida por ele, a estratégia de redes do bolsonarismo. Combinando todos esses fatores, o fato é que em 2018 Bolsonaro se elegeu rompendo a lógica dos pleitos anteriores. Ele não se apresentou como oposição a um governo, mas sim contra tudo que está aí. E sua narrativa não estava amparada em nenhuma política pública. Foi, acima de tudo, uma candidatura de combate.

Uma vez eleito, o presidente manteve essa lógica ao governar, contrariando a expectativa das elites políticas e econômicas, que esperavam “controlar” ou “domesticar” Bolsonaro. Tudo o que, como mandatário, ele tentou em termos de política pública foi ou inviabilizado por seu desprezo às instituições, ou barrado ou severamente transformado pela ação dos poderes Judiciário e Legislativo. Só que esse movimento institucional padrão do liberalismo de freios e contrapesos foi usado por Bolsonaro para alimentar sua base mais radical contra “o sistema”, ao mesmo tempo em que possibilitou a ele esconder sua própria incompetência. Assim, ele pôde manter cerca de 1/3 do eleitorado coeso a seu lado e, com isso, manter sua posição de principal liderança conservadora.

Também, graças a esse apoio, Bolsonaro conseguiu viabilizar o novo arranjo com o Congresso Nacional quando Artur Lira substituiu Rodrigo

Maia na presidência da Câmara dos Deputados, no qual o presidente entregou o orçamento para a elite parlamentar comandada por Lira e em troca ganhou proteção institucional e adesão partidária para as eleições de 2022. Na lógica anterior a 2018, essa estratégia estaria fadada ao fracasso. Mesmo nessa lógica, Bolsonaro acabou derrotado eleitoralmente apenas porque seu oponente foi Lula, que conseguiu organizar uma frente ampla contra a extrema-direita. O que fica cada vez mais evidente é que a perda da presidência não significou redução do peso social desse movimento.

O bolsonarismo, agora na oposição, segue fustigando não apenas o governo Lula, mas as instituições na totalidade, mobilizando seu 1/3 do eleitorado contra o “sistema”. Exemplos não faltam. Embora a inflação de alimentos tenha explodido no governo Bolsonaro, suas lideranças aproveitam a atual alta de preços, que ocorre em menor grau, para se colocarem como defensores da comida barata para o conjunto da população. Exemplo ainda mais dramático foi a chamada “crise do pix” no começo de 2025, quando o bolsonarismo colocou o governo Lula na defensiva por conta de uma mudança de procedimento nos mecanismos de registro e fiscalização das transações financeiras no país. Depois de 15 dias nas cordas, o governo aceitou a derrota e revogou a medida. O que levou a extrema-direita a vencer essa disputa não foi a *fake news* sobre a cobrança de imposto, mas sim a estratégia de mobilização da extrema-direita, que passou a associar uma medida do governo a um suposto ataque direto da esquerda aos ganhos dos trabalhadores por conta própria, informais ou empreendedores com CNPJ. E esse ataque não estaria relacionado ao imposto em si, mas sim à fiscalização.

A norma da Receita Federal determinava uma possível fiscalização em contas cuja movimentação por PIX ultrapassassem R\$ 5.000,00. O objetivo do governo era pegar grandes sonegadores. Por exemplo, mais de 200 instituições financeiras conhecidas com *fintechs* passariam a ser obrigadas a reportar suas movimentações financeiras e a de seus clientes. Ocorre que a grande maioria das pessoas que trabalham por conta própria estão no sistema bancário

justamente por essas instituições, que oferecem produtos mais simples e livres das extorsivas taxas bancárias que o sistema financeiro tradicional cobra.

Mais importante é o modo como essas trabalhadoras e esses trabalhadores por conta própria gerenciam suas rendas. Praticamente todos os pagamentos e recebimentos são feitos via Pix. No entanto, na dinâmica de trabalho informal ou pejetizado, mediada pelas plataformas digitais ou diretamente nas interações do dia a dia, o fluxo financeiro é irregular, diferentemente da estabilidade típica das relações de assalariamento tradicional.

Alguns exemplos ajudam a dar dimensão do problema. Nas praias do Rio de Janeiro, os tradicionais vendedores de mate recebem por PIX durante toda sua extensa jornada de trabalho. Muitos deles, porém, não usam o próprio PIX, mas o da irmã, da esposa ou de outra parente. Quando perguntados o porquê disso, eles reconhecem que as mulheres cuidam melhor do dinheiro. Só que elas têm suas próprias fontes de renda, que também entram pelo PIX. Ou então um salão de beleza em Cajazeiras, periferia de Salvador, com dezenas de manicures, barbeiros, design de sobrancelha, entre outras profissionais. Só que todos os pagamentos são centralizados em um só PIX, o da dona do pequeno estabelecimento, que, por sinal, é na sua própria casa. Por fim, um taxista em Belém, que usa o pix da filha por medo de sofrer um roubo ou sequestro relâmpago. Assim, ele não tem nada na sua conta que possa ser sacado. Só que a sua filha é *personal trainer* e tem diversos clientes sazonais, sobretudo no verão.

Todas essas pessoas se viram ameaçadas a explicar movimentações que nada tem de sonegação, mas representam a forma desregulada como a renda do trabalho hoje é gerada. O medo de ser pego em algum tipo de malha fina se disseminou, encontrando terreno fértil em um segmento da população que já está refratário ao governo por conta dos preços dos alimentos e por ser de uma faixa de renda (2 a 10 salários-mínimos) em que os programas sociais típicos do *lulismo* não alcançam e, portanto, não fazem sentido do ponto de vista político e eleitoral.

Nesses casos, é totalmente inócuo dialogar com o medo dessa parcela das classes populares apenas na chave da *fake news* ou de uma suposta manipulação algorítmica. O que falta para o governo e para a esquerda é um projeto consistente de intervenção nessa dinâmica política atual. A exitosa mobilização pelo fim da escala 6 x 1 em novembro de 2024 mostra um caminho fértil, em que as políticas públicas de ampliação de direitos e proteção social para as pessoas sejam acompanhadas de dinâmicas de mobilização na qual o governo Lula não apenas “faz” o certo, mas disputa essa opinião na base da sociedade, na dinâmica cotidiana das pessoas. Não é apenas uma questão de comunicação e, tampouco, é algo que vai ser consolidado apenas com a economia. A hipótese aqui é, enfim, que as políticas públicas territoriais são estratégias nessa nova lógica política e podem contribuir com essa disputa cotidiana. E talvez isso implique, sim, em superar o modelo político do *lulismo* sem, contudo, ser necessário superar a liderança de Lula no processo, mas ao contrário, vinculando sua imagem a essa ação territorial.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

As políticas públicas territoriais não são uma invenção recente no conjunto de ações que o Executivo federal brasileiro dispõe para garantir e promover os direitos do povo previstos na Constituição de 1988. Por exemplo, os agentes comunitários de saúde e o programa Saúde de Família são programas já consolidados do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos primeiros mandatos petistas, programas que visavam a intersetorialidade das políticas públicas foram desenvolvidos e testados, tais como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), impulsionado pelo Ministério da Justiça (MJ) e o Territórios da Cidadania, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Não é objetivo deste texto fazer um balanço de tais políticas, mas é preciso registrar que, ao menos a princípio, todas elas não contemplam o elemento de disputa ideológica que o enfrentamento à extrema-direita exige

na atual conjuntura. Talvez a tentativa que mais tenha se aproximado deste modelo em que a territorialização da política pública ocorre com um processo de mobilização dos agentes coletivos e comunitários presentes no território foi o Programa Fome Zero, no começo do primeiro governo Lula. Vale lembrar que este programa acabou descontinuado em favor do Bolsa Família, em um processo que provavelmente consolidou o modelo político do *lulismo*.

No atual governo, a experiência da Secretaria Nacional de Periferias (SNP) do Ministério das Cidades (MCID) constitui um esforço de sistematizar e consolidar essa noção de territorialização com mobilização comunitária e popular nas favelas e comunidades brasileiras. A SNP foi concebida ainda no governo de transição, a partir de novembro de 2022, a partir do balanço sobre a experiência anterior do MCID apresentado pelos movimentos sociais de luta pela moradia e pelo direito à cidade e também pelas universidades que estudam as políticas públicas de urbanização.

O diagnóstico crítico desse campo popular e acadêmico sobre os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, e que se converteram em uma das principais marcas do *lulismo*, afirma que embora muitas das obras e intervenções do PAC de fato tenham melhorado a vida das pessoas que moram nos territórios periféricos, muitas vezes isso não é sentido e apropriado pelo povo das favelas e comunidades. São diversos casos em que as moradoras e moradores ou não identificam a obra com o governo federal, ou não fazem o vínculo daquela intervenção com uma melhor condição de vida. Há ainda os casos mais graves em que a ação estatal do PAC foi na contramão do que a comunidade queria, como foi no caso do Teleférico do Alemão, no Rio de Janeiro, atualmente desativado e que se tornou um símbolo de como uma ação inicialmente bem-intencionada do Executivo federal pode se tornar um elemento que reforça a percepção negativa das pessoas sobre o governo e a democracia.

A SNP foi criada para superar esse problema, e as políticas públicas formuladas na secretaria, sob a liderança do secretário Guilherme Simões e do ministro Jader Filho, passam a articular os agentes coletivos do

território, potencializando os efeitos pretendidos das ações e enraizando nas pessoas o sentimento de pertencimento e a conquista de direitos por meio dos programas. Isso ocorre especialmente com o Periferia Viva, programa que detalharemos adiante.

Uma primeira mobilização exitosa da SNP, em conjunto com diversos outros agentes públicos e movimentos sociais, foi a própria denominação oficial dos territórios periféricos como favelas e comunidades. Até 2023, o Estado brasileiro se referia às periferias como aglomerados subnormais e assentamentos precários, termos nitidamente pejorativos e que em nada dialogam com a positividade que a identidade periférica produz no território.

A demarcação desta dimensão de positividade periférica foi a concepção que unifica todas as políticas públicas da SNP na gestão do secretário Simões. Essa mesma lógica orienta a ação intersetorial da secretaria, em diálogo com os demais ministérios, para integrar as políticas públicas do Executivo nos territórios e com os entes da federação no processo de formulação dos projetos de intervenção urbanística que compõem o Periferia Viva.

Trata-se da noção de que as periferias não são apenas um lugar de carências e vulnerabilidades. É um erro defini-las apenas pelo que não possuem ou pelo que têm de negativo na comparação com o restante da cidade, como se elas mesmas não fossem parte integrante da cidade. Em contrapartida, a partir da SNP e seguindo um caminho aberto pelos movimentos comunitários das favelas e comunidades brasileiras, sustentamos então que as periferias são um lugar de potência e onde as pessoas periféricas, muito mais do que apenas sobreviver, vêm construindo coletivamente, e com estratégias políticas, sociais, econômicas e culturais variadas, um modo de vida sobre como viver bem nas favelas e comunidades urbanas brasileiras.

O diálogo desta noção com o acúmulo coletivo das lutas e formulações sobre o direito à cidade já foi desenvolvido em outro texto (Simões; Medeiros, 2025) e aqui neste artigo vale reforçar esse elemento da periferia como potência. O fato é que, historicamente, as periferias dos grandes centros

urbanos foram consideradas pelo Estado, pelas elites políticas e econômicas e também no senso comum (inclusive dos setores progressistas), territórios precários, excluídos da cidade formal, cujo cotidiano é repleto de problemas e demandas que resultaram da deficiência de políticas públicas.

Os exemplos vão desde o transporte público, devido às grandes distâncias geográficas que as pessoas que moram nas periferias precisam percorrer para trabalhar, com todos os problemas de sucateamento dos ônibus e trens, ausências de metrô e de integração entre os modais, preços elevados das passagens, até a questão da moradia, com o já conhecido déficit habitacional brasileiro pressionando as populações mais pobres e migrantes a se instalar nas favelas, quebradas, nas margens verticais e horizontais das cidades, passando pela questão social em geral, que sempre imprimiu uma característica negativa aos territórios, com destaque midiático e apelativo aos altos índices de criminalidade e pobreza, associados a uma população preta e empobrecida, consolidando um processo no qual a ideia de “marginal” fosse associada aos moradores das periferias. Há, ainda, a perseguição aberta e sistemática às manifestações culturais periféricas, como ocorreu historicamente com o samba e que se atualiza mais recentemente contra o *rap*, o *hip hop* e o *funk*, conforme podemos ver em 2025 na proposta de lei da extrema-direita brasileira contra os bailes *funk*, chamada de “lei anti-Ouram”, ou na acusação de associação ao tráfico sofrida pelo MC carioca Renan da Penha em 2015, da qual ele foi inocentado (não sem antes ter sido preso).

Entretanto, a noção de periferia passa por uma transformação a partir do momento em que os próprios periféricos conseguem abrir espaços para falar de si e de suas condições de vida, além de entender e representar a própria realidade. A forma como a população desprovida de condições e oportunidades no sistema econômico das cidades organiza sua vida para continuar viva pode ser entendida como uma verdadeira *economia da sobrevivência*. E a primeira das necessidades a ser respondida é a do morar. Não é novidade que as cidades brasileiras são formadas em grande medida por ocupações conhecidas

como “irregulares”. Historicamente, a questão habitacional foi uma das mais graves a serem enfrentadas por políticas públicas e se apresenta como um dos problemas constitutivos de nossas cidades. Por isso, a ocupação é uma técnica da *economia da sobrevivência* que foi amplamente replicada ao longo da história urbana brasileira e que resultou em experiências de organização popular e comunitária extremamente potentes.

O combate à fome e à desnutrição, a luta pelo acesso à água e ao saneamento, por transporte público, assim como a organização coletiva para a geração de renda, as iniciativas de cuidado, entre outras, conformam uma movimentação social de resistência, ainda que por vezes sem conflito direto, ao modelo de segregação urbana imposto em todo o país e acelerado a partir dos anos 1990.

Essa postura necessariamente proativa de grupos periféricos gerou um *ethos*, uma identidade que, com frequência, se fez em oposição ao restante da cidade e às pessoas de fora. Tal identidade ganha cada vez mais contorno de autoafirmação que, mais do que sobreviver, pretende viver e viver bem. Ao afirmar as periferias como territórios de identidade e representação, reivindica-se que elas são parte da cidade, e não o seu pária. Que dentro delas e, por intermédio de seus moradores, lideranças, personalidades e coletividades, as cidades poderão encontrar parte significativa das soluções e alternativas que buscam para serem territórios de justiça e oportunidades.

As carências revelam o passado urbano das periferias, atualizado pela enorme dificuldade do Estado brasileiro em lidar com essa realidade. Os problemas não diminuíram; na verdade, tornaram-se mais complexos. Entretanto, há um agente em cena ganhando cada vez mais importância: as potencialidades.

As potências periféricas são o conjunto de iniciativas que visam promover a mudança do cenário de precariedade e segregação nas periferias. Seja por meio de denúncias, seja pela formação de coletividades para criar cultura, seja ainda por meio de iniciativas de combate à fome, de empreendedorismo representativo, entre outras, esses espaços se afirmam como sujeitos de processos de mudança. Quase sempre se contrapondo ao Poder Público, que é ausente e ineficaz, as

potencialidades periféricas apontam para a construção de identidades e para o autorreconhecimento das possibilidades apresentadas e construídas pelas próprias pessoas e coletivos periféricos em uma estrutura urbana altamente restritiva.

A ambiguidade *carências* × *potências* é fundamental para entender o que são as periferias urbanas hoje. Historicamente, esses territórios, caracterizados por habitações com baixa ou nenhuma segurança jurídica, pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, além de outros problemas urbanos, foram tratados pelos poderes públicos como áreas provisórias, porque são irregulares. Sendo provisórias, essas áreas não poderiam receber investimentos públicos capazes de consolidar a habitabilidade dessas populações. Esse fato, que continua acontecendo em parte significativa de favelas, comunidades urbanas e assentamentos precários em geral, introduz os territórios, e, conseqüentemente, as pessoas que neles vivem, em um ciclo de negação de acesso a direitos cidadãos, como saneamento básico e a própria moradia.

Nesse contexto de negação de direitos, os agentes mais dinâmicos dos territórios responderam com organização coletiva. Exemplos não faltam. Um dos mais recentes e emblemáticos é o das Cozinhas Solidárias, criadas na conjuntura da Pandemia de covid-19, justamente quando a fome voltava à realidade de milhões de brasileiros como parte do projeto bolsonarista de destruição das políticas públicas que garantem e ampliam direitos com base na Constituição de 1988 (De Sordi, 2023, Fiocruz, 2023). É nesse sentido da ação coletiva para resolver os problemas do território que o elemento da potencialidade, nos parece, pode apontar para um importante fator de explicação multidimensional das periferias brasileiras.

A SNP vem incorporando essa dimensão da potência das periferias ao processo de políticas públicas. Isso já é visível no âmbito das relações interministeriais. Por exemplo, no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional, a SNP representa o Ministério das Cidades em uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e MDA com o objetivo de implementar uma estratégia de combate à fome

específica para as periferias urbanas, intitulada Alimenta Cidades. Outro caso importante está na parceria com a Fiocruz e com o Ministério da Saúde (MS) para a elaboração de uma estratégia de saúde coletiva nos territórios periféricos.

Essas ações e muitas outras com demais ministérios compõem o Programa Periferia Viva, com intervenções integradas em 59 territórios distribuídos em 48 cidades das cinco regiões. Em cada um desses territórios do Periferia Viva a SNP vai desenhar um plano de ação em diálogo com o Poder Público local e com os agentes coletivos do território com o objetivo de integrar a obra com as demandas e vivências comunitárias. Ademais, a SNP vai instalar um Posto Território físico, que será a sede de Assessoria Técnica Multidisciplinar, cuja missão em cada território é justamente fomentar a mobilização comunitária.

De modo integrado com o Periferia Viva, a SNP desenvolve outras ações que valem ser mencionadas. Destacamos aqui o CEP para Todos, que está consolidando o endereçamento postal nas favelas, algo básico para acessar direitos e dinâmicas de melhoria de vida; o Periferia Sem Risco, que desenvolve ações de prevenções de deslizamentos de encostas aliando o conhecimento técnico com os saberes comunitários; O Periferia Viva, Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, que garante a posse dos terrenos e moradias para milhares de pessoas, além de impulsionar um processo de melhoria das casas, voltado sobretudo para a meta de “nenhuma casa sem banheiro” que é prioridade do presidente Lula; o Prêmio Periferia Viva, que desde 2023 vem identificando e premiando iniciativas periféricas da sociedade civil que representam a potência das periferias; e o Mapa das Periferias, uma plataforma digital em que as iniciativas periféricas se cadastram e passam a ser identificadas por geoespacialização. Além disso, o Mapa das Periferias também geolocaliza as políticas públicas do governo federal presentes nos territórios periféricos.

O trabalho de mobilização territorial e enraizamento das políticas públicas da SNP está apenas começando e o Periferia Viva finalmente está chegando nos territórios. Nos próximos dois anos, vamos colher o avanço dos direitos e ação coletiva do povo das favelas e comunidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente, as iniciativas territoriais com mobilização comunitária estão se espalhando por vários ministérios. O MS lançou os Agentes Comunitários de Saúde, enquanto o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou os Agentes Comunitários de Economia Solidária. Ao MDS coube implementar as Cozinhas Solidárias enquanto políticas públicas, a partir da lei aprovada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) em 2023.

O presente livro traz algumas experiências de ações territoriais extremamente potentes. É enriquecedor poder ler e conhecer tantas ações que vêm sendo desenvolvidas junto à base da sociedade brasileira. O caminho para superar a crise da democracia brasileira e derrotar a extrema-direita passa necessariamente por uma profunda conexão com a potência das periferias. Inspire-se!

REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COOPER, Melinda. **Family Values**: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Brasil: Autonomia Literária, 2020.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.
- MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.
- MOUFFE, Chantal. **Por um Populismo de Esquerda**. Brasil: Autonomia Literária, 2020.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SINGER, André. **Sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Capítulo 3

O DIREITO À CIDADE E OS “NOVOS” AGENTES DE DISPUTA: PACTOS, LIMITES DO DIREITO E VIGILÂNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

Marcelo Karloni da Cruz

INTRODUÇÃO

A compreensão da ideia do direito à cidade em época relativamente recente ganha significativa relevância ao se contemplar duas perspectivas fundantes sobre a noção de Estado na sociedade capitalista. Afinal, trata-se de cidade e de direito, em meio a um tecido social moldado por relações sociais de produção capitalista. Tal sociedade é marcada não apenas pela produção de mercadorias destinadas à troca, mas também por um modo de sociabilidade e, por conseguinte, de civilidade.

É partindo desse pressuposto que todo e qualquer tipo de direito, seja individual ou social, acaba por constituir-se em uma enunciação clara dos valores erigidos e aceitos pelo agrupamento de pessoas que lhe emprestam legitimidade. Em outros termos, o direito à cidade pode ser compreendido para além da noção de uma agenda de mobilização, uma vez que ele mesmo é produto de um tempo e de um contexto histórico específico.

Duas perspectivas, nesse sentido, servem apropriadamente à elucidação do que pode ser chamado de direito à cidade na sociedade capitalista: 1) a

cidade como produto de um pacto social coincidente com a formação da noção de Estado na sociedade moderna e 2) a cidade como espaço da luta de classes. Ambas asseguram ao direito, em suas múltiplas dimensões, possibilidades tanto de conservação quanto de subversão dos valores sociais considerados válidos pelos agrupamentos sociais.

Enquanto a perspectiva contratualista, a cidade como pacto, privilegia sobretudo a dimensão da propriedade, valor caro à sociedade burguesa, sua antítese, a perspectiva crítica, a cidade como espaço da luta de classes, se manipulada adequadamente, desvela processos perversos visíveis nos espaços urbanos modernos em todo o planeta como: segregação socioespacial, favelização, precarização da habitação, vigilância das periferias e outros correlatos como privação de saúde e segurança.

É importante ainda considerar que o direito à cidade, enquanto agenda de mobilização, é também uma “bandeira” da classe trabalhadora. Sobretudo porque é essa classe que, mobilizada como mão de obra explorada, irá habitar as periferias pauperizadas, insalubres e sem infraestrutura desde as primeiras décadas da Revolução Industrial na Inglaterra. Esse modelo de modernidade capitalista será então exportado para onde quer que esse se instale e se reproduza. A modernidade capitalista, portanto, é marcadamente produtora de precariedade e miséria, visíveis no modo como a cidade se organiza e se forma. Assim, não é possível compreender o direito à cidade sem o situar no espectro da luta de classes.

A negação do direito à cidade é, portanto, um produto da negação do direito à vida, à saúde, à habitação, à mobilidade, à participação e a todo um conjunto de outros direitos subtraídos de trabalhadores e trabalhadoras quando superexplorados.

A cidade que se higieniza e se vê planejada em suas porções espaciais privilegiadas só o é na medida em que existe uma outra porção dentro da mesma cidade que é precária e vazia. Em outros termos, manifesta-se na materialidade aquilo que constitui a essência do capitalismo: a produção de

riqueza requer, na outra ponta do processo, a produção de miséria e privação. Diria Marx (1975, p. 78):

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem a condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

1. O DIREITO À CIDADE COMO PACTO SOCIAL

É desse modo que noções fundantes do tipo de sociedade e de cidade, como “ordem”, “progresso”, “direito de propriedade” e “liberdade”, podem ser encontradas entre as principais enunciações de contratualistas como Hobbes, Rousseau e Locke. Comprometida com a assunção de uma instituição que deveria civilizar o homem, a perspectiva contratualista exerceu contribuição decisiva para a construção da noção de direito e, inclusive, do direito à cidade.

Hobbes (2014), por exemplo, parte da ideia de que a sociedade humana em seu estado natural estaria fadada a um estado de guerra de todos contra todos. Nesse cenário, devido à desigualdade de forças, consequência direta e natural das diferenças entre os homens, o Estado exerceria o papel de mediador dessas relações, visando à redução das desigualdades. O objetivo da constituição do Estado seria, em última instância, o estabelecimento de regras para a convivência pacífica entre os homens em um determinado espaço.

Segundo Hobbes, a assimetria de acesso aos recursos disponíveis para um agrupamento social seria a motivadora da necessidade de criar um ente acima dos indivíduos destinado para “civilizar” as relações entre esses. Para tanto, o Estado deveria ser um poder visível e com força suficiente para impor o interesse geral sobre o individual. Inicia-se, assim, a construção dos fundamentos da função social da propriedade.

No *Segundo Tratado do Governo Civil*, Locke (2006), como parte desse seletor grupo de contratualistas, fará a defesa do direito de propriedade como necessidade fundamental para a formação de uma sociedade considerada civilizada. Afirmará que a manutenção da paz só seria possível mediante a garantia de que o direito de propriedade fosse protegido pelo Estado.

Vale ressaltar, todavia, que a paz, conforme compreendida por essa perspectiva, não corresponderia ao produto de relações socialmente justas ou travadas em condições de igualdade. Longe desse significado, para Locke, a paz está fundamentalmente ligada ao exercício de um direito: o de propriedade.

Assim como a noção de paz será apropriada, conceitos como liberdade, justiça e direito passarão a ser operativos importantes para a reprodução da dominação burguesa, tanto no aspecto abstrato quanto na construção de materialidades como a cidade. As leis e regulamentações impostas pelo Estado nesse tipo de sociedade correspondem assim ao interesse “coletivo” apenas quando este não ameaça o direito individual de propriedade.

A soma das forças individuais, capaz de assegurar o exercício do direito por parte dos indivíduos, justificaria, agora para Rousseau, a criação do Estado. Essa instituição, acima dos indivíduos, exerceria seu poder para fazer cumprir o pacto de sociabilidade entre eles. A concepção de Rousseau (2012) assemelha-se, assim, à hegeliana, ao situar o Estado como agente concretizador de uma moralidade universal advinda da contenção dos instintos dos homens.

Nesse ponto, é fundamental – e, por que não dizer, ético – fazer ressalvas à justificativa contratualista sobre a existência do Estado, que repercutirá diretamente na noção de direito à cidade. Assim, importa dizer que esse ente, constituidor e defensor de direitos, é atravessado por conflitos; embora trabalhe para sustentar sua aparência de imparcialidade, opera para a produção de um consenso. Esse consenso, tornado factível na esfera do direito, só existirá enquanto seja útil à realização da troca.

Os consensos, tornados visíveis no exercício dos direitos, reproduzem um modo de sociabilidade que é funcional para a reprodução do capital.

As formas sociais, dentre elas o direito, têm assim limites na garantia da emancipação da classe trabalhadora.

Tais formas sociais existem apenas porque estão perfeitamente acopladas ao modo como se dão as relações sociais de troca sob o capitalismo e não acidentes historicamente determinados. Tanto é que, quando necessário, reformam-se instituições como a democracia, ainda que esta seja de natureza burguesa. Assim tem sido, por exemplo, em países como o Brasil.

Desse modo, o direito apresenta limites estruturais para a realização de transformações sociais profundas, dado seu comprometimento desde a gênese. Embora seu não exercício signifique o aprofundamento da negação de condições objetivas mínimas de vida aos trabalhadores sob o modo de produção capitalista, o direito à cidade, assim como os demais direitos, não é a última fronteira de luta pela libertação da classe trabalhadora; embora seja um passo sem o qual essa não possa ser atestada.

2. O DIREITO À CIDADE NOS LIMITES DO CAPITAL

A busca por alternativas a esse enquadramento limitante do direito sob o capitalismo tem sido, segundo alguns pensadores, negligenciada. Há uma tendência, tanto entre formuladores de políticas quanto entre intelectuais, de abandonar a perspectiva crítica, sobretudo a marxista. Curiosamente, não tem surgido outra alternativa que produza um pensamento radical transformador na vida das cidades.

O que tem se fortalecido, no entanto, são novas roupagens para antigas falácias burguesas. Empreendedorismo social e capital social estão entre as mais mobilizadas, inclusive pelos setores mais progressistas.

São perspectivas quase sempre limitadas à ação do indivíduo e pouco permeáveis a discussões sobre solidariedade e coletividade. As consequências desse abandono e do “abraço” de uma corrente não radical são visíveis na vida das cidades.

Tragédias anunciadas, decorrentes de catástrofes ambientais tratadas como naturais, são indícios dessa abordagem que insiste em considerar a

questão ambiental como um problema individual, e não como responsabilidade de uma coletividade que se recusa a fazer escolhas tendo como variável sua relação com a natureza.

Mesmo o direito à cidade, caso não avance em suas formulações para um espectro radical transformador que seja discutido em conjunto com o operativo da luta de classes na cidade, corre o risco de seguir um viés reformista. É preciso discutir o direito à cidade também como uma tarefa da classe trabalhadora em sua luta pela terra, pelo emprego, pela mobilidade e por suas consequências, e não somente por cidades arborizadas e com praças.

Nesse ponto, uma lição fundamental, o capital é um “ente” totalizador da vida social. Não será diferente quando opera na cidade e no exercício de seu direito. Importa recordar Wood (2011) quando assevera: “Os intelectuais de esquerda, quando não abraçam o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, limitam-se a sonhar com pouco mais que um espaço em seus interstícios”.

Em uma sociedade marcada pela primazia da mercadoria, adotar um referencial que considere o poder totalizador do capital na vida social e nas cidades é condição essencial para que qualquer transformação estrutural se efetive.

Esse capital, além de promover a fragmentação da vida social, funcionaliza cada aspecto do cotidiano dos indivíduos que vivem a cidade: sua mobilidade, sua habitação, seu transporte, seu acesso aos serviços, sua caminhabilidade, e todo um conjunto de instrumentos de reprodução social da classe trabalhadora sob esse modo de civilidade cumprirá seu papel.

Intervir em cada uma dessas dimensões sem as perceber como produtos de uma cidade desigualmente construída é reformismo puro e simples. Não há direito à cidade com potencial transformador que não questione a relação capital-trabalho, o fundo público e espaços de participação popular direta. Para tanto, é preciso reconhecer que:

A classe que exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político que controla apenas de modo indireto [...] talvez tenha que fazer concessões que não são de seu interesse imediato, transferindo benefícios e garantias aos trabalhadores em troca de obediência genérica das classes subordinadas (Harvey, 2005, p.12).

É, portanto, imperioso reconhecer que o ente constituidor de direitos, entre os quais o direito à cidade, tem limites na garantia desses direitos aos trabalhadores. Nessa “janela,” a disputa pelo fundo público é estratégica, posto que, por meio dele, pautas, ainda que não estruturantes, têm sido atendidas após lutas dos trabalhadores. O Estado age, então, também movido pela pressão dos trabalhadores, via movimentos sociais e, em alguns casos, parlamentos, para atender parte das reivindicações pelo exercício de direitos.

3. A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE E A VIGILÂNCIA DA PERIFERIA

Possivelmente, um dos maiores exemplos desse tensionamento até aqui apresentado, com repercussões diretas na vida das cidades, é encontrado no exame da assunção do estado policial. A decadência do estado de bem-estar social em todo o mundo pode ser ilustrada com relativa clareza ao se elencar parte dos elementos que descrevem a ascensão da lógica de vigilância e punição nas periferias das grandes cidades.

Essa lógica alimenta-se, por um lado, da contínua pressão do capital, sobretudo em sua fração financeira, para que o Estado reduza os gastos com a assistência à população mais pobre nas cidades, e, por outro, no fortalecimento de sua função como detentor do monopólio da violência. A vigilância dos pobres e a higienização das cidades são a idealização máxima burguesa e a negação absoluta do direito à cidade.

Embora os Estados Unidos sejam o caso mais conhecido, países de capitalismo periférico já empreendem, em suas agendas de governo, ações pautadas na ideia de higienizar espaços e vigiar seus miseráveis. No Brasil, esse processo já

é visível nas agendas de campanha em todas as esferas de disputa. A preocupação com os índices de violência e os números da segurança pública já ocupa os debates mais recentes e provoca setores progressistas na busca por uma resposta.

Nos Estados Unidos, entre o fim da década de 1970 e o fim do século XX, advogou-se amplamente a ideia de que a origem da criminalidade em cidades grandes e médias encontrava-se no tráfico de drogas. Situando as causas da criminalidade no horizonte das consequências, o Estado norte-americano passa a adotar como principal linha de política para a periferia a vigilância de suas populações. O mais perverso desse processo é que essa orientação se deu com a construção de estabelecimentos carcerários privados e o corte de gastos sociais.

A cidade, vista como palco de disputa pelos agentes do tráfico, é assumida, assim, como espaço de vigilância e não do exercício de seu direito. Ao mesmo tempo em que se constroem estabelecimentos punitivos e cortam-se gastos sociais, assistiu-se, por outro lado, a um processo de endurecimento das leis penais, que fatalmente puniam com maior rigor o consumidor de entorpecentes morador das periferias.

Esses moradores, em cidades como Los Angeles, na maioria de origem latina e negra, com o endurecimento das leis e o policiamento ostensivo, passam a ocupar o maior percentual de celas em presídios privados. Presídios esses com exigências de ocupação mínima de celas. Trata-se, portanto, de uma indústria de encarceramento.

A cidade como espaço de consumo – apolítico, portanto – substitui a cidade como direito, e o cidadão incapaz de consumir no nível necessário para conquistar a “cidadania capitalista,” que significa em última instância poder de compra, ver-se-á não sob garantias, mas sob constante vigilância do Estado.

A cidadania, de construto político, passa a ser também mercadoria, uma vez que sua garantia dá-se mediante a realização de uma troca. Agora, sendo assegurada pela troca e não pelo Estado como realidade da sociedade política, a antítese da cidadania, a “não cidadania,” corresponderá à marginalização e consequente estigmatização.

O indivíduo que não consome, além de ser colocado à margem pelo mercado, ao qual o acesso lhe foi negado, é também excluído pelo Estado. Essa, é uma das lógicas que fundamentam a ideia de inclusão social pelo consumo. Lógica, porém, questionada, pois o capital não exclui nenhum indivíduo do circuito de mercadorias que engendra, já que, enquanto sistema totalizador, é capaz de funcionalizar o marginal e o não consumidor, mesmo que esses não estejam diretamente ligados à produção de bens.

É por isso que Oliveira (2003) dirá que “o sistema capitalista funcionaliza a pobreza.” A funcionalização desse sujeito, agora despidido de sua cidadania-consumidora, será tornada real pelo exercício da função do Estado repressor ou, nas palavras de Wacquant (1994), Estado policial. Far-se-á então valer uma das máximas da ‘nova’ ordem econômica de que a pobreza é responsabilidade individual e, como tal, necessita “ser isolada, neutralizada e destituída de poder” (Bauman, 2000, p.13), pois dela adviria o caos e a desordem, os maiores pesadelos da ordem burguesa.

As noções de direito, nesse tipo de sociedade, criminalizam assim a pobreza nas cidades, o que significará na prática, ainda mais assumida em discursos e políticas de intervenção sem pudor algum, a incorporação de “moral,” “trabalho” e “direito” de natureza burguesa. Seria possível, então, esperar que um sistema que sobrevive da produção da miséria tenha a intenção de eliminá-la? Ao contrário, a pobreza passará a integrar seu lugar como alimentadora de um exército de reserva que não apenas luta para sobreviver na cidade, mas agora também para não ser preso, uma vez que ser pobre é crime.

E como fará? Tornando a pobreza produto do fracasso individual decorrente da indolência e “preguiça” do trabalhador extenuado pela jornada de trabalho em uma cidade que o põe como consumidor sem meios, e não como cidadão portador de direitos. A pobreza, em suas múltiplas manifestações urbanas, deixa então de ser vista como produção social construída e vira fenômeno comportamental individual, sendo, portanto, sinônimo da ausência de virtude e moral. Operações conceituais de graves consequências, uma vez

que transformam o exercício do direito à cidade, não como conquista de uma classe, mas sim como conquista individual. Nada mais neoliberal e burguês se destina ao direito à cidade nessa concepção.

É também no sentido de higienização da cidade que se age: limpar o subproduto do capital, pô-lo à margem nas periferias das grandes cidades, isolá-lo, vigiá-lo e puni-lo exemplarmente. Esses, os mesmos ideais de progresso que nortearam a ocupação da América Latina no século XVI, via extermínio das comunidades nativas nesse continente².

A evolução do Estado penal nos Estados Unidos da América, visto como seu protótipo, terá implicações de maior gravidade em países como o Brasil. É ainda Loïc Wacquant (1994, p. 40) que dirá ser:

A penalidade neoliberal ainda mais sedutora e mais funesta que a aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades e de oportunidades de vida desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causadas pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século [...]. A sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa.

4. A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Friedrich Engels, em 1845, com a obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* é capaz de fornecer indicações importantes para a discussão do direito à cidade. É um clássico e, como tal, segundo Calvino (1993, p. 23): “[...] é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.”

2 “São secretas as matanças da miséria na América latina. A cada ano, silenciosamente, sem estrépito algum, explodem três bombas de Hiroshima sobre esses povos que têm costume de sofrer de boca calada. Essa violência, sistemática, não aparente, mas real, vem aumentando: seus crimes não são noticiados pelos diários populares, mas pelas estatísticas da FAO. Ball diz que a impunidade ainda é possível porque os pobres não podem desencadear a guerra mundial, mas o império se preocupa: Incapaz de multiplicar os pães faz o possível para suprimir os comensais.” “Combata a pobreza, mate um mendigo”, grafitou um mestre do humor negro num muro de La Paz (Galeano, 2015, p. 22).

Essa leitura é igualmente relevante por estabelecer a conexão entre a teoria, até 1845 esboçada, e as condições materiais de existência dos trabalhadores na escala da cidade. O engajamento visível e não disfarçado de Engels ao expor os resultados de sua pesquisa sobre as condições de vida e moradia dos operários nas cidades da Inglaterra, demonstra que sua obra se situa no espectro das obras capazes de revelar aspectos centrais para compreender o que é o direito à cidade.

Nessa obra, por exemplo, o papel do parlamento municipal é destacado como uma variável que perpetua as condições de vida precárias dos trabalhadores nas cidades industriais e modernas. Engels (2000, p. 14), dirigindo-se à classe trabalhadora inglesa, alvo de sua pesquisa, afirma:

Tentei descrever aos meus compatriotas alemães um quadro fiel das vossas condições de vida, dos vossos sofrimentos e das vossas esperanças e das vossas perspectivas. Vivi muito tempo entre vos para ficar bem informado das vossas condições de vida; consagrei a mais seria atenção a conhecer-vos bem; estudei os mais diversos documentos oficiais e não oficiais que tive a possibilidade de consultar; não fiquei nada satisfeito; não era um conhecimento abstrato do meu assunto que me interessava, queria conhecer-vos nas vossas casas, observar-vos na vossa existência quotidiana, falar convosco das vossas condições de vida e dos vossos sofrimentos, testemunhar as vossas lutas contra o poder social e político dos vossos opressores. Eis como procedi: renunciei a sociedade e aos banquetes, ao Porto e ao Champagne da classe média.

Nessa tentativa de conhecer o conjunto de condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, Engels faz uma delimitação espacial do universo ao qual se dedica. Essa delimitação não impõe limites ao conhecimento gerado, mas, ao contrário, confere à obra uma especificidade que contribui para sua universalidade.

Estudando as condições de vida da classe trabalhadora nas principais cidades inglesas, Engels utiliza a delimitação espacial de sua pesquisa para, ao

fim de sua exposição, afirmar que essas mesmas condições se reproduzem em qualquer local onde as relações sociais de produção capitalista se estabeleçam. O drama, portanto, é universal e não uma particularidade das cidades formadas após a Revolução Industrial na Inglaterra.

O exame das condições materiais de vida nas cidades inglesas revela-se fundamental, pois possibilita dar materialidade aos efeitos imediatos da vida sob o capital. E isso ocorre porque, ao descrever essas condições de forma apropriada, é possível situar as lutas da classe explorada no campo das aspirações humanas.

Embora o Estado, sob o capital, se apresente como ente universalizador e civilizador da humanidade, a descrição das condições de vida diametralmente opostas entre as classes que compõem a sociedade capitalista é capaz de desconstruir essa ideia, ao evidenciar a desigualdade como marca da desumanização, e não como seu corolário.

O mérito da acumulação de riqueza, portanto, não se assenta no esforço pessoal da classe rica, mas sim na exploração continuada e, não raras vezes, extrema, da mão de obra pobre das cidades. O que surge como “humano” e “civilizado” nesse tipo de sociedade não corresponde de fato à universalidade, mas sim a uma expressão particular de classe.

Embora Engels se dedique ao estudo das condições de vida da classe trabalhadora nas cidades inglesas, os princípios extraídos de sua obra permitem explicitar as principais causas da deterioração dessas condições de modo geral.

A forma como a classe burguesa da Inglaterra é descrita na obra de Engels denuncia, mais do que evidencia, o caráter desumanizador promovido por essa sociedade, que sobrevive da universalização da exploração e da apropriação dos ganhos dela advindos. Engels afirma categoricamente que não se deveria esperar dessa classe qualquer ação no sentido de promover a emancipação da classe oprimida, evidenciando aqui, portanto, o caráter relativo de que deve ser atribuído ao poder reformador do direito.

Apesar de a classe burguesa na Inglaterra sustentar, na aparência, a ideia de que se preocupa com os trabalhadores, o que realmente deseja é o próprio

enriquecimento. Segundo Engels (2000), mesmo que tal enriquecimento implique a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora nas cidades, a classe burguesa mobiliza-se constantemente, utilizando o Estado para conter aspirações trabalhistas por meio da repressão ou de ações de “caridade”. Assim, Engels (2000, p. 165) afirmará acerca da classe burguesa:

Cheguei rapidamente à conclusão que tem razão, muita razão, em não esperar dela nenhuma ajuda. Os seus interesses e os vossos são diametralmente opostos, se bem que ela procure sem cessar afirmar o contrário e vos queira fazer crer que sente pela vossa sorte a maior simpatia. Os seus atos desmentem as suas palavras. Espero ter apresentado provas suficientes de que a classe média – apesar de tudo o que afirma – não tem, na realidade, outra finalidade que não seja enriquecer-se à custa do vosso trabalho, enquanto pode vender o produto dele, e deixar-vos morrer de fome, quando já não pode tirar lucros desse comercio indireto de carne humana.

O papel do Estado na realização das aspirações das classes dominantes é crucial nesse sentido, pois seu exercício, embora privilegie tais grupos, apresenta-se, na superfície, como neutro e universal. O Estado o faz ao se constituir como ente garantidor de “direitos”. Dessa forma, os órgãos de governo atuarão amparados por essa ideia, com legitimidade e força suficientes para impor as agendas das elites econômicas.

Mesmo a tributação, monopólio do Estado, serve, nesse aspecto, para elucidar o significado que se atribui à sua atuação como instrumento conservador da ordem e da “limpeza” nas cidades. Há uma carta dirigida ao chefe de redação do jornal *Manchester Guardian*, citada por Engels em sua obra, que exemplifica perfeitamente tal significado. Eis o que diz exatamente a carta, de autoria de uma “Senhora”, transcrita por Engels. A carta diz:

Senhor Chefe de Redação: Desde há algum tempo que se encontra nas ruas principais da nossa cidade uma multidão de mendigos que, tanto pelas vestes esfarrapadas e pelo aspecto doentio, como pela exibição de feridas em chaga e de enfermidades repugnantes,

procura despertar a piedade dos transeuntes, muitas vezes de modo indecoroso e até ofensivo. Creio que a partir do momento em que se paga não apenas o imposto para os pobres, mas também uma generosa contribuição para a subsistência de estabelecimentos de caridade fez-se o bastante para ter o direito de estar ao abrigo de incômodos tão desagradáveis e impertinentes. Para que serve então o imposto tão pesado que pagamos para manter a polícia municipal, se a proteção que ela nos concede nem nos permite ir tranquilamente a cidade ou voltar dela? Espero que a publicação destas linhas no seu jornal, que goza de grande difusão, incite os poderes públicos a fazerem desaparecer esta calamidade. Muito respeitosamente Uma Senhora (Engels, 2000, p. 340).

A descrição do “incômodo” causado pela presença de pessoas em condições de pobreza e miséria nas ruas da cidade de Manchester, na Inglaterra, e o modo como essa “Senhora” relaciona a ação do Poder Público, consegue resumir com perfeição o significado do Estado para a classe dominante.

Enquanto, para o trabalhador e para a parcela vulnerável da população, o Estado pode representar um atenuador das condições de vida a que estão submetidos e, em uma perspectiva mais transformadora, um espaço de reivindicação de direitos, entre eles o direito à cidade, para os membros da classe dominante, o Estado atua como agente de higienização dessas mesmas cidades.

Não é difícil compreender que esse aspecto da “higienização” das cidades também atinja a aversão sentida pelos grupos dominantes à participação popular. Na verdade, esse aspecto revelado por essa carta também é um dos componentes principais para explicar a ampliação do caráter policial do Estado e a criminalização de movimentos sociais importantes no Brasil.

Note-se que a tributação é tida por essa representante da classe dominante burguesa da Inglaterra como o pagamento “indesejado”, mas necessário, ao Estado para que ele garanta a ordem social nas cidades. Ordem social assentada na concentração de renda e na exploração dos trabalhadores urbanos.

Não é apenas esse o “tom” dado ao significado do Estado para a ordem burguesa. O caráter “humanitário” é, em muitos sentidos, ainda mais

degradante da condição do indivíduo pobre do que a ação repressora do Estado sob o capital.

Muitas das ações dos órgãos de governo no capitalismo, como instrumentos da ação estatal, se valem do discurso da racionalidade econômica e sustentam políticas destinadas à garantia da sobrevivência de determinados setores privados, revestindo-se de “humanitarismo”. Dirá Engels (2000, p. 311) que:

Também em outros campos a burguesia simula um ilimitado humanitarismo, mas somente quando seu interesse o exige – por exemplo, em sua política e em sua ciência econômica. Há cinco anos, ela se empenha em demonstrar ao proletariado que luta pela abolição das leis sobre os cereais em benefício dos operários. A verdade nua e crua é outra: as leis sobre os cereais, mantendo o preço do pão mais alto na Inglaterra que nos outros países, exigem salários mais elevados e, com isso, tornam mais difícil para os industriais concorrer com os fabricantes dos países onde o pão é mais barato e, por consequência, os salários são mais baixos; abolindo aquelas leis, o pão baixará de preço e a burguesia inglesa poderá reduzir os salários ao mesmo nível dos países europeus concorrentes.

5. O DIREITO À CIDADE E SEUS “NOVOS” AGENTES DE DISPUTA

A agenda do direito à cidade, especialmente no Brasil, por outro lado, requer também a consideração de agentes sociais que atualmente se movem em disputa pelos territórios, sobretudo nas periferias dos médios e grandes centros urbanos. Importa, porém, antes ressaltar que o Estado brasileiro, historicamente comprometido com os interesses de sua elite urbana e rural, experimentou, em época recente, uma considerável alteração em sua orientação de agenda.

Sobretudo entre os anos de 2003 e 2010, o Brasil atravessou um período de aumento significativo das ações do Estado no combate à pobreza e à fome, marcadas pela mobilização do fundo público destinado a programas sociais com repercussões diretas na vida das cidades brasileiras.

Claramente identificada como uma reorientação voltada para a população mais pobre das cidades, o governo federal brasileiro empreendeu nesse período, com relativo sucesso, um ensaio para a retomada de pactos sociais importantes. Uma série de políticas públicas fundamentais tiveram um aumento de investimento e produziram efeitos significativos nas dimensões de consumo das populações mais pobres e nas ações afirmativas. Um exemplo disso é a política de habitação desse período, com o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), um dos casos mais celebrados.

Desde o lançamento do programa até 2016, foram celebrados mais de 4,2 milhões de contratos de moradias, beneficiando cerca de 10 milhões de brasileiros em quase 97% dos mais de cinco mil municípios do Brasil. O volume de investimentos ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores é estimado em cerca de R\$ 300 bilhões, responsável pela geração de 1,7 milhões de empregos diretos e indiretos.

O programa MCMV sofreu reformulações ao longo dos anos de sua execução e foi alvo de inúmeras críticas. Contudo, é relevante para a discussão sobre o direito à cidade considerar outro aspecto que vai além dos seus números. Esse aspecto pode figurar entre os elementos capazes de explicar o avanço e a permanência de estruturas antidemocráticas, tanto na perspectiva do direito à cidade quanto em outros processos sociopolíticos.

A ausência de uma prática intersetorial na execução das políticas públicas nos territórios das cidades brasileiras está na base de grande parte das críticas feitas aos governos federais nos anos recentes. A execução de uma política de habitação sem integração, por exemplo, com a política de promoção à saúde nos territórios é, possivelmente, o caso mais emblemático no Brasil.

Inicialmente, é preciso assim situar o papel das políticas públicas em relação aos interesses dos principais polos de disputa: trabalhadores e capital. Para a classe trabalhadora que vive nas cidades, as políticas públicas representam a manutenção de condições objetivas para sua reprodução social. Já para o capital, essas políticas servem para atenuar os efeitos das contradições

sociais, garantindo, em última instância, a continuidade das condições de exploração da força de trabalho dos moradores das cidades.

Sob nenhum desses dois aspectos, há, portanto, um caminho revolucionário ou com potencial de profundas mudanças estruturais originadas na execução das políticas públicas como aqui traduzido. Tal constatação, obviamente, não impede que sejam mapeadas determinadas ações do Estado capazes de alterar significativamente as condições de vida de milhões de brasileiros, seja na cidade ou no meio rural.

O que determina também o maior efeito e profundidade dessas políticas é exatamente a capacidade de serem pautadas pela prática da intersetorialidade. Esta negativamente comprometida quando, em lugar da busca por um projeto de país, opta-se pela manutenção da governabilidade via loteamento de pastas ministeriais.

A ausência de um projeto único e unificador de ações compromete, assim, o sucesso das políticas públicas em países como o Brasil. Isso resulta, por exemplo, em casos de construção de habitações populares em periferias sem infraestrutura prévia, sem mobilidade, transporte público, iluminação, equipamentos de educação e saúde pública.

Conjuntos populares localizados nas periferias das cidades brasileiras, quando executados sem integração com outras políticas, atendem as necessidades de construtoras, incorporadoras e agências de financiamento, reduzindo parte do déficit habitacional, mas sem se tornarem exemplos de sucesso transformador. Isso ocorre devido ao descompasso com políticas fundamentais como educação, saúde, segurança e mobilidade. A cidade pensada e planejada de modo fragmentado e produtora de novas segregações.

A população residente nas periferias das cidades, apesar de ter moradia assegurada – ainda que parcialmente, segundo exigências de ventilação, iluminação e outras condições de um projeto arquitetônico – enfrentará obstáculos geográficos e físicos para acessar serviços de saúde, educação e mesmo para se deslocar ao trabalho.

A razão? Além de outros fatores de ordem estrutural pode ser também encontrada na ausência do atributo qualificador da intersetorialidade das políticas públicas no Brasil, que segundo Wanderley (2020) também produz como marcas definidoras a duplicidade de cadastros de beneficiários, sobreposição de ações e paralelismo de intervenções. Além disso, resulta em desperdício do fundo público em relação às demandas reais da classe trabalhadora urbana.

A intersetorialidade é também uma resposta democrática. Requer vontade política forte e comprometida com a classe trabalhadora, depende de participação popular e se manifesta no território, o *locus* da avaliação real do sucesso das ações do Estado, e não no gabinete das instituições que monitoram popularidade.

Essa transformação deve começar com a reformulação das práticas de governo, migrando a ideia de política pública como refém da governabilidade para uma noção democrática de política pública integrada e participativa.

Por outro lado, a fragmentação das políticas gera também fragmentações de outra natureza, a dos espaços onde são implementadas. A ausência de institucionalidades promotoras de coesão social nas periferias explica o surgimento e o fortalecimento de “novos” agentes de disputa, como milícias, grupos religiosos radicais e o fascismo.

Esses agentes, com normas, crenças, valores e objetivos próprios, ocupam as periferias devido à ausência do Estado, formando redes de oferta de serviços de segurança, solidariedade, comunicação, e, às vezes, sistemas locais de justiça.

Dados de 2023 apresentados no relatório *Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas* de autoria de De Negri (2023) produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) mostram, por exemplo, que dos 124.529 estabelecimentos religiosos no Brasil, cerca de 52% pertenciam ao universo evangélico pentecostal. Tais grupos, que se multiplicam nas periferias, são responsáveis por projetos sociais e até de qualificação profissional, o que lhes tem conferido lugar de importância nas

comunidades mais pobres, influenciando agendas de governo e de campanha em todo o Brasil. Outro agente importante é a segurança privada, oferecida por agentes de segurança pública em folga. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em dados de 2024, cerca de 23,5 milhões de brasileiros alegaram viver em bairros com esse tipo de serviço oferecido em paralelo às ações oficiais do Estado.

Tanto os grupos religiosos de matriz neopentecostal quanto os grupos armados de segurança privada estão associados a um terceiro agente comprometedor da democratização da cidade: os grupos de extrema-direita de natureza fascista. Estes, de difícil mapeamento, mas que evidenciam sua presença nos parlamentos municipais, com influência na execução da política urbana.

Agentes que operam como obstáculos reais ao exercício do direito à cidade posto que findam por “privatizar” o espaço público onde atuam e comprometem planos diretores, definições de zonas de interesse social, áreas de preservação, áreas destinadas à regularização fundiária, corredores de mobilidade urbana, delimitação de perímetros urbanos e outros instrumentos fundamentais para o exercício desse direito. Tem-se, assim, a combinação de elementos favorecedores das práticas de especulação imobiliária em grande parte das cidades médias e grandes de todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

A construção de alternativas para a universalização do direito à cidade, especialmente pensada a partir da perspectiva da classe trabalhadora brasileira, passa, assim, principalmente por uma discussão sobre o projeto de país. Essa discussão requer uma repactuação que leve em conta os interesses dessa classe em relação à sua reprodução social e material.

Nesse sentido, reabilitar o instituto da participação popular por meio de uma articulação entre os conselhos de políticas sociais, movimentos, associações de bairro, parlamentos, gestores públicos, academia e outros agentes emerge como uma tarefa urgente.

A articulação em rede, na escala dos territórios urbanos, embora possua um caráter institucional principalmente exercido por meio das administrações municipais, tem na participação popular não apenas um recurso retórico, mas sua sustentação e sentido. A democracia participativa possui, dentre todas as ferramentas disponíveis aos gestores municipais, o maior potencial para a execução de uma política urbana sustentável e de promoção à saúde, em consonância com a ideia de direito à cidade.

Não por acaso, é exatamente nesse campo que as forças sociais de caráter progressista e democrático enfrentam sua antítese: o autoritarismo como processo institucionalizado. A participação popular é, de fato, o corolário do direito à cidade, mas também a prova de que se está caminhando em direção a uma democracia.

Após reabilitar e requalificar a participação popular por meio da reativação dos conselhos da cidade existentes, convocando movimentos sociais para atualizar a agenda do direito à cidade, deve-se, em seguida: 1) repensar o direito à cidade como pacto social; 2) mobilizar a agenda do direito à cidade do ponto de vista da classe trabalhadora e de seus interesses imediatos, como habitação, mobilidade, saúde e educação; 3) atentar para sua negação às populações da periferia das cidades brasileiras, que enfrentam a vigilância e a punição da pobreza como algumas de suas expressões mais recentes; 4) rediscutir o papel da intersetorialidade na execução das políticas públicas, tanto no nível da avaliação das já executadas quanto das que estão em andamento; e, por fim, 5) considerar o papel de todos os “novos” agentes que disputam a cidade no atual contexto urbano brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. 1. reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 1993.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: Ipea, nov.

2023. (Diset: Nota Técnica, n. 123).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Editora, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. Livro I, v. I.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Editora Russel, 2012.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1994.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

Capítulo 4

SAIRÉ EM AÇÃO: INICIATIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL

Igor Bezerra Pontes
Renata Raiane Silva Santos
Gildo Pontes de Arruda

PROGRAMA SAIRÉ EM AÇÃO

As iniciativas do programa foram concebidas para atender às demandas e desafios de uma sociedade contemporânea que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Reconhecendo a necessidade de um modelo sustentável, o programa adota uma abordagem integrada que considera as interconexões entre esses três pilares.

Inspirado pelo movimento global de “Cidades Saudáveis”, seguindo os princípios e diretrizes da Carta de Ottawa (1986) e da Política Nacional de Promoção da Saúde (2015), o programa é composto por um conjunto de ações que visa à melhoria da qualidade das iniciativas das políticas públicas. A intersetorialidade, que promove a colaboração entre os setores público e privado, conciliada à participação da sociedade civil, é fundamental para garantir a eficácia na implementação das ações. Essa sinergia busca gerar um impacto real e positivo na vida da comunidade local, promovendo não apenas o bem-estar dos cidadãos, mas também a preservação dos recursos naturais e a inclusão social.

Dessa forma, o programa se estabelece como uma plataforma inovadora para fomentar um desenvolvimento local que respeite as necessidades da população e as características do ambiente em que está inserido.

1. CONCEITO

O “Sairé em Ação” tem como objetivo geral promover o desenvolvimento saudável e sustentável do município de Sairé. Para alcançar essa meta, a iniciativa busca fomentar a interação entre diversos atores sociais, assegurando que os cidadãos se tornem protagonistas no processo de transformação de sua comunidade.

O programa teve início em julho de 2021, ampliando e otimizando os projetos saudáveis/sustentáveis que inicializaram em 2004 no município.

Os princípios fundamentais que norteiam essa política pública são a intersetorialidade e o protagonismo cidadão. A intersetorialidade enfatiza a importância da colaboração entre a comunidade e o setor público, criando um ambiente onde todos trabalham juntos em prol de um bem comum. O protagonismo cidadão, por sua vez, incentiva a participação ativa dos habitantes nas decisões e ações que impactam suas vidas, reconhecendo que cada indivíduo tem um papel crucial na construção de um futuro melhor.

O público-alvo da experiência abrange os habitantes de Sairé, majoritariamente crianças de 5 anos até adultos de 80 anos. Além disso, a iniciativa considera uma distribuição de gênero quase equilibrada e valoriza a pluralidade étnica e social da população.

Dentro do escopo das metas estabelecidas, o programa visa à melhoria contínua da qualidade de vida e à sustentabilidade local. Para isso, alinha-se às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente as relacionadas à criação de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e à formação de parcerias para alcançar esses objetivos (ODS 17).

1.1. Principais iniciativas

Entre as principais iniciativas do Sairé em Ação, destacam-se:

1. A implementação de uma Nova Política Municipal de Resíduos Sólidos, que busca práticas sustentáveis na gestão dos resíduos gerados.

2. O acolhimento das famílias que viviam do lixo, promovendo inclusão social e apoio àquelas que dependiam do lixo como meio de subsistência.
3. A promoção da educação ambiental por meio de programas educativos nas escolas municipais, visando conscientizar as crianças sobre a importância da preservação ambiental.
4. A realização de ações comunitárias para o reflorestamento, incentivando a participação dos cidadãos na restauração das áreas verdes.
5. A revitalização de espaços públicos, criando e mantendo locais que promovam o bem-estar da população.
6. O incentivo ao esporte, com a promoção de atividades físicas que visam combater o sedentarismo e melhorar a saúde da comunidade.

Essas diretrizes e ações refletem o compromisso do Sairé em Ação com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, buscando sempre melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos e construir um futuro mais justo e equilibrado para todos.

Destaca-se também a atuação da cooperativa de catadores, conhecida como Cooperativa Estadual de Catadores Profissionais de Sairé (PE) (COESCAP). Essa cooperativa é um exemplo notável de gestão eficiente no tratamento de resíduos sólidos, sendo a única no estado que opera com um aterro sanitário devidamente licenciado. O projeto não apenas garante a destinação correta dos resíduos, mas também se preocupa com o bem-estar dos cooperados, oferecendo treinamento e capacitação. Isso resulta em condições dignas de trabalho e promove a inclusão social ao tirar os catadores da informalidade, reconhecendo seu papel fundamental na sociedade.

Outro aspecto importante foi a implementação de programas de educação ambiental nas escolas, focados em crianças de 5 a 12 anos. Essas iniciativas têm como objetivo ensinar os pequenos sobre o descarte adequado dos resíduos e a importância do reflorestamento. Ao empoderar essas crianças, busca-se formar cidadãos conscientes e engajados na

preservação ambiental desde cedo, criando uma geração mais responsável em relação ao meio ambiente.

Além disso, houve um grande esforço para envolver a comunidade no reflorestamento do município. Debates foram realizados com lideranças civis para planejar essas ações, resultando na doação de mais de 18.000 mudas de árvores. Essa ação não só contribui para a recuperação ambiental, mas também incentiva a participação ativa da população na preservação do seu entorno.

A melhoria dos espaços públicos é outro foco essencial dessas iniciativas. A criação e manutenção de áreas seguras e bem conservadas são fundamentais para promover o bem-estar da população. Esses espaços proporcionam locais adequados para interação social e atividades físicas, incentivando um estilo de vida mais saudável.

Para complementar esse panorama, a promoção de eventos esportivos também desempenha um papel significativo. Campanhas e competições são organizadas para estimular a prática de atividades físicas entre os moradores, contribuindo para a saúde e bem-estar da população.

Por fim, a participação na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis por meio da parceria com o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco são fundamentais para o monitoramento e aprimoramento das ações saudáveis no município. Essas colaborações têm como objetivo capacitar os agentes envolvidos em diversas iniciativas, garantindo que as práticas implementadas sejam eficazes e sustentáveis.

1.2. Desafios

O município enfrenta diversas barreiras que impactam diretamente sua gestão e o bem-estar da comunidade. Um dos principais desafios é o orçamento municipal limitado, que exige um planejamento financeiro meticuloso. Com recursos restritos, é fundamental priorizar e otimizar os investimentos para atender, de maneira eficiente, as necessidades da população. Essa realidade torna-se ainda mais complexa em um momento pandêmico, onde a crise gerada

pela pandemia trouxe desafios significativos tanto para a administração pública quanto para a participação cidadã. A necessidade de adaptações rápidas nas abordagens de gestão se tornou evidente, exigindo uma resposta ágil e eficaz.

Em contrapartida, é essencial reconhecer o protagonismo do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Promover a participação ativa dos cidadãos é crucial, pois essa colaboração mútua entre governo e sociedade é o que pode levar a resultados efetivos. Para isso, deve haver um esforço conjunto que incentive essa participação cívica, fortalecendo os laços sociais.

Entre os fatores que contribuem para o sucesso das iniciativas municipais, destaca-se o sentimento de pertencimento dos cidadãos. Quando as pessoas se sentem conectadas à sua comunidade, isso não só fortalece os laços sociais, mas também incentiva uma maior participação nas ações cívicas. Além disso, o engajamento governamental é vital; a política deve ser uma construção coletiva que envolva todos os setores da sociedade. Decisões tomadas em conjunto garantem que as necessidades coletivas sejam atendidas de forma inclusiva.

Outro aspecto importante refere-se ao reconhecimento dos impactos sustentáveis das ações realizadas. É fundamental que tanto os agentes públicos quanto a sociedade civil estejam cientes da importância do desenvolvimento sustentável. Essa consciência é necessária para garantir o bem-estar do presente e futuro da comunidade.

Os resultados dessas práticas já são visíveis em Sairé, que se destaca no Brasil por suas iniciativas sustentáveis, alcançando uma impressionante taxa de reciclagem de 70% dos resíduos coletados. Recentemente, Sairé, por meio da COESCAP, firmou um acordo de cooperação técnica com a Prefeitura de Rio Branco, visando compartilhar experiências em gestão de resíduos e sustentabilidade. Essas colaborações são essenciais para aprimorar as práticas e expandir os conhecimentos sobre como gerenciar recursos de forma mais eficiente.

1.3. Monitoramento

O monitoramento das ações de promoção da saúde é uma tarefa complexa que requer uma abordagem abrangente. Nesse contexto, foram utilizados diversos métodos que incluem pesquisas qualitativas e quantitativas, observação direta, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Essa diversidade metodológica permite uma visão holística do impacto das ações implementadas. Além disso, a colaboração com a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis e o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da UFPE foi fundamental. Juntas, essas instituições utilizaram ferramentas como o Método Bambu e realizaram seminários que enriqueceram o processo de monitoramento.

Na etapa de avaliação, as pesquisas qualitativas desempenharam um papel essencial. Por meio de entrevistas aprofundadas e análises de conteúdo, foi possível explorar detalhadamente as percepções dos participantes, capturando não apenas suas experiências individuais, mas também nuances que poderiam passar despercebidas em análises mais superficiais. Complementarmente, as pesquisas quantitativas, realizadas por meio de questionários estruturados, forneceram dados amplos sobre a amostra estudada, permitindo uma visão geral sobre o tema. Essa combinação de métodos qualitativos e quantitativos resultou em uma compreensão muito mais rica do assunto em questão, com publicações disponíveis para consulta pública.

1.4. Plano diretor participativo

O Plano Diretor Participativo Saudável de Sairé foi criado com a coordenação da Agência CONDEPE/FIDEM em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE), tendo grande colaboração da população local.

A metodologia empregada é adaptada à realidade rural e à população urbana, seguindo etapas de levantamento, análise e sugestões.

Durante a construção do plano, realizaram-se diversas oficinas que permitiram os participantes identificar aspectos positivos e áreas que deveriam ser qualificadas, além de explorar conceitos de vínculo local e espaços públicos.

As diretrizes do plano abrangem diversas dimensões, como desenvolvimento econômico e social, meio ambiente e saneamento, mobilidade e acessibilidade, e gestão participativa.

O plano tem como objetivo não apenas a saúde pública, mas a integração de políticas sociais, para promover um ambiente saudável e sustentável com o tempo, fortalecendo o vínculo do cidadão com sua comunidade e otimizando o impacto das políticas públicas.

A experiência de Sairé reflete a importância de um planejamento urbano que considere todo o território e suas peculiaridades, garantindo assim a participação da sociedade civil e a empatia para essa construção, visando desenvolver uma cidade que avance de maneira inclusiva, sustentável e saudável.

1.5. Intersetorialidade

O programa governamental intersetorial representa uma iniciativa crucial para a gestão pública, sendo liderado pela Secretaria de Administração. Essa secretaria desempenha um papel fundamental ao coordenar a colaboração entre diferentes esferas do Poder Público, associações e a sociedade civil. A liderança da Secretaria é essencial para estabelecer parcerias estratégicas que promovem uma abordagem integrada no enfrentamento de desafios sociais e comunitários.

Nesse contexto, a abordagem intersetorial é destacada como um dos pilares do programa. A Secretaria atua como facilitadora, incentivando a participação ativa de todos os interessados. Isso não apenas garante uma troca efetiva de conhecimentos e recursos entre os setores envolvidos, mas também mobiliza diversas áreas da sociedade, como educação, saúde, desenvolvimento econômico e meio ambiente. Essa mobilização resulta em uma gestão mais eficaz e na busca por soluções sustentáveis para os problemas enfrentados.

Sete secretarias municipais estão diretamente envolvidas na implementação desse programa: Administração e Planejamento, Educação, Cultura e Esportes, Turismo e Desenvolvimento, Ação Social e Cidadania, Infraestrutura e Urbanismo, Saúde, Agricultura e Meio Ambiente. A diversidade de setores envolvidos enriquece as discussões e amplia o alcance das iniciativas desenvolvidas.

Além disso, é importante ressaltar a fase do ciclo político em que esse esforço intersetorial se insere. Desde a formulação até a implementação e avaliação do programa, essa abordagem horizontal garante uma comunicação fluida e uma colaboração integrada entre todos os participantes. Isso é fundamental para o sucesso das ações propostas.

Por fim, destaca-se a iniciativa da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS). Essa rede visa promover a colaboração entre gestão pública, sociedade civil e universidades com o objetivo de implementar intervenções inovadoras que melhorem a qualidade de vida nos municípios de Pernambuco.

1.6. Participação social

A participação social é um pilar fundamental para o fortalecimento das sociedades democráticas. A representatividade é crucial nesse contexto, pois a inclusão de líderes comunitários, sindicais e associações garante uma representação plural, refletindo a diversidade da população. Essa diversidade de perspectivas assegura que diferentes vozes e interesses sejam ouvidos, promovendo decisões mais inclusivas e que atendam às necessidades reais da comunidade.

Um exemplo prático dessa abordagem é o Método Bambu, que serve como uma ferramenta de mobilização e planejamento intersetorial. Essa metodologia empodera a comunidade em iniciativas de saúde, permitindo que as pessoas se tornem protagonistas na busca por melhorias em suas condições de vida.

A participação social não se limita a um único momento; ela permeia todas as fases do ciclo da política pública. A ação participativa envolve equipes que trabalham horizontalmente, compartilhando conhecimentos e

experiências. Essa colaboração contínua é vital para a avaliação das políticas implementadas, permitindo identificar pontos fortes e áreas que precisam de aprimoramento. Assim, possibilita-se adaptar os programas às necessidades emergentes da população.

Outro aspecto crucial do Sairé em Ação é a escuta ativa, que enfatiza a importância da comunicação eficaz e do compartilhamento de informações. Essa interação constante com a comunidade é fundamental para compreender suas necessidades e desejos, garantindo que as políticas públicas sejam realmente direcionadas ao que a população demanda.

A abordagem baseada em dados também se destaca, pois o uso contínuo de dados e feedbacks permite maximizar o impacto das ações políticas. Isso garante que as decisões sejam fundamentadas em evidências concretas, aumentando assim a probabilidade de sucesso das iniciativas.

A sustentabilidade dessas experiências é diretamente influenciada pela participação popular. Quando a população se envolve ativamente no processo de construção das políticas públicas, as iniciativas tendem a ser mais eficazes e alinhadas às realidades locais. Além disso, essa participação promove autonomia e empoderamento, garantindo que a liderança popular sustente os avanços mesmo diante de mudanças políticas.

Em suma, a participação social é uma força transformadora que contribui significativamente para a sustentabilidade das políticas públicas ao longo do tempo. Essa interação entre a comunidade e as instituições governamentais não apenas fortalece a democracia, mas também assegura que as políticas sejam realmente efetivas e capazes de atender às demandas da população.

2. REPLICABILIDADE

Para garantir que o programa possa ser replicado em outras localidades, alguns fatores-chave devem ser considerados. Primeiramente, são necessários recursos financeiros adequados para sustentar as ações ao longo do tempo. Além disso, contar com recursos humanos capacitados e engajados

é fundamental para a implementação eficaz das políticas e para manter um canal aberto de escuta ativa com a comunidade.

A infraestrutura também desempenha um papel essencial; estruturas adequadas para coleta de dados e comunicação são imprescindíveis para o sucesso do programa. Por fim, as parcerias intersetoriais são vitais, pois a colaboração entre governo, sociedade civil e empresas proporciona uma abordagem mais robusta e integrada.

O programa Sairé em Ação se destaca por sua inovação, especialmente na promoção da participação comunitária. A inclusão ativa da população nas decisões fortalece o empoderamento dos cidadãos e fomenta a coesão social. A cultura de governança intersetorial, que integra diferentes setores sociais, permite uma resposta mais abrangente às demandas da sociedade.

Outro ponto inovador é o foco na criação de ambientes saudáveis, seguros e inclusivos. Essa visão holística do bem-estar reflete uma preocupação com a qualidade de vida da população como um todo.

As experiências relatadas pelo Sairé em Ação correspondem a diversas áreas de ação política relevantes, como: Governança Local para Saúde e Bem-Estar; Ação Intersetorial; Participação e Empoderamento Comunitário; Acesso a Serviços Básicos; Ambientes Saudáveis; e Gestão de Emergências de Saúde e Desastres, considerando os impactos das mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa “Sairé em Ação” representa uma abordagem inovadora e integrada para o desenvolvimento sustentável e saudável do município de Sairé, destacando-se como um modelo a ser seguido por outras localidades, como foi reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) como programa referência para cidades da Latinoamérica. A proposta de promover a intersetorialidade e o protagonismo cidadão é um dos pilares que sustentam as iniciativas do programa, permitindo que a comunidade se torne protagonista na transformação de seu ambiente. Essa estratégia

não apenas fortalece o vínculo entre os cidadãos e suas comunidades, mas também assegura que as políticas públicas sejam moldadas de acordo com as necessidades reais da população.

A implementação de ações concretas, como a nova política municipal de resíduos sólidos e a promoção da educação ambiental, demonstra o compromisso genuíno com a sustentabilidade e a inclusão social. A criação de espaços públicos revitalizados e a promoção de atividades esportivas são exemplos claros de como o programa busca melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo um estilo de vida mais saudável e ativo. Além disso, a atuação da COESCAP é um exemplo notável de como a inclusão social pode ser efetivamente promovida, garantindo condições dignas de trabalho para os catadores e contribuindo para a gestão eficiente dos resíduos.

O programa também apresenta desafios, como a limitação orçamentária e a necessidade de adaptação às circunstâncias emergentes, como as trazidas pela pandemia ou desastres naturais. A capacidade de resposta rápida e eficaz é crucial para garantir que as iniciativas continuem a atender às demandas da população. A promoção da participação social e o fortalecimento do sentimento de pertencimento são fundamentais para superar essas barreiras, pois um cidadão engajado é um agente de mudança.

O monitoramento das ações implementadas, utilizando uma abordagem metodológica diversificada, é essencial para avaliar o impacto das iniciativas e garantir a transparência e a responsabilidade. A colaboração com instituições acadêmicas e redes de municípios saudáveis enriquece o processo, permitindo a troca de experiências e a melhoria contínua das práticas adotadas.

A replicabilidade do programa “Sairé em Ação” em outras localidades depende de fatores-chave, como a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e a infraestrutura necessária para a coleta de dados e comunicação. A cultura de governança intersetorial, que integra diferentes setores e promove a colaboração entre eles, é fundamental para o sucesso do programa.

A experiência de Sairé pode servir de inspiração para outras cidades que buscam implementar práticas de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Ao priorizar a participação da comunidade e adaptar as políticas às suas necessidades, o programa não só melhora a qualidade de vida local, mas também estabelece um modelo que pode ser adaptado e replicado em diferentes contextos.

Portanto, o “Sairé em Ação” não é apenas uma iniciativa local, mas um exemplo de como a união de esforços e a valorização do protagonismo cidadão podem gerar mudanças significativas e duradouras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Vigilância à Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- CARTA DE OTTAWA. In: BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 56 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.
- FREIRE, Maria do Socorro Machado. **Análise da intersetorialidade na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis**: o caso de Sairé. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.
- FREIRE, Maria do Socorro Machado; SÁ, Ronice Maria Pereira Franco de; GURGEL, Idê Gomes Dantas. Sairé Mais Saudável: política intersetorial como marco de mudança para equidade local. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3893-3902, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n12/3893-3902/pt>. Acesso em: 3 nov. 2024.
- MELO, Cláudia. **A experiência metodológica participativa e saudável de Sairé e Bonito**. 8 f. Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?folderId=141804&name=DLFE-11973.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.
- MENEZES FILHO, Abel; FRANCO DE SÁ, Ronice; FREIRE, Socorro. Método Bambu. In: FRANCO DE SÁ, Ronice; YUASA, Motoyuki; VIANA, Valdilene Pereira. (org.). **Municípios saudáveis no Nordeste do Brasil**: conceitos, metodologia e relações institucionais. Recife: Editora Universitária/UFPE, p. 49-58, 2006.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Promoção da saúde**: guia para a implementação nacional da Declaração de Xangai. 2018.



Capítulo 5

CIDADES SAUDÁVEIS: UM COMPROMISSO COLETIVO POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Rosilda Mendes
Ana Maria Girotti Sperandio

INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa o movimento por cidades saudáveis a partir de nossas reflexões e experiências empreendidas nas últimas décadas. Temos nos deparado com inúmeros estudos que abordam as cidades a partir de novos e velhos temas como a globalização, a urbanização, a segregação, a desigualdade, a exclusão, a pobreza. Entretanto, queremos reforçar a ideia de que as cidades possam ser repensadas para transformar a realidade socioespacial e torná-las um lugar melhor para se viver (Akerman; Mendes; Ficher, 2014).

Pensar a cidade é pensar no futuro, como e com quem pretendemos construí-la. Essa construção, entretanto, não está isenta de disputas e conflitos. As cidades são espaços de poder, mas também dotadas de simbologias, de distintas identidades, de representações, de imaginários e de subjetividades. Essa dupla significação traz inúmeros desafios e parece ser um profícuo horizonte à produção social da saúde, tanto na inclusão de diversos sujeitos locais no estabelecimento de políticas públicas de melhoria das condições de vida e saúde, como na tomada de decisões partilhadas, portanto, mais legítimas. Sob este prisma, consideramos que as cidades são espaços potentes para construir novos caminhos éticos para a sociedade (Rolnik, 1988, Souza, 2010).

Assim, pretendemos aqui, ao tratar da iniciativa por cidades saudáveis, considerá-la como um amplo e complexo repertório favorecedor da análise, reflexão e tomada de decisão que incorpora e sustenta uma forte base valorativa na defesa da democracia, solidariedade, equidade, ética e justiça social.

1. CIDADES E A PRODUÇÃO DA SAÚDE

A história nos mostra que o nascimento das cidades sempre esteve vinculado à ideia de uma produção da saúde, a uma concepção de saúde pública em particular, e ao esforço sistemático de compreender as relações causais entre o adoecimento e o meio físico. Assim, legislações foram estabelecidas e departamentos de saúde foram criados. Muitos desses princípios se sustentaram por mais de 50 anos e a saúde pública continuou investindo nas cidades e exercendo grande influência nas políticas públicas (Rosen 1994). Ou seja, a saúde pública sempre tratou as questões ambientais como parte do seu escopo e seguiu construindo diversos argumentos para a necessidade de implementação de projetos no âmbito das cidades.

A crise no setor saúde dos anos 1970 pode ser considerada a crise de custos e de paradigmas. Era preciso renovar o interesse pela saúde pública e pelo preventivo. Os maiores contribuintes para a melhora de saúde, diziam os estudiosos, estariam relacionados em menor grau à assistência médica e apoiados em maior medida na importância do desenvolvimento econômico, no incremento da disponibilidade de alimentos, em um ambiente saudável, nas condições de vida e de trabalho. Para se alcançar a saúde são sugeridas e implementadas as chamadas estratégias de promoção da saúde, ou seja, para melhorar as condições de saúde e de qualidade de vida, não basta apenas curar as doenças, tomar medicamentos, é necessário atuar sobre as condições sociais que são determinantes da saúde.

É com esta preocupação que começam os primeiros delineamentos da proposta contemporânea de cidades saudáveis. O informe do governo canadense, de 1974, intitulado *Uma nova perspectiva sobre a saúde dos*

canadenses, conhecido por Informe Lalonde, teve um grande efeito no pensamento sanitário, especialmente nos países com mercados desenvolvidos, e conduziu indiretamente o movimento por cidades saudáveis. Este informe baseia-se nas constatações do estatístico McKeown, que analisou a mortalidade por enfermidades infecciosas, na Inglaterra e País de Gales, entre 1840 e 1970, tendo concluído que as doenças tendem a ocorrer nas populações que se desenvolvem alijadas de suas condições ambientais originais. O Informe Lalonde assume esses argumentos, aplicando estes princípios à realidade canadense, com definição de estratégias nacionais de saúde e sugerindo que as ações de promoção da saúde deveriam se constituir numa importante prioridade (Hancock 1993, Ashton 1993).

Os primeiros delineamentos do movimento contemporâneo de cidades saudáveis tem origem, portanto, nos países com mercados desenvolvidos, Canadá e Estados Unidos nos anos de 1980, e, depois, em vários países da Europa. O movimento por cidades saudáveis, para a maioria dos países da América Latina, data dos anos de 1990. Foi iniciado pela Organização Pan-Americana de Saúde, após a Declaração de Bogotá (1992) e da Carta de Promoção da Saúde do Caribe (1993), com base na experiência obtida nos países com mercados desenvolvidos. Apesar de suas bases serem universais, a implementação de uma cidade saudável apresenta diferenças significativas dado o contexto sociopolítico onde se inserem.

Deve-se destacar que o movimento por cidades saudáveis não foi uma iniciativa isolada. Fez parte de um conjunto de políticas urbanas, implantadas pela ONU, difundidas e implementadas especialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que buscavam intervenções diretas, influenciando políticos e planejadores locais. Soma-se, também, aos demais movimentos que ganham destaque no final de século XX, como o de Comunidades Solidárias, Cidades Sustentáveis, Cidades Educadoras e Cidades Iluminadas. Hoje está estreitamente articulado aos princípios da Agenda 2030 reafirmada na elaboração do Consenso de Xangai sobre Cidades Saudáveis (WHO, 2016),

no qual foram debatidos ações e compromissos, a fim de assegurar cidades cada vez mais inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e saudáveis, além de reconhecer que a saúde da população é um dos sinais mais contundentes do alcance do desenvolvimento sustentável.

No contexto da América Latina, alguns países também vêm adotando a estratégia de criação de redes de municípios saudáveis. A fim de acompanhar o processo de construção e consolidação de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCCS) da Região das Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) iniciou um processo de definir “Critérios para municípios, cidades e comunidades saudáveis na Região”. Esses critérios são o resultado de um trabalho colaborativo que contou com a participação de diferentes pessoas e instituições dos países, incluindo autoridades governamentais locais. O Movimento MCCS instituído constitui-se em uma plataforma regional de municípios que promove a cooperação estratégica entre eles para melhorar a saúde e o bem-estar de suas populações em torno de uma visão regional comum (OPAS, 2024).

2. COMO DEFINIR UMA CIDADE SAUDÁVEL?

No geral, as pessoas fazem uma conexão do adjetivo “saudável” com o setor saúde, o que significaria ter mais acesso aos serviços de saúde, hospitais e que, portanto, caberia unicamente ao setor tornar uma cidade mais saudável.

O exercício empreendido por Roux (1999) nos auxilia a pensar em outra direção. Para o autor, uma cidade não se transforma em “saudável” por decreto, não é algo que se imponha como um programa previamente definido em gabinetes e por instituições; em segundo lugar, “saudável”, não faz referência a um estado, porque qualquer que seja o estado de saúde que se alcance sempre poderá ser aumentado; uma cidade também não é “saudável” porque ali se realizam ações que favoreçam a saúde, porque todos os municípios, de uma forma ou de outra, desenvolvem ações de saúde: recolhe-se o lixo, prestam-se serviços assistenciais, controla-se a

qualidade dos alimentos; muitos municípios também promovem integração e participação comunitária, por meio de conselhos, e nem por isso podem ser reconhecidos como *idades saudáveis*; o que converte a cidade em saudável não é tampouco o fato de que as autoridades e os conjuntos sociais e instituições dediquem esforços para melhorar a qualidade de vida da população, nem que se utilizem racionalmente os recursos locais. Todos esses devem ser denominadores comuns de todas as cidades.

Defendemos, a partir desses argumentos, que uma cidade pode ser considerada *saudável* quando suas organizações locais e seus cidadãos adquirem o compromisso e iniciam o processo de melhorar continuamente as condições de saúde e de bem-estar de todos os seus habitantes. Preconiza-se o compromisso aos princípios da participação social, intersetorialidade, sustentabilidade e equidade na gestão das políticas públicas, associada ao fortalecimento do espaço público, que é o espaço dos encontros necessários ao bem viver. Em uma determinada cidade as pessoas e grupos envolvidos na construção de uma cidade saudável podem avaliar que a inexistência de áreas de lazer seja um dos entraves à obtenção de melhores condições de vida. Em outro local o principal pode ser o acesso a cursos profissionalizantes ou voltados para a geração de renda. Em outro caso, elevar o grau de confiança da população no Poder Público, um dos elementos importantes da chamada governança, pode ser o desafio que se coloca aos atores locais para construir uma cidade mais saudável. Essa imprecisão na definição, ou a impossibilidade de “prescrever uma receita” é reveladora de sua potência, isto é, a proposta de cidades saudáveis é aberta o bastante para que as pessoas se sintam confortáveis dentro dela e mobilizados a persistirem na sua construção (CEPEDOC, 2024).

3. CIDADES SAUDÁVEIS: PERSPECTIVAS ATUAIS

As cidades saudáveis merecem ser pesquisadas, geridas e ativadas pelos professores, pesquisadores e alunos das universidades, pelos gestores e técnicos dos municípios, pelos representantes de comunidades e pelas

empresas privadas. Para o desenvolvimento de um ambiente saudável não existem fórmulas definidas e sim arranjos entre pessoas que vivem em cidades e que acordam um conjunto de estratégias que devem ser consensuadas para o bem comum dos moradores, dos ambientes, das políticas de forma intra, inter e trans setorial. Há, sobretudo, nesse percurso a importância de considerar o local e o global, passando pelos seus interstícios, tentando preenchê-los com foco em soluções inovadoras que facilitem e reduzam as distâncias entre a concepção e a prática de tecer coletivamente a cidade saudável (Sperandio, 2024).

Pesquisas acadêmicas sobre o tema, que tomam como centralidade a participação social e a intersetorialidade, já são apontadas na Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2014), como estratégias que contribuem para o planejamento urbano saudável. No entanto, como destacado por Sperandio, *et al.* (2016), esta área de conhecimento carece ainda de estudos, pesquisas e práticas que sustentem processos mais qualificados e duradouros.

Para Sperandio (2022, p.13), *“o espaço saudável é aqui entendido como um lugar a ser tecido constantemente, considera a somatória do urbano e rural, aquele que por meio da gestão pública participativa, intersetorial, interseccional, inclusiva, solidária reflita sobre os caminhos para a felicidade coletiva, possibilitando desta forma, que as pessoas desenvolvam, avaliem e valorizem espaços participativos para a governança do bem comum...”* Desta forma, elementos materiais da cidade como a rua, acesso à água, moradia, alimentação etc. e, os não materiais, como participação popular, intersetorialidade, interseccionalidade, harmonia, felicidade podem facilitar e potencializar o processo de construção de um ambiente saudável (Sperandio, 2023, Sperandio *et al.*, 2022, OPAS 2024).

Para o desenvolvimento da cidade saudável o planejamento é fundamental e se constitui em um processo de estruturar, produzir, reproduzir e apropriar o espaço urbano a fim de ordená-lo, multidisciplinarmente, no sentido da melhoria da qualidade de vida e o viver saudável, como referido

por Bonetto e Sperandio (2024). Os temas como mobilidade, vazios urbanos, adensamentos populacionais, poluição, impactos ambientais, agricultura urbana, fome, mudanças climáticas. dentre outros, devem ser centro de atenção do planejamento urbano para projetar e colaborar com o futuro das cidades (Brasil, 2001).

Também os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) colocam na agenda global um plano de ação, com foco na redução da fome e pobreza, e destaca que para isso, há de se agir interdisciplinarmente, contemplando um desenvolvimento econômico harmônico, equitativo e sustentável. O ODS 11 deixa claro que “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” até 2030, significa “garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas” (ONU, 2021; WHO, 2016).

Em suma, podemos reafirmar que as cidades saudáveis não estão prontas, trata-se de um processo constante de acordos e confiabilidade entre gestão pública, universidades, sociedade civil, empresas e ambiente para mantê-la em constante dinamismo (Sperandio; Trevisan, 2024). Estas agendas e outras convergem no sentido de olhar a cidade como um organismo vivo, sua transformação constante e a simbiose entre o território e as pessoas (e animais) buscam e necessitam melhorar as condições de qualidade de vida e se sentirem saudáveis (OMS, 2024).

4. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO POR CIDADES SAUDÁVEIS NO BRASIL

Um estudo realizado em 2000 analisou a gênese do movimento por cidades/municípios saudáveis no Brasil e mostrou as principais características de sua implementação (Mendes, 2000). As iniciativas por cidades saudáveis no Brasil foram localizadas em cidades que se consideravam, naquele período, pertencentes ao movimento no país, motivadas principalmente pela discussão de formação de redes estaduais, como no estado de Alagoas, e pela realização de eventos que tentavam estimular o desenvolvimento de projetos nos municípios.

No geral, as primeiras experiências foram frágeis, do ponto de vista da participação social e, principalmente, não avançaram em termos de formular uma nova forma de gestão municipal, integrada, participativa e intersetorial, na medida em que se restringiram ao setor saúde ou foram lideradas por ele. Os estudos de caso realizados naquele período permitiram verificar também que a participação social apresentou progressos e retrocessos, conforme a capacidade de ação e reação dos grupos envolvidos. Os grupos mostraram-se dependentes de poucas pessoas que participam e discutiam temas de interesse da coletividade, como era de se esperar em iniciativas dessa natureza.

O Brasil conta com 5565 municípios, e poderíamos elencar centenas deles que possuem projetos sociais inovadores, com premissas de fortalecer os governos locais, a gestão intersetorial e participativa, objetivando a melhoria de qualidade de vida e a cidadania, pressupostos que definem uma iniciativa por uma cidade saudável. Diferentemente de alguns países da América Latina, do Canadá ou Europa, o Brasil não possui um órgão único ou instituição que aglutine as experiências de cidades saudáveis em andamento e promova incentivo à implementação de outras. Nos finais dos anos de 1990, algumas universidades e instituições ampliaram o debate de formação de uma Rede Brasileira de Municípios Saudáveis como uma estratégia que possibilitasse ampliar esse movimento no país.

Nos anos de 2000 e 2001, o Ministério da Saúde, juntamente com o CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde) e a OPAS/Brasil, articularam esforços para iniciar a formação da Rede Brasileira de Municípios Saudáveis. A dimensão do país, o número expressivo de experiências em andamento com objetivos comuns e a diversidade regional acabaram, no entanto, por fortalecer as Redes Regionais, que se desenvolvem em todo o território nacional com o apoio das instituições de ensino e pesquisa, das organizações governamentais e de outros parceiros.

Nos anos de 2000 outras iniciativas isoladas foram implementadas e redes regionais foram criadas e continuam implementando suas atividades até os dias de hoje.

A Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis foi criada no ano de 2003 com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), e conta atualmente com o apoio da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FECFAU) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A fim de promover a conexão entre os municípios da Rede, foram definidas algumas estratégias, dentre as quais se destacam o incentivo às ações intersetoriais, intrasetoriais e transeitoriais, o fortalecimento de diferentes práticas que firmam os valores e desejos dos atores sociais em relação ao seu território, para que assim colaborem com o desenvolvimento local saudável e sustentável, respeitando os critérios de equidade social. A Rede é um projeto de construção baseado no entrelaçamento de saberes e práticas originadas a partir de cada localidade participante, respeitando suas características, necessidades e anseios.

A Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS) envolve municípios de Pernambuco. É um projeto interinstitucional e inicialmente foi fruto de um convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco, Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP), a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Agência CONDEPE-FIDEM e o Governo do Japão por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), e teve a duração de cinco anos, compreendendo o período de 01/12/2003 a 30/11/2008.

O modelo de intervenção do projeto tem como base a atuação no aglomerado formado pelos municípios da região. A intervenção acontece em três níveis: o primeiro nível, local, corresponde à microrregião de vida da população (área onde se desenvolvem as relações, os afetos, as necessidades e as esperanças); o segundo considera os determinantes e condicionantes da vida cotidiana da população contemplada no primeiro nível, sendo, por essa razão, um espaço ampliado que envolve o município; e o terceiro nível abrange o conjunto dos cinco municípios em sua totalidade (NUSP, 2024).

A Rede Nacional de Comunidades Saudáveis (RNCS) é uma iniciativa do Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) e iniciou suas atividades no ano de 2005

com o objetivo de trabalhar pela consolidação e fortalecimento deste movimento por saúde nas comunidades populares. Esses grupos são representados por moradoras de comunidades (mulheres, em sua maioria), que buscam melhorar seu ambiente físico e a vida social, cultural e econômica, assumindo um papel ativo na solução dos principais problemas e na conquista dos direitos e bens sociais. São associações de mulheres, grupos culturais, esportivos, iniciativas individuais que atuam solidariamente, pelo enfrentamento coletivos dos problemas, pela busca da equidade e da qualidade de vida para todos (CEDAPS, 2024).

O Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) é uma iniciativa da FIOCRUZ (MS) e está em consonância com o SUS e a Agenda 2030 da ONU. As políticas e projetos no âmbito do PITSS, pelo seu caráter de ação de Estado, são orientados em seus desenhos metodológicos e gerenciais pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade, pela melhoria da qualidade de vida e a emancipação da população, a conservação ambiental, devendo destacar o território como categoria central (PTISS, 2024).

Em 2021 foi criada a Rede Colaborativa de Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis como uma instância de articulação informal, de livre adesão e sem fins lucrativos, entre organismos internacionais, setores governamentais dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais entre outros atores engajados no desenvolvimento de políticas públicas, tecnologias e conhecimentos que tornem as cidades cada vez mais inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis e saudáveis. A Rede objetiva reunir e sistematizar as experiências das diferentes regiões brasileiras, buscar e dialogar com redes e iniciativas internacionais e desenvolver estratégias e metodologias para indução, implementação, acompanhamento e sustentabilidade do movimento no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as cidades saudáveis como a ordem do futuro, esforços e desafios podem ser envidados no sentido de articular saberes setores e pessoas

para a identificação de interesses comuns, manutenção da utopia do saudável e como uma oportunidade para transformar realidades e promover a saúde.

Os pressupostos que sustentam a proposta por cidades saudáveis se apresentam, assim, como uma possibilidade de um fazer diferente, na perspectiva de futuro, em torno da defesa do interesse público, movimento que só é possível com a democratização e descentralização da gestão local. No entanto, há de se atentar para a sustentação das propostas. Projetos e propostas desenvolvidas na perspectiva desse ideário são de longo prazo e não podem estar vinculados a apenas um período administrativo e às oscilações de ciclos eleitorais. Nesse sentido, as redes podem ser potentes, uma vez que podem criar condições de participação, para as comunidades locais reconhecerem o projeto como seus.

O sucesso dessas práticas depende da nossa capacidade de dialogar, fortalecer a participação social e desenvolver governança colaborativa. O esforço conjunto é o que dá vida e continuidade às ações transformadoras. Objetivos direcionados à melhoria da vida e ao bem-estar das pessoas. O que está em pauta, portanto, é trazer a discussão sobre como os processos colaborativos, que envolvem múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, podem fortalecer arranjos, sem desconsiderar os interesses em jogo e as possibilidades de negociação.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, Marco; MENDES, Rosilda; FICHER, André L. Cidades saudáveis: um tema ainda relevante? In: SILVEIRA, Carmen B.; FERNANDES, Tania M.; PELLEGRINI, Bárbara. (org.). **Cidades saudáveis**: alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 65-81.
- ASHTON, John. Los orígenes de ciudades sanas. In: ASHTON, John (org.). **Ciudades sanas**. Barcelona: Masson, 1993, p. 1-11.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política

- Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.
- BONETTO, Bárbara; SPERANDIO, Ana Maria Girotti. El proceso de desarrollo de marcadores urbanos para Ciudades Saludables en América Latina. **RUA**, v. 30, n. 1, p. 279-296, 2024. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CENTRO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – CEDAPS. Disponível em: <https://cedaps.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis – CEPEDOC. Disponível em: <https://cepedoc.fsp.usp.br>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- HANCOCK, Trevor. Ciudad sana: utopías y realidades. In: ASHTON, John (org.). **Ciudades sanas**. Barcelona: Masson, 1993, p. 23-29.
- LIMA, Tailana Fraga; SPERANDIO, Ana Maria Girotti. Agricultura urbana como estratégia de enfrentamento da fome e para o desenvolvimento da Cidade Saudável. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 10, n. 1, p. 57-71, 2023.
- MENDES, R. Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos: os casos de Jundiaí e Maceió. 2000. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MONTAUTE, Maiara Gomes; SPERANDIO, Ana Maria Girotti. O Plano Diretor como uma conexão para a Cidade Saudável. **Labor e Engenho**, v. 17, p. e023002-e023002, 2023.
- NÚCLEO DE SAÚDE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NUSP. Projetos Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nusp/>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Critérios para municípios, cidades e comunidades saudáveis da Região das Américas. Washington, DC, 2024. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/59256>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Promoção de saúde e as cidades. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://iris.paho.org>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- PROGRAMA INSTITUCIONAL TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS (PITSS). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/programa/programa-institucional-de-territorios-sustentaveis-e-saudaveis#:~:text=O%20Programa%20Institucional%20Territ%C3%B3rios%20Sustent%C3%A1veis,socioambiental%20da%20sa%C3%BAde%20e%20a>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Editora UNESP; Hucitec; Abrasco, 1994.
- ROUX, Gustavo. La participación social, factor dinamizador de la estrategia de Municipios Saludables. Apresentado ao **Tercero Congreso de las Americas de Municipios y**

Comunidades Saludables, mar. 1999, Medellin, Colombia.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti (org.). **Cidade saudável**: diálogos e estratégias entre promoção da saúde e planejamento urbano. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <https://www.letracapital.com.br/produto/cidade-saudavel-dialogos-e-estrategias-entre-promocao-da-saude-e-planejamento-urbano/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. **Oficina de cidades saudáveis e distritos de conhecimentos**. Centro de Estudos sobre Urbanização para o Conhecimento e Inovação (CEUCI), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 11 out. 2023.

SPERANDIO, Ana Maria G.; TREVISAN, Simone. Knowledge districts prioritize healthy development. **Distritos do Conhecimento de Quarta Geração**, v. 7, n. 1, maio 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Shanghai consensus on healthy cities 2016**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-PND-17.9>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Capítulo 6

A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E MONITORAMENTO PARA UMA CIDADE SAUDÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE JACAREÍ

Sanmya Feitosa Tajra
Márcia Regina dos Santos Rosa

INTRODUÇÃO

O relato desta experiência, implantação do Programa Cidades Saudáveis em Jacareí ocorrida entre os anos de 2021 e 2024, tem por objetivo apresentar como ocorreu o desenvolvimento das atividades na perspectiva da governança, desde o momento da adesão formal ao programa, ao planejamento e ao monitoramento das atividades, bem como, o desenvolvimento efetivo das atividades no cotidiano da gestão municipal.

O ponto de partida para a implantação do Programa ocorreu a partir da intenção política dos gestores do município, quando conheceram a proposta do Cidade Saudável. Em especial, destacam-se a Secretária Municipal de Saúde e vice-prefeita, que possuía vasta experiência em saúde coletiva, mas desconhecia uma estratégia efetiva para trabalhar a promoção da saúde com uma percepção complexa, para além da abordagem da doença; e o prefeito, que demonstrava grande sensibilidade para lidar com questões de âmbito social, principalmente em relação à vulnerabilidade da população menos favorecida em determinadas regiões da cidade.

A partir do compromisso político e do conhecimento sobre o que é uma cidade saudável e como essa estratégia poderia contribuir para um novo

modelo de gestão com foco na promoção de políticas públicas saudáveis, foi desenvolvido um processo de trabalho com uma estrutura funcional a partir de uma assessoria específica no âmbito do gabinete da vice-prefeita, visando ter amplitude de atuação com as demais pastas governamentais que fariam parte do Programa.

Para o desenvolvimento do trabalho do Programa Cidade Saudável em Jacareí, considerou-se que a governança deveria contemplar o compromisso das autoridades locais com a qualidade de vida, a ser demonstrado por meio de decisões formais dos governantes, como pactos, contratos sociais ou legislações. Também deveria integrar os diversos setores locais para a construção da participação intersetorial, na perspectiva de que a saúde resulta da ação de vários segmentos e setores simultaneamente; promover um processo permanente de construção e melhoria, aberto a trocas de experiências e opiniões; e ter como direcionamento um planejamento de longo prazo sustentável (Tajra, 2018).

Uma das características que permeou todas as atividades do Jacareí Cidade Saudável, durante os anos de 2021 a 2024, foi a articulação entre diversos sujeitos das diferentes áreas da gestão municipal, reunindo uma variedade de conhecimentos e diferentes níveis hierárquicos. Essa articulação possibilitou o enfrentamento de problemas complexos e favoreceu a resolução das questões que surgiam, por meio de interações contínuas entre os atores, permitindo negociar, estabelecer e revisar objetivos comuns, com o entendimento de que, para alcançá-los, é necessário reconhecer a relação de interdependência entre os diversos atores, conforme apontam os autores Meijers e Stead (2004).

Este formato de gestão presente na proposta do Jacareí Cidade Saudável favorece novos modelos de composição de redes, a partir da organização de entidades, instituições, grupos sociais ou indivíduos, gerando conexões, por meio de uma articulação que se resume no princípio da horizontalidade, buscando alcançar conjuntamente os objetivos em comuns (Dessotti; Silva, 2010). A atuação baseada em formato de redes é uma estratégia que fortalece as relações fundamentadas na confiança a partir de um interesse comum,

sendo parte estruturante do processo da intersetorialidade e da integração de diferentes iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida, tendo em vista a complexidade dessa prática em relação à gestão das cidades e dos novos projetos de políticas públicas inerentes a esse movimento.

1. DA INTENÇÃO PARA A AÇÃO, DA UTOPIA PARA A PRÁTICA COTIDIANA, DA VISÃO DA CIÊNCIA PARA A GESTÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS

A estrutura de funcionamento da governança foi fundamental para que a experiência de Jacareí ocorresse de forma efetiva e duradoura ao longo dos quase quatro anos, de janeiro de 2021 a novembro de 2024. Vale ressaltar, que durante os dois primeiros anos, a Pandemia covid-19 fazia parte do contexto de todas as experiências, sendo que algumas atividades foram realizadas por meio de encontros virtuais.

Para explicar sobre a estruturação da governança e da formalização do Programa Jacareí Cidade Saudável, é necessário citar as sete estratégias utilizadas, sendo elas: a formação do Comitê Cidade Saudável, a formalização do Programa Cidade Saudável por meio de um decreto municipal, a inclusão do Cidade Saudável no Plano Municipal de Saúde, a adesão à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis e ao Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis da Região das Américas e a celebração de um acordo de cooperação técnico-científico com a Universidade do Vale do Paraíba. Cada uma dessas estratégias teve um objetivo a ser alcançado dentro do Planejamento do Jacareí Cidade Saudável, conforme descrição a seguir.

1.1. Criação do Comitê Cidade Saudável

Após a validação por parte da gestão municipal para implantar o Programa Cidade Saudável, o primeiro passo realizado foi a definição das áreas da gestão pública que participariam do Programa e, na sequência,

foi realizada a disseminação dos conceitos e das estratégias sugeridas pela Organização Mundial de Saúde sobre o Cidade Saudável para os secretários, diretores e assessores.

Em seguida, foram escolhidos representantes de oito secretarias e duas autarquias relacionadas às áreas da Saúde, Governo e Planejamento Urbano, Segurança Pública, Esportes e Recreação, Assistência Social, Mobilidade Urbana, Educação e Comunicação. Dentre as autarquias, foram escolhidas as que tratavam das questões culturais e habitacionais. Em 2024, foi acrescida também a área de Seguridade da Gestão Municipal.

A união dessas 11 áreas da gestão municipal resultou na constituição do Comitê Cidade Saudável que passou a ser responsável em realizar o planejamento e o desenvolvimento das ações. Durante os meses de fevereiro a junho e de agosto a dezembro ocorreram reuniões semanais entre os membros do Comitê para discutir as pautas e a execução do plano de ação. Sempre que necessário, outros servidores municipais ou profissionais externos eram convidados para ampliar as discussões das pautas, visando apoiar e melhor direcionar as ações do Comitê.

A estrutura organizacional de funcionamento do Comitê Cidade Saudável foi composta pelos seguintes membros: um membro político que foi representado pela vice-prefeita, uma coordenação técnica, conhecedora do Programa Cidade Saudável, uma assessora que prestava apoio ao desenvolvimento de todas as atividades do Comitê e 11 representantes da gestão municipal.

1.2. Decreto Municipal

A formalização do Programa Jacaré Cidade Saudável ocorreu por meio do Decreto Municipal n.º 405 de 10 de março de 2022, no qual integrou as ações do Cidade Saudável ao Plano de Governo estabelecido para o período de 2021 a 2024, aos objetivos pré-estabelecidos pela gestão municipal em ter uma cidade saudável, sustentável, acessível e participativa; à proposta de alinhar as ações

municipais à Agenda 2030 – 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; à necessidade de promover ações alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Promoção de Saúde e às orientações do Programa Cidades Saudável da Organização Mundial de Saúde. Também foi direcionado no Decreto n.º 405 a priorização em atender aos grupos populacionais mais vulneráveis, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

A oficialização do Programa Jacaréi Cidade Saudável ocorreu apenas 12 meses após o início das atividades do Comitê, pois a gestão municipal aguardava o diagnóstico elaborado pelos membros, que, em um primeiro momento, identificou 65 iniciativas, ações, programas e projetos das secretarias e autarquias participantes que favoreciam a qualidade de vida e o bem-estar da população. Tais iniciativas passaram a compor o rol dos programas do Cidade Saudável. Para fazer parte deste rol, a iniciativa deveria atender aos seguintes critérios:

- Ter potencial para impactar a qualidade de vida das pessoas.
- Ser intersetorial, tendo a participação de três ou mais secretarias/ autarquias.
- Estar em consonância com as orientações da PNPS.
- Constituir-se como programas/ações permanentes dos calendários do município.

Em 2023, foram acrescentados mais dois critérios: apresentar características inovadoras e diferenciadas e ser um programa (ação, projeto, iniciativa) de forte atuação da gestão municipal.

Diante do elevado número de iniciativas identificadas, a gestão municipal optou em priorizar dois temas a serem trabalhados para o Cidade Saudável: a violência doméstica e o envelhecimento populacional. A proposta era discutir como cada uma das áreas da gestão municipal estava ou poderia contribuir de forma mais assertiva em relação às pautas da violência doméstica e do envelhecimento populacional, conforme será descrito posteriormente.

1.3. Regimento interno

Visando criar um conjunto de normas e regras de funcionamento para o Comitê Cidade Saudável, foi elaborado pelos próprios membros do Comitê o regimento interno estabelecendo a estrutura organizacional de funcionamento, tais como: papel da coordenação e dos membros, participação nas reuniões, permanência e troca dos membros, eleição da coordenação técnica, dentre outras orientações.

1.4. Plano Municipal de Saúde de Jacareí

Durante as reuniões do Comitê Cidade Saudável, eram apontados pelos membros a necessidade da criação de outros instrumentos de formalização, como estratégia de fortalecer ainda mais a atuação do Cidade Saudável para além do plano e período do mandato de um governo. Com esse intuito, o Programa Cidade Saudável foi inserido como um dos eixos, com diretrizes e objetivos no Plano Municipal de Saúde de Jacareí, tendo sido aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde (COMUS).

As propostas inseridas no Plano Municipal preveem ações intersetoriais e intrasetoriais, ou seja, tanto fora do âmbito da Secretaria de Saúde como nas Diretorias e Assessorias da Secretaria de Saúde. Essa estratégia foi considerada necessária e importante pois possibilita uma articulação do Cidade Saudável para além do período de um mandato da gestão municipal, e também criou uma oportunidade para que a Secretaria de Saúde possa efetivamente assumir o Programa para além do período da gestão municipal, se for necessário.

1.5. Planejamento Estratégico da Secretaria de Saúde

Outra iniciativa para fortalecer o Programa Cidade Saudável foi sua inserção no Planejamento Estratégico da Secretaria de Saúde com uma estratégia de expansão da atuação do Programa para além das atuais secretarias e autarquias participantes do Comitê Cidade Saudável, bem

como fortalecer a internalização do programa na Secretaria de Saúde, principalmente, entre as diretorias de Atenção Básica, Atenção Especializada, Urgência e Emergência e Vigilância em Saúde. Sem, contudo, desconsiderar as demais áreas administrativas, a proposta visa criar uma ação sistematizada de intrasetorialidade no âmbito da Secretaria de Saúde.

1.6. Adesão à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis

O movimento de cidades saudáveis é potencializado por meio das redes locais, nacionais e internacionais. Como parte do processo de trocas de experiências e ganhos de conhecimento, o município de Jacareí aderiu à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis como uma estratégia para criação de uma rede de relacionamentos com outros municípios e atores que estão articulando o mesmo propósito: a construção de cidades saudáveis.

1.7. Adesão ao Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis da Região das Américas

O movimento do Cidades Saudáveis é fortalecido por meio da constituição de uma rede que permite a conexão entre os municípios para o compartilhamento das boas práticas e de conhecimentos de políticas de promoção de saúde. Tendo isso como um dos objetivos, o município de Jacareí aderiu também à Rede da Região das Américas, possibilitando uma maior interação no âmbito da Rede Nacional (Rede Colaborativa de Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis) e internacional, Rede das Américas. De acordo com este movimento “um município saudável é aquele que alcança um pacto social entre sociedade civil, gestão pública e outras instituições em prol da promoção da saúde da população, o que requer mudanças nas políticas, legislações e serviços que geralmente o município provê” (Andrade; Franceschini, p. 3853, 2017).

Como forma de colaboração ao movimento Cidade Saudável, o município de Jacaréi participou do V e VII Encontro de Prefeitos e Prefeitas dos Municípios Saudáveis da Região das Américas, ocorridos nos anos de 2022 e 2024, no Panamá e no Peru, para estimular novas estratégias e iniciativas locais para o desenvolvimento de uma cidade mais saudável.

Vale destacar que, na Europa, o movimento Cidade Saudável também se desenvolve em diferentes níveis de rede: redes nacionais, redes de cidades europeias e a rede das redes europeias. Essa estrutura favorece múltiplos tipos de conexões e fortalece o movimento em diversas direções, enriquecendo as trocas de experiências, ampliando as oportunidades de geração de conhecimento e promovendo a formação de redes de contatos. Foi por meio dessas sete estratégias que foi possível consolidar a permanência dos trabalhos do Cidade Saudável em Jacaréi durante os anos de 2021 a 2024.

2. PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO JACAREÍ CIDADE SAUDÁVEL

O planejamento das atividades do Jacaréi Cidade Saudável, entre 2021 e 2024, era realizado no início de cada ano e revisto ao longo do período, com possíveis adaptações sempre que necessário. Desde o início das atividades do Programa, o Comitê Cidade Saudável se reuniu, semanalmente, para discutir as pautas e as atividades, sempre estimulando a construção de um modelo intersetorial na perspectiva da gestão municipal entre as secretarias e as autarquias participantes.

O passo inicial para estabelecer as atividades do Cidade Saudável Jacaréi foi a definição das diretrizes estratégicas por meio da missão, visão e valores. Sendo a missão: fortalecer e promover ações intersetoriais por meio de provocações e articulações entre as políticas públicas em prol da qualidade de vida e bem-estar da população de Jacaréi. A visão: ser reconhecido como um modelo de estratégia de promoção de articulações das políticas públicas para uma cidade saudável. Os valores destacados como essenciais para

o desenvolvimento das atividades foram: transparência, respeito à vida, participação social, comunicação participativa e o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Os primeiros encontros do Cidade Saudável foram pautados a partir da pergunta norteadora: quais são as atividades desenvolvidas na secretaria/ autarquia que favoreciam a qualidade de vida e o bem-estar da população de Jacareí? De posse dessas respostas, constitui-se o diagnóstico do município em relação às iniciativas já realizadas pela gestão municipal, compondo o rol de programas e projetos do Jacareí Cidade Saudável, conforme os critérios mencionados anteriormente.

A partir do diagnóstico e das diretrizes estratégicas foram estabelecidos os planejamentos anuais com o monitoramento das ações, ficando estabelecido que a meta do Cidade Saudável seria atingir no mínimo 85% de realização do planejamento pactuado. Não foram estabelecidas metas específicas para os programas listados no rol do Cidade Saudável, visto que o gerenciamento dos resultados dos programas elencados no Cidade Saudável são atribuições da gestão de cada secretaria e autarquia líder da iniciativa e não do Programa Cidade Saudável.

O monitoramento das atividades do Jacareí Cidade Saudável ocorreu pelo acompanhamento do planejamento anual e das atividades realizadas pelo próprio Comitê por meio de 18 indicadores de monitoramento, sendo eles: número de secretarias e autarquias participantes; número de encontros; total de horas investidas pelos membros do Comitê; número de participações nas reuniões do Comitê; número de pessoas atingidas pelas ações planejadas pelo Comitê; participação em eventos internacionais, nacionais, regionais seja como ouvinte ou com apresentação de trabalhos; produção de conhecimento por meio de artigos; resumos, dentre outros; número de ações apoiadas pelo Comitê; criação de documentos formais para o funcionamento permanente do Programa Jacareí Cidade Saudável; número de programas identificados e catalogados; número de indicadores identificados por programa/iniciativa; número de ações realizadas para fortalecer os programas; visitas técnicas

realizadas e recebidas; número de conexões realizadas; número de eventos promovidos; número de conexões internas realizadas no âmbito do município; número de ações desencadeadas a partir das conexões realizadas e, por fim, o percentual de cumprimento do planejamento.

Tais indicadores de monitoramento foram controlados por meio de lista de presenças, atas de reuniões, formulários eletrônicos, documentos e pelas pautas semanais das reuniões, sendo que tais informações foram tabuladas por meio de planilhas eletrônicas e apresentadas, semestralmente, para os membros do Comitê e para o prefeito, que fornecia retornos e redirecionamentos necessários para o andamento dos trabalhos.

A metodologia de acompanhamento de resultados do Comitê Cidade Saudável considera as orientações de gestão dos autores Kaplan e Norton (1987), os quais defendem a ideia de que as ações que não são medidas não são gerenciadas. Os membros do Comitê definiram as medidas de monitoramento visando acompanhar os resultados obtidos para direcionar os planejamentos futuros.

3. TEMAS PRIORITÁRIOS: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E POPULAÇÃO IDOSA

Após a identificação das iniciativas realizadas no município de Jacareí com foco na qualidade de vida e bem-estar da população, foi discutido com a gestão municipal sobre a necessidade de definir uma prioridade para atuação do Programa Cidade Saudável, ficando instituídas, via decreto municipal, as temáticas relacionadas à violência doméstica e população idosa.

A temática da violência doméstica no município era trabalhada desde 2018 por meio do Programa Família Segura, o qual foi instituído pela Lei Municipal n.º 6.196 (Jacareí, 2018) e tinha como principal objetivo a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Considerando que essa temática já vinha sendo trabalhada por uma equipe estruturada e em operação no gabinete do prefeito, na Secretaria de Saúde, na Assistência Social e na Segurança e Defesa do Cidadão, o apoio prestado pelo Comitê Cidade Saudável fortaleceu

a disseminação dos conhecimentos sobre violência doméstica para diferentes ambientes, como servidores públicos de todas as secretarias municipais, gestores de empresas, câmara de vereadores e igrejas, sempre com a participação direta da equipe do Família Segura.

Quanto à temática da pessoa idosa, embora o município já realizasse inúmeras atividades, o Comitê Cidade Saudável identificou que as ações não estavam integradas e articuladas. Isso motivou a criação do Programa 60+ Saudável, tomando como referência o conceito da OMS (2005), segundo o qual o envelhecimento ativo é um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem.

Para a elaboração do Programa 60+ Saudável, o Comitê Cidade Saudável realizou um diagnóstico municipal em 2021 a partir dos seguintes momentos: quantificação da população idosa por região, identificação dos serviços sugeridos pelos marcos legais em relação aos serviços ofertados e disponibilizadas no município; os serviços municipais identificados e ofertados pelas secretarias e autarquias participantes do Comitê Cidade Saudável; os serviços privados ofertados para a população idosa; escuta com os servidores acima de 60 anos que estavam ativos na gestão pública e a escuta da população em geral por meio de escutas realizadas nas unidades de saúde.

A partir do diagnóstico, foi elaborado um plano de ação inspirado nos determinantes do envelhecimento ativo contemplando, inicialmente, 47 ações de governança, serviços sociais e de saúde, comportamentais e pessoais, ambiente físico e econômico.

Com base nos levantamentos e discussões entre os membros do Cidade Saudável Jacaré, foram elaboradas as diretrizes estratégicas do Programa 60+ Saudável, sendo que a missão definida foi: fortalecer políticas públicas que integram ações intersetoriais de promoção e mobilização em prol da longevidade com qualidade de vida. O propósito definido foi: promover uma cidade saudável para todas as idades. E, a visão definida foi:

ser reconhecida como uma cidade que favorece a longevidade e tendo como valores orientadores a intergeracionalidade, inclusão, cuidado integral, visão de futuro, participação social, tradição e cultura.

No final do ano de 2023, diante do avanço do Programa 60+ Saudável no município, Jacareí identificou mais uma oportunidade para fortalecer o movimento que favorece o envelhecimento ativo e saudável, o Cidade Amiga da Pessoa Idosa, programa também da Organização Mundial de Saúde, passando a aderir à Rede Global de Cidades Amigas das Pessoas Idosas. No início de 2024, foi realizado um novo diagnóstico em Jacareí, tendo como referência o Protocolo de Vancouver, no qual é sugerido uma discussão com grupos focais em diferentes regiões da cidade e com um grupo de cuidadores para apontar as fragilidades e os pontos fortes do município, possibilitando a revisão do plano de ação.

Apesar da priorização dessas temáticas, o Comitê Cidade Saudável também desenvolveu outras atividades, sendo uma delas as ações voltadas para o empreendedorismo na comunidade, denominado Comunidade Empreendedora, o qual visava estimular a geração de renda para população em vulnerabilidade em diferentes regiões da cidade.

4. RESULTADOS ATINGIDOS

Os resultados atingidos ao longo dos quase quatro anos, podem ser classificados nas perspectivas qualitativas e quantitativas.

No âmbito dos resultados qualitativos, as principais conquistas foram: a validação de uma proposta de trabalho intersetorial; a criação de um conjunto de indicadores que validam a atuação intersetorial; a formação prática de um grupo de servidores com o pensamento intersetorial; a disseminação dos conceitos sobre a saúde na perspectiva da promoção da saúde; o desenvolvimento do Programa 60+ Saudável e do Comunidade Empreendedora, além do fortalecimento de outras iniciativas apoiadas pelo Cidade Saudável.

No âmbito dos resultados quantitativos, as medições obtidas foram: participação de 8 secretarias e 3 autarquias; 124 encontros entre os membros

do Comitê Cidade Saudável; 17.120 horas investidas com trabalhos pela equipe do Comitê; 857 participações em reuniões; 6.680 pessoas atingidas; 17 participações em eventos regionais, nacionais, internacionais; 5 documentos de apoio à institucionalização do Programa Cidade Saudável; 68 projetos/programas/iniciativas identificados que favorecem a qualidade de vida e o bem-estar da população que são desenvolvidos pela gestão municipal; 203 indicadores de monitoramentos dos projetos/programas/iniciativas; 3 programas fortalecidos; 84 visitas técnicas recebidas e conexões realizadas; 17 trabalhos científicos dentre pôsteres, resumos, resumo expandido e artigos; 133 ações municipais apoiadas pelo Comitê; 13 eventos promovidos no âmbito municipal; 82 conexões municipais e 59 ações iniciadas a partir das conexões internas e externas ao município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos quase quatro anos de experiência no município de Jacareí foi possível perceber o quão é necessário promover a intersetorialidade nas políticas públicas para lidar com os problemas sociais e o quão é complexo lidar com a mudança do modelo mental cartesiano de fazer gestão pública. Promover discussões e planos de ação de forma intersetorial torna-se uma necessidade cotidiana na prática do Programa Cidade Saudável, porém sem essa compreensão no dia a dia torna-se bastante desafiador lidar com as variáveis do viver nas cidades.

O Programa Cidade Saudável por natureza é uma proposta complexa ao incorporar a saúde como norteadora de políticas públicas (Tajra, 2018). Promover a ruptura da ideia de que saúde se resume à ausência de doença, destacando que sua promoção ocorre nos espaços em que vivemos, conforme os determinantes sociais de saúde, é um grande desafio e de difícil compreensão para muitos dos atores envolvidos (Brasil, 2010).

Além da dificuldade de compreensão por parte dos atores envolvidos, também é perceptível os conflitos de interesses políticos durante todo o processo de implantação do programa, sendo necessário, continuamente,

adaptar as estratégias planejadas para que o propósito do programa fosse mantido e que as atividades fossem realizadas.

Com isso, pode-se dizer que a Agenda de Cidades Saudáveis resulta na corrente da promoção da saúde, priorizando as ações sociopolíticas com a participação de diferentes atores para além do setor saúde, e de experiências integradas, de forma multisetoriais e dialógica. Ou seja, é transversalizar a promoção da saúde em diferentes espaços onde as pessoas vivem e, a partir dessa lógica, (re)pensar as cidades, conforme propõem Andrade e Franceschini (2017).

Os próximos passos do Programa Jacaré Cidade Saudável é promover o diagnóstico do município, tendo como referência os 30 critérios sugeridos no documento Critérios para Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis da Região das Américas (OPAS, 2023) e com base nos resultados obtidos, nortear as futuras ações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elisabete Agrela de; FRANCESCHINI, Maria Cristina Trousdell. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3849-3858, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mYnM7WrBTv98Pv645FcHsHG/#>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- DESSOTTI, Fabiana; SILVA, Ivan Prado. Redes internacionais de cidades: mecanismos de inserção internacional das cidades na busca do desenvolvimento local. In: **CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 5., 2010, Buenos Aires. Anais [...]. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-036/545.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.
- JACAREÍ. Constituição do Programa Cidade Saudável. **Decreto n. 405, de 10 de março de 2022**. Disponível em: <https://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/D405.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- JACAREÍ. Lei Programa Família Segura. **Lei n. 6.196, de 17 de maio de 2018**. Disponível em: <https://camarajacarei.legislacao compilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L61962018.html?identificador=360036003400350034003A004C00>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- JACAREÍ. Jacaré Cidade Saudável. Disponível em: <https://www.jacarei.sp.gov.br/cidade-saudavel-jacarei/>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- JACAREÍ. Plano Municipal de Jacaré. Disponível em: <https://www.jacarei.sp.gov.br/wp->

content/uploads/2022/08/Plano-Municipal-de-Sau%CC%81de-2022-2025_PMJ-1-2-1.pdf.
Acesso em: 8 nov. 2024.

KAPLAN, Robert. S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. 18. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MEIJERS, Evert; STEAD, Dominic. Policy integration: what does it mean and how can it be achieved? A multi-disciplinary review. In: **Berlin Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change: Greening of Policies-Interlinkages and Policy Integration**. Berlin. 2004. Disponível em: https://userpage.fu-berlin.de/ffu/akumwelt/bc2004/download/meijers_stead_f.pdf. Acesso em: 24 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Critérios para municípios, cidades e comunidades saudáveis da Região das Américas**. 2023. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/59256/9789275728109_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 nov. 2024.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Cidades saudáveis: utopia ou caminho para um planejamento urbano em cenários de complexidade?** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba, São Paulo, 2018.

Capítulo 7

CIDADES SAUDÁVEIS: UMA ABORDAGEM MUNICIPALISTA PARA O BEM-ESTAR EM PERNAMBUCO

Marcello Fuchs Campos Gouveia
Mariana Medeiros

INTRODUÇÃO

A Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) foi criada em 28 de março de 1967, por um grupo de prefeitos que, percebendo o valor da cooperação, decidiu atuar de forma coletiva para fortalecer o desempenho das 184 prefeituras do estado de Pernambuco.

Desde o início, se estabeleceu como uma organização sem fins lucrativos, com o objetivo de ser um elo entre os municípios, os poderes governamentais e a sociedade civil, promovendo a mobilização, a assessoria e a capacitação dos gestores municipais.

Atualmente, conta com os 184 municípios do estado como associados, e firme no seu propósito de fortalecer a gestão municipal pernambucana e contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Ao longo dos anos, a AMUPE se consolidou como uma força ativa no movimento municipalista nacional, promovendo parcerias e oportunidades de desenvolvimento para os municípios. Essa trajetória inclui desde a organização de capacitações até a construção de redes de colaboração com consórcios intermunicipais, universidades, empresas e organizações da sociedade civil, sempre com o foco na melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A compreensão dos desafios apontados pelos indicadores sociais, econômicos e ambientais de Pernambuco e do Nordeste Brasileiro, e dos registros históricos de desigualdades, inclusive entre suas diferentes regiões: zona da mata, agreste, sertão e região metropolitana, corrobora com a missão da entidade de defender os municípios pernambucanos, fortalecer a sua gestão e contribuir com o desenvolvimento sustentável, com participação e equidade.

É necessário reconhecer o conceito de Cidades Saudáveis como um modelo estratégico para que os municípios enfrentem tanto os desafios históricos, como os de infraestrutura e de serviços básicos de saúde; quanto os mais recentes, resultantes das transformações impostas pela era digital.

A diversidade de cenários, contudo, exige que cada município adote políticas públicas contextualizadas, de modo que o bem-estar da população seja o centro da gestão pública, conforme ressalta Tajra (2018), sobre Cidade Saudável:

É aquela que proporciona condições para que as pessoas vivam no presente e no futuro com melhor qualidade de vida e atinjam bem-estar físico, mental e social sem distinção de raça, religião, convicção política, condição econômica ou social (s.f. Tajra, 2018).

Nesse contexto, a AMUPE se alinha com a abordagem de Cidades Saudáveis como uma iniciativa que integra o bem-estar físico e social dos cidadãos e cidadãs no processo de planejamento, com base nos princípios de saúde, sustentabilidade e equidade social, a partir de uma visão holística, em que fatores como saneamento, mobilidade, habitação, educação e segurança são considerados indissociáveis da promoção do bem-estar.

Para tanto, tem implementado um conjunto de ações que se identificam com o conceito de Cidades Saudáveis, com o objetivo de incentivar a integração de políticas públicas, com vistas à garantia de que o bem-estar da população seja o centro da gestão pública, respeitando, todavia, as particularidades de cada município pernambucano.

É relevante registrar, ainda, o apoio e a colaboração da AMUPE nas formações da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS), desde o seu início; a participação institucional efetiva nos Encontros e Seminários anuais da Rede; o protagonismo político no I Seminário da Rede Colaborativa de Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis (MCCTSS), promovido pela Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde, em outubro de 2021; bem como a participação da AMUPE no VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas de Municípios Saudáveis da Região das Américas, promovido pela OPAS, nos dias 2 e 3 de novembro de 2023 na Cidade de Huechuraba, Chile.

1. DESCRIÇÃO DA ABORDAGEM/EXPERIÊNCIA

O conceito de Cidades Saudáveis encontra paralelos e inspiração nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente nos objetivos de Saúde e Bem-Estar, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Redução das Desigualdades.

Nesse contexto, em outubro de 2020, foi firmado um Protocolo de Cooperação entre o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e a AMUPE, com o objetivo de estimular a adesão das prefeituras às ações do programa e a inclusão de temas prioritários, como: saúde e sustentabilidade na agenda política do estado, bem como apoiar a implementação dos ODS em nível local.

Ao adotar essa abordagem, a AMUPE incentiva a integração de políticas sociais, econômicas e ambientais que contribuem efetivamente para a qualidade de vida nos contextos urbanos e rurais; busca se referenciar em práticas globais, adaptáveis às especificidades dos municípios pernambucanos; e atua para que os gestores municipais desenvolvam uma visão holística sobre os problemas locais, como o fortalecimento de políticas de mobilidade sustentável, a melhoria da infraestrutura e a promoção da segurança alimentar, temas essenciais para a construção de cidades mais resilientes e inclusivas.

A metodologia desenvolvida pela AMUPE se baseia na articulação de parcerias entre os gestores municipais, estaduais e federais, na troca de experiências, na disseminação de boas práticas de gestão pública, e no aprendizado coletivo.

Um dos pilares dessa estratégia é a oferta de capacitação, que visa qualificar gestores(as) e servidores(as) para a implementação de políticas públicas com foco na gestão, na inovação e na sustentabilidade.

Essa ação abrange a realização de congressos, seminários, oficinas, cursos e a socialização de experiências exitosas de gestão municipal de forma sistemática, por municípios de todas as regiões do estado, nas áreas de: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico, trabalho e renda, planejamento e gestão, tecnologias da inovação, infraestrutura, segurança pública, segurança alimentar e nutricional, políticas para as mulheres, proteção e direitos dos animais, cujos títulos podem ser conferidos no quadro a seguir e nos Cadernos de Boas Práticas de Gestão Municipal em Pernambuco, lançados em 2023 e 2024, pela AMUPE.

Quadro 1. Boas práticas de gestão municipal em Pernambuco.

Eixo	Município	Título
Saúde	Amaraji	Programa Saúde da Mulher
	Flores	Programa “Dignidade”
	Rio Formoso	A Descentralização da Triagem Neonatal como forma de ampliação do acesso
	Abreu e Lima	Avanços e Desafios na Abordagem do Autismo: implantação do Centro Multiprofissional em Abreu e Lima
	Brejo da Madre de Deus	Atendimento Multidisciplinar Especializado (AME)
	Jaqueira	Programa Municipal “Ela Protegida”
	Santa Cruz da Baixa Verde	Saúde em casa
	Sirinhaém	Implantação da atualização da caderneta de vacinação nas escolas municipais e estaduais

Eixo	Município	Título
Educação	Bezerros	Empreendedorismo na escola
	Ferreiros	Cultivando leitores
	Santa Maria da Boa Vista	Projeto “Brincando eu aprendo”
	Vitória de Santo Antão	Estratégias didático-pedagógicas para o fortalecimento educacional de Vitória de Santo Antão
	Afogados da Ingazeira	Merenda escolar e agricultura familiar: um diálogo que gera saúde
	Calumbi	Primeiro campeonato mirim
	Carnaíba	Equidade educacional: o papel norteador da educação inclusiva na rede municipal de Carnaíba
	Cupira	Empreender o futuro: educação mudando vidas
	Igarassu	Artesanato que faz história
	Itapissuma	Implementação e acompanhamento do Programa de Fortalecimento das Aprendizagens (PFA) no município de Itapissuma (PE)
	Parnamirim	Projeto de leitura “Brincar de Ler”
Assistência social	Brejo da Madre de Deus	Atendimento Multidisciplinar Especializado (AME)
	Jataúba	SCFV do município de Jataúba
	Gameleira	Feira da Mulher Empreendedora
	Jaboatão dos Guararapes	Serviço de acolhimento em família acolhedora
	Jataúba	Construindo pontes e respeitando as diferenças
	Nazaré da Mata	Construindo pontes através do conhecimento

Eixo	Município	Título
Meio ambiente	Itapissuma	Ouvidoria sustentável
	São Benedito do Sul	Terra das águas e da agroecologia
	Serra Talhada	Coleta seletiva residencial – Canal Verde
	Panelas	Recuperação de área degradada de Panelas: correção do malfeito no passado, semeando o futuro, hoje
	Taquaritinga do Norte	A Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável conduzindo boas práticas em Taquaritinga do Norte
	Toritama	Encerramento de lixo e implantação de usina fotovoltaica
	Arcoverde	Viveiro educativo
	Bodocó	Bodocó digital
	Cabrobó	Programa “Recicla Cabrobó”
	Paudalho	Programa de gerenciamento municipal de resíduos sólidos e a inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis
Desenvolvimento rural	Brejinho	Promovendo o desenvolvimento rural através da assistência técnica
	Salgueiro	Água Para Todos
	Carnaíba	Barragem de nível: o impacto na agricultura familiar e na geração de renda no entorno do rio Pajeú em Carnaíba (PE)
	Caruaru	O campo ainda melhor para viver e trabalhar
	Itaíba	Melhoramento genético e impacto na produção de leite e derivados
	Jatobá	Feira agroecológica de Jatobá: incentivo à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar
	Serrita	Água no campo

Eixo	Município	Título
Desenvolvimento econômico/ trabalho e renda	Afogados da Ingazeira	Programa “Facilita”
	Sirinhaém	Tecnologia de inovação social comunitária: a inclusão das marisqueiras na economia produtiva de Sirinhaém (PE)
	Santa Cruz do Capibaribe	Projeto “Aprendendo a gerar renda”
	Lagoa do Carro	Empreendedorismo e desenvolvimento sustentável em Lagoa do Carro
	Cortês	A prática empreendedora transformando desafios em novas oportunidades
	Águas Belas	Feira agroecológica cultural e gastronômica
	Bezerros	Vitrine criativa
	Brejinho	A apicultura como fonte de renda e incentivo econômico
	Canhotinho	Canhotinho em desenvolvimento
	Lagoa do Carro	O Sucesso da parceria público-privada em Lagoa do Carro
	Palmares	Capacita Palmares
	Santa Cruz do Capibaribe	Empreendedorismo nas escolas
	Serra Talhada	Arte gerando renda
	Vitória de Santo Antão	Mototáxi valorizado
Planejamento e gestão	Araçoiaba	“Prefeitura no Meu Bairro”
	Paudalho	Programa de incentivo à aposentadoria da carreira de docentes em Paudalho
	Calumbi	Espaço cidadão
	Goiana	Programa Municipal de Regularização Fundiária
	Gravatá	BI de monitoramento da execução orçamentária
	Olinda	Linha do cuidado
	Tabira	Gerenciamento de compras diretas e licitadas
	Taquaritinga do Norte	Taquaritinga do Norte no acordo de cooperação internacional entre Brasil, Portugal e países da América Latina – Projeto Inova Juntos
Tecnologias de inovação	Cabrobó	“Cabrobó na palma da mão”
	Igarassu	Hub Canoa Grande Igarassu
Infraestrutura	Lagoa Grande	Fábrica de artefatos de concreto

Eixo	Município	Título
Segurança pública	Ipojuca	Tecnologia na defesa social
	São João	Implementação de política pública em prol da segurança pública da população são-joanense
Segurança alimentar e nutricional	Bom Jardim	Peixe na mesa
Políticas para as mulheres	Cumaru	Construindo sonhos
	Passira	Ronda Maria da Penha
	Pesqueira	Coordenadoria itinerante de políticas para as mulheres
	Tabira	Prefeitura Municipal de Tabira investe em saúde da mulher com aquisição de mamógrafo digital
	Agrestina	Centro especializado de atendimento à mulher Quitéria Celestino Pontes
	Surubim	Casa da Mulher Empreendedora de Surubim (Cames): empoderamento feminino no coração do Agreste Setentrional
Proteção e direitos dos animais	Olinda	Educação assistida com animais – Bolinha de Pelo

Fonte: Elaborado pelos autores.

As experiências apresentadas demonstram que a integração de práticas inovadoras e, muitas vezes, de baixo custo, contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável e para a construção de Cidades Saudáveis, além de incentivar outros municípios a adotar soluções semelhantes, a partir de esforços coordenados entre os diversos sujeitos envolvidos, do Poder Público e da sociedade civil.

Portanto, os desafios enfrentados, como a escassez de recursos e a diversidade regional, podem ser superados, também, por meio da colaboração intermunicipal e da adaptação de soluções em diferentes contextos.

A mobilização social também se mostra fundamental, pois é a partir da participação ativa da população que se identificam as reais necessidades locais e se constrói um sentimento de pertencimento às políticas implementadas.

Nesse sentido, a AMUPE incentiva a valorização, pelos gestores públicos, de instâncias, como: fóruns, conselhos e comitês, reconhecendo a importância dos cidadãos e das organizações locais no debate sobre as ações prioritárias para melhorar o bem-estar das comunidades.

No entanto, há desafios estruturais que precisam ser enfrentados para que as ações de Cidades Saudáveis sejam mais eficazes e sustentáveis em longo prazo. Entre eles, destacam-se a necessidade de diversificar as formas e fontes de financiamentos e a continuidade das ações em transições de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fortalecer a abordagem de Cidades Saudáveis, é essencial que a AMUPE continue promovendo uma cultura de inovação e sustentabilidade entre os municípios pernambucanos.

A adaptação de novas tecnologias, como plataformas digitais para monitoramento de indicadores e programas de gestão participativa, permitirá que os gestores sejam mais ágeis e transparentes nas respostas às demandas dos cidadãos e cidadãs.

O desenvolvimento de redes de colaboração intermunicipal e parcerias com universidades e organizações de pesquisa também desponta como uma estratégia promissora. Ao estreitar essas relações, os municípios poderão acessar conhecimento técnico e se beneficiar de pesquisas voltadas para as necessidades regionais.

A adoção das estratégias de Cidades Saudáveis em Pernambuco oferece uma valiosa contribuição para a discussão sobre gestão sustentável no Brasil. A integração entre políticas públicas e participação social se revela um caminho para a criação de ambientes mais justos e equilibrados.

Para avançar, é necessário que os municípios continuem fortalecendo suas redes de cooperação e ampliação das parcerias com a iniciativa privada e com o terceiro setor, e investindo em capacitações técnicas que permitam a criação de soluções inovadoras e adaptáveis, bem como na criação de

modelos de financiamentos sustentáveis que agreguem mais recursos e expertise para os projetos.

A adoção da abordagem de Cidades Saudáveis em Pernambuco representa uma contribuição significativa para o fortalecimento da gestão municipal no Brasil. Essa metodologia de planejamento, focada no bem-estar e na equidade, demonstra que é possível construir cidades mais saudáveis e resilientes, mesmo diante de restrições financeiras e desafios estruturais.

Com uma abordagem inovadora, pautada pela sustentabilidade e pela inclusão social, Pernambuco pode tornar-se um modelo para outras regiões do Brasil. O fortalecimento das capacidades locais e o desenvolvimento de uma visão estratégica orientada para o bem-estar populacional são os caminhos para que as Cidades Saudáveis não sejam apenas um conceito, mas uma realidade vivida em cada município do estado.

REFERÊNCIAS

- PERNAMBUCO, Associação Municipalista. **Protocolo de Cooperação**: Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e a Associação Municipalista de Pernambuco. Recife: AMUPE, 2020.
- PERNAMBUCO, Associação Municipalista. **Boas Práticas de Gestão Municipal em Pernambuco**. Recife: AMUPE, Vol. 1, 2023.
- PERNAMBUCO, Associação Municipalista. **Boas Práticas de Gestão Municipal em Pernambuco**. Recife: AMUPE, Vol. 2, 2024.
- PERNAMBUCO, Associação Municipalista. **Caderno de Boas Práticas Municipais de Políticas para as Mulheres em Pernambuco**. Recife: AMUPE, Vol. 3, 2024.
- TAJRA, Sanmya Feitosa. **Gestão da qualidade de vida e bem-estar no trabalho**: princípios e práticas. São Paulo: Atlas, 2018.



Capítulo 8

CIDADES SUSTENTÁVEIS: UTOPIA OU DISTOPIA? QUE FUTURO PODEMOS DAR ÀS NOSSAS CIDADES?

Marcelo Guimarães

INTRODUÇÃO

No planeta, a partir de 2008, a população urbana passou a ser maior do que a rural. Ao mesmo tempo, as cidades geram 80% da economia do mundo e mais de 70% dos gases de efeito estufa (UN-HABITAT, 2016, UNEP, 2018). Por outro lado, as cidades são territórios de exclusão social e de impactos ambientais que afetam mais intensamente populações vulneráveis, seja em São Paulo, Mumbai ou Los Angeles. No Brasil, 87% da população do país vive em cidades (IBGE, 2024), uma transformação radical que aconteceu em poucas décadas e de forma não planejada, gerando periferias urbanas com graves problemas sociais e ambientais. Estima-se que a concentração da população nas cidades continuará nas próximas décadas. Isso demanda o desenvolvimento de estratégias de planejamento e gestão que efetivamente propiciem qualidade de vida para todos nas cidades no futuro, com a menor degradação possível da natureza. Atualmente, é pouco provável que possamos afirmar que nossas cidades sejam sustentáveis.

Em 2015, em reunião coordenada pela Organização das Nações Unidas, 193 estados-membros adotaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para o ano 2030 (ONU, 2015). Não obstante a relevância dos 17 ODS, há um especificamente para cidades, o ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Vários outros ODS tem

uma relação direta com o meio urbano e, obviamente, devem ser considerados adequadamente. Um ponto fundamental nos ODS é que “ninguém deve ser deixado para trás”, ou seja, as decisões devem ser tomadas de forma a reduzir as desigualdades sociais existentes, o que é enfatizado nos primeiros ODS: ODS 1 Erradicação da Pobreza e ODS 2 – Fome Zero³. Para o Brasil, o ODS 11 foi detalhado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) conforme os Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Metas e Indicadores para o ODS 11 para o Brasil.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Meta 11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.	11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados.
Meta 11.2 - Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
Meta 11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.	11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população. 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática.
Meta 11.4 - Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.	11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural.
Meta 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.	11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes. 11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos.

³ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Meta 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos	11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente coletados e com destino final adequado no total de resíduos sólidos urbanos gerados, por cidades. 11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5µm e 10µm) nas cidades (população ponderada).
Meta 11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.	11.7.1 - Proporção da área construída cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência. 11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses.

Fonte: IPEA (<https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>).

Quadro 2. Metas e Indicadores para o ODS 11 para o Brasil.

Meta 11.a - Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento	11.a.1 - Proporção de população que reside em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional que incluem projeções de população e avaliação de recursos, por tamanho da cidade.
Meta 11.b – Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.	11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030. 11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.
Meta 11.c – Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais	11.c.1 - Proporção do apoio financeiro aos países menos desenvolvidos destinado à construção e modernização de edifícios sustentáveis, resistentes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais.

Fonte IPEA (<https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>).

Niemets *et al.* (2021) reconhecem a complexidade da análise da avaliação da sustentabilidade no nível das cidades. Há diferentes conceitos que abarcam apenas alguns pontos do que deve ser considerado integralmente para o desenvolvimento sustentável urbano, como *eco-cities*, cidades verdes, cidades inteligentes, cidades esponjas, cidades inovativas e outros. Entretanto, falta uma integração ou, uma

ação integrada que considere vários aspectos da vida na cidade.

A complexidade da vida urbana leva à necessidade do monitoramento e da interação entre os vários ODS, que incluem, inclusive, o ODS 3 de saúde e bem-estar, e isso se deve à complexa, mas não conclusiva e diversa lista de impactos que afetam a cidade: aspectos ambientais (ex.: emissões, efluentes, gestão de resíduos, alterações climáticas); aspectos sociais (ex.: direito à cidade e mobilidade urbana, áreas verdes e azuis para lazer e saúde mental, acesso a serviços urbanos, democratização do uso do solo); aspectos econômicos (ex.: geração de empregos, segurança física e patrimonial, potencial criativo e inovativo).

Vários desses aspectos são determinantes de saúde, afetam direta ou indiretamente a saúde da população do território. Elaborar políticas públicas que atendam os diferentes perfis da população nos vários itens da vida urbana, alterando o estilo de vida dos cidadãos e modificando as relações sociais e econômicas existentes é o caminho para um desenvolvimento sustentável.

Usualmente, na mídia brasileira, e mesmo na internacional, quando se pensa em Cidade Sustentável, as discussões se concentram nas tecnologias de descarbonização do transporte, mobilidade ativa, redução de consumo energético das edificações e outras tecnologias. Entretanto, esse escopo deve ser muito mais amplo e específico a cada cidade e, até mesmo, a nível de bairros, sobretudo devido à grande desigualdade social e à distribuição desigual da infraestrutura e dos serviços urbanos nas cidades brasileiras.

Um adequado planejamento e gestão das cidades, que efetivamente propicie um desenvolvimento sustentável nos seus três eixos ambiental, social e econômico, demanda uma compreensão detalhada e profunda de cada um deles, assim como das interações entre si no nível das cidades. Todos esses fatores e condicionantes configuram a lista de itens da determinação social urbana, que resultará na saúde física e mental de sua população, com impactos que podem perdurar por décadas.

As cidades têm ganho um crescente papel econômico regional, com um interesse por abordagens sustentáveis para o futuro. Entretanto, conciliar progresso social e a urbanização nos limites planetários, demanda habilidade

política e de engajamento dos atores envolvidos (Keith *et al.*, 2023).

No Brasil, o Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) realiza anualmente uma pesquisa sobre a percepção da democracia em municípios brasileiros. Essa pesquisa seleciona uma amostragem em todo o território nacional em faixas etárias acima de 16 anos. A mais recente pesquisa indica que 80% dos brasileiros não querem participar na vida política da cidade onde mora (ICS & IPEC, 2024). Dentro de um cenário como esse, buscar a participação social e aprimorar a coesão nas comunidades é uma das tarefas urgentes a serem realizadas pelo Estado e pela sociedade civil.

Embora os programas e ações sustentáveis sejam normalmente planejados ao nível de cidades, há a necessidade de agir localmente em distritos e bairros, devido às especificidades locais (Marins, 2017). Particularmente, em países com mercado em desenvolvimento como o Brasil, as desigualdades sociais criam um desequilíbrio entre os diferentes distritos da cidade, distorcendo indicadores urbanos e apresentando desafios para um adequado planejamento urbano.

1. ABORDAGENS E INDICADORES PARA AS CIDADES SUSTENTÁVEIS

A Nova Agenda Urbana (NAU) desenvolvida pela ONU (UN-HABITAT, 2016) sugere caminhos na direção das metas dos ODS em cidades a serem percorridos pelos níveis locais e nacionais, por meio de políticas, regulações, governança, planejamento, financiamento e infraestrutura urbana. A NAU procura contribuir para a implementação e localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada e para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das suas metas. A agenda preconiza a função social da cidade, afirmando que o desenvolvimento urbano deve ser buscado com a inclusão social e a erradicação da pobreza. A NAU recomenda o desenvolvimento de um quadro legal e institucional, para permitir ao governo competente a “implementação eficaz das políticas nacionais urbanas, e habilitá-los como agentes de políticas e de decisão” (UN-

HABITAT, 2016, p.26). Sendo bastante detalhada e passando por diversos temas sociais, ambientais e econômicos, a NAU indica o monitoramento, a revisão e divulgação da efetividade das ações, garantindo a transparência para a população e atores políticos.

Dentro desse sentido, na Europa têm sido desenvolvidos programas e projetos voltados à criação de bairros estruturados a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável. São exemplos o Quartier Vauban, em Freiburg-en-Brisgau, na Alemanha⁴, e o BedZED, no sul de Londres⁵. São experimentos nos quais se desenvolveram soluções energoeeficientes, com redução do consumo de água, mobilidade sustentável e outras soluções tecnológicas, além de efetiva participação coletiva (Arene, 2005; Puca, 2008).

O programa ÉcoQuartier desenvolvida na França (Ministère de La Transition Écologique et de la Cohésion des Territoires, 2023) baseia-se em quatro desafios prioritários: sobriedade (redução do uso de recursos naturais, inclusive combustíveis fósseis), resiliência (qualidade e estilo de vida saudável), inclusão (mix social e funcional das habitações e dos espaços públicos) e criação de valor (diversidade de ofertas de serviços e equipamentos dentro do território e com mobilidade adequada). A abordagem ÉcoQuartier atende ao objetivo estabelecido pelo artigo 7 da lei de 3 de agosto de 2009 relativa à implementação da lei Grenelle de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei n.º 2009-967 de 3 de agosto de 2009). Mais de 100 projetos foram certificados com o selo Eco Quartier na França entre 2013 e 2023 dentro dessa abordagem (Ministère de La Transition Écologique et de la Cohésion des Territoires, 2024). Essa abordagem, entretanto, não é livre de críticas, Joss et al. (2022) analisam se os projetos realizados por essa abordagem não geraram bairros privilegiados, excluindo outras populações.

Outras iniciativas surgiram na França, como a proposta pela abordagem Urbanismo Favorável à Saúde (Le Gall, 2014, Le Gall, 2020) da Escola de Altos Estudos em Saúde Pública (EHESP) na França, com o objetivo de promover

4 Disponível em: <https://visit.freiburg.de/attraktionen/quartier-vauban>. Acesso em: 15 ago. 2025.

5 Disponível em: <https://www.bioregional.com/projects-and-services/case-studies/bedzed-the-uks-first-large-scale-eco-village>. Acesso em: 15 ago. 2025.

a difusão e padronização de conceitos associados aos determinantes urbanos da saúde. O guia Urbanismo Favorável à Saúde (UFS), foi desenvolvido por demanda do legislativo francês, para atender a lei que determina que o setor de saúde se manifeste no processo de licenciamento de projetos. Nessa abordagem, a participação popular é valorizada e o mix social incentivado. Na mesma visão, a ferramenta URBAN-ISS é apresentada por Bretane et al. (2021) com base na experiência de um grupo de trabalho multidisciplinar que se concentrou na identificação de iniquidades em projetos urbanos. Indicam, no entanto, que lidar com as desigualdades no ambiente urbano não foi uma tarefa fácil para os planejadores urbanos.

Na América Latina, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL, 2019) prove um guia com ferramentas de planejamento territorial estratégico a partir dos objetivos da Agenda 2030, incluindo inicialmente uma análise situacional, a escolha do problema central do território a ser abordado, a construção de uma árvore de problemas e objetivos, o desenvolvimento de estratégias, mapeamento dos atores, proposição de projetos e ações e monitoramento (Hurliman et al., 2021). A CEPAL reconhece os desafios da implementação da Agenda 2030 na região da América Latina e Caribe, que considera como das mais desiguais do mundo, principalmente na dimensão territorial. Isso sugere a aplicação de abordagens de identificação das desigualdades nos municípios. Portanto, para a avaliação dos ODS em territórios na América Latina é necessária uma abordagem que considere essas desigualdades. A ONU (2016), apresenta um relatório com casos, boas práticas e orientações para a localização dos ODS no nível subnacional.

A ONU recomenda que países e cidades elaborem seus relatórios de acompanhamento dos ODS. Muitas cidades têm produzido os Relatórios de Revisão Voluntária Local dos ODS (Voluntary Local Reviews (VLR)), conforme sugerido pela organização, tanto no exterior quanto no Brasil. Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, é um exemplo. Em seu relatório, o ODS 11 é detalhado, assim como os ODS 3 (Saúde) e 4 (Educação de qualidade), referentes ao período de 2013 a 2020 (PMN, 2020), evidenciando a

importância da articulação e da intersetorialidade entre os diferentes temas.

2. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

Algumas cidades do futuro estão sendo construídas no planeta. São cidades planejadas e construídas no conceito de sustentabilidade, buscando o uso de energias renováveis, mobilidade e construções com baixo impacto ambiental, reciclagem de materiais secundários, reuso de águas servidas e outras tecnologias.

A cidade de Masdar, nos Emirados Árabes Unidos, talvez seja o exemplo mais lapidar dessa tendência. Situada no litoral do Golfo Pérsico em uma região com recursos petrolíferos, a cidade foi planejada por demanda do governo do país para ter energia renovável de diversas fontes e gerida de forma otimizada por meio da Internet das Coisas (IoT) (Madakam; Ramaswamy, 2016). Além das novas tecnologias, também foram utilizadas as técnicas antigas de construção do mundo árabe, como ruas internas que exploram o efeito chaminé, sugando o ar quente para cima e refrescando o ambiente. Esse processo contou com o apoio da comunidade científica por meio da criação da Masdar Institute of Science and Technology, com incorporação de pesquisadores de diversas origens para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de ponta, tendo sido posteriormente incorporada à Universidade Khalifa⁶.

Shenzhen, na China, próxima à região de Guangdong–Hong Kong–Macau, é uma cidade do futuro construída a partir da década de 1970, onde antes havia um pequeno vilarejo de pescadores. Foi projetada para ser um centro econômico de inovação no setor de tecnologia da informação e comunicação. Não há indústrias poluentes e não são permitidos carros movidos a combustíveis fósseis, contando com um sistema de transporte público de grande extensão (Cheng *et al.*, 2022). Isso resultou em uma cidade com céu azul limpo, amplas áreas verdes e alta qualidade de vida. É o caso mais notável de cidade esponja na

6 Disponível em: <https://www.ku.ac.ae/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

China, pois o tecido urbano pôde ser planejado adequadamente.

No Butão, o governo local desenvolve um projeto audacioso: a Cidade Gelephu Mindfulness⁷, uma nova cidade que se propõe a ser um benchmark de sustentabilidade, localizada na fronteira com a Índia. Asfalto permeável, áreas para hortas urbanas, energia verde e construções carbono neutras estão entre as propostas para atrair investidores e gerar novos empregos para a população do país.

Algumas iniciativas de sustentabilidade nas cidades são específicas de algum setor. Por exemplo, a redução de emissões de combustíveis fósseis que reduzem poluição atmosférica local e geração de gases de efeito estufa. Um caso icônico de sucesso é o Distrito de Baixa Emissão de Londres⁸ no qual uma série de medidas restringe o uso de veículos na cidade, o que levou a uma melhoria na qualidade do ar. Há projetos similares em várias outras cidades europeias, assim como no Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Entre os vários experimentos de distritos sustentáveis na Suécia, Hammarby Sjöstad em Estocolmo foi um bairro reconfigurado para ser eco eficiente em 1995 (Mahzoun, 2015). Ao longo dos anos, várias ações foram realizadas em relação à gestão de energia, de resíduos sólidos em busca da circularidade de materiais, entre outras. Essa transformação foi realizada tendo-se em vista três estratégias: planejamento amigável ao meio ambiente, mudanças no estilo de vida e desenvolvimento de soluções tecnológicas. Esse processo, entretanto, não ocorreu sem conflitos. Para o autor, é necessário o desenvolvimento de uma abordagem integrada e participativa, para análise da combinação de políticas concomitantes.

A experiência do bairro Bo01 em Malmö, na Suécia, é relatada por Koutra *et al.*, (2017) especificamente para um mono critério: energia. Entretanto, diversos elementos devem ser analisados conjuntamente na busca de uma verdadeira sustentabilidade. Marins (2017) analisa as estratégias de sustentabilidade em quatro bairros de diferentes países, sendo um no Brasil, dois na Alemanha e um

7 Disponível em: <https://gmcbbhutan.org/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

8 Disponível em: <https://tfl.gov.uk/modes/driving/low-emission-zone>. Acesso em: 15 ago. 2025.

na Suécia, ressaltando que, para o sucesso na implementação dos projetos, são necessários uma governança forte do setor público e dos empreendedores locais, bem como a aplicação de uma estratégia multissetorial.

Muitas dessas experiências em países com mercados desenvolvidos foram realizadas com vultosos investimentos e com a adesão e participação da iniciativa privada, o que não é a realidade mais comum nas cidades da América Latina. Medellín, na Colômbia, tem sido um exemplo de planejamento e gestão urbana em uma região com características geográficas peculiares, já que a maior parte da cidade se desenvolveu em um vale encaixado, gerando grandes dificuldades para a expansão urbana. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2023) destaca o papel dos operadores urbanos nesse intento, o que inclui não só o desenho urbano com corredores ecológicos verdes, mas também, habitação social e transporte coletivo com uma vasta estrutura cicloviária.

3. EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

No Brasil, algumas ações e programas relativos às cidades sustentáveis têm sido realizados pelas prefeituras municipais, organizações civis e outros atores. Curitiba é uma das cidades mundialmente reconhecida por exitosas ações em direção aos objetivos de sustentabilidade. A cidade é citada por Niemets *et al.* (2021) ao analisarem indicadores de sustentabilidade urbanos como exemplo de expansão de áreas verdes per capita, e pelos programas de inclusão social de migrantes. Efetivamente, esse primeiro item é um dos grandes problemas no Brasil e, talvez, Curitiba tenha tido sucesso nesse tema.

Entretanto, a urbanização desregulada, somada à expulsão da população rural, tem sido um vetor de problemas que, em geral, as prefeituras não têm conseguido solucionar, particularmente diante da estagnação econômica a partir dos anos 2010 e dos retrocessos nas políticas sociais e nos gastos dos governos neoliberais nos diferentes níveis da federação no Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC),

composto por 100 indicadores relacionados à Agenda 2030, foi desenvolvido pelo Instituto Cidades Sustentáveis⁹. Adaptado do índice ISDN da ONU para o nível das cidades, está sendo aplicado em mais de 300 municípios no final de 2023, por meio do Programa Cidades Sustentáveis. Além do monitoramento dos indicadores de ODS no contexto municipal, o índice oferece apoio aos gestores por meio de uma biblioteca de planos e regulações, mapas e informações municipais que podem auxiliar na tomada de decisão. Iniciativas como essa podem contribuir significativamente para os tomadores de decisão no nível local.

Em 2024, o governo federal brasileiro lançou o Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR)¹⁰, envolvendo diversos atores políticos, acadêmicos e sociais. O PCVR tem como foco desenvolver estratégias de resiliência para as cidades por meio de soluções baseadas na natureza (SbN), gestão de resíduos urbanos, mobilidade urbana sustentável e uso e ocupação sustentável do solo. A governança do programa será compartilhada entre os Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de um comitê interinstitucional.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2024) realizou uma pesquisa em 2023 para compreender a gestão ambiental municipal no Brasil. Tendo obtido respostas de 40% do total de municípios brasileiros (2.532) denotam que 71,3% dos municípios afirmaram que necessitam de recursos financeiros federais para realizar ações ambientais. Em sua maior parte, alegam que necessitam de uma maior e mais qualificada equipe para a área ambiental. Deve-se destacar que a relevante fração dos municípios brasileiros tem poucos recursos e são dependentes do apoio da federação e dos estados.

Nesse contexto, pode-se constatar que nos pequenos municípios brasileiros, a busca e implantação de soluções sustentáveis é dependente das outras esferas federativas ou do setor privado, não só por uma questão de

9 Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

10 Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/qualidade-ambiental-e-meio-ambiente-urbano/cidades-verdes-resilientes>. Acesso em: 10 ago. 2025.

capacitação, como principalmente de financiamento.

No nível empresarial, para edificações, certificações como BREEAM¹¹ e LEED¹², entre outras, têm se destacado no Brasil. Essas certificações buscam, por meio de gestão e tecnologias aplicadas à construção civil, reduzir as emissões provenientes dos materiais de construção e aumentar a eficiência energética durante a fase de uso das edificações. Alguns empreendimentos imobiliários são comercializados como sustentáveis e verdes, com propagandas sedutoras e projetos que incluem tecnologias inovadoras, mas voltados para um público específico: a classe média alta. Entretanto, esses prédios ou condomínios fechados assemelham-se mais a oásis, ilhas de excelência desconectadas do restante da cidade (Michel, 2017). Trata-se do cenário “Cidade Fortaleza”, previsto há décadas por ecologistas e filósofos e transcrito para o cinema e a literatura como distopia.

4. Discussão/conclusão

No relatório de acompanhamento dos ODS para o ano de 2030, o secretário-geral das Nações Unidas, Antônio Gutierrez, reconhece que o progresso em relação à metade dos ODS tem sido fraco e não suficiente, enquanto outros 30% dos ODS estagnaram ou reverteram (UN, 2023a). Por sua vez, o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável da ONU, realizado por uma equipe de especialistas nos diferentes temas, ao avaliar a evolução dos ODS, aponta que as atuais mudanças fragmentadas e incrementais não são suficientes para atingir as metas de 2030 e que é necessária uma mobilização da liderança política por transformações baseadas em ciência (UN, 2023b). Um cenário lamentável, 30 anos após a Rio 92¹³.

Nas cidades, os ODS se apresentam de múltiplas formas e em diversos graus de evolução. A análise de uma cidade não deve se restringir somente ao ODS 11, ou a todos os ODS aplicáveis. Ocorre uma grande complexidade

11 Disponível em: <https://breeam.com/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

12 Disponível em: <https://www.gbcbrazil.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

13 Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em: 10 ago. 2025.

dos fatores que influenciam e qualificam a sustentabilidade urbana. Os indicadores não podem e não devem se ater somente aos aspectos tecnológicos e de eficiência de gestão. Os aspectos sociais e de saúde humana devem estar no centro dessa análise, para ser evitada alguma decisão que prejudique a população e/ou exclusão de algum grupo social desfavorecido.

Planejar a cidade para um futuro próximo demanda abordagens complexas, intersetoriais e integrativas. Um diálogo constante entre os diversos atores e, principalmente, com a população. O grande desafio das cidades sustentáveis é envolver todos os atores e a população, além de fazer com que serviços e equipamentos sejam adequadamente distribuídos pela cidade, de forma que todos seus habitantes possam usufruir de seus benefícios e, também, que os malefícios da ausência desses serviços não prejudiquem parcelas específicas da população.

Mais recentemente, tem se disseminado o conceito de suficiência, que propõe reduzir o consumo e a produção por meio de mudanças no estilo de vida e nas práticas sociais (Jungell-Michelsson; Heikkurinen, 2022). Aplicado ao contexto urbano, a cidade autossuficiente refere-se ao desenvolvimento de ecossistemas urbanos sustentáveis e resilientes, capazes de prosperar de forma independente. Ao reduzir a dependência de recursos externos, essas cidades buscam aumentar sua sustentabilidade ambiental, promover a independência energética e alcançar estabilidade econômica¹⁴. Isso pode ser obtido por meio da transformação de estilos de vida, normas sociais e/ou estruturas regulatórias (Buschka *et al.*, 2024). Christ *et al.* (2024) apresentam o caso de Hafen-Ost, na Alemanha, um bairro anteriormente portuário que foi reconfigurado para se tornar suficiente. Os autores analisam o caso, apontando as limitações reais da proposta e ressaltando que os conflitos existentes exigem soluções baseadas em abordagens multidisciplinares.

Hoenninken (2015) considera que o futuro das cidades deve ser planejado em uma abordagem Neo-Growth. Esse é um conceito que sugere um crescimento econômico que não gere impacto ambiental ou redução no bem-

14 Disponível em: <https://offgridharmony.com>. Acesso em: 10 ago. 2025.

estar de qualquer parcela da população. Isso poderia ser obtido pelo crescimento realizado com energia renovável nos países com mercado em desenvolvimento e no retrofit de cidades de países com mercados desenvolvidos. Para o autor, um mundo pós-Carbono, só é possível se a atual estrutura de poder do setor de carbono for dissolvida.

Nesse sentido, devemos focar na identificação das vulnerabilidades que existam nas cidades, sejam elas socioeconômicas, sejam elas associadas com a capacidade e/ou limitações de cada indivíduo dentro do ambiente que vive. Assim, é necessário que se desenvolvam abordagens que propiciem a intersetorialidade e a transdisciplinaridade, que tenha uma larga abrangência para incluir todos os determinantes que interagem no meio urbano. Tais abordagens são usualmente estruturadas em torno de indicadores que são usados para o planejamento e para o monitoramento de efetividade das intervenções.

Finalmente, pensar em cidades sustentáveis exige considerar os aspectos e impactos das mudanças climáticas. A UN-Habitat (2024b), em seu relatório anual sobre cidades, foca no tema das mudanças climáticas. O Secretário-Geral da ONU destaca que as cidades estão na vanguarda das ações climáticas, à frente das nações. O relatório aponta que, embora sejam as áreas mais impactadas, as cidades também estão entre as maiores emissoras de gases de efeito estufa (GEE). Algumas têm conseguido reduzir as emissões médias per capita em relação às médias nacionais ao longo dos últimos 30 anos. Entretanto, populações vulnerabilizadas em territórios precários são mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas, como ondas de calor, inundações e outros eventos extremos, devido à maior exposição a esses fatores.

As cidades sustentáveis do futuro devem ser planejadas para uma adaptação climática que seja transformativa, que prepare as cidades para resistir aos eventos climáticos extremos, mas também, que transforme a cidade para um perfil de menor consumo de recursos naturais e menor emissões de gases, rejeitos, resíduos, barulhos e outros impactos e incômodos evitáveis com maior qualidade de vida para todos seus habitantes. Dentro da grande

desigualdade social e econômica no Brasil e em outros países com mercado em desenvolvimento, essa trajetória oferece um grande desafio a ser superado, o qual passa por pesquisa, governança e engajamento político.

No próximo capítulo, teremos um relato de experiência com intervenções de sustentabilidade no Rio de Janeiro, o Programa Favela Sustentável, que aborda temas diversos. É uma boa modelagem que pode servir de inspiração e ser adaptada noutras cidades do país e, certamente, contribuirá para cidades mais sustentáveis e saudáveis.

REFERÊNCIAS

- AGENCE REGIONAL ENERGIE-CLIMAT – ARENE. **Quartiers durables**: guide d'expériences européennes. ARENE Ile-de-France – IMBE, abr. 2005. Disponível em: <https://www.arec-idf.fr/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BATTY, Michael. **Cities as Complex Systems**: Scaling, Interactions, Networks, Dynamics and Urban Morphologies. Work Paper Series, Paper 131. London: Centre for Advanced Spatial Analysis, University College London, 2008.
- BRETAGNE, Geneviève; BLANC-FÉVRIER, Jeanne; LANG, Thierry. Tackling social inequalities in health: acceptability and feasibility of a systematic approach toward health impact assessment of urban projects. **Global Health Promotion**, v. 29, n. 2, p. 5-13, 2022.
- BUSCHKA, Michael *et al.* Sufficiency initiatives and municipalities: opportunities and limitations for bringing people and politics together. **Urban Planning**, v. 9, n. 7960, 2024.
- CHEN, Kunyang *et al.* Uncovering the carbon emission intensity and reduction potentials of the metro operation phase: a case study in shenzhen megacity. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 1, p. 206, 2022.
- CHRIST, Michaela *et al.* Putting sufficiency into practice: Transdisciplinary sufficiency research in urban development: The Hafen-Ost real-world laboratory in Flensburg, Germany. **GAIA: Ecological Perspectives for Science and Society**, v. 33, n. 1, p. 26-34, 2024.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **La dimensión territorial en el marco de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**: guía metodológica para la planificación estratégica de un territorio. Santiago: CEPAL, 2019. (Documentos de Proyectos, LC/TS.2019/58).
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Los operadores urbanos públicos**: lecciones para el desarrollo de ciudades más inclusivas, justas y sostenibles. Experiencias de Quito, Medellín, São Paulo, Bogotá y La Habana. Santiago: CEPAL, 2023. (Documentos de Proyectos, LC/TS.2023/157).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros**: o que os gestores

- municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. Estudo-diagnóstico da gestão ambiental municipal, 2024. Disponível em: <http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- HEINONEN, Sirkka. Neo-growth in future post-carbon cities. **Journal of Futures Studies**, v. 18, n. 1, p. 13-40, 2013.
- HURLIMANN, Anna C.; MOOSAVI, Sareh; BROWNE, Geoffrey R. Climate change transformation: A definition and typology to guide decision making in urban environments. **Sustainable Cities and Society**, v. 70, p. 102890, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022**: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Agência IBGE de Notícias, Breno Siqueira e Vinícius Britto, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS – ICS; INTELIGÊNCIA E PESQUISA EM CONSULTORIA – IPEC. **Pesquisa Nacional Democracia 2024**. São Paulo: ICS, 2024. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/pesquisa_PCS-Ipec/Pesquisa-Nacional-Democracia_2024.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.
- JOSS, Simon; D'ASSENZA-DAVID, Hugo; SERRA, Luis. Eco-neighborhoods and the question of locational advantage: A socio-spatial analysis of French 'ÉcoQuartiers'. **Cities**, v. 126, p. 103643, 2022.
- JUNGELL-MICHELSSON, Jessica; HEIKKURINEN, Pasi. Sufficiency: A systematic literature review. **Ecological Economics**, v. 195, p. 107380, 2022.
- KOUTRA, Sesil *et al.* Towards a net-zero energy district transformation in a mono-criterion scenario analysis – the case of Bo01, Malmö District. In: **INTERNATIONAL CONFERENCE ON SMART CITIES AND GREEN ICT SYSTEMS – SMARTGREENS**, 6., 2017. Proceedings [...]. SciTePress, 2017. p. 180-187. ISBN 978-989-758-241-7. DOI: 10.5220/0006301901800187.
- MARINS, Karin R. C. Comparative assessment of sustainability strategies applied to urban neighbourhoods in Brazil, Germany and Sweden. **International Journal of Sustainable Building Technology and Urban Development**, v. 8, n. 2, p. 195-207, 2017.
- MICHEL, Voltaire F. Condomínios fechados em Porto Alegre: aproximando interesses transindividuais e o direito de propriedade. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 3, 2017.
- MINISTÈRE DE LA TRANSITION ÉCOLOGIQUE ET DE LA COHÉSION DES TERRITOIRES. **Guide de l'aménagement durable**. Bureau des villes et territoires durables, Direction générale de l'aménagement, du logement et de la nature, jun. 2023. Disponível em: <https://www.ecoquartiers.logement.gouv.fr>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- MINISTÈRE DE LA TRANSITION ÉCOLOGIQUE ET DE LA COHÉSION DES TERRITOIRES. Recueil des 101 projets labellisés en Livré et Vécu entre 2013 et 2023, 2024. Disponível em: <https://www.ecoquartiers.logement.gouv.fr/assets/articles/documents/recueil-des-projets-labellises-ecoquartier-de-2013-a-2023.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- NIEMETS, Kostiantyn *et al.* World cities in terms of the sustainable development

- concept. **Geography and Sustainability**, v. 2, n. 4, p. 304-311, 2021.
- MADAKAM, Somayya; RAMASWAMY, Ramachandran. Sustainable smart city: Masdar (UAE) (A city: Ecologically balanced). **Indian Journal of Science and Technology**, v. 9, n. 6, p. 5, 2016.
- MAHZOUNI, Arian. The 'policy mix' for sustainable urban transition: The city district of Hammarby Sjöstad in Stockholm. **Environmental Policy and Governance**, v. 25, n. 4, p. 288-302, 2015.
- MATTOS, Taisa. **Ecovilas: a construção de uma cultura regenerativa – uma etnografia de Findhorn, Escócia**. [S.l.]: Nova Edições Acadêmicas, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Roteiro para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e acompanhamento no nível subnacional**. Sistema ONU no Brasil, 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI – PMN. **Relatório Local Voluntário: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Município de Niterói**. Niterói: PMN; ONU-Habitat, 2020.
- ROUE-LE GALL, Anne *et al.* **Agir pour un urbanisme favorable à la santé: concepts & outils – guide**. Rennes: EHESP/DGS, 2014.
- ROUÉ-LE GALL, Anne *et al.* **Le Guide Isadora: une démarche d'accompagnement à l'intégration de la santé dans les opérations d'aménagement urbain**. EHESP/URBA, 2020.
- PUCA – PLAN URBANISME CONSTRUCTION ARCHITECTURE. Concevoir un éco-quartier. **Le Journal d'Information PUCA**, n. 16, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.urbanisme-puca.gouv.fr>. Acesso em: 23 set. 2024.
- UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2023: special edition**. Genebra: UN, 2023a.
- UNITED NATIONS. **Global Sustainable Development Report 2023: times of crisis, times of change: science for accelerating transformations to sustainable development**. New York: UN, 2023b. Disponível em: <https://sdgs.un.org/gedr/gedr2023>. Acesso em: 23 set. 2024.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM – UNEP. **The Weight of Cities: Resource Requirements of Future Urbanization**. Nairobi: UNEP, 2018.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. **Nova Agenda Urbana: declaração de Quito sobre cidades e aglomerados urbanos sustentáveis para todos**. Quito: ONU-Habitat, 2016. Disponível em: <http://www.habitat3.org>. Acesso em: 23 set. 2024.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. Sustainable Development Goals Cities, 2024a. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/sustainable-development-goals-cities>. Acesso em: 10 out. 2024.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. **World**

Capítulo 9

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL: PROTAGONISMOS PELO DIREITO DE EXISTIR

André Luiz da Silva Lima

INTRODUÇÃO

Refletir sobre os limites e possibilidades do estabelecimento de estratégias, mecanismos, fomentos e ações em prol da promoção de territórios saudáveis e sustentáveis nos implica em perscrutar as ações coletivas, o dinamismo do capital social local, as disputas entre os atores e agendas, as dinâmicas de governança territorial e os diferentes jogos de acomodação nas tessituras de uma determinada espacialidade.

Tal reflexão, no atual tempo vivido, expõe as gramáticas e repertórios dos movimentos sociais e organizações populares, que, por sua vez, estão permeadas pelo impacto do fenômeno do aquecimento global, e por conseguinte, da crise humanitária que se seguirá ameaçando a existência humana no planeta. Nas favelas e periferias urbanas, a agenda ambiental tem sido acolhida, mesmo diante de cenários hostis, sob as mais diversas linhas ideológicas, sendo incorporada às lutas cotidianas pelo direito de existir.

Deste modo, em ajuste ao diapasão epistemológico-narrativo que rege o presente capítulo, acomodar-se-á um olhar acerca da Rede Favela Sustentável, lançada em 2018, e que recentemente, em outubro de 2024, realizou um festival que recebeu em torno de 1100 (mil e cem) pessoas na Fundação Progresso (Rio de Janeiro/RJ). A presente narrativa já se apresenta como introdutória e provisória,

na qual se postula ousadamente muitas perguntas cujas respostas carecerão de estudos e análises futuras, mas ainda assim, buscando contribuir aos estudos e reflexões em saúde coletiva que se debruçam em analisar as ações coletivas nas favelas e periferias urbanas na relação com o viver saudável e sustentável.

A Rede Favela Sustentável terá sua existência considerada no âmbito do cabedal histórico das experiências coletivas nas e com as favelas, na qual a historiografia sobre estas localidades permite aferir os inúmeros arranjos sociais de seus moradores em torno da reivindicação por direitos, inclusive, em momentos críticos de nossa história nacional como foi no caso da ditadura empresarial militar instaurada em 1964 (Alvito, 2001, Brum, 2012, Gonçalves, 2013, Mello, 2013, Valladares, 2005).

1. DIREITO À CIDADE, VIVER SAUDÁVEL E AS FAVELAS CARIOCAS

Remetendo à noção de direito à cidade, na perspectiva analítica de Henri Lefebvre (1968), este se processa no acesso igualitário e equânime aos bens, serviços, estruturas e espaços públicos das cidades.

O direito à cidade significa então restaurar o sentido de cidade, instaurar a possibilidade do – bem viver para todos e fazer da cidade – o cenário de encontro para a construção da vida coletiva. O direito à cidade é a possibilidade de construir uma cidade na qual se possa viver dignamente, reconhecer-se como parte dela e onde se possibilite a distribuição equitativa de diferentes tipos de recursos: trabalho, saúde, educação, moradia, além de recursos simbólicos tais como participação, acesso à informação etc. (Mathivet, 2010, p. 21).

O que se tem acompanhado não apenas no Brasil, mas em diferentes localidades do mundo, é a “mão invisível” do mercado, tal qual postulada por Adam Smith (1983), de maneira “muito visível” incidido na produção de cidades excludentes, inclusive, quando coloca diversos assentamentos humanos sob processos permanentes de (re)produção de estigmas e vulnerabilizações.

[...] o uso e a ocupação dos espaços urbanos não se dão a contento, mostrando-nos que o direito à cidade, isto é, o direito de viver em condições propícias à habitação, não tem sido de todos e todas que constroem a cidade. Tem sido na verdade, um expoente de exclusão e de perpetuação de privilégios e desigualdades (Rolnik, 2002, p. 53).

Na recente história urbana da cidade do Rio de Janeiro, no século XX, um fenômeno social, político, econômico, ambiental e urbano, que há tempos ocupa os jornais e as diferentes formas de imprensa, são as favelas. Sua emergência precisa ser considerada em um contexto histórico que precisa acomodar as dimensões da política local (regional e nacional), dos escopos assumidos para o desenvolvimento e das questões econômicas no nível nacional, dos projetos de cooperação internacional em tempos da Guerra Fria, dos aspectos de especulação imobiliária e das frentes de geração de riqueza econômica (indústria, comércio e serviços) demandando recursos humanos. Tal cenário possibilitou que as favelas se constituíssem para atender, entre outras coisas, a uma necessidade humana básica, e de onde se inicia a experimentação da cidade para as classes populares, que é a habitação. A modelagem urbana do Rio de Janeiro gerou zonas de exclusão, catalisadas pelas desigualdades sociais, ambientais, econômicas e políticas, cuja existência também atua na reprodução dessa desigualdade, bem delineada pela categoria “Urbanismo de Risco”, formulada pela urbanista Raquel Rolnik (1999).

O que chama atenção neste tipo de urbanismo é o risco das condições ambientais acentuado por outras vulnerabilidades, como a econômica, social e política. E neste sentido, os moradores das favelas, que por sua força de trabalho constrói e mantém o funcionamento da cidade capitalista, ao protagonizar a adoção de medidas para provimento de sua habitação, acaba por concentrar os inúmeros ônus desta empreitada.

O risco é, antes de mais nada, do morador: o barraco pode deslizar ou inundar com chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar nas baixadas – a saúde e a vida são assim ameaçadas. No cotidiano,

são as horas perdidas no transporte, a incerteza quanto ao destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua (Rolnik, 1999, p. 100).

Deste modo,

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena (Rolnik, 2002, p. 53).

Sobre estes, forjados nas clivagens do urbanismo de risco, emergiram os estigmas e estereótipos, dos mais diversos, passando pela apatia política, pela desorganização comunitária, pela preguiça nata, ou ainda, por serem violentos e incivilizados. Entretanto, pesquisadores como Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), Janice Perlman (1981) e Mário Sergio Brum (2012), dentre outros, demonstraram em seus estudos o quão incorreto se constitui a leitura dos moradores de favelas a partir destes estereótipos estigmatizadores. Outro aspecto, reproduzido, inclusive, por órgãos oficiais, se assenta no trato destes territórios como espaços homogêneos, que indubitavelmente não o são (Souza; Silva, 2011).

Nesta relação de produção de vida e do direito à cidade, há um componente importante que se conecta fortemente com o direito a uma vida saudável: a dimensão ambiental. Nos debates internacionais recentes, especialmente a partir de 1970, com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, tendo por marco histórico de origem a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972), das Conferências de Alma Ata (1978) e Ottawa (1986), da criação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (1978), e em um recorte mais contemporâneo, em 2015, da Agenda

ONU 2030, a questão da saúde, em seu conceito ampliado, ressignificaria os sentidos do morar e viver na urbe de maneira saudável, inclusive, forjando o que viria a se conformar com a noção de território saudável e sustentável.

Indubitavelmente o debate em torno da ampliação e ressignificação do processo saúde-doença, com a incorporação dos determinantes sociais na equação vigente, tem influências advindas dos estudos e reflexões em torno da medicina social latino-americana, na qual as experiências em saúde pública chilena e cubana não podem ser esquecidas (Iriart *et al.*, 2002). Também importante sinalizar a contribuição do Movimento Sanitário Brasileiro que criou as condições de possibilidade para a emergência da Saúde Coletiva enquanto campo de conhecimento de saberes e práticas e da emergência do Sistema Único de Saúde no Brasil (Luz, 2009, Nunes, 2016).

No Brasil, a VIII Conferência Nacional de Saúde trouxe esse conceito ampliado para o cerne de seus debates, cujos artífices influenciaram os tomadores de decisão da esfera pública, de modo que a Carta Constitucional de 1988 incorporasse a criação do Sistema Único de Saúde, regulamentado por leis e outros diplomas legais constituídos nos anos seguintes (Escorel, 1999, Paiva; Teixeira, 2014). A ideia de direitos que permeava a Carta Constitucional, certamente influenciada por um momento pós-ditadura empresarial militar, catalisou os anseios de uma população que vivia em um momento sensível da história nacional com amplo desemprego, inflação galopante, notícias de corrupção (antes ofuscadas pelo regime), na qual os serviços públicos de saúde e educação, por exemplo, não possuíam alcance universal, contribuindo, assim, para a existência de bolsões de excluídos por todo o país.

Aparentemente o período pós-1988 inauguraria uma época em que os projetos baseados na remoção e extermínio das favelas seriam abandonados pelos gestores públicos. A tensão social causada pelo aumento do desemprego e da elevação da precariedade das condições de vida, especialmente a partir da década de 1980, passaram a ocupar espaços nos debates sobre a cidade e sua governança. Afinal, naquele momento, cada favelado teria o direito ao voto,

e com isso, o redesenho das relações entre políticos como representantes do Estado e essa população passaria por diversos rearranjos até a presente data. Esse processo deve ser lido a partir de uma série de eventos sócio-políticos e econômicos, que no Rio de Janeiro pode-se apontar alguns exemplos tal como no(a): I. surgimento de novos mediadores nas favelas: agentes comunitários, organismos internacionais, organizações não governamentais; II. enfraquecimento político das associações de moradores; III. ascensão das denominações religiosas de matriz neopentecostal com participação na esfera política; IV. reordenamento do negócio transnacional de venda de drogas (cocaína, por exemplo) e armas de fogo, e suas inserções nas favelas; V. novos arranjos de intervenção nestes espaços como o Favela-Bairro, Morar Carioca e o PAC-Favelas, por exemplo (Zaluar, 1994, Carvalho, 1995, Souza, 1996, Pandolfi; Grynszpan, 2002, Zaluar, 2004, Machado da Silva, 2006, Lima, 2017).

Nos últimos 30 anos, por exemplo, o conjunto dos projetos pensados para as favelas podem ser agrupados pelas seguintes características: I. Baixa participação social (participação validadora); II. Relacionamento com os favelados, na maioria das vezes, mediados por relações de tutela e/ou clientelismo; III. Manutenção do racismo e de diversos estigmas; IV. Subfinanciamento e descontinuidade, trazendo assim, em muitos casos, um cenário (econômico, ambiental, urbano e social) pior do que estava antes; V. Desarticulação com as políticas públicas e arranjos de financiamento para a sustentabilidade do empreendimento. A leitura deste cenário se apresenta relevante na apreensão do fenômeno da Rede Favela Sustentável, em especial, por suas escolhas na esfera pública instigadas por seus artífices, seja pela manutenção e fortalecimento do que está colocado, seja por sua superação ou inovação.

Outro ponto para pensar a garantia do direito a existir nas favelas cariocas é o grande aparato policial orientado a agir nestes territórios, com operações de alta letalidade, desrespeito aos direitos humanos e frequentes ilicitudes por parte dos agentes do Estado. A elevada mortalidade, tanto de policiais, como de moradores (sejam estes envolvidos ou não com o comércio e varejo de

substâncias entorpecentes ilícitas na lei), e o alto encarceramento, com baixo impacto na segurança dos moradores destes territórios, denota um fracasso recorrentemente denunciado por organismos internacionais e movimentos sociais pelos direitos humanos. Como se estabelecer relações republicanas em um cenário de violação permanente de direitos? Superar o Estado de exceção permanente nestes territórios se apresenta como urgente para a garantia do direito a existir (Ramos; Musumecil, 2005, Barros, 2008, Lima *et al.*, 2014).

2. REDE FAVELA SUSTENTÁVEL

Nesse cenário das favelas, marcado pelos tensionamentos e pelas lutas pelo direito de existir, com diversos entrelaçamentos, a Organização Não Governamental (ONG) Comunidades Catalizadoras (ComCat) lançou, em 2018, por ocasião do 1º Grande Encontro da Rede Favela Sustentável, o projeto Rede Favela Sustentável. Naquele momento, a Rede se apresentava com os seguintes objetivos:

- Reconhecer iniciativas e características que já existem nas favelas cariocas, que representam a sustentabilidade e resiliência socioambiental;
- Dar transparência e visibilidade para estas iniciativas;
- Criar redes de troca de conhecimentos, estratégias e informações entre iniciativas sustentáveis;
- Fomentar capacitações e parcerias e fortalecer a Rede, para tornar possível este modelo de desenvolvimento;
- Ampliar este debate para além do Rio de Janeiro (Theresa; Franco, 2017, p.7).

Após seu lançamento oficial, com o passar de alguns anos, identificaram-se alguns ajustes nos objetivos da referida rede, na qual se pode constatar a emergência da ideia de potencializar as iniciativas presentes na Rede e a formatação de canais ou estratégias de incidência política como pontos de

atualização¹⁵. A necessidade de assessoramento e fortalecimento institucional se tornou, ao que tudo indica, uma preocupação da ComCat.

A narrativa vigente no âmbito da ComCat, enquanto criadora do referido projeto, é de que a Rede emergiu como desdobramento de algumas iniciativas anteriores, tal como do processo de produção do filme *Favela como Modelo Sustentável*, de 2012, e do mapeamento produzido em 2017 intitulado *Rede Favela Sustentável*. Para as coordenadoras deste mapeamento, a visão de futuro perpassaria por um processo em que

[...]pode[ría]mos gerar um novo padrão onde favelas se desenvolvem de forma sustentável, tornando-se cada vez mais locais de resiliência, criatividade e solução, através do fortalecimento de iniciativas sustentáveis que já estão se tornando mais comuns nas favelas do Rio (Theresa; Franco, 2017, p. 7).

O referido filme foi lançado durante a Mostra de Vídeos da Cúpula dos Povos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, que aconteceu na Cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. A ideia do evento promovido pelas Nações Unidas foi de pactuar a renovação do compromisso político para com o desenvolvimento sustentável.

Sem querer levantar dúvidas sobre essa origem, o estabelecimento de uma investigação histórica, acompanhada de pesquisa documental e entrevistas com seus artífices, apresenta-se como um ponto interessante para uma agenda de pesquisa. A ideia de atuação em rede junto aos movimentos sociais, especialmente das favelas e periferias, é conhecida ao menos desde a segunda metade dos anos 1980. Nos anos 1990, identificam-se alguns elementos importantes que impactaram a experimentação política na esfera pública local das favelas e periferias cariocas, como um certo redirecionamento e diminuição do alcance político das associações de moradores; a ampliação da presença de Organizações Não Governamentais (ONGs); o surgimento de

15 Muitas das informações aqui acolhidas, inclusive desta atualização, estão presentes no sítio da internet do projeto: <https://www.favelasustentavel.org/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

uma nova gramática social e repertórios advindos da Conferência ECO-92; os danos causados pelo acirramento da violência armada na conformação das ações coletivas; e a expansão, não apenas numérica, mas também presencial, na esfera política, dos grupos religiosos de matriz cristã neopentecostal. Nesse contexto, com a atuação das ONGs e a emergência de uma pauta ecológica e social na esfera pública, algumas terminologias e conceitos passaram a compor a nova gramática das ações coletivas: desenvolvimento sustentável, protagonismo social, empoderamento, capital social, responsabilidade social, entre outros (GOHN, 2010; 2011).

Neste ponto, quais experiências poderiam ter sido emblemáticas para a idealização da Rede Favela Sustentável? Quais as contribuições das potentes lideranças e dos articuladores em diálogo com a ComCat que estimularam a construção do mapeamento, e por conseguinte, no prosseguimento indutor – em alguns momentos financiador – da Rede Favela Sustentável? Somente pesquisas futuras dirão.

As grandes linhas de ação apresentadas em documento do ComCat (Theresa; Franco, 2017, p. 8), antes mesmo do lançamento da Rede, indicavam uma intencionalidade planejada de apoio e assessoramento à iniciativa:

- Mapeamento da Rede Favela Sustentável;
- Perfis e documentação das iniciativas no Rio OnWatch;
- Intercâmbios (intensivo e holístico) da Rede Favela Sustentável;
- Desenvolvimento de “medida da favela sustentável” (2018-2019);
- Treinamentos estratégicos para fortalecer a Rede e seus membros;
- Fomento de projetos coletivos entre integrantes da Rede Favela Sustentável;
- *Advocacy* em prol do movimento de sustentabilidade e resiliência das favelas cariocas.

Ao se examinar que o “advocacy em prol do movimento de sustentabilidade e resiliência das favelas cariocas” está entre as linhas de ação, outra indagação possível se refere aos temas elencados nesse advocacy a partir

da Rede. Neste ponto, a resposta passa por compreender algo que não foi e nem será aprofundado neste artigo: a questão da governança da Rede, em especial o seu processo deliberativo quanto à escolha de temas e prioridades. Verifica-se que a Rede congrega instituições e movimentos com diferentes níveis de organização, desde aqueles que ainda não possuem personalidade jurídica, baseados no voluntariado e em parcerias, até aqueles que já captaram recursos por meio de editais, com sede própria, personalidade jurídica e recursos humanos permanentes. Tal diferenciação em sua composição gerou hierarquias e clusters na organização da Rede? Cabe registrar a leitura de que a Rede tem sido apresentada pela ONG ComCat e por seus interlocutores como uma ação pautada no estabelecimento de relações horizontalizadas entre as lideranças sociais integrantes, com forte apelo à dimensão coletiva, ao reconhecimento das potencialidades e saberes diversos, além das possibilidades de assessoramento e incidência política.

Apesar do nome “Favela” no título da Rede, ela se apresenta como acolhedora, congregando outras tipologias de territórios vulnerabilizados, tais como quilombos, povos originários e comunidades tradicionais no Grande Rio de Janeiro, algo não presente em 2018, por ocasião de sua fundação. A adesão é voluntária, mediante o preenchimento de formulário disponibilizado na web, no qual são coletados alguns dados, como e-mail e telefone (WhatsApp) para contatos futuros. Existe um *mailing* eficiente e uma comunicação por meio de grupos de WhatsApp, além da disponibilização de uma agenda pública de atividades e eventos em sua página na web e nas redes sociais (Facebook).

Importante situar, também, que no cenário político nacional, especialmente entre 2015 e 2022, alguns eventos tiveram incidência contrária ao Estado Democrático de Direito, na esfera pública, na qual citamos o golpe impetrado contra a presidente eleita Dilma Roussef, em 2016, e o Lawfare na

condução da operação Lava Jato (2014-2018). No Rio de Janeiro, além da prisão de governadores e da crise econômica agravada, assistiu-se à intervenção federal na área da Segurança Pública, em 2018, marcada por ter sido cara, ineficiente e violadora de direitos nas favelas e periferias. Ademais, a morte da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, não pôde ser vista como um ato desconectado do cenário político vivenciado no estado do Rio de Janeiro, em especial, para os moradores de favelas e periferias (Peixoto, 2020, Souza, 2022, Nassif, 2024).

No nível global, a Sindemia da covid-19, emergente no primeiro semestre de 2020, foi um momento desafiador por inúmeras razões, na qual cabe um destaque aos negacionismos e anticientificismos presentes nas narrativas e práticas de gestores e comissionados em funções estratégicas de Estado. Escritos dão conta de que uma das maiores ameaças existentes no processo de enfrentamento à covid-19 tenha sido o presidente da República em exercício: o Sr. Jair Messias Bolsonaro (Lancet, 2020, Diseases, 2020).

Novamente, reporta-se que não foi possível conduzir entrevistas com as pessoas à frente da Rede Favela Sustentável, mas trabalha-se com a hipótese que esse cenário moldou as linhas de operação e as escolhas políticas. Um bom exemplo do impacto destes eventos à atuação da Rede foi o lançamento, em julho de 2020, do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro.

Não é novidade que a Pandemia de covid-19 foi um evento ímpar na história humana. De modo similar ao contexto de outras epidemias/pandemias, as dúvidas em torno do agente etiológico, das formas de transmissão e da cura/reabilitação dos indivíduos estavam presentes, inclusive naqueles meses de março a julho de 2020¹⁶, quando lideranças sociais já se envolviam em debates de como organizar o enfrentamento à covid-19 em seus territórios.

A ideia deste painel seguiu em publicizar melhor o número de casos nas favelas e periferias, visto que lideranças sociais, em diversos espaços coletivos e fóruns virtuais, já manifestavam a preocupação com a subnotificação. Para o campo de Saúde Coletiva, essa expressão popular de identificar, quantificar e

¹⁶ Março foi o início das medidas restritivas e quando a Pandemia ganha relevância na Esfera Pública Nacional; Julho foi o momento em que o Painel fora lançado.

publicizar os dados de um determinado agravo/doença não era algo novo. A ideia de vigilância civil em saúde (Guimarães *et al.*, 2023) e seus termos assemelhados como o de vigilância popular em saúde (Meneses, 2023) estão há alguns anos sendo experimentados em diferentes contextos por diferentes atores.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a epidemia de dengue, que teve início no último quarto do ano de 1990 e se estenderia até o primeiro semestre de 1991, produziu grande alarme na grande mídia. A ONG CEPEL (Centro de Estudos da População da Leopoldina)¹⁷ em parceria com Núcleo de Estudos sobre Educação, Saúde e Cidadania (NEESC/ENSP) criou a partir das Oficinas de Educação Popular, Saúde e Participação Popular o Sistema de Informações do Nível Local (SINAL). Naquele momento, em tempos em que as redes sociais virtuais ainda não existiam e a internet ainda dava seus primeiros passos, o *Jornal Se Liga No Sinal* surgiria em junho de 1990, como resultado do Sistema de Informações do Nível Local (SINAL) e de um movimento chamado “Se Liga Leopoldina”, se propondo a cobrir a epidemia de dengue na região da Leopoldina (CEPEL/SE LIGA NO SINAL, junho de 1991).

Metodologicamente, o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas acolheu, também, um importante apoio do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), vinculado à Fiocruz, que atuava no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório covid-19 da Fiocruz (Gracie *et al.*, 2021). Dentre as inúmeras contribuições dos pesquisadores e técnicos do ICICT a esta Sala de Situação, vale menção ao Radar Covid-19 e Favelas, organizado em parceria com Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, que se estruturava com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

¹⁷ Leopoldina é uma designação para o conjunto de bairros da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro que possuem como característica serem cortados pela linha férrea do antigo Ramal Leopoldina.

Aliás, já fora da pandemia de covid-19, em 2022, tanto a Rede Favela Sustentável quanto a Fundação Oswaldo Cruz estiveram juntos da Pesquisa Justiça Hídrica e Energética nas Favelas, esta, por sua vez, inspirada a partir do curso “Pesquisando e Monitorando a Justiça Hídrica e Energética nas Favelas” idealizado no âmbito das discussões do Painel Unificador das Favelas e da Rede Favela Sustentável. Interessante apontar que a ideia de vigilância popular ou vigilância civil em/para a saúde permaneceu na iniciativa, ao lado de outra estratégia mobilizada, mas pouco referenciada nos documentos e sites acessados, que é a Geração Cidadã de Dados. Outra questão a ser indicada é a participação, desde 2022, da ComCat na Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde enquanto membro, que, na prática, mobiliza a Rede Favela Sustentável em torno deste tema específico. Aliás, não se coloca como tema deste artigo a relação da Fiocruz e a ComCat, mas certamente as interfaces e colaborações entre estas duas instituições merece uma atenção especial em investigações futuras. A observação participante no 1º Festival Favela Sustentável “Favela no Centro das Soluções”, em outubro de 2024, possibilitou identificar inúmeras parcerias em andamento, algumas por dentro da Rede, outras por meio de articulações externas.

A compreensão da Rede Favela Sustentável não seria possível, também, sem uma leitura mínima da Organização Não Governamental Comunidades Catalizadoras (ComCat), sediada no Rio de Janeiro, que se apresenta em seu site como:

[...] uma organização sem fins lucrativos defensora de favelas, que opera como uma rede colaborativa adaptativa, trabalhando para apoiar e fortalecer moradores de favelas no Rio e além. Trabalhamos desde 2000 na interseção entre desenvolvimento comunitário sustentável, direitos humanos, redes locais-globais, comunicação independente e planejamento urbano. Nosso trabalho evolui em conformidade com as necessidades de apoio dos mobilizadores locais das favelas¹⁸.

18 Disponível em: <https://comcat.org/sobre-nos/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

A ComCat, além da Rede Favela Sustentável, acolhe o Portal Rio On Watch, espaço de comunicação na web que recebe artigos de ativistas, militantes sociais e lideranças das favelas e periferias urbanas, e o Termo Territorial Coletivo (TTC) como alternativa política-jurídica para a regularização fundiárias das favelas. Importante perceber que estas frentes de atuação se mesclam e interagem entre si no decorrer das ações (Hoffman *et al.*, 2019).

A ComCat destaca em seu site, em diversos momentos, um aspecto teórico-metodológico que rege seus projetos e que tem sido referenciado em diferentes documentos: o Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos, cujo principal expoente idealizador são os professores John McKnight e John P. Kretzmann. As leituras e pesquisas que subsidiam esta narrativa não foram suficientes para analisar criticamente o Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos. Entretanto, uma indagação oportuna para análises futuras seria se tal abordagem poderia ser considerada uma inovação em termos político-pedagógicos, contribuindo para a autonomia e emancipação das populações e territórios impactados, ou se se trata de uma atualização ou vertente do Desenvolvimento de Comunidade recorrentemente mobilizado nas favelas cariocas. Afinal, sabe-se que, nos últimos 65 anos, muitas organizações não governamentais atuantes em favelas e periferias receberam investimentos internacionais para cumprir determinados objetivos ideológicos de seus agentes financiadores. São projetos com o objetivo de criar “espírito de autoajuda entre os favelados e capacitá-los para a solução dos seus problemas com esforço próprio” (Valla, 1986, p. 104). Quando em interface com órgãos estatais, a participação da população na esfera público-política em torno da condução desses projetos costuma ocorrer de maneira limitada, propondo sempre ações situadas na noção de autoajuda e cooperação como princípios de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de crise humanitária advinda das mudanças climáticas, o debate em torno da noção de sustentabilidade adquire um forte apelo na esfera pública, ainda que aparentemente não alcance a consistência necessária

para, de fato, impedir o pior que está por vir. A guinada civilizatória necessária com a mudança nos padrões e parâmetros de produção e consumo no planeta necessitam ser incorporada pelas grandes corporações e estados nacionais. A perspectiva de ação territorializada, de processos colaborativos em rede e a lógica do pensar global e agir local se apresentam como estratégicos no processo de modulação das linhas de ação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e do próprio Estado no enfrentamento das emergências climáticas.

Sabe-se que “as redes temáticas constituem inovações no campo das ações coletivas da sociedade civil organizada” (Gohn, 2008, p. 451), mas por si só não poderia ser vista enquanto uma inovação trazida pela ComCat à Rede Favela Sustentável, da mesma forma, como o debate da sustentabilidade, que já estava presente em diversas iniciativas, movimentos e organizações populares atuantes nas favelas e periferias, com ampliação desta agenda após a realização da Rio Eco-92.

Entretanto, a indução, o assessoramento e, em alguns momentos, o fomento por parte da ComCat em torno da Rede Favela Sustentável ocorreram em um contexto sensível da democracia brasileira, tornando-se, a partir de uma primeira camada de análise, uma experiência sociopolítica de caráter participativo e fortalecedor da democracia.

Elementos desta breve reflexão dão conta da existência de processos de fortalecimento institucionais significativos dos agentes envolvidos na Rede pela atuação da ComCat, assim como de um aspecto pedagógico importante para coletivos e organizações recém-constituídas. O debate em torno do saneamento, das injustiças (ambientais, hídricas, energéticas e climática) e da vigilância popular em saúde, coloca a centralidade da promoção de territórios saudáveis e sustentáveis, ainda que alguns termos e categorias mobilizados pela saúde coletiva não sejam aplicados. O entrelaçamento com a dimensão comunicativa, por meio do Portal Rio On Watch, fornece um alcance na esfera pública que parte significativa dos que participam da Rede Favela Sustentável não teriam por si só.

Outro ponto não aprofundado, mas de relevante potencial para o sucesso da Rede Favela Sustentável, são as parcerias com setores do Poder Público. Algumas destas já foram citadas, como a estabelecida com a Fiocruz, mas constata-se também alianças nas diferentes instâncias dos Poderes Executivo e Legislativo. A incidência política preconizada, alinhada à dimensão da mobilização da Rede, pode gerar um ganho potencial republicano quando do estabelecimento de certas pactuações que, se operacionalizadas de maneira eficaz, tornar-se-ão um importante ativo frente ao enorme desafio de superar práticas de clientelismo e fisiologismo, tão comuns na política nacional.

A pauta colocada pela ComCat acerca do Termo Territorial Coletivo mereceria um estudo à parte, pois acomoda uma expertise acumulada internacionalmente, mas ainda não se mostrou como implementá-la em áreas dominadas por grupos armados no Rio de Janeiro. Ainda sim, por sua abordagem que coloca em debate o direito à cidade e os instrumentos legais – existentes e os necessários a serem criados – tem sido um espaço cívico potente.

A compreensão das escalas e territorialidades coexistentes na leitura das dinâmicas locais e supralocais a serem abordadas por projetos de desenvolvimento local é estratégica. Nesse sentido, o formato de atuação em rede possibilita a concretização do princípio “pensar global e agir local” em processos de incidência política, configurando, neste caso, um ganho cívico da Rede Favela Sustentável.

A ideia de “potência” tem sido mobilizada pelo ComCat e pela Rede Favela Sustentável e, neste ponto, assevera-se que a descrição e a concepção da favela pelo que lhe falta ou por conta de alguma anomalia estigmatizadora têm sido enfrentadas e rechaçadas por diferentes intelectuais, inclusive com a opção de alguns em retratar a potência, e não a carência (Perlman, 1981, Dymski, 2011, Fernando *et al.*, 2018). Por outro lado, não reconhecer os processos de empobrecimento e vulnerabilização social, política, econômica e ambiental, clivados pelas dimensões de raça, gênero, orientação sexual, classe social e outras, pode se tornar uma armadilha desmobilizadora e despolitizadora nas reivindicações na esfera pública. O desafio posto ao ComCat, e em especial

à Rede Favela Sustentável, está em não assumir circuitos de reprodução de processos comuns em muitos projetos nas favelas, que atuam para “mobilizar os populares para desmobilizá-los” (Valla, 1986, p. 101).

Seja como for, o enfrentamento às consequências do aquecimento global e das emergências climáticas depreende uma ação do Poder Público de forma eficaz, de políticas públicas articuladas, devidamente financiadas, transparentes e, não menos importante, territorializadas e participativas. Para tal, movimentos como a Rede Favela Sustentável se apresentam como possibilidades de se catalisar vozes e temas intrínsecos à Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

Por fim, a riqueza dos eventos e das experiências em torno da Rede Favela Sustentável carecem de outros estudos, aprofundando e analisando potencialidades, desafios e possibilidades de reaplicabilidade desta experiência sociopolítica em outros contextos análogos, sem deixar de destacar a autoria e o protagonismos das coletividades atuantes nas favelas e periferias do Rio de Janeiro em prol do direito de existir.

REFERÊNCIAS

- ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 134-155, 2008.
- BRUM, Mário. **Cidade Alta**: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- CARVALHO, Maria Alice R. de. Cidade escassa e violência urbana. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n. 91, ago. 1995.
- CEPEL. **Se Liga no Sinal**. v. 1, n. 1, jun. 1991.
- DISEASES, The Lancet Infectious. Political casualties of the COVID-19 pandemic. **The Lancet. Infectious Diseases**, v. 20, n. 7, p. 755, 2020.
- DYMSKI, Gary A. Ten ways to see a favela: Notes on the political economy of the new city. **Revista Economica**, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2011.
- ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- FERNANDES, Fernando; SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge. O paradigma da potência

- e a pedagogia da convivência. **Revista Periferias**, v. 1, n. 1, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.
- GONÇALVES, Rafael S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas; Editora PUC-Rio, 2013.
- GRACIE, Renata *et al.* Painel unificador Covid-19 nas favelas: metodologia para dar visibilidade a territórios periféricos. In: FREITAS, Carlos M.; BARCELLOS, Christovam; VILLELA, Daniel A. M. (orgs.). **Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2021. p. 251-270.
- GUIMARÃES, Raphael Mendonça *et al.* Vigilância civil em saúde, estudos de população e participação popular. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 81-93, 2023.
- HOFFMAN, Ava *et al.* **Relatório Anual Rede Favela Sustentável**. Rio de Janeiro: ComCat (Comunidades Catalizadoras), 2019.
- IRIART, Celia *et al.* Medicina social latinoamericana: aportes y desafíos. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 12, n. 2, p. 128-136, 2002.
- LANCET, The. COVID-19 in Brazil: “So what?”. **Lancet (London, England)**, v. 395, n. 10235, p. 1461, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Gallimard, 1968.
- LIMA, André L. da S. **Não vou bater palmas para maluco dançar: participação social nas favelas de Manguinhos (Rio de Janeiro, 1993-2011)**. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 256-264.
- LUZ, Madel T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas-análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 304-311, 2009.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A.; LEITE, Márcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: SILVA, I. (org.). **Rio – a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.
- MATHIVET, Charlotte. **O direito à cidade: chaves para entender a proposta de criar outra cidade possível**. Santiago do Chile: Gloobalhoj n. 23; HIC-AL, 2010.
- MELLO, Marco Antônio da Silva *et al.* **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- MENESES, Michele Neves *et al.* Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2553-2564, 2023.
- NASSIF, Luis. **A conspiração Lava Jato: o jogo político que comprometeu o futuro do país**. Avaré: Contracorrente, 2024.

- NUNES, Everardo Duarte. La salud colectiva en Brasil: analizando el proceso de institucionalización. **Salud colectiva**, v. 12, p. 347-360, 2016.
- OLIVEIRA, Rosely Magalhães de. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. S69-S78, 1998.
- PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 15-36, 2014.
- PANDOLFI, Dulce; GRYNSPAN, Mário. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 238-255.
- PEIXOTO, Leonardo Ferreira. Quem mandou matar Marielle? – uma conversa com Luyara Franco. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e72525, 2020.
- PERLMAN, Janice E.; PORTINHO, Waldivia Marvhiori. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- RAMOS, Silva; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 229-281.
- ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 72, p. 53-61, 2002.
- ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100-111, out. 1999.
- SANTOS, Carlos N. F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SILVA, Jailson de Souza. Favelas: as formas de ver definem as formas de intervir. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-57, 2011.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. [s.l.] Leya, 2022.
- SOUZA, Marcelo L. de. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2/3, p. 25-39, 1996.
- VALLADARES, Lícia do P. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. v. 1.
- WILLIAMSON, Theresa; FRANCO, Roseli. **Rede Favela Sustentável: mapeamento. Relatório final**. Rio de Janeiro: ComCat (Comunidades Catalizadoras), 20 dez. 2017.
- ZALUAR, Alba. As classes populares urbanas e a lógica do “ferro e fumo”. In: **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Capítulo 10

CIDADES INTELIGENTES: DO QUE SE TRATA?

Ana Maria G. Sperandio
Lira L. B. Lazaro
Joni A. Amorim
Luiz Carlos P. Silva

INTRODUÇÃO

O conceito de “cidade inteligente” começou a emergir no final do século XX, impulsionado pela crescente urbanização global e pela popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A empresa International Business Machines Corporation (IBM) foi uma das primeiras organizações a popularizar o termo no início dos anos 2000 com sua iniciativa *Smarter Cities*, que buscava promover soluções tecnológicas para os desafios urbanos, como mobilidade, energia e segurança (Harrison *et al.*, 2010).

Apesar da conotação inicial focada na tecnologia, o termo ganhou amplitude ao ser incorporado por acadêmicos, formuladores de políticas públicas e planejadores urbanos, que passaram a considerar aspectos sociais, econômicos e ambientais no conceito de cidade inteligente. Assim, o termo evoluiu para abranger não apenas o uso de tecnologias avançadas, mas também práticas sustentáveis e modelos de governança participativa.

Essa evolução do conceito de cidades inteligentes reflete a busca por uma visão mais holística do desenvolvimento urbano, indo além da simples aplicação de tecnologias avançadas. Essa ampliação conceitual resultou em abordagens

que integram diferentes dimensões, como sustentabilidade, inclusão social e governança democrática, reconhecendo que as cidades são sistemas complexos que exigem soluções multidimensionais para seus desafios.

Na prática, a avaliação do conceito varia conforme o contexto socioeconômico e cultural em que é aplicado. Enquanto em países com mercados desenvolvidos o foco pode estar na inovação tecnológica e na competitividade econômica, em países com mercado em desenvolvimento, as cidades inteligentes frequentemente são associadas à melhoria da infraestrutura básica, como transporte, saneamento e acesso à energia (Caragliu *et al.*, 2011). Assim, o conceito é flexível e adaptável às necessidades específicas de cada localidade, mas isso também traz desafios em termos de definição e implementação de políticas que atendam a múltiplos objetivos.

Por outro lado, críticas ao conceito apontam para o risco de exclusão social e concentração de poder em grandes corporações tecnológicas, que muitas vezes lideram as iniciativas de cidades inteligentes. A dependência excessiva de tecnologias pode marginalizar comunidades que não possuem acesso digital ou habilidades técnicas, aprofundando desigualdades urbanas existentes (Hollands, 2008). Dessa forma, uma avaliação crítica do conceito deve incluir não apenas os benefícios potenciais, mas também os riscos de reprodução de desigualdades e de limitações no alcance da governança participativa.

A literatura documenta muitas definições de cidades inteligentes. Segundo Hall (2000), por exemplo, uma cidade inteligente se caracterizaria por monitorar e integrar suas infraestruturas críticas para otimizar o uso dos diferentes recursos, ao mesmo tempo em que promove atividades de manutenção preventiva e maximiza a qualidade de diferentes serviços para as pessoas, dentre outros aspectos de interesse geral.

Como é evidente, além de inteligentes, as cidades também podem ser, simultaneamente, sustentáveis, algo especialmente relevante caso se considere a urgência da crise climática e a indesejada destruição do meio ambiente. Neste sentido, uma cidade inteligente e sustentável pode ser definida como (ITU, 2015):

Uma cidade inteligente e sustentável é uma cidade inovadora que utiliza tecnologias de informação e comunicação (TIC) e outros meios para melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação e dos serviços urbanos e a competitividade, assegurando ao mesmo tempo que satisfaz as necessidades das gerações presentes e futuras com respeito aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

No Brasil, a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (Brasil, 2020), complementa o conceito de cidades inteligentes com os conceitos de transformação digital sustentável e de desenvolvimento urbano sustentável:

Cidades Inteligentes são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.

Portanto, o conceito de cidade inteligente tem se tornado mais abrangente, enfatizando o equilíbrio entre o uso estratégico da tecnologia, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Contudo, sua implementação exige cuidado para garantir que as soluções propostas sejam verdadeiramente inclusivas e que as necessidades de diferentes grupos sociais sejam priorizadas, promovendo uma transformação urbana que beneficie a todos.

1. DIFERENTES DEFINIÇÕES E ABORDAGENS

O conceito de cidades inteligentes é amplamente reconhecido por sua flexibilidade e interdisciplinaridade, permitindo sua aplicação em contextos diversos. As abordagens principais – tecnológica, social, ambiental e política – fornecem perspectivas complementares para entender e implementar este conceito.

1.1. Tecnológica

A abordagem tecnológica está no cerne das cidades inteligentes, enfatizando o uso das TICs para gerenciar e otimizar os sistemas urbanos. Ferramentas como internet das coisas, grandes volumes de dados e inteligência artificial são empregadas para monitorar o tráfego, controlar o consumo de energia, gerenciar resíduos e melhorar a segurança pública (Harrison *et al.*, 2010).

No Brasil, Curitiba é frequentemente citada como exemplo de inovação tecnológica no contexto urbano. A cidade, que é pioneira em transporte coletivo sustentável, implementou recentemente sistemas integrados de monitoramento de tráfego e uma plataforma digital para otimizar rotas de ônibus, reduzindo congestionamentos e emissões de carbono. Outro exemplo é a cidade de Recife, que utiliza grandes volumes de dados e internet das coisas para monitorar áreas de risco de alagamentos, melhorando a resposta a desastres naturais.

1.2. Social

A dimensão social destaca o papel da cidadania ativa e da inclusão digital como elementos essenciais para o sucesso das cidades inteligentes. Aqui, o foco está na criação de ambientes colaborativos, onde os cidadãos participam ativamente das decisões urbanas, utilizando plataformas digitais para promover engajamento e transparência. Por exemplo, São Paulo lançou a plataforma Participa+Sampa, que permite aos cidadãos enviarem sugestões para políticas públicas e acompanhar projetos da administração municipal. Outro exemplo é o projeto Morar Digital em Porto Alegre, que fornece acesso à internet em áreas vulneráveis, permitindo maior conectividade e participação dos moradores em discussões sobre desenvolvimento urbano.

1.3. Ambiental

A sustentabilidade é uma dimensão central das cidades inteligentes, considerando a gestão eficiente de recursos naturais, a redução de emissões de

carbono e a implementação de práticas de Economia Circular. Essa abordagem busca criar cidades resilientes às mudanças climáticas, promovendo mobilidade urbana sustentável e energia renovável.

A implementação do Ônibus Verde em São José dos Campos ilustra como soluções ambientalmente responsáveis podem ser integradas em iniciativas de cidades inteligentes, demonstrando o potencial de políticas públicas que priorizam a sustentabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos. Este exemplo reforça a importância de pensar em mobilidade urbana sustentável como parte fundamental das estratégias para cidades mais resilientes e inteligentes.

1.4. Gestão eficiente de energia

A gestão eficiente de energia é uma abordagem central para muitas cidades inteligentes, pois a energia é um recurso fundamental para o funcionamento urbano. Nessa perspectiva, as cidades inteligentes priorizam a eficiência energética por meio de soluções como redes elétricas inteligentes (*smart grids*), energia renovável descentralizada e tecnologias de armazenamento de energia.

As redes elétricas inteligentes (*smart grids*) são exemplos emblemáticos, permitindo o monitoramento e a distribuição otimizada de energia, reduzindo perdas e promovendo maior confiabilidade no fornecimento. Além disso, a integração de fontes renováveis, como energia solar e eólica, ajuda a reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitiga as mudanças climáticas.

No Brasil, o projeto Cidade Inteligente Búzios, no estado do Rio de Janeiro, é uma referência. Com a implementação de redes elétricas inteligentes (*smart grids*) e medidores inteligentes, a cidade conseguiu reduzir o desperdício de energia e oferecer aos moradores maior controle sobre seu consumo energético. Além disso, o uso de iluminação pública inteligente, com lâmpadas do tipo *Light Emitting Diode* (LED) controladas remotamente, reforça a eficiência energética e reduz custos municipais (Cidades Sustentáveis, 2024).

1.5 Cidade saudável e saúde urbana

A saúde urbana é outra abordagem relevante, conectando o conceito de cidades inteligentes ao bem-estar físico e mental dos cidadãos. Essa perspectiva reconhece que a saúde é influenciada por fatores como qualidade do ar, acesso a espaços verdes, mobilidade ativa (como ciclismo e caminhada) e infraestrutura de saúde conectada.

O conceito de cidade saudável surge da interseção entre saúde pública e planejamento urbano, reconhecendo que o ambiente construído exerce influência direta sobre a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Essa abordagem considera que uma cidade inteligente e saudável deve adotar estratégias integradas que promovam estilos de vida saudáveis, reduzam fatores de risco e proporcionem acesso equitativo aos serviços e infraestrutura necessários para o bem-estar físico, mental e social (Sperandio, 2022).

As cidades inteligentes podem promover saúde urbana por meio de:

- Monitoramento ambiental: uso de sensores para medir a qualidade do ar e alertar sobre poluição, como acontece em São Paulo, onde dados em tempo real ajudam a orientar políticas de controle de emissões.
- Infraestrutura para mobilidade ativa: criação de ciclovias e calçadas acessíveis, como implementado em Curitiba, incentivando hábitos saudáveis e reduzindo a dependência de veículos motorizados.
- Saúde conectada: sistemas de telemedicina e aplicativos que permitem acesso remoto a consultas médicas, como iniciativas de e-Saúde implementadas em cidades como Belo Horizonte.

Além disso, projetos que integram saúde e sustentabilidade, como hortas urbanas comunitárias e programas de incentivo à alimentação saudável, reforçam o papel das cidades inteligentes na promoção do bem-estar.

Essas diferentes abordagens mostram que as cidades inteligentes não seguem um modelo único, mas são adaptadas para responder aos desafios e oportunidades de cada contexto urbano. No Brasil, exemplos como Curitiba, Recife, São Paulo,

São José dos Campos e Salvador demonstram que as cidades podem integrar dimensões tecnológicas, sociais, ambientais, saúde e gestão de forma a promover um desenvolvimento urbano mais inclusivo, sustentável e eficiente.

2. CIDADES INTELIGENTES – “LABORATÓRIO VIVO”

De modo a se estudar quais poderiam ser as melhores escolhas para uma cidade inteligente, diversas abordagens são possíveis. Uma abordagem que vem ganhando importância é a de laboratório vivo, de modo que se simulem diferentes características afins às cidades inteligentes em ambientes controlados, antes de se optar por implementações em larga escala. A seguir, descreve-se a experiência na qual uma instituição de ensino pública brasileira vem sendo utilizada como um laboratório vivo: trata-se de uma iniciativa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que foi denominada Campus Sustentável (CS, 2017).

No projeto de pesquisa Campus Sustentável (CS, 2017), se viabilizaram diferentes subprojetos que contaram com a participação de pesquisadores e de outros profissionais vinculados a uma Universidade de Classe Mundial localizada no Brasil. Dentre os muitos subprojetos ligados a cidades inteligentes ou a sustentabilidade, merecem destaque os seguintes:

- Câmara técnica: elaborar um programa de gestão de energia nos campi da UNICAMP para reduzir o consumo de energia, analisar relatórios anuais de desempenho energético e emitir pareceres técnicos em questões energéticas.
- Capacitação: unir resultados e conhecimentos adquiridos por diferentes subprojetos e transformá-los em disciplinas, palestras, treinamentos, materiais didáticos e livros.
- Contratação: estudar a contratação de energia elétrica da UNICAMP, que é a única universidade brasileira que se encontra no mercado livre de energia como consumidora livre, desde 2002.
- Eficiência energética com georreferenciamento: melhorar os

indicadores de sustentabilidade da UNICAMP e levantar dados georreferenciados para produzir informações geográficas sobre os espaços beneficiados, subsidiando diretamente a gestão e o planejamento da universidade.

- Eficiência energética em iluminação e condicionadores de ar: melhorar a eficiência energética por meio da troca de 41 aparelhos de ar-condicionado nos prédios da Faculdade de Engenharia Mecânica, como projeto-piloto, e troca de 3.000 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32W por 3.000 lâmpadas tubulares do tipo *Light Emitting Diode* (LED) de 18W.
- Etiquetagem: realizar um plano de etiquetagem de edificações na UNICAMP, por meio da aplicação do método recomendado pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem para Edificações.
- Geração fotovoltaica: estabelecer um “laboratório vivo” para pesquisa, treinamento e formação de técnicos e especialistas em geração de energia fotovoltaica.
- Gestão energética baseada em internet das coisas: desenvolver uma ferramenta para gestão de energia na UNICAMP, integrando oferta e demanda com o conceito de “Smart Efficiency”, ou eficiência continuada dos elementos comportamentais, dando suporte à gestão e aos programas de eficiência energética monitorados em tempo real.
- Microrredes: dimensionar, desenvolver, planejar, testar e implantar quatro microrredes em diversos níveis de maturidade e flexibilidade, neste caso laboratorial, demonstrativa, campus universitário e residencial/condominial.
- Minicentro de operações: implantar um minicentro inteligente de dados de consumo e operação de redes elétricas.
- Mobilidade com ônibus elétrico: iniciar a utilização de ônibus elétrico na UNICAMP, com instalação de eletropostos

sustentáveis, contendo geração fotovoltaica própria e sistema de armazenamento de energia.

- Olhos no futuro: ampliar a visão crítica dos estudantes, disseminar o uso de ferramentas do método científico e promover o conceito de trabalho decente por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL): implantar um projeto de eficiência energética por meio do “retrofit”, que seria o processo de modernização de luminárias, neste caso substituindo lâmpadas de vapor de sódio por outras mais atualizadas, do tipo *Light Emitting Diode* (LED), além de implantar um sistema de telegestão inteligente, por meio de sensores, com medição e automação na perspectiva da internet das coisas.

Tais subprojetos deste laboratório vivo (CS, 2017) guardam significativa conformidade com o que sugere a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (Brasil, 2020), com destaque para o Objetivo Estratégico 8, que trata de “construir meios para compreender e avaliar, de forma contínua e sistêmica, os impactos da transformação digital nas cidades”. Neste caso, diferentes meios vêm sendo utilizados, cabendo destacar o uso contínuo de inúmeros computadores que, utilizando algoritmos bastante específicos e avançados, conectam-se a diferentes dispositivos para captar dados. Deste modo, com base na análise destes dados, tais computadores controlam de modo automático boa parte do funcionamento de várias estruturas da universidade, como, por exemplo, no caso de captação de energia por meio de painéis solares, com uso de baterias para o armazenamento de tal energia, sendo reduzida a necessidade de intervenção humana, como explicitado a seguir.

Mais especificamente, este subprojeto do laboratório vivo (CS, 2017), já citado, se denomina CampusGrid, sendo uma microrrede autônoma de energia, a qual busca integrar diferentes tecnologias de geração, de armazenamento e de distribuição de eletricidade (Mateus, 2024). Tal microrrede pode operar de

modo independente da rede principal mesmo durante períodos de interrupção de fornecimento. As características inovadoras deste subprojeto permitem, assim, investigar quais seriam as formas mais viáveis de se aumentar a participação do uso de fontes renováveis de energia, como eólica ou solar, na matriz elétrica, o que no futuro poderá beneficiar as cidades.

Uma das formas de se beneficiar as cidades por meio de investigações como essa se refere a realizar a difusão do conhecimento gerado na universidade para prefeituras municipais, governos estaduais, órgãos federais, e assim por diante. Exemplificando, as diferentes investigações realizadas no laboratório vivo geram dados que podem sugerir evidências úteis à concepção de novas políticas públicas no setor energético, orientando ações que promovam a sustentabilidade em cidades inteligentes, onde o uso mais eficiente de energia deve ser almejado. Para tanto, esta mesma universidade vem realizando parcerias, tanto com o setor público como com o setor privado, de diferentes maneiras e com diferentes ênfases, o que inclui desenvolver novos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de um novo Centro de Ciência para o Desenvolvimento (CCD), o qual se denominou Centro Paulista de Estudos da Transição Energética (CPTEN, 2024). Tal CCD tem em seu escopo a proposta de promover pesquisas que “valorizem as aplicações dos resultados, facilitando a conexão com órgãos públicos beneficiários de conhecimento científico e tecnológico em suas ações” (Fapesp, 2021). Em outras palavras, é de interesse buscar uma conexão entre o laboratório vivo na universidade e as prefeituras municipais responsáveis pelas cidades do entorno.

3. CIDADES INTELIGENTES – COMO DEVERIA SER ENTENDIDO?

Cidades inteligentes devem ser entendidas como mais do que apenas áreas urbanas tecnologicamente avançadas; elas são ambientes que promovem qualidade de vida, sustentabilidade e inclusão, alinhando-se com objetivos globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações

Unidas. Isso significa que uma cidade inteligente não é apenas eficiente e conectada, mas também resiliente, justa e saudável, proporcionando acesso equitativo a recursos essenciais e serviços para todos os seus cidadãos.

Para serem verdadeiramente sustentáveis, as cidades inteligentes deveriam integrar práticas que promovam um desenvolvimento sustentável, como destaca a Agenda 2030 dos ODS (United Nations, 2015). Entre os 17 objetivos, muitos estão diretamente relacionados ao desenvolvimento urbano, como:

- ODS 3: Saúde e Bem-Estar: cidades inteligentes devem garantir que seus cidadãos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade. Isso inclui o uso de tecnologias digitais para facilitar o atendimento médico, como telemedicina, monitoramento remoto de pacientes e sistemas de gestão hospitalar eficientes (Bibri; Krogstie, 2017). Além disso, a promoção de um ambiente saudável, com qualidade do ar e infraestrutura verde, é crucial para o bem-estar geral.
- ODS 7: Energia Limpa e Acessível: a promoção do uso de fontes de energia renováveis, como solar e eólica, e a implementação de redes elétricas inteligentes (*smart grids*) que otimizam a distribuição e o consumo de energia são fundamentais para garantir o acesso à energia limpa e acessível para todos (Lampis *et al.*, 2020).
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis: este objetivo enfatiza a necessidade de tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Uma cidade inteligente deve ser capaz de fornecer transporte eficiente, gestão de resíduos adequada e acesso universal a serviços básicos, como água potável e saneamento (United Nations, 2015).
- ODS 13: Ação contra a Mudança Global do Clima: cidades inteligentes podem contribuir para a redução de emissões de carbono, promovendo práticas urbanas mais sustentáveis, como o uso de veículos elétricos, eficiência energética em edifícios e gestão inteligente de recursos naturais (Silva *et al.*, 2022a).

O conceito de “cidades inteligentes” deve ser entendido como uma abordagem abrangente e intersetorial para o desenvolvimento urbano, onde tecnologias avançadas são ferramentas, mas não fins em si mesmas. Uma cidade verdadeiramente inteligente não se limita à inovação tecnológica, mas integra princípios de sustentabilidade, resiliência, saúde e inclusão para enfrentar os desafios contemporâneos e futuros.

Primeiramente, as cidades inteligentes devem contribuir diretamente para a agenda dos ODS, promovendo soluções urbanas que atendam às necessidades atuais sem comprometer os recursos das gerações futuras. Por exemplo, ao adotar energias renováveis, sistemas de transporte sustentável e práticas de economia circular, essas cidades podem ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a resiliência diante de desastres ambientais e socioeconômicos (Silva *et al.*, 2022b).

A saúde, outro aspecto central, deve ser uma prioridade nas cidades inteligentes. Espaços urbanos planejados para incentivar mobilidade ativa, acesso a áreas verdes e qualidade ambiental melhoram a saúde física e mental dos moradores (Sperandio; Trevisan, 2024). Além disso, tecnologias como telemedicina e monitoramento ambiental em tempo real são recursos que ampliam o acesso à saúde, beneficiando especialmente comunidades mais vulneráveis.

A inclusão digital também é uma peça-chave nesse conceito. Em um mundo cada vez mais conectado, garantir que todos tenham acesso à internet e às ferramentas digitais é essencial para democratizar os benefícios das cidades inteligentes. Projetos de inclusão digital devem eliminar barreiras para grupos marginalizados, promovendo igualdade de oportunidades no acesso a informações, serviços e participação cidadã.

Por fim, uma cidade inteligente deve ser resiliente e adaptativa, projetada para responder a desafios inesperados, como pandemias, desastres naturais e crises econômicas. Isso requer a combinação de planejamento urbano eficiente, sistemas tecnológicos robustos e um compromisso com a equidade social e a governança participativa.

Portanto, o conceito de cidades inteligentes deve ser entendido como um modelo de desenvolvimento que coloca as pessoas no centro, utilizando a tecnologia como um meio para criar espaços urbanos mais sustentáveis, inclusivos e saudáveis. Só assim as cidades podem se tornar não apenas mais “inteligentes”, mas também mais humanas, capazes de prosperar em um mundo em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição deste estudo se refere a promover uma discussão em torno de temas afins às cidades inteligentes, assunto de importância crescente dado o uso cada vez maior de diversas tecnologias de informação e de comunicação com o potencial de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Pensar nas cidades como sendo gradativamente mais inteligentes, é planejar um futuro com cidades mais acolhedoras, as quais ofereçam serviços e infraestruturas cada vez melhores, com melhorias no saneamento básico, na utilização de energia, na educação, na saúde, e assim por diante. Como se discutiu, são inúmeras as vantagens de automatizar parcial ou totalmente os processos, o que inclui ter um monitoramento constante de equipamentos diversos e uma captura contínua de dados (Grimaldi; Carrasco-Farré, 2021) que permitam um melhor uso dos recursos. Em uma cidade, usar da melhor forma os recursos pode significar um aumento progressivo do índice de desenvolvimento humano (UNDP, 2024), promovendo-se em paralelo o desenvolvimento sustentável (ICS, 2024).

Como conclusão, se percebe que tal abordagem pode ser replicada em mais universidades, com laboratórios vivos que permitem investigar temas de interesse relativamente às cidades inteligentes. Trabalhos futuros poderão incluir realizar estudos comparativos internacionais, buscando analisar como outras universidades vêm realizando ações similares; para tanto, serão identificados indicadores de desempenho e fatores críticos de sucesso relativamente à implementação de abordagens inovadoras em cidades

inteligentes (Kim *et al.*, 2020). Trabalhos futuros também poderão incluir o estudo de como se implementaram em cidades próximas à universidade aquelas abordagens vistas como sendo preferíveis, após experimentações no laboratório vivo; neste caso, as parcerias entre a universidade e as prefeituras seriam estudadas em maior detalhe, gerando-se conhecimento que seria disseminado de modo amplo e aberto, favorecendo-se ações que possam promover um maior acesso a publicações, dados e procedimentos associados aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

REFERÊNCIAS

- ANTHOPOULOS, Leonidas. Smart City Emergence: Cases From Around the World. Elsevier, 2019. Disponível em: <https://shop.elsevier.com/books/smart-city-emergence/anthopoulos/978-0-12-816169-2>. Acesso em: nov. 2024.
- BIBRI, Simon Elias; KROGSTIE, John. Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review. **Sustainable cities and society**, v. 31, p. 183-212, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210670716304073>. Acesso em: nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-andus/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes>. Acesso em: nov. 2024.
- CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara; NIJKAMP, Peter. Smart cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, v. 18, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10630732.2011.601117>. Acesso em: nov. 2024.
- CIDADES SUSTENTÁVEIS. O projeto “Cidade Inteligente Búzios” tornou a cidade uma referência em consumo eficiente de energia. 2024. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/46>. Acesso em: nov. 2024.
- CENTRO PAULISTA DE ESTUDOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA – CPTEN. Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Universidade Estadual de Campinas, 2024. Disponível em: <https://cpten.unicamp.br/>. Acesso em: nov. 2024.
- CAMPUS SUSTENTÁVEL – CS. Sobre o Projeto Campus Sustentável. Campus Sustentável. UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://www.campus-sustentavel.unicamp.br/sobre/>. Acesso em: nov. 2024.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP. Chamadas em Colaboração - Centros de Ciência para o Desenvolvimento. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2021. Disponível em: <https://fapesp.br/14897/centros-de-ciencia-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: nov. 2024.

- GRIMALDI, Didier; CARRASCO-FARRÉ, Carlos. Implementing Data-Driven Strategies in Smart Cities: A Roadmap for Urban Transformation. Elsevier Science, 2021. Disponível em: <https://shop.elsevier.com/books/implementing-data-driven-strategies-in-smart-cities/grimaldi/978-0-12-821122-9>. Acesso em: nov. 2024.
- HALL, R. E. The Vision of a Smart City. Proceedings of the 2nd International Life Extension Technology Workshop, 2000. Disponível em: <https://www.osti.gov/servlets/purl/773961>. Acesso em: nov. 2024.
- HARRISON, Collin *et al.* Foundations for Smarter Cities. **IBM Journal of Research and Development**, v. 54, n. 4, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://research.ibm.com/publications/foundations-for-smarter-cities>. Acesso em: nov. 2024.
- HOLLANDS, Robert G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? **City**, v. 12, n. 3, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604810802479126>. Acesso em: nov. 2024.
- ICS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC - BR). Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: nov. 2024.
- ITU. Focus Group on Smart Sustainable Cities (FG-SSC). International Telecommunication Union (ITU), 2015. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/focusgroups/ssc/pages/default.aspx>. Acesso em: nov. 2024.
- KIM, Hyung M.; SABRI, Soheil; KENT, Anthony. **Smart Cities for Technological and Social Innovation: Case Studies, Current Trends, and Future Steps**. Academic Press, 2020. Disponível em: <https://shop.elsevier.com/books/smart-cities-for-technological-and-social-innovation/kim/978-0-12-818886-6>. Acesso em: nov. 2024.
- LAMPIS, Andrea *et al.* ODS 7 – Energia Limpa e Acessível. In: FREY, Klaus; TORRES, Pedro H. C.; JACOBI, Pedro R.; VENDRAMENTO, Leila (org.). **Objetivos do desenvolvimento sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. Santo André: EdUFABC, 2020. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Objetivos-do-Desenvolvimento-Sustentavel=desafios-para-o-planejamento.pdf. Acesso em: nov. 2024.
- MATEUS, Felipe. UNICAMP e CPFL inauguram microrrede de energia no campus de Barão Geraldo. Secretaria Executiva de Comunicação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 22 nov. 2024. Disponível em: <https://unicamp.br/noticias/2024/11/22/unicamp-e-cpfl-inauguram-microrrede-de-energia-no-campus-de-barao-geraldo/>. Acesso em: nov. 2024.
- SILVA, Angela Marcia de Andrade *et al.* Examining the urban resilience strategy of Salvador, Bahia, Brazil: A comparative assessment of predominant sectors within the resilient cities network. **Journal of Urban Planning and Development**, v. 148, n. 2, p. 05022002, 2022a. Disponível em: [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)UP.1943-5444.000081](https://doi.org/10.1061/(ASCE)UP.1943-5444.000081). Acesso em: nov. 2024.
- SILVA, Angela Marcia de Andrade *et al.* Salvador: Profile of a resilient city?. **Cities**, v. 127, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103727>. Acesso em: nov. 2024.

SPERANDIO, Ana Maria G. **Cidade saudável**: Diálogos e estratégias entre promoção da saúde e planejamento urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <https://www.letracapital.com.br/produto/cidade-saudavel-dialogos-e-estrategias-entre-promocao-da-saude-e-planejamento-urbano/>. Acesso em: nov. 2024.

SPERANDIO, Ana Maria G.; TREVISAN, Simone. Knowledge Districts Prioritize Healthy Development. **Blucher Social Sciences Proceedings**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/knowledge-districts-prioritize-healthy-development-39304>. Acesso em: nov. 2024.

UNDP. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). United Nations Development Programme (UNDP), 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: nov. 2024.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: The 2030 agenda for sustainable development. United Nations - Department of Economic and Social Affairs - Sustainable Development, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: nov. 2024.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi apoiado pela FAPESP, agência brasileira de fomento à pesquisa, por meio dos processos 2021/11380-5, 2024/01110-9, 2024/01112-1 e 2024/01486-9. Também contou com o apoio do Programa de Apoio à Gestão de Grandes Centros Temáticos de Pesquisa e do Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) da Administração Central da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Capítulo 11

FEIRA NOVA: A EDUCAÇÃO COMO MEDIADORA NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO INTELIGENTE

Claudison Vieira de Albuquerque
Antônio Manoel Rochette Cordeiro
Maria do Socorro Machado Freire

INTRODUÇÃO

Feira Nova, município localizado no Agreste Setentrional de Pernambuco, distante 72 km de Recife, capital do estado, com uma área de 118 km² e uma população 21.427 (IBGE, 2022), tem imprimido esforços e promovido ações, no intuito de se constituir uma cidade inteligente. Suas ações têm como vetor principal a educação, mas, apoiando-se na intersetorialidade, envolvem diversas outras áreas como saúde, meio ambiente e assistência social, para que, por meio delas, se constitua um espaço capaz de oferecer aos seus munícipes um território onde seja possível viver melhor.

A rede de ensino de Feira Nova é formada por 12 escolas municipais, que ofertam desde a Creche (tempo integral), passando pela Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais (modalidade regular e integral) e a Educação de Jovens e Adultos. Além da rede municipal, existem duas escolas da rede estadual, que ofertam Ensino Médio em tempo integral. Por fim, a rede privada conta com quatro unidades escolares, que ofertam desde a Educação Infantil, até o Ensino Fundamental Anos Iniciais. O quantitativo de alunos atendidos pelas três redes é de aproximadamente 4.700 alunos.

No entanto, antes de apresentar essas ações, que, nesse caso específico, serão expostas por meio da descrição de uma experiência implementada por Feira Nova, a partir de parcerias com diversas instituições e redes, dentro e fora do Brasil, importa apropriar-se de conceitos que fundamentam o entendimento sobre cidades educadoras e os critérios que definem as chamadas cidades ou territórios inteligentes.

1. CONCEITUANDO CIDADES EDUCADORAS E TERRITÓRIOS/CIDADES INTELIGENTES

O desenvolvimento econômico e humano é fundamental para consolidar de vez a qualidade de vida das pessoas. Porém, essas conquistas dificilmente acontecem se não forem construídos pilares para a sustentação dessas políticas. Um dos pilares, porque não dizer o mais importante deles, é a educação. Como afirma Freire, “é necessário pensar e executar uma educação que emancipa, uma educação como direito para todos, emancipando o homem em todas as suas esferas”, (2015, p. 14).

Para que a educação de fato seja emancipadora, ela precisa estar no topo das políticas públicas de uma nação. Além disso, como disse Gadotti (2005, p. 2) ela precisa estar acontecendo tanto na modalidade formal, quanto na informal, ou seja, deve ocorrer tanto nos espaços escolares, bem como nos não escolares, precisa estar continuamente atuando no processo de formação do homem.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguirem sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (Gadotti, 2005, p. 2).

A escola educa, mas a igreja, a associação de bairro, a “pelada” no campo da várzea, o xadrez na praça, o motorista no trânsito, a atendente do mercado, o policial na ronda, o médico no hospital e tantos outros atores são tão importantes nesse processo quanto os professores que estão cotidianamente no chão da escola (Gadotti, 2005, p. 2).

Nesse contexto, desde a década de 1990 do século XX, têm surgido movimentos em vários países do mundo para a construção de “cidades educadoras”. Este movimento começou por Barcelona e desde então tem se espalhado. Um dos conceitos para cidades educadoras é posta por Gadotti da seguinte forma:

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas –inclusive das crianças –na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora: “enquanto educadora, a Cidade é também educada” (Gadotti, 2005, p. 6).

Nessa nova intenção de configuração das cidades para o século XXI, um dos objetivos é que o homem precisa deixar de ser apenas um ser biológico e precisa se apropriar do ser humano, conforme afirma Vygotsky (1998, p. 100). Nessa mesma perspectiva, Alcoforado (2018, p. 133), afirma que a fala legitima a cidadania humana no processo da construção de uma cidade educadora. Já, para Paulo Freire, “muito da tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos” (1993, p. 23).

Nessa perspectiva freiriana, ao se olhar holisticamente para os fenômenos que tem ocorrido nos últimos anos (desastres ambientais, crescimento das desigualdades, flerte com regimes autoritários, entre outros), percebe-se que ainda há muito que ser feito para que as cidades exerçam de fato o seu papel.

Nesse contexto, a questão da sustentabilidade, em todos os sentidos possíveis da palavra, é um ponto crucial no processo de construção de uma cidade educadora. Ao se considerar o avanço dos movimentos migratórios, em especial o êxodo rural iniciado no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, e intensificado em todo o mundo no período pós-Segunda Guerra, aliado à ocupação desordenada e sem planejamento das cidades, ao subemprego, à mobilidade urbana, entre outros fatores, levantam-se diversos desafios que impedem as cidades de exercerem minimamente o seu papel.

Diante desses problemas citados no parágrafo anterior, surge na última década um movimento denominado de Cidade Inteligente ou as “Smart Cities”, compreendendo como cidade inteligente, aquelas que utilizam tecnologia para gerar eficiência nas operações urbanas, de tal forma que mantém seu desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida da população, sendo ainda cidades automatizadas e mais sustentáveis (Constor, 2019).

Nesse modelo, para uma cidade ser considerada inteligente é necessário que se promova avanços em seis diferentes áreas, a saber: economia, mobilidade, pessoas, governança, meio ambiente e qualidade de vida. Quando a cidade demonstra capacidade de planejar e executar as melhorias nessas áreas, ao ponto de sua população desfrutar desses bens, ela passa a fazer parte do *hall* das cidades inteligentes.

Importa esclarecer que não necessariamente uma cidade inteligente tenha que ser uma cidade educadora, mas toda cidade que consegue ser educadora, é sem dúvida uma cidade inteligente. Alcoforado (2018) vai mais além nesse entendimento, diz que não é a automatização e robotização que torna uma cidade inteligente, mas sim, o povo que nela habita, através de suas práticas e sentimento de pertencimento, que a tornam. Gadotti (2005), Alcoforado (2018) e Freire (2015), compreendem que esse processo e conquista, devem começar pela apropriação do conhecimento, pela emancipação do saber, por uma educação libertadora, capaz de fazer o homem ser dono de sua

própria história e do seu futuro. Em sendo uma cidade educadora e inteligente, isso não ocorre unicamente na escola, mas começa por ela, por meio de uma educação formal e se consolida fora dela com a colaboração de uma educação informal (Gadotti, 2005, p. 2).

Outro ponto a ser observado é que quando uma cidade alcança um status de cidade educadora e inteligente, a priori, ela já resolveu uma série de situações no tocante as questões do desenvolvimento econômico e humano. Sabe-se também que não há uma distribuição homogênea de serviços públicos, bens e riquezas entre seus moradores, mas, o nível de desigualdades entre eles é notoriamente menor. O acesso a uma série de serviços que permitem que o homem se desenvolva educacional, social e economicamente, credencia esse território a ser um espaço de oportunidades e igualdades.

2. FEIRA NOVA, MUNICÍPIO INOVADOR

Em setembro de 2017, a Escola de Inovações em Políticas Públicas (EIPP), da Fundação Joaquim Nabuco, lançou um edital, cujo objetivo era conhecer a práticas inovadoras adotadas por entidades públicas do estado de Pernambuco. O certame alcançou um número de 75 projetos inscritos, nas diversas áreas, de 55 diferentes municípios pernambucanos. O projeto mais inovador seria contemplado com um aporte de R\$ 100.000,00 para investir na continuidade das ações no ano de 2018, além de receber suporte técnico dos profissionais da EIPP, da Fundação Joaquim Nabuco, bem como de especialistas convidados de outras instituições.

A rede de ensino de Feira Nova, desde março de 2017, estava envolvida em um projeto denominado de REDEC (Residência no Ensino de Ciências), um programa de extensão da Universidade Federal de Pernambuco. O projeto consistia em um convênio entre a REDEC, da UFPE, e a Prefeitura de Feira Nova, por meio da Secretaria de Educação. Os alunos da disciplina de estágio dos cursos de licenciatura da UFPE eram recebidos pela Rede de Ensino de Feira Nova para a realização de uma imersão denominada residência

pedagógica. Em vez de cumprirem apenas as 240 h/a do Estágio 1 e 2, previstas na grade curricular da universidade, passaram a cumprir 960 h/a, com uma programação que abrangia todas as áreas e setores da escola.

Contudo, o projeto não se limitava apenas a essa área. Os alunos vindos da universidade traziam o que havia de mais inovador no ensino/método discutidos na academia, permitindo uma troca com os docentes titulares da rede. Em contrapartida, os professores da rede orientavam os alunos a lidarem com as diversas situações que acontecem na escola e que a universidade não aborda dentro do seu currículo. Ao fim de cada ciclo mensal de estágio, a equipe de docentes da universidade responsável pelo programa trazia professores especialistas para, junto com a gestão, os professores e os alunos estagiários, discutir os problemas detectados durante o mês de vivência e, juntos, buscar as soluções.

O projeto foi classificado entre os 16 melhores na primeira fase. Em seguida, ficou entre os 8 semifinalistas e, por fim, foi finalista, concorrendo com a cidade do Recife, Ipojuca e Triunfo, sendo considerado o mais inovador pela EIPP. A premiação aconteceu no Auditório da Fundação Joaquim Nabuco, no Bairro de Casa Forte, no Recife, e contou com a presença da equipe do Ministério da Educação, além da presidência e diretoria da FJN, além de diversos especialistas na área de gestão pública do Brasil.

A conquista do prêmio de Município Inovador deu grande visibilidade a Feira Nova. A partir de então, em diversos eventos e locais, a equipe da Secretaria foi convidada a apresentar a experiência, bem como o impacto do projeto e do prêmio na rede. Entre essas apresentações, uma foi decisiva para o que consideramos o ponto de partida do que, a partir de agora, denominamos Cidade Inteligente, descrito de forma mais abrangente no tópico a seguir.

2.1. Do Agreste de Pernambuco, para o velho continente

Em julho de 2019, o projeto que culminou com o prêmio foi inscrito e selecionado para exposição em painéis e mesa redonda, em dois congressos

internacionais que tratavam de educação e práticas inovadoras. O primeiro, foi no XXVI Congresso de Práticas Educativas de Ponte Vedra, Poyo, na Província da Galiza, na Espanha. O segundo congresso aconteceu na Universidade de Lisboa, Portugal, evento que também tratava de experiências exitosas na área do ensino-aprendizagem.

Durante a exposição dos trabalhos, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra-Portugal, departamento que estuda os denominados Territórios Inteligentes na Europa, convidou nossa equipe, para que em outubro de 2019, participássemos do II Congresso de Territórios Inteligentes da Rede TISSE, a acontecer na Universidade de Coimbra, com participantes de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Andorra e Brasil.

A participação no congresso possibilitou que as ações aqui implementadas ganhassem ainda mais visibilidade. Como resultado disso, foi assinado um protocolo de intenção de cooperação técnico-científico entre a REDE TISSE/CEIS XX e o município de Feira Nova. Dentre os termos do protocolo, estava a possibilidade de realização de eventos acadêmicos no município, bem como ações de assessoramento em diversas outras áreas.

A primeira ação do protocolo de cooperação foi a realização do Congresso Internacional de Territórios Inteligentes de Feira Nova. O evento foi moldado para acontecer a cada dois anos, sendo o primeiro em dezembro de 2019, o segundo em dezembro de 2021 e o terceiro em dezembro de 2023. O evento propõe a discussão e apresentação de soluções que visem melhorar as práticas de sustentabilidade no município, quer sejam elas ligadas ao fazer pedagógico, mas também na área de saneamento básico, da água, do planejamento urbano e tecnologias ao serviço da educação.

O evento é uma ação da Secretaria de Educação de Feira Nova, com duração de dois dias. Conta com apoio do Gabinete da Prefeitura de Feira Nova, UFPE, UFRN, UPE, UFRPE, Rede TISSE, da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco e da União dos Dirigentes Municipais de

Educação do Brasil (UNDIME), seção Pernambuco. São participantes no evento alunos e professores da rede municipal e estadual de ensino de Feira Nova, alunos de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), professores e pesquisadores das instituições participantes e gestores públicos convidados.

Dos desdobramentos deste congresso, foi instituído pelo município, no ano de 2022, o Centro de Inteligência Territorial (CIT), espaço voltado para a construção de dados, nos moldes de um *datacenter*. O CIT coleta, analisa e consolida dados, com foco nos achados da educação do município. Também engloba outras áreas, e mediante relatórios, apresenta dimensões dos estudos realizados a equipe que compõe o Poder Executivo para as tomadas de decisões das políticas públicas. O CIT é composto exclusivamente por alunos graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores, das diversas áreas do conhecimento.

Para além das apresentações em congressos e seminários, dentro e fora do país, o município de Feira Nova foi convidado a apresentar suas boas práticas no XVII Encontro da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS), em 2019. A RPMS é fundamentada no ideário do Movimento Internacional de Municípios Saudáveis. Para a rede, considera-se saudável o município que investe continuamente na melhoria de seu ambiente físico e social, utilizando recursos da comunidade e o seu potencial socioeconômico, político e cultural, com a participação efetiva dos cidadãos e a união de todos os setores da gestão pública. A atuação dá-se em três níveis: micro (junto às comunidades, moradores, associações); meso (a partir do município); e macro (aglomerado ou conjunto de municípios).

A partir da apresentação no XVII Encontro da RPMS, no ano de 2019, Feira Nova foi convidada a participar do Curso de Formação de Promotores de Municípios Saudáveis, realizado pelo NUSP/UFPE, compondo o subgrupo 4, junto com os municípios de Limoeiro, Passira, Cumaru e Lagoa do Carro. Pernambuco conta com mais de 30 municípios na RPMS, atuando em praticamente todas as mesorregiões do estado. As ações que integram a rede são nas mais diversas áreas (meio ambiente, empreendedorismo, saneamento

básico, fortalecimento da cultura, boas práticas na área da saúde, etc.), todas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Organização das Nações Unidas (ONU), até 2030.

A integração de Feira Nova à Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, consolidou ainda mais a proposta de se tornar um território/cidade inteligente. A interação com outros municípios e experiências, em especial com os municípios que compõem a mesma mesorregião, no caso específico, os da Microbacia do Médio Capibaribe (Feira Nova, Limoeiro, Passira, Cumaru e Lagoa do Carro), possibilitaram, dentre vários casos, o aprofundamento do estudo da qualidade da água da Barragem de Lagoa do Carro, quinto maior reservatório de água do estado de Pernambuco e que abastece aproximadamente 300 mil habitantes do Agreste e Zona da Mata Norte.

Além do estudo da qualidade da água, tem se implementado de forma bastante efetiva a extinção dos lixões a céu aberto, que segundo o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE), os municípios acima referenciados, desde o ano de 2022, por meio de um sistema de consórcio, utilizam o ATR Capibaribe, localizado no município de Passira, encerrando assim seus lixões (TCE-PE, 2023).

Há de se registrar ainda como boa prática entre os municípios que compõem o subgrupo 4 da RPMS, a utilização das margens da barragem para o cultivo da carcinicultura e da piscicultura, tornando a região uma das maiores produtoras de peixes e camarões do interior do estado. Segundo o IBGE, no ano de 2022, conforme censo agropecuário, mais de 50 toneladas desses produtos foram cultivadas, somente no município de Feira Nova. Quando adicionados os demais municípios, os números se aproximam das 150 toneladas, (IBGE, 2022).

2.2. Ações e resultados do Centro de Inteligência Territorial de Feira Nova (CIT)

Com pouco mais de dois anos de sua instituição, já podem ser apontados, como resultados do CIT, a compilação de dados sobre a ocorrência de casos de violência na rede de ensino de Feira Nova; o levantamento de

informações sobre a demanda e a oferta de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental e universitários; e o mapeamento de estudantes da rede que apresentem deficiências em seus diversos espectros (TDAH, autismo, dislexia, síndrome de Down, surdez, entre outras). Além desse trabalho voltado à construção de uma base de dados, o Centro conta com profissionais que cuidam da saúde física e emocional dos alunos e dos servidores da rede municipal de ensino. Psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, educadores físicos, fisioterapeutas e intérpretes de Libras compõem a equipe do Núcleo de Apoio Pedagógico do CIT.

O CIT desenvolve ainda o papel de articular parcerias para o município, quer seja por meio da participação em editais de órgãos públicos e privados, quer com instituições de ensino e pesquisa, que fortaleçam as ações no município. Dentre elas podemos citar:

1. Parcerias com o Google For Education e Canva Education, para oferecer a 100% dos alunos e professores da rede de ensino de Feira Nova, formação e acesso a todas as ferramentas, totalmente grátis, nas plataformas das referidas *big techs*;
2. Termo de cooperação técnico-científico, no sentido de usar o município de Feira Nova como centro de pesquisa na área de tecnologias abertas na educação, como o Programa de Pós-graduação EDUMATEC e do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia e Saúde, ambos os programas da UFPE;
3. Termo de cooperação técnico-científico com a UFRPE, denominada de Programa Florescer, com duração de três anos, para implantação do Programa de Extensão na Área de Programação e Inteligência Artificial, voltada à sustentabilidade ambiental;
4. Termo de cooperação técnico-científico com a Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), subsidiado pela CAPES, por um período de 36 meses, voltado a formação de professores;
5. Organização da FETEC (Feira de Tecnologias Educacionais da

Rede de Ensino de Feira Nova);

6. Criação do GPIC (Grupo de Pesquisa em Iniciação Científica), envolvendo alunos nas realizações de grupos de pesquisas nas escolas, mas também atuando com professores e demais profissionais da saúde e meio ambiente, ofertando cursos para concorrer a editais de mestrados e doutorados, bem como na produção de escrita de artigos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetividade das ações do município de Feira Nova, com foco principal na educação, por meio do CIT, mas não restrito exclusivamente a ela, evidencia que a base necessária para a construção de um território/cidade inteligente tem sido construída.

Precisa se destacar que, gestão é sobretudo a capacidade de se tomar decisões (Okamoto, 2010, p. 50). Assim sendo, em um território que ainda tem muito a ser feito, em especial em áreas tão carentes e necessárias, como podem ser citados os casos do acesso à água e saneamento básico, problemas caros para o Brasil, quem em pleno século XXI, deixa mais de 38 milhões de pessoas sem acesso à água potável e 58 milhões sem acesso ao saneamento básico, (IBGE, 2023), adotar medidas que mitiguem esses problemas parecem ser o esperado.

Contudo, quando se percebe que, para além dessas ações, são adotadas medidas voltadas para o futuro e que, por meio delas, os territórios passam a oferecer serviços e espaços que permitem aos cidadãos sentirem-se participantes e, consequentemente, corresponsáveis, constata-se que esses municípios conseguiram “virar a chave” e alcançar uma nova forma de compreender e organizar seus territórios.

As ações vivenciadas por Feira Nova já demonstram isso, quando por três anos consecutivos (2021, 2023 e 2023), o município tem suas escolas entre as 50 melhores do estado de Pernambuco, sendo premiadas pela Secretaria de Educação do Estado (SEE-PE, 2023). Segundo o Instituto Anísio Teixeira

(INEP), Feira Nova tem o 5º melhor resultado de alfabetização, de alunos até os 8 anos, entre os 184 municípios de Pernambuco, (INEP, 2024). Para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), em 2023, Feira Nova teve o 3º maior crescimento para os 5º anos do estado (CAED, 2023).

Os percursos e resultados permitem afirmar que Feira Nova tem trilhado caminhos que o habilita a ser considerada uma cidade/território, e que se prepara para ofertar ao seu povo uma nova forma de uso e relação com o espaço. Como afirma Kirkipatric (2010), um processo avaliativo completo é formado por quatro etapas – reação, aprendizagem, comportamento e resultados – e que apenas no fim desse ciclo é que se mensuram os resultados de forma efetiva e conclusiva, portanto, as sementes têm sido plantadas e, certamente florescerão. Por fim, como afirma Paulo Freire, a educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas, que transformam o mundo (Freire, 1993).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Claudison Vieira de *et al.* Cidades educadoras, desenvolvimento e sustentabilidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 3, p. 437-451, 2021.
- ABREU, Anderson C. S.; ALCOFORADO, Luís. Cidade educadora: repensando fundamentos teóricos e princípios de organização. In: DIAS-TRINDADE, Sara; SEABRA, Jorge; CORDEIRO, António M. R.; PITA, António P. (org.). **A complexidade dos tempos: caminhos para uma investigação interdisciplinar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 17-35.
- ALCOFORADO, Luís; ABREU, Anderson C. S. **Cidade educadora: (re)pensando fundamentos teóricos e princípios de organização**. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2018. p. 17-35.
- ALCOFORADO, Luís. Uma educação para todos, ao longo e em todos os espaços da vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa. In: SILVA, Marinalva F. da (org.). **Mundos distantes, diálogos possíveis: a vida em mosaico**. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 14-34.
- AMARO, Rogério R. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1573>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- BARBOSA, Gisele S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4ª ed., n. 4, v.

1, jan./jun. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/feira-nova/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/avaliacao-da-alfabetizacao/brasil-atinge-patamar-de-56-de-criancas-alfabetizadas#:~:text=Em%202023%2C%2056%25%20das%20crian%C3%A7as,2%C2%BA%20ano%20do%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CAED-UFPE. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentopernambuco.caeddigital.net/#!/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

CORDEIRO, António M. R.; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, António G. (coords.). **Territórios, comunidades educadoras e desenvolvimento sustentável**. Coimbra: DG-FLUC, 2014.

DADOS ECONÔMICOS SOBRE OS PAÍSES. Disponível em: <https://www.focus-economics.com>. Acesso em: 26 out. 2024.

FRAZÃO, Maria Celeste P. **As cidades educadoras e o desenvolvimento local – caminhar para a sustentabilidade**: um estudo de caso do município de Leiria. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Aberta, Lisboa, 2017.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo R.; CABEZUDO, Alicia. **Cidade educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Droit à l'éducation**: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion, Suisse: Institut International de Droits de L'Enfant (IDE), 2005.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, n. 33, p. 265-296, 2015.

HISTORIOGRAFIA DAS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS E TRATADOS GLOBAIS SOBRE O CLIMA. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/11/17/O-hist%C3%B3rico-dos-principais-encontros-e-acordos-clim%C3%A1ticos-mundiais>. Acesso em: 24 out. 2024.

KIRKPATRICK, David. **The Facebook effect**: the inside story of the company that is connecting the world. New York: Simon & Schuster, 2010.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RELATÓRIO ANUAL DO RANKING DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS PAÍSES – IDH. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

RELATÓRIO DAS CIDADES INTELIGENTES. Disponível em: <https://blogbrasil.comstor.com/o-que-sao-cidades-inteligentes>. Acesso em: 23 out. 2024.

SEE-PE. Disponível em: <http://www.portal.educacao.pe.gob.br/governo-de-pernambuco-realiza-premio-escola-destaque-2023-do-programa-crianca-alfabetizada/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TCE-PE. Disponível em: <https://www.tcepe.tc.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/415-2023/marco/6941-atuacao-do-tce-pernambuco-consegue-zerar-numero-de-lixoes-no-estado>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Capítulo 12

CIDADES ATIVAS: CIDADES QUE MOVIMENTAM PESSOAS

Anna Gabriela Hoverter Callejas
Mariana Wandarti Clemente
Nathalie do Prado
Ramiro Levy

INTRODUÇÃO: PLANEJANDO CIDADES PARA PROMOVER QUALIDADE DE VIDA

1. O MOVIMENTO “ACTIVE DESIGN”

Ao longo das últimas décadas, pesquisadores e profissionais de diversas disciplinas e setores têm trabalhado incansavelmente para explorar a íntima relação entre o ambiente urbano e a saúde das pessoas que habitam as cidades (Giles-Corti *et al.*, 2015, Lee *et al.*, 2023, Lowe *et al.*, 2022, Mueller *et al.*, 2021, Nieuwenhuijsen, 2020, Sallis *et al.*, 2016, Tonne *et al.*, 2021, UN-Habitat, World Health Organization, 2020). Um estudo de 2016 conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) analisou os fatores de risco de mais de 100 doenças diferentes e estimou que 23% das mortes globais poderiam ser evitadas por meio de mudanças no ambiente (Prüss-Üstün *et al.*, 2016). Mais recentemente, o Banco Mundial publicou o The Healthy Cities Report, um documento que orienta formuladores de políticas públicas e profissionais de desenvolvimento urbano em todo o mundo a atuar em prol de cidades mais saudáveis, reposicionando o papel que o planejamento desses territórios desempenha na melhoria da saúde humana e de ecossistemas (Lee *et al.*, 2023).

Estes esforços têm colocado o planejamento e o desenho urbano no centro da promoção da saúde pública. No entanto, essa não é uma ideia nova. Historicamente, o planejamento urbano tem respondido a surtos de doenças transmissíveis e não transmissíveis e a outras causas principais de morte nas cidades (Sennett, 2018). Nos últimos séculos, projetos de infraestrutura, políticas, regramentos e planos incorporaram estratégias para lidar com fatores de risco, como água contaminada, poluição do ar, falta de espaços verdes e outros aspectos que afetam a saúde pública.

Globalmente, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como as doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes e doenças pulmonares, superaram as doenças infecciosas como a principal causa de morte. Segundo a OMS, em 2008, 36 milhões de mortes foram causadas por DCNTs, quase dois terços do total de mortes naquele ano (World Health Organization, 2011). Em seu relatório publicado em 2011, a organização colocou a inatividade física entre um dos quatro principais fatores de risco associados a essas mortes, destacando que esses fatores estão intimamente relacionados com a recente transição econômica, rápida urbanização e estilos de vida do século XXI (World Health Organization, 2011). Assim, ao longo das duas últimas décadas, diversos estudos e grupos de trabalho exploraram as relações entre o ambiente urbano, estilos de vida, e a prática de atividade física nas cidades em todo o mundo (Giles-Corti *et al.*, 2015, Mueller *et al.*, 2021, Sallis *et al.*, 2015).

Refletindo essa tendência – e motivados pela alta incidência de obesidade¹⁹ e sedentarismo nos Estados Unidos (EUA) –, no início dos anos 2000 os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (em inglês: Centers for Disease Control and Prevention (CDC)), por meio da Força-Tarefa de Serviços Preventivos Comunitários, revisaram diversas evidências científicas e identificaram estratégias que poderiam incentivar a prática de atividade física nas cidades (Centers for Disease Control and Prevention, 2011, Lee, 2012). Em 2006, o Departamento de Saúde da cidade de Nova York (em inglês: NYC

¹⁹ A prevalência de obesidade entre a população adulta dos EUA era de 36% em 2010 (May, 2013), tornando-se a segunda principal causa de morte nos EUA (Lee, 2012).

Department of Health and Mental Hygiene (DOHMH)) criou uma iniciativa para explorar a relação entre ambiente construído e prática de atividade física, integrando diferentes agências públicas da cidade e outros setores e entidades, como o Instituto Americano de Arquitetos (em inglês: American Institute of Architects – New York Chapter) em atividades como grupos de trabalho para identificar desafios e oportunidades de implementação de ações, pesquisa e avaliação, e as conferências anuais Fit City (Lee, 2012, Sallis *et al.*, 2016).

O ápice deste movimento foi o lançamento do manual Diretrizes de Desenho Ativo (em inglês: Active Design Guidelines (ADG)), que resume estratégias – na escala do projeto arquitetônico e na escala do planejamento e desenho urbano – baseadas em evidências e estudos de caso, que podem ser colocadas em prática pelas cidades para a promoção de atividade física e acesso à alimentação saudável (City of New York, 2010). O documento é voltado especialmente para arquitetos e urbanistas, de diferentes setores, e foi elaborado a partir de pesquisas conduzidas por um grupo de trabalho formado pelo DOHMH em parceria com os departamentos de Construção (DDC), Transporte (DOT), Planejamento Urbano (DCP), com o Gabinete do Prefeito de Nova York e diversos pesquisadores e especialistas de todo o país.

Ao longo dos anos, o movimento Active Design se expandiu para outras cidades e se fortaleceu nos EUA. A cidade de Nova York publicou uma série de outros documentos relacionados ao tema²⁰ e, em 2012, foi criado o Centro para o Desenho Ativo (em inglês: Center for Active Design (CfAD)), uma organização sem fins lucrativos cuja ambição era incentivar a utilização das estratégias introduzidas pelo ADG e expandir o movimento para outros países²¹. Como parte de sua estratégia, o CfAD colaborou com o setor privado para implementar o Fitwel, o principal sistema de certificação mundial dedicado à promoção da saúde em edificações.

Assim como nos EUA, países como Canadá, Austrália e Reino Unido vivenciaram, nas últimas duas décadas, movimentos semelhantes para

20 Conheça as demais publicações em: <https://www.nyc.gov/site/planning/plans/active-design-guidelines/active-design-guidelines.page>

21 Saiba mais sobre o CfAD em: <https://www.fitwel.org/centerforactivedesign/>.

transformar os espaços urbanos em ambientes que promovam estilos de vida mais ativos e melhor qualidade de vida. Esses esforços internacionais têm servido de inspiração para iniciativas ao redor do mundo, sinalizando uma tendência crescente e global de integrar saúde e urbanismo de forma estratégica e inovadora.

2. NASCE A CIDADE ATIVA NO BRASIL

Inspirados pelo movimento Active Design nos EUA, um grupo de profissionais da saúde e urbanismo deu um primeiro passo para a criação de um grupo que tinha como objetivo estudar a relação entre ambiente construído e qualidade de vida no contexto brasileiro. Em 2012, a urbanista Gabriela Callejas – que então trabalhava para a cidade de Nova York em pesquisas e eventos de disseminação relacionadas ao ADG – e o médico José Bittar participaram do evento Fit World, primeiro encontro a nível mundial sobre o tema, que sucedeu o evento Fit City 7. Durante o encontro, apresentaram dados sobre a incidência de obesidade²² e DCNTs no Brasil, e debateram os desafios e oportunidades de promoção da prática de atividade física nas cidades brasileiras, no contexto dos grandes investimentos que estavam sendo realizados em infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, e Olimpíadas de 2016.

A partir das reflexões geradas durante o encontro, e com apoio de parceiros no Brasil e de colegas de Nova York, os profissionais se uniram para fundar a Cidade Ativa, formalizada como organização social em 2014. O debut da organização foi a realização, em parceria com o USP Cidades, do evento Fit Cities São Paulo, inspirado nos eventos Fit City dos EUA. Realizado no auditório da Biblioteca Brasileira, no campus do Butantã da Universidade de São Paulo (USP), o evento reuniu mais de duzentas pessoas, de diferentes setores e áreas do conhecimento, e foi palco para explorar de forma transdisciplinar a relação

²² Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a incidência de obesidade na população acima de 20 anos mais que dobrou no país entre 2003 e 2019, passando de 12,2% para 26,8%. Nesse período, a obesidade feminina subiu de 14,5% para 30,2%. (“Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos” [s.d.]).

entre cidade e saúde por meio de debates com representantes das Faculdades de Medicina e Arquitetura e Urbanismo da USP, além de representantes do Ministério da Saúde, da Câmara dos Deputados, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, e da Embarq Brasil (atual WRI Brasil).

Antes e após o evento principal foram organizadas atividades complementares, incluindo uma oficina de “Safári Urbano”²³ em parceria com FAUUSP e entidades locais, e um primeiro encontro para a formação de um grupo de trabalho, formado por organizações comprometidas com a difusão da pauta no Brasil. Por meio dessas trocas, a Cidade Ativa estabeleceu parcerias com indivíduos e representantes de organizações atuantes em pautas correlatas, e que foram cruciais para a evolução e consolidação do movimento no Brasil, como o Grupo de Estudos e Pesquisas Epidemiológicas em Atividade Física e Saúde da USP, Instituto Corrida Amiga, Instituto Caminhabilidade, WRI Brasil, entre outros.

3. CONSTRUINDO UM MOVIMENTO: A ATUAÇÃO DA CIDADE ATIVA

3.1. Valores: um olhar crítico para o papel de arquitetas-urbanistas na cidade

O papel de arquitetas e arquitetos nas cidades, especialmente em relação à promoção de saúde e qualidade de vida, é central em um momento em que os desafios urbanos exigem uma reconfiguração profunda dos espaços públicos e privados. Como profissionais especializados, essas/os arquitetas/os e urbanistas têm um impacto significativo na maneira como as cidades são planejadas e como as condições de vida se desenvolvem, desde a criação de ambientes mais inclusivos e acessíveis até a adaptação das cidades às mudanças climáticas e necessidades sociais.

²³ O “Safári Urbano” é uma atividade que utiliza metodologias para levantamento e análise de calçadas desenvolvidas em Nova York a partir do estudo “Active Design: Shaping the Sidewalk Experience” (HOVERTER CALLEJAS; BASILE; LEVY, 2015). A ferramenta foi traduzida e adaptada ao contexto brasileiro, sendo amplamente utilizada pela Cidade Ativa ao longo dos últimos dez anos.

A transformação dos territórios em espaços habitáveis e sustentáveis, como orientado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU) e pela Nova Agenda Urbana (NAU, 2016), é uma tarefa que exige uma abordagem crítica e integrada, especialmente quando se considera que o urbanismo não deve apenas atender às necessidades físicas, mas também às emocionais e sociais da população. Ainda na década de 1960, Jane Jacobs já sugeriria que uma cidade saudável é aquela que consegue se adaptar às necessidades de seus habitantes e ao contexto social e ambiental em constante mudança (Jacob, 1961).

No contexto do planejamento urbano tradicional, as decisões sobre a cidade são caracterizadas por acontecer sem envolver suficientemente as comunidades na definição dos espaços e soluções urbanísticas que melhor atendam às suas necessidades. No entanto, ao longo dos anos, as intervenções no espaço urbano por profissionais especializados sofreram variações de enfoques e métodos.

Nos anos 1990, autoras (Hayden, 1999, Sandercock, 1998) passam a defender uma abordagem mais inclusiva e participativa. Para Hayden, o planejamento urbano e a arquitetura devem ser resultados de um diálogo com as comunidades locais, considerando as vivências, as memórias e as necessidades dos habitantes. Isso implica em um processo em que os cidadãos são não apenas espectadores, mas coautores da cidade que habitam. Já Sandercock, ao analisar a importância da participação culturalmente diversa nas decisões de planejamento urbano, critica as abordagens *top-down* (ou “de cima para baixo”, em tradução livre) que ignoram as realidades e as necessidades das comunidades multiculturais, argumentando que o planejamento urbano deve ser mais inclusivo e refletir as diversas vozes presentes nas cidades. O que poderia ser interpretado como um discurso alternativo revela-se, na verdade, uma abordagem legítima para a construção e prática das cidades, ao colocar no centro as experiências diversas dos indivíduos. Esse método contribui para trazer transparência, legitimidade e democracia ao processo de planejamento urbano.

No rol de políticas urbanas que se desdobram, lentamente, a partir das diretrizes do artigo 182 (da política de desenvolvimento urbano) da Constituição Federal de 1988, é apenas com o Estatuto das Cidades (Brasil, 2001) que é estabelecida, de forma obrigatória, a participação da sociedade civil no desenvolvimento de instrumentos urbanos²⁴, como os Planos Diretores. É a partir deste momento que a sociedade civil passa a ter um espaço legal na discussão, formulação, execução e monitoramento de ações e projetos relacionados ao ambiente urbano.

Entretanto, estes novos esforços políticos nem sempre vão refletir em uma genuína, ampla e diversa participação cidadã, senão configurar estes encontros em espaços de validação e/ou comunicação de soluções desenvolvidas exclusivamente pelo corpo técnico dos governos. Assumem, assim, uma participação superficial, funcionando mais como uma fachada democrática do que como um verdadeiro mecanismo de mudança. Ainda que possam ser processos complexos, a participação cidadã não pode ser vista como algo dispensável. Para que os espaços participativos realmente cumpram o papel de promover uma transformação urbana significativa, é necessário ir além da comunicação e consulta, e envolver as comunidades em sua diversidade em todas as fases do processo de planejamento, desde o diagnóstico até a implementação e monitoramento.

O desafio encarado pela Cidade Ativa, portanto, não era apenas o de promover saúde e estilo de vida ativo por meio de pesquisas, planos e projetos protagonizados por equipes técnicas e tomadores de decisão. Ao colocar a qualidade de vida de pessoas como o centro das estratégias de planejamento e desenho urbano, era necessário também (re)inventar a forma de ser e atuar como urbanistas nas cidades: o “traço do arquiteto”²⁵ passa a representar não

24 “Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001)

25 Trecho faz referência a uma frase de Oscar Niemeyer, conhecida entre arquitetos e urbanistas: “De um traço nasce a arquitetura. E quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, o nível superior de uma obra de arte.”

só sua criatividade e conhecimento técnico, mas, sobretudo, a sua capacidade de facilitar diálogos e representar as percepções, sonhos e anseios das comunidades a quem atende.

Assim, desde sua fundação e ao longo de sua atuação, a Cidade Ativa questionou e reinventou o seu papel para buscar formas de desenvolver processos cada vez mais coerentes e capazes de traduzir os resultados das construções coletivas de suas ações. Tendo como premissa a visão de que os territórios são frutos das relações sociais, carregados de identidade e experiências localizadas, a aproximação e envolvimento com as comunidades locais nas diferentes etapas de elaboração e execução de intervenções urbanas passa a ser o cerne da atuação da organização, a partir de uma primeira experiência, em 2014.

Desafiando as abordagens tradicionais na prática de arquitetas e urbanistas, o Concurso Internacional Urban Urge (ou “Urgência Urbana”, em tradução livre) propunha a transformação de territórios com um orçamento limitado, buscando concretizar ideias e promover mudanças físicas significativas nas comunidades. Consciente da necessidade de integração da participação social para um processo de transformação urbana mais efetivo e genuíno, a Cidade Ativa construiu uma proposta que passaria a ser o cerne de atuação da organização e um de seus programas mais emblemáticos.

O Olhe o Degrau propunha transformar a escadaria da Rua Alves Guimarães, em Pinheiros, São Paulo (SP), em um espaço de passagem e encontro mais dinâmico e acolhedor para a comunidade do entorno. A princípio, a Cidade Ativa considerou fundamental consultar os usuários da escadaria acerca de seus hábitos e percepções sobre o local. A oficina realizada com moradores foi o meio proposto para aproximação e escuta de necessidades, em um ambiente lúdico com músicas e atividades interativas. Painéis para coleta de dados sobre usuários e registro de opiniões sobre a requalificação do local foi uma ferramenta testada e aprimorada ao longo dos anos, passando a permear grande parte das ações conduzidas pela organização, diante sua efetividade e sucesso nas aplicações.

Estas primeiras ações fizeram possível a elaboração de um projeto preliminar de transformação, validado com moradores do entorno, submetido e apresentado ao Urban Urge. O Olhe o Degrau – Alves Guimarães foi um dos projetos vencedores do concurso, abrindo uma oportunidade de implementação real, através da articulação com a Subprefeitura de Pinheiros e implementação em três etapas, sob o formato mutirão.

Tal experiência moldou uma cultura de participação nas pesquisas e processos de transformação urbana que são conduzidos pela Cidade Ativa. Por meio de uma abordagem cuidadosa, inclusiva e adaptada aos contextos e realidades locais, uma estratégia abrangente de leitura dos territórios e participação foi sendo construída ao longo do tempo. É assim que a palavra “ativa” ganha um significado mais profundo para a organização: se ele nasce para fazer alusão às experiências que a precederam nos EUA e para refletir o seu objetivo de promover cidades que incentivem hábitos mais saudáveis e fisicamente ativos, a sua busca por uma atuação sensível e colaborativa amplia e complexifica o termo – evidenciando a possibilidade desse “novo fazer”, com nossos contextos, desafios e realidades locais. Sua ambição se torna, portanto, “ativar” as cidades e inspirar cidadãs e cidadãos a assumirem uma participação mais ativa nessa transformação.

3.2. Eixos de atuação

Fundamentada no histórico de inovação e compromisso com novas práticas de urbanismo, a Cidade Ativa articula sua atuação em três eixos que orientam todos os projetos e programas da organização. Estes pilares garantem que a essência da Cidade Ativa – baseada em colaboração, sensibilidade, justiça, inovação e excelência – se mantenha presente em todas as ações.

No eixo [RE]CONHECER, são realizadas práticas de observação, coleta de dados e análises de espaços e dinâmicas urbanas. Essas leituras geram insumos para a formulação de planos, projetos e outros instrumentos de planejamento e transformação de territórios, que formam o eixo [CO]CRIAR, já que são frutos de processos co-construídos com parceiros e comunidades

impactadas. Por fim, em [IN]FORMAR, estão ações que promovem a troca, construção e disseminação de conhecimentos e experiências, inspirando uma visão compartilhada de cidades feitas para e pelas pessoas.

3.3. Histórico das principais iniciativas

3.3.1. Centro Aberto e “leituras urbanas”: um novo jeito de olhar para as ruas e espaços públicos

O projeto Centro Aberto foi uma das primeiras experiências da Cidade Ativa. Por meio dele, a organização pode testar e moldar uma abordagem de desenvolvimento de projeto que veio a ser adaptada e replicada em inúmeras outras iniciativas. Baseada em coleta de dados *in loco*, observações dos espaços urbanos e do comportamento de seus usuários, e em processos de engajamento com atores sociais, a participação de profissionais do urbanismo passa a ser de facilitador (com conhecimento técnico) de processos de desenvolvimento de projeto, e deixa de ser o de protagonista.

Coordenado pela Prefeitura de São Paulo por meio da SP Urbanismo, foi inicialmente desenvolvido em 2013 (Prefeitura de São Paulo, 2015) e promoveu o debate sobre a área central da cidade e seus espaços públicos. Os largos São Francisco e Paissandu foram os primeiros a receberem intervenções físicas em 2014, incluindo instalação de deque, paraciclos, faixa de travessia com proteção para pedestres, parquinho, mobiliário portátil, bancos e também atividades temporárias como bandas, performances artísticas, filmes ou então voltadas às crianças. A Cidade Ativa ficou responsável por avaliar os impactos dessas intervenções, comparando os resultados dos usos dos espaços e percepções de seus usuários com os dados inicialmente coletados pela equipe do escritório dinamarquês Gehl Architects.

Desde então, no âmbito da iniciativa Ruas²⁶, a organização vem ampliando e aperfeiçoando o seu repertório de metodologias de coleta e análise

26 Ver: <https://cidadeativa.org/iniciativa/ruas/>

de informações que colocam a perspectiva das pessoas em foco, seguindo a visão de que a prioridade do planejamento urbano é projetar “cidades para pessoas” (Gehl, 2024). Desde 2014, já foram mais de 100 ruas e espaços públicos avaliados utilizando as metodologias de “leituras urbanas”, ajudando a fortalecer a cultura de elaboração de projetos baseados em evidências.

3.3.2. Olhe o degrau: transformando comunidades, um degrau por vez

A iniciativa Olhe o Degrau requalifica escadarias abandonadas, transformando-as em espaços públicos seguros e convidativos. Desde 2014 a iniciativa realiza intervenções participativas para reintegrar as escadarias à rede de mobilidade a pé, promovendo atividades físicas e de lazer na cidade.

A escadaria da Rua Alves Guimarães, em Pinheiros, São Paulo, foi a primeira beneficiada pela iniciativa, desafiando as abordagens convencionais de pesquisa, levantamento de dados e transformação de espaços públicos. Por meio do projeto, a equipe desenvolveu um processo de engajamento inovador e contínuo junto aos usuários da escadaria. Assim, ao longo das outras cinco experiências que integram o programa, a Cidade Ativa pode replicar e aperfeiçoar as metodologias desenvolvidas, consolidando sua forma de atuação em projetos de coconstrução.

Entre 2014 e 2018 a iniciativa requalificou mais de 4.000 m² de escadarias de São Paulo, o equivalente a mais de 600 degraus, melhorando a qualidade de vida para mais de 6.000 pessoas e aumentando em média 40% o número de atividades de permanência nos locais.

3.3.3. Como Anda: um ponto de encontro para a mobilidade a pé no Brasil

A partir da atuação da Cidade Ativa em colaboração com inúmeras organizações ao longo dos anos, e a percepção de que o movimento por cidades

mais humanas e caminháveis estava ganhando força no Brasil, surge o Como Anda, em parceria com a organização Corrida Amiga e o apoio do Instituto Clima e Sociedade.

A iniciativa nasceu em 2016 com o objetivo de compreender o cenário da mobilidade a pé no Brasil, levantando quem são e o que fazem as organizações que atuam no tema. Foram 205 organizações mapeadas (mais de 130 no primeiro ano da iniciativa) que, ao longo desses anos, colaboraram entre si por meio de parcerias formais entre organizações, apoio a campanhas e ações de incidência política, elaboração de publicações, eventos de disseminação e co-construção presenciais e online, podcasts, entrevistas, e etc.

Hoje, o Como Anda é o ponto de encontro que reúne informações sobre o tema e apoia a articulação de diferentes grupos e indivíduos que promovem a pauta no país²⁷. A iniciativa responde a objetivos pactuados por essas organizações, que incluem: (i) fortalecer as organizações; (ii) fortalecer a pauta; e (iii) articular o movimento.

3.3.4. Mobilidade em Transformação: pessoas que movem cidades

Na interseção entre mobilidade urbana e qualidade de vida, nasce o programa Mobilidade em Transformação: pessoas que movem cidades. Criado pela Cidade Ativa, em parceria com a Fundação Grupo Volkswagen (2021-2023), essa iniciativa oferece um espaço de aprendizado e experimentação prática, em que participantes atuam como agentes de transformação em seus territórios.

Lançado em 2021, o curso *on-line* explora conceitos e práticas sobre mobilidade urbana de forma dinâmica, reunindo até hoje cerca de mil participantes de 25 estados brasileiros e inspirando a criação de mais de 150 projetos urbanos. Em 2022, foi iniciada uma frente de assistência técnica para viabilizar a implementação de projetos desenvolvidos por cursistas, gerando resultados significativos como a criação de ciclofaixas e áreas

27 Para saber mais, acesse www.comoanda.org.br

seguras para pedestres nas cidades de Registro (SP) e Angra dos Reis (RJ), que juntos beneficiam mais de 30 mil pessoas. Em 2023, com a criação do Laboratório de Mobilidade Urbana, a iniciativa deu mais um passo, oferecendo apoio personalizado para 16 ex-participantes do curso desenvolverem e implementarem suas ideias em suas cidades.

Com base em seus principais objetivos – difusão de conhecimento, prototipação de projetos e valorização de perspectivas plurais – o programa tem como cerne a valorização do protagonismo de agentes locais e amplia as possibilidades de transformação da mobilidade urbana em diferentes regiões do Brasil.

3.3.5. Cidade do Sim

O programa Cidade do Sim nasceu para tornar as cidades mais acolhedoras e seguras para crianças, jovens, cuidadores e pessoas grávidas, criando ambientes urbanos onde possam desenvolver-se social, relacional e cognitivamente, com saúde e segurança. Essa transformação requer um olhar renovado no planejamento urbano, incluindo as necessidades das crianças e suas famílias em todas as etapas de desenvolvimento de projetos.

Por meio de atividades de escuta, compartilhamento de experiências, prototipação e criação de políticas e projetos, o programa busca construir cidades mais seguras, acessíveis, saudáveis e lúdicas, inspirando interações sociais e brincadeiras, integrando espaços de convivência para aprendizado e bem-estar.

Ao cuidar das crianças, cuidamos de todas as pessoas. Criar “Cidades do Sim” é reforçar que em espaços urbanos podemos dizer mais “sim” do que “não” às possibilidades e oportunidades para crianças e seus cuidadores.

Entre as ações do programa, destaca-se a condução de cursos de formação, criação de guias práticos para gestores municipais – como o Guia Comunidades do Brincar –, estudos técnicos – como o Rotas Escolares Seguras e Acessíveis, realizado em parceria com o Banco Mundial, IDOM, e CET-SP – e processos participativos em diferentes escalas.

3.3.6. Comunidades saudáveis: traduzindo conhecimentos para a ação

As crises globais atuais – como pandemias de doenças infecciosas e as mudanças climáticas – e seus impactos na saúde revelam uma necessidade urgente de traduzir e construir conhecimentos que aproximem a saúde pública do planejamento urbano. Por meio da iniciativa, a Cidade Ativa, em conjunto com comunidades locais e parceiros de diversos setores, conduz pesquisas sobre o impacto do planejamento na saúde pública e implementa projetos que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades.

4. SEGUINDO A CAMINHADA

A Cidade Ativa se fortaleceu, ao longo dos últimos anos, como importante ator de transformação das cidades brasileiras. Seus programas foram, e continuam sendo, uma oportunidade para a organização se colocar no mundo, traduzindo sua missão em ação. Um caminho para reforçar o urbanismo como prática que promove a saúde e qualidade de vida, dando oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar.

Em seus primeiros dez anos, foram mais de 85.000 pessoas diretamente impactadas por meio de pesquisas, projetos, atividades de engajamento, formação e de troca de conhecimento. A Cidade Ativa participou da publicação de mais de 20 documentos, conduziu mais de 100 palestras e eventos, coordenou cursos e oficinas, chegando a mais de 200 cidades em 25 estados brasileiros – e além, aterrissando também em outros países como Colômbia, Peru, Espanha, Canadá, Inglaterra, Estados Unidos e Hong Kong. Seus projetos de transformação viabilizaram a requalificação colaborativa de mais de 7.000 m² de espaços públicos²⁸, 600 degraus de escadarias públicas, e a implantação de mais de 3.000 m de infraestrutura cicloviária²⁹ – por meio de processos de cocriação que envolveram centenas de entidades e milhares de pessoas.

28 Implementados ou em fase de implementação.

29 Idem.

E essa não é uma trajetória solo: a Cidade Ativa colaborou com centenas de organizações no Brasil e no mundo, se envolveu em grupos de trabalho, campanhas, ações de incidência política, e apoiou a formação de redes de pessoas e entidades que atuam em prol de cidades mais seguras, inclusivas, resilientes e saudáveis. Esse movimento coletivo permite a troca constante de conhecimentos e experiências, que tem fortalecido a atuação dessas organizações. Como resultado, foi notável na última década o aumento do número de ações – entre pesquisas, projetos, programas, políticas, etc. – no Brasil que colocam as pessoas, e seu bem-estar, em primeiro lugar.

Esse fenômeno reforça, por um lado, a importância da colaboração entre setores e disciplinas e do alinhamento de agendas. Por outro, destaca a importância do aporte metodológico de organizações como a Cidade Ativa ao movimento. As abordagens de planejamento urbano centradas na escuta sensível, participação ampla e diversa, e priorização de indicadores relacionados à saúde e bem-estar de pessoas – em contraposição àqueles relacionados aos interesses políticos e econômicos de grupos específicos da sociedade – configuram um caminho indispensável para promover as transformações necessárias nas cidades do século XXI.

Os processos participativos defendidos pela Cidade Ativa evidenciam, na prática, serem mais do que uma ação, tornando-se um meio de redefinir o conceito de cidade. Convertem-se em um meio de deslocar as margens para a linha de frente, onde os saberes situados e as vivências cotidianas da grande diversidade de sujeitos – que formam e dão formas às cidades – se tornam, no encontro com diretrizes técnicas, base para transformações físicas e materialização de novos usos e hábitos nas cidades.

Neste caminho, a Cidade Ativa continua a demonstrar que a transformação das cidades começa pelo reconhecimento do valor das pessoas e de suas histórias. Sua atuação reforça que construir cidades acolhedoras, resilientes e saudáveis – que inspirem movimentos – depende de envolver comunidades e abrir espaço para suas vozes guiarem as mudanças. Apesar

dos imensos desafios que nossas sociedades, cidades e o planeta enfrentarão nas próximas décadas, a Cidade Ativa prova que o caminho para superação das crises deverá passar pela garantia da inclusão, da participação e por um compromisso coletivo em reimaginar um futuro mais humano e sustentável.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. *The CDC Guide to Strategies to Increase Physical Activity in the Community*. Atlanta, EUA: Department of Health and Human Services, 2011.
- CITY OF NEW YORK. **Active Design Guidelines.** 2010. Disponível em: <https://www.nyc.gov/assets/planning/download/pdf/plans-studies/active-design-guidelines/adguidelines.pdf2010>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas.** [S.l.]: Editora Perspectiva, 2024.
- GILES-CORTI, Billie *et al.* Translating active living research into policy and practice: one important pathway to chronic disease prevention. **Journal of public health policy**, v. 36, n. 2, p. 231-243, 2015.
- HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history.** 1. paperback ed., 4. print ed. Cambridge, Mass.: MIT, 1999.
- HOVERTER CALLEJAS, Anna G.; BASILE, Rafaella; LEVY, Ramiro. **Shaping the Sidewalk Experience: o processo de elaboração de um manual sobre calçadas.** In: **CIDADES A PÉ. Cadernos Técnicos.** [S.l.]: ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos, 2015.
- JACOB, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- LEE, Hyunji *et al.* Healthy cities: revisiting the role of cities in promoting health. [S.l.]: World Bank, 18 out. 2023. Disponível em: <http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/40486>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- LEE, Karen K. Developing and implementing the active design guidelines in New York City. **Health & place**, v. 18, n. 1, p. 5-7, 2012.
- LOWE, Melanie *et al.* City planning policies to support health and sustainability: an international comparison of policy indicators for 25 cities. **The Lancet global health**, v. 10, n. 6, p. e882-e894, 2022.
- MAY, Ashleigh L. **Obesity – United States, 1999-2010.** [S.l.]: Division of Nutrition, Physical Activity, and Obesity, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, CDC., 2013. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/su6203a20.htm>. Acesso em: 13 nov. 2024.

- MUELLER, Natalie et al. Integrating health indicators into urban and transport planning: a narrative literature review and participatory process. **International journal of hygiene and environmental health**, v. 235, p. 113772, 2021.
- NIEUWENHUIJSEN, Mark J. Urban and transport planning pathways to carbon neutral, liveable and healthy cities; A review of the current evidence. **Environment international**, v. 140, p. 105661, 2020.
- PESQUISA do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Centro Aberto. 2015. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Centro_Aberto_Pub.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.
- PRÜSS-ÜSTÜN, Annette *et al.* **Preventing disease through healthy environments**: a global assessment of the burden of disease from environmental risks. Geneva: World Health Organization, 2016.
- SALLIS, James F. *et al.* Co-benefits of designing communities for active living: an exploration of literature. **International journal of behavioral nutrition and physical activity**, v. 12, n. 1, p. 30, 2015.
- SALLIS, James F. *et al.* Use of science to guide city planning policy and practice: how to achieve healthy and sustainable future cities. **The Lancet**, v. 388, n. 10062, p. 2936-2947, 2016.
- SALLIS, Robert *et al.* Physical inactivity is associated with a higher risk for severe COVID-19 outcomes: a study in 48 440 adult patients. **British journal of sports medicine**, v. 55, n. 19, p. 1099-1105, 2021.
- SANDERCOCK, Leonie. **Towards cosmopolis**: planning for multicultural cities. Chichester, England; New York: J. Wiley, 1998.
- SENNETT, Richard. **Building and dwelling**: ethics for the city. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2018.
- TONNE, Cathryn *et al.* Defining pathways to healthy sustainable urban development. **Environment international**, v. 146, p. 106236, 2021.
- UN-HABITAT; WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating health in urban and territorial planning**: a sourcebook. Geneva: [s.n.].
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on noncommunicable diseases 2010. 2011.

Capítulo 13

EXPERIÊNCIA BOULEVARD RIO

Luciana Suguinoshita

Este capítulo detalha o processo de implementação do Projeto Boulevard Rio e Ciclofaixa, localizado em Registro, Vale do Ribeira, São Paulo. Trata-se de uma experiência que exemplifica como a mobilidade urbana sustentável pode transformar positivamente o uso do espaço público, promovendo segurança, inclusão e participação comunitária. Por meio de um processo colaborativo e cuidadoso, o projeto trouxe novos significados para a ocupação do “centro antigo” da cidade, conectando pedestres, ciclistas, comerciantes e gestores públicos em uma proposta de revitalização urbana.

O Vale do Ribeira é frequentemente descrito como a região mais vulnerável economicamente do estado de São Paulo, com uma economia baseada em serviços, pequenos comércios e agricultura familiar. Apesar disso, a região possui um dos biomas mais ricos do Brasil, abrigando trechos preservados da Mata Atlântica, além de rios e cachoeiras que compõem um cenário com imenso potencial para o ecoturismo. A área também abriga uma população diversa, formada por descendentes de imigrantes japoneses, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos, representando uma riqueza cultural única.

Conhecida como a capital do Vale do Ribeira, Registro tem demonstrado avanços significativos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou de 0,678 em 1991 para 0,754 em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse crescimento traduz os esforços locais para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma

integrada. Nesse contexto, o Projeto Boulevard Rio e Ciclofaixa foi concebido como uma resposta aos desafios contemporâneos da urbanização, alinhando-se às diretrizes da Nova Agenda Urbana da ONU, que estabelece padrões para cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

O suporte técnico e financeiro, viabilizou uma iniciativa de mobilidade urbana sustentável e renovação urbana, incentivando o uso de bicicletas, aprimorando a segurança viária e modificando o fluxo do tráfego e áreas pedestres.

Nesse contexto, serão apresentadas as etapas do processo, que contou com participação da sociedade civil, incluindo associações, instituições educacionais, comerciantes, grupos organizados, moradores locais e gestão municipal.

1. ESPAÇO PÚBLICO PARA TODOS

Tendo como objetivo principal reorganizar e revitalizar o espaço público em uma área histórica e central de Registro, o projeto buscava transformar ruas subutilizadas em áreas mais acessíveis e seguras, priorizando a mobilidade ativa e a convivência comunitária.

A proposta buscava incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte seguro e acessível; reduzir os riscos para pedestres e ciclistas em vias de grande fluxo: transformar áreas subutilizadas, como estacionamentos ociosos, em locais de convivência e a apropriação do espaço público pela população, promovendo interação social e atividades culturais.

A implantação trouxe mudanças significativas em três vias importantes do “centro antigo” da cidade. A primeira intervenção foi realizada na Rua Joaquim Marques Alves, que já possuía uma rota de ciclovia. Entretanto, a via precisava de uma extensão para alcançar o centro da cidade e a área comercial, conectando de forma mais eficiente os ciclistas aos principais pontos de circulação.

Em paralelo, na Rua João Batista Poci Junior, o projeto requalificou um trecho com estacionamentos pouco utilizados durante a maior parte do dia, transformando-o em um espaço mais dinâmico. Esse trecho, próximo à Praça Arquiteta Silvia Maria Bertelli Maeji, também se conectava à Praça

Prefeito José Mendes (Beira Rio), onde está localizado o SESC (Serviço Social do Comércio), uma instituição privada que oferece serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência. Além disso, o entorno conta com bares e restaurantes, sendo um ponto estratégico para revitalização.

Dessa forma, o projeto foi idealizado para integrar esses espaços, ampliando o acesso e a segurança, especialmente para ciclistas e pedestres.

2. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: CONSTRUINDO PONTES

O estudo inicial coincidiu com a conclusão, em 2021, do curso Iniciativa Mobilidade em Transformação – “Pessoas que Movem Cidades”, no qual o projeto do Boulevard Rio e da Ciclofaixa, executado pela Diretoria de Projetos de Trânsito da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana, foi submetido e selecionado para receber suporte técnico, visando seu desenvolvimento, detalhamento e financiamento, o que resultou em sua implantação em 2022. Registro foi escolhida, entre mais de 70 propostas inscritas, como cidade-piloto para a execução do projeto, por meio desta iniciativa “Mobilidade em Transformação”, que foi liderada pela Diretoria Geral de Trânsito e Mobilidade Urbana, em parceria com a Organização Não-Governamental (ONG) Cidade Ativa e Fundação Grupo Volkswagen.

O trabalho, que teve início em abril de 2022 e foi concluído em dezembro do mesmo ano, envolveu diferentes grupos da comunidade local, como ciclistas, comerciantes, instituições culturais e educacionais, além de representantes do Poder Público.

Oficinas realizadas aos finais de semana permitiram que a população expressasse suas necessidades, preocupações e sonhos para o futuro do espaço urbano. Por meio de atividades lúdicas, como painéis interativos e um “painel dos sonhos”, os participantes foram incentivados a imaginar uma cidade mais acolhedora e funcional.

Uma das primeiras etapas foi ouvir as demandas específicas de cada grupo. Por exemplo, para o grupo de ciclistas, foi apresentada a rota proposta

para a ciclofaixa. Durante as discussões, foram registradas suas percepções sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano e as melhorias que poderiam fazer diferença na segurança e na eficiência das rotas cicloviárias.

Essa troca foi essencial para o desenvolvimento do projeto. No entanto, foi observado que há uma distinção entre os ciclistas de lazer e os ciclistas que utilizam a bicicleta como meio de transporte diário. Os ciclistas de lazer, ainda que enfrentem riscos, geralmente estão equipados com acessórios de segurança, como capacetes e calçados adequados.

Por outro lado, os ciclistas que utilizam a bicicleta para deslocamentos diários, como ir ao trabalho ou levar crianças à escola, muitas vezes não possuem condições de adquirir esses equipamentos. Esses usuários, que geralmente pertencem a grupos mais vulneráveis, chamaram a atenção da equipe do projeto por circularem em vias sem infraestrutura adequada, enfrentando riscos ainda maiores devido à falta de equipamentos de proteção. Esse cenário reforçou a urgência da implantação de uma infraestrutura segura e acessível.

3. COLABORAÇÃO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS

A equipe técnica também realizou reuniões com as instituições culturais, assim como com a direção de escolas próximas à área de intervenção. Esses encontros tinham como objetivo apresentar a iniciativa, colher sugestões e compreender as possíveis implicações das mudanças no cotidiano das instituições.

A direção da escola, localizada no entorno, contribuiu com informações valiosas sobre o impacto das mudanças no transporte escolar, trazendo mais clareza sobre a logística, especialmente para alunos oriundos de áreas rurais. Essas contribuições exigiram ajustes no projeto para garantir um acesso facilitado e seguro aos estudantes.

O conhecimento sobre a rotina dos alunos, que até então não era conhecida pela equipe do projeto, foi fundamental para ajustar o planejamento e garantir que o acesso dos estudantes permanecesse eficiente e seguro. Esse diálogo trouxe à tona

detalhes importantes da rotina escolar, como horários de pico, fluxos de entrada e saída, e a importância de manter a logística escolar sem prejuízos.

Do mesmo modo, uma instituição cultural participante sugeriu a instalação de sinalizações específicas para proteger e aumentar a segurança dos pedestres que frequentavam o local, especialmente nas travessias. A partir dessas contribuições, o projeto foi ajustado, ampliando sua abrangência e alinhando-o às necessidades reais da comunidade.

O envolvimento do Poder Público foi essencial para o desenvolvimento do projeto. Durante o processo, as secretarias municipais e representantes da Câmara Municipal de Vereadores foram convidados a conhecer a proposta, contribuindo com suas perspectivas e apoiando os ajustes necessários para viabilizar as intervenções.

Um dos principais receios do Poder Público era com relação a possível resistência inicial de alguns comerciantes locais, que temiam que as mudanças no fluxo de trânsito e a redução de vagas de estacionamento pudessem impactar negativamente o comércio. Contudo, ao engajar os comerciantes em reuniões e rodas de conversa, a equipe técnica encontrou um cenário surpreendente: muitos deles sugeriram a retirada de ainda mais vagas de estacionamento do que o previsto originalmente. Eles acreditavam que a ampliação das áreas destinadas aos pedestres seria benéfica para atrair mais pessoas e, consequentemente, aumentar o fluxo de clientes no comércio local.

A partir desses diálogos, foi possível mapear como cada grupo poderia colaborar para o avanço dos trabalhos, destacando o papel de cada setor na construção de um espaço urbano mais acessível e integrado. As atividades ocorreram ao mesmo tempo que os dados eram levantados, realizaram-se reuniões, oficinas, questionários e rodas de conversas.

4. UM ESPAÇO PARA VOZES DIVERSAS

As oficinas participativas foram uma das principais ferramentas utilizadas para engajar a comunidade e coletar contribuições para o projeto.

Realizadas aos finais de semana, buscando atrair o maior número de pessoas, essas atividades foram planejadas para serem inclusivas, dinâmicas e acessíveis, criando um ambiente agradável que motivasse a participação de pessoas de todas as idades.

A abordagem das oficinas foi estruturada em torno de painéis interativos, que abordavam diferentes temas relacionados à mobilidade urbana e ao uso do espaço público.

Painéis interativos abordaram temas com temas como:

- Nossa comunidade: os participantes eram convidados a se identificar por gênero, raça e idade, além de compartilhar suas percepções sobre a mobilidade ativa na cidade, caminhando ou pedalando. Esse tema permitiu compreender como diferentes grupos vivenciam o espaço urbano.
- Nossa cidade agora: nesse painel, os participantes apontavam o que consideravam faltar nos espaços públicos para torná-los mais convidativos e utilizados. Eles também sugeriam atividades e melhorias que poderiam transformar o local em um espaço mais funcional e acolhedor.
- Nossa cidade no futuro: o painel incentivava os participantes a imaginarem como os espaços públicos poderiam ser utilizados no futuro, quais atividades poderiam ser incluídas e desenvolvidas a partir de sua ampliação.

Outra dinâmica desenvolvida foi o Painel dos Sonhos, um espaço para livre expressão onde os participantes podiam compartilhar seus desejos para a cidade por meio de desenhos, frases, músicas ou outras formas de manifestação criativa. Essa atividade permitiu que a comunidade visualizasse seus anseios e aspirações, ajudando a equipe do projeto a captar ideias que poderiam ser incorporadas na proposta final.

Além disso, as oficinas incluíram atividades físicas e recreativas conduzidas por um educador físico. Jovens e crianças, que inicialmente mostraram-se tímidos,

acabaram se envolvendo e participando ativamente das brincadeiras e dinâmicas. As atividades ajudaram a criar um ambiente acolhedor, fortalecendo o engajamento e a sensação de pertencimento entre os participantes.

Todos esses recursos que foram programados pela equipe técnica, aproximaram de forma considerável a comunidade, que se sentiu realmente como parte integrante do processo construtivo.

A metodologia participativa utilizada teve um impacto transformador, tanto no planejamento quanto na execução das intervenções. Ao ouvir as vozes da comunidade, foi possível identificar demandas específicas e incorporar soluções que refletiam as reais necessidades dos cidadãos, garantindo que o projeto fosse desenvolvido de forma inclusiva e representativa. Algumas das principais contribuições registradas durante as oficinas incluíram a necessidade de espaços multiuso para apresentações culturais, shows e festas; sugestões para ampliar a infraestrutura da ciclofaixa e melhorar a sinalização viária e ideias para atividades programadas que incentivassem o uso contínuo dos espaços públicos.

Com base nessas contribuições, a equipe técnica da iniciativa em conjunto com a Diretoria de Projetos de Trânsito da Prefeitura, definiram um plano que incluiu bancos e palco em madeira, arquibancadas feitas de pallets, floreiras de concreto para embelezar o local, pinturas lúdicas no asfalto e na praça, extensão da ciclofaixa, instalação de paraciclos, mesa de ping-pong e de uma cesta de basquete.

A divulgação das intervenções foi um aspecto essencial para engajar a população e garantir a participação de diferentes grupos. Entre as ações implementadas, destacaram-se a comunicação com escolas, Associação dos Comerciantes, do Centro Cultural Nipônico, com apresentações e compartilhamento de informações detalhadas sobre o projeto.

Também foram utilizadas mídias sociais, como Facebook, Instagram e o site da Prefeitura, além da distribuição de materiais impressos e digitais, como *folders*, cartazes, convites virtuais e mensagens via WhatsApp, bem como

a instalação de um *outdoor* destacando a inauguração dos novos espaços. Essas iniciativas ocorreram paralelamente à implantação do projeto e contribuíram para criar um ambiente de expectativa positiva.

5. A NOVA VIDA DAS RUAS

A semana de implantação do projeto foi um momento de celebração e esforço coletivo, envolvendo diferentes grupos e setores da cidade. A Prefeitura desempenhou um importante papel, realizando a limpeza geral da área e poda de árvores, pintura das guias e dos mobiliários já existentes, demarcação e pintura da nova ciclofaixa, instalação de manilhas para o plantio de árvores e de outros itens, como paraciclos, mesas de ping-pong e a cesta de basquete.

O envolvimento de outras diretorias em um projeto, foi uma experiência inovadora na construção coletiva dentro da Prefeitura de Registro, ainda em conjunto com outros atores na execução.

Artistas locais participaram ativamente das intervenções. Uma artista ficou responsável pela pintura lúdica na praça, enquanto outro colaborou com a equipe técnica para criar pinturas coloridas no asfalto. Bancos de madeira foram confeccionados em um galpão próximo à praça, que também serviu como espaço de apoio para os materiais utilizados. Outras adições criativas incluíram bancos feitos de pneus e floreiras que receberam mudas de chá da região, contribuindo para a valorização da cultura local e para a sustentabilidade.

A inauguração dos espaços foi marcada por uma programação colaborativa e diversificada. Entre as atividades realizadas, destacaram-se a feira de produtos artesanais e orgânicos, valorizando a produção local, a oficina de chá regional, que demonstrou o preparo da bebida muito consumida na região, apresentações musicais para adultos e crianças, proporcionando momentos de lazer e descontração, atividades recreativas para crianças, como brincadeiras com bolas, bambolês, desenhos e pintura. Nos dias da inauguração, o espaço contou com cadeiras de praias para proporcionar mais conforto àqueles que participaram do evento.

O SESC organizou um passeio ciclístico às margens do Rio Ribeira de Iguape, com o objetivo de inaugurar oficialmente a expansão da ciclofaixa. Durante o evento, uma preocupação da organização foi orientar os ciclistas, quanto a segurança ao utilizar o modal, assim como a importância da utilização de equipamentos adequados. A Prefeitura, por meio das Secretarias de Trânsito, Esportes e Agricultura e Meio Ambiente, apoiou a atividade, fornecendo suporte logístico e distribuindo frutas e água aos participantes.

Outro destaque foi a celebração do Dia Mundial da Yoga, que foi organizada paralelamente a inauguração, sendo realizada também, na praça Beira Rio. A atividade atraiu um grande público, demonstrando como diferentes eventos podem coexistir e acolher os mais variados públicos de maneira pacífica.

Durante a inauguração, as pessoas puderam contribuir com as suas impressões em painéis e sobre o projeto recém-instalado. No final do mesmo mês, a equipe da assistência organizou outro evento para consolidar o espaço como um local dedicado às necessidades das pessoas.

O evento incluiu atividades culturais, uma caminhada com as crianças para explorar o entorno e vivenciar as sensações da rua, além de atividades físicas e dança para as crianças. Houve também a oportunidade de experimentar diversas atividades e oficinas, culminando com um show ao vivo no final.

Um mês após a inauguração dos novos espaços, foram realizadas reuniões separadas com os diferentes grupos para avaliar a percepção das mudanças ocorridas. Os participantes contribuíram positivamente, relatando um aumento no número de visitantes ao local, com maior diversidade, e sugeriram a inclusão de mais diversidade nas atividades oferecidas.

Entre as sugestões para melhorias futuras, foram apontadas a necessidade de instalação de coberturas para proteção contra sol e chuva, além da implantação de sanitários.

Reuniões de devolutiva foram realizadas separadamente com os grupos de comerciantes e com os secretários junto ao prefeito. Durante essas reuniões,

foram apresentados os dados coletados e o engajamento da população no processo e nas atividades.

Um dos comerciantes relatou, de forma espontânea, que as mudanças no entorno impactaram positivamente seu negócio, com um aumento significativo no fluxo de pessoas e no número de clientes em seu estabelecimento em comparação ao período anterior à intervenção.

Nos meses seguintes, a Secretaria de Cultura implementou quinzenalmente o projeto Tô na Rua. Esse evento permitiu que cantores regionais continuassem a se apresentar no palco da intervenção, oferecendo shows em diversos estilos musicais que atraíram um grande público. Famílias inteiras passaram a frequentar o local nos fins de tarde e início da noite. Notável foi o aumento considerável do público feminino, o que destacou o aumento da sensação de segurança no “espaço da rua”.

O ambiente descontraído incentivou a apropriação da comunidade do espaço. Muitos participantes trouxeram suas próprias cadeiras de praia, semelhantes às disponibilizadas na inauguração, e seus *coolers* pessoais. Outros optaram por se acomodar nos bancos de madeira ou pallets, enquanto alguns preferiram utilizar as mesas e cadeiras dos bares e lanchonetes ao redor.

6. REINVENÇÃO URBANA

O Projeto Boulevard Rio e Ciclofaixa foi mais do que uma intervenção física no espaço urbano; foi um exemplo de como o diálogo, a participação coletiva e o planejamento estratégico podem transformar uma cidade.

Antes da intervenção, o espaço ocioso perto dos estacionamento era marcado por problemas como o uso de entorpecentes e disputas entre grupos com carros e sons excessivamente altos. Isso desvalorizava o local e afastava os moradores e clientes. A implantação do Boulevard Rio mudou completamente essa dinâmica, trazendo uma verdadeira transformação.

O processo de experimentação do projeto contou com participação ativa da comunidade. Diferentemente de audiências públicas que muitas vezes

são realizadas apenas para cumprir protocolos e acabam não engajando as pessoas devido à linguagem técnica ou horários inadequados, o Boulevard Rio foi construído com diálogo real e inclusão. Ocupar a cidade é um ato democrático e uma forma de exercer a cidadania. Estar em um espaço aberto significa acolher a todos, e isso tem sido bem representado nas festas que acontecem nas praças do Boulevard e da Praça Beira Rio.

Contudo, o envolvimento das pessoas requer uma disposição tanto dos órgãos públicos quanto dos cidadãos. Nos últimos tempos, observamos uma tendência a nos fecharmos e a construirmos barreiras internas, que se refletem nas cidades que projetamos, tanto em nossas mentes quanto na realidade.

É interessante observar como, muitas vezes, as vozes predominantes na cidade são das pessoas que vivem em seus prédios e condomínios. Elas podem não perceber que sua experiência urbana é limitada, sem a vivência plena do espaço urbano e sem a conexão com seus vizinhos. No entanto, quando as ruas são compartilhadas, surge uma oportunidade para um comportamento oposto: as pessoas começam a se olhar, cuidar umas das outras, conversar e ocupar a cidade de maneiras diversas. Essa interação genuína pode ser observada em lugares como o Boulevard Rio, onde o espaço urbano se transforma em um ambiente de convivência e troca.

No imaginário de alguns gestores públicos, a ideia de uma cidade tranquila e organizada pode parecer atraente, com espaços públicos menos movimentados. Essa perspectiva pode refletir um desejo de manter a ordem e reduzir potenciais conflitos. Contudo, é importante refletir sobre como essa visão pode não contemplar a riqueza que a convivência em espaços diversos, social e culturalmente, traz para a sociedade. O desafio está em equilibrar a tranquilidade desejada com a inclusão e participação das pessoas como protagonistas dos espaços públicos, valorizando a diversidade e superando preconceitos que ainda existem em nosso cotidiano.

7. REFLEXÃO SOBRE A VIDA URBANA E CONVIVÊNCIA

Debates científicos e discussões sobre mudanças climáticas reforçam a necessidade de investirmos em mobilidade mais sustentável. Isso inclui oferecer às pessoas opções seguras e conscientes para seus deslocamentos. Com a ampliação da ciclofaixa no Boulevard Rio, foi possível observar um aumento no uso do trecho. Agora, as pessoas podem circular com segurança em uma via antes disputada por carros e fluxos opostos. A separação clara entre veículos e bicicletas trouxe benefícios concretos para a mobilidade urbana.

No setor econômico, a intervenção também trouxe impactos positivos. Após a implantação, houve um crescimento no comércio local, especialmente no setor de alimentação, como bares e restaurantes. Isso atraiu mais pessoas para a área central, conhecida como “centro antigo”, que antes era considerada uma região “morta” para o comércio.

A manutenção do espaço, no entanto, é essencial para evitar que ele se deteriore e perca sua funcionalidade. Floreiras que se quebraram foram substituídas, pinturas foram renovadas e elementos adicionais, como balizadores, foram instalados para delimitar ainda mais o espaço entre veículos e pedestres. A área tem sido constantemente reinventada, com a extensão de calçadas, instalação de lombadas e travessias elevadas, contribuindo para a segurança viária e incentivando a utilização do espaço por pedestres.

A extensão de calçadas, uma técnica do urbanismo tático, tem sido replicada em outros pontos da cidade. Essa abordagem é uma solução rápida e economicamente viável para aumentar a segurança viária. Ao reduzir os raios das esquinas e o comprimento das travessias, a velocidade dos veículos nos cruzamentos diminui, reduzindo também o risco de atropelamentos.

No entanto, transformar a intervenção temporária em um espaço permanente requer investimentos maiores. Isso inclui a ampliação das calçadas com guias e concreto, instalação de mobiliário fixo, construção de um palco e ampliação das áreas verdes com paisagismo adequado. Além disso, melhorias

nas calçadas ao redor da ciclofaixa e na própria ciclofaixa são necessárias para consolidar o projeto como um todo.

A ocupação dos espaços urbanos é um exercício de cidadania e democracia, permitindo que diversos papéis na sociedade sejam representados. Estar em um espaço aberto é uma forma de acolhimento, algo que se manifesta nas variadas festividades que ocorrem em locais como o Boulevard e a Praça Beira Rio.

É importante considerar que essas intervenções não são apenas eventos temporários e físicos, mas representam mudanças significativas nas estruturas sociais. O projeto mexeu com estruturas e quebrou paradigmas, o que naturalmente pode gerar conflitos, mas também abre um leque de possibilidades para a população.

As ruas abertas oferecem inúmeras oportunidades para a população, permitindo que as pessoas experimentem ser pedestres, ciclistas e utilizem o espaço para lazer, economia criativa, manifestações culturais e expressão de ideias. Isso levanta reflexões sobre o valor que damos aos espaços urbanos: como podemos equilibrar a utilização desses espaços para pessoas, bicicletas e veículos?

Como Jane Jacobs observou, “sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e liberdade”. Essa perspectiva nos convida a refletir sobre a maneira como valorizamos e utilizamos os espaços urbanos, incentivando um diálogo contínuo sobre a convivência harmônica e inclusiva nas cidades.

O projeto implantado em Registro tem sido amplamente reconhecido como um exemplo de cocriação com a comunidade, servindo de inspiração para outras cidades no estado de São Paulo e no Brasil.

Em outubro de 2024, ele foi apresentado durante a VII Reunião de Prefeitos por Municípios Saudáveis da Região das Américas, realizada em Cusco, no Peru. Promovido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o evento teve como tema “Fortalecer a governança local para a saúde e o bem-estar”. O objetivo do

encontro foi compartilhar experiências de autoridades locais que, em parceria com diferentes atores, adotaram estratégias coletivas e intersetoriais para promover a saúde e reduzir desigualdades.

Já em novembro de 2024, a iniciativa recebeu destaque nacional ao conquistar o primeiro lugar na categoria de segurança viária do Prêmio Bicicleta Brasil, uma iniciativa que valoriza e reconhece boas práticas que incentivam o uso da bicicleta no país. O prêmio faz parte do Programa Bicicleta Brasil, sob gestão da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. O reconhecimento reforça o impacto positivo do Boulevard Rio como uma referência em planejamento urbano, mobilidade sustentável e engajamento comunitário.

8. INSPIRANDO TRANSFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O Boulevard Rio é mais do que um projeto urbano; é um exemplo de como diálogo, participação popular e ações bem planejadas podem transformar cidades. Ele prova que espaços públicos acolhedores não apenas promovem segurança e mobilidade, mas também fortalecem os laços sociais, geram oportunidades econômicas e tornam as cidades mais humanas e inclusivas.

A iniciativa mostra como a inclusão e o engajamento público são fundamentais na melhoria da qualidade de vida nas cidades e deixa claro como ações colaborativas podem transformar o espaço físico e o espírito comunitário. Registro recebeu um espaço que reflete as necessidades de sua população, servindo como um modelo para outras iniciativas.

Participar de um processo de engajamento com a comunidade permite uma compreensão do valor dessa construção conjunta. Embora a mudança de paradigmas possa não atingir a todos, há a expectativa de que aqueles ainda focados no carro possam, com o tempo, perceber a importância da mobilidade urbana sustentável e da mobilidade ativa nas cidades.

Desafiar paradigmas é uma ação voltada para o coletivo e para o desenvolvimento das cidades, em contraste com o pensamento que ainda

relaciona o carro ao progresso. É reconhecido que todo projeto pode ser revisado. Se ajustes forem necessários, que sejam feitos com escuta ativa. Independentemente disso, as experiências acumuladas devem ser compartilhadas para ampliar o conhecimento.

O projeto promoveu um senso de pertencimento e mostrou como a ocupação dos espaços públicos pode fortalecer os laços comunitários. A experiência pode ser uma inspiração para outras cidades que buscam construir um futuro mais humano e participativo em seus espaços urbanos e servir como estímulo para que cada vez mais cidadãos tomem consciência de seu papel na transformação da mobilidade urbana.

É essencial buscar uma maior participação nas políticas públicas e que o setor público, juntamente com outros setores, promova e estimule o engajamento genuíno dos atores, em prol dos interesses coletivos da cidade e do planeta.

REFERÊNCIAS

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RELATÓRIO DA INICIATIVA MOBILIDADE EM TRANSFORMAÇÃO EM REGISTRO: Assistência Técnica. São Paulo: Cidade Ativa, 2023.

Capítulo 14

CIDADES EDUCADORAS: TRANSFORMANDO TERRITÓRIOS EM ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA

Cinira Francisca Alves de Bastos
Daniella Tschoke Santana
Gabriela Franco Berger
Nelson Alves Bucker

INTRODUÇÃO

O conceito de “cidade educadora” tem adquirido crescente relevância no contexto urbano contemporâneo, especialmente diante dos desafios globais enfrentados pelas cidades, como a sustentabilidade, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. A premissa das cidades educadoras é transformar o ambiente urbano em um espaço propício à aprendizagem contínua, onde cidadãos de diferentes idades e contextos desenvolvam a criticidade, a responsabilidade e a sociabilidade.

Nesse contexto, a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) atua como uma rede global que promove e articula ações de cidades que buscam integrar a educação em suas políticas públicas e práticas cotidianas.

Fundada em 1994, a AICE tem como objetivo fortalecer a colaboração entre cidades que compartilham o compromisso de transformar os espaços urbanos em ambientes educativos. A associação busca promover o intercâmbio de experiências e boas práticas, além de estimular o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a educação integral, a cidadania ativa e a equidade social.

Desta forma, busca-se explorar o conceito de cidade educadora, investigando suas implicações para a educação e o desenvolvimento social nas cidades contemporâneas. Serão abordadas as diferentes dimensões desse conceito, incluindo discussões sobre possibilidade de uma estrutura integrada e intersetorial das políticas públicas, favorecendo a promoção de um ambiente urbano mais inclusivo e equânime. A reflexão proposta visa evidenciar a importância das cidades educadoras no fortalecimento do vínculo entre educação, cidadania e transformação social, com foco na atuação e nas contribuições da AICE, evidenciando como os espaços urbanos podem ser projetados e vivenciados para fomentar a educação ao longo da vida e a construção de uma sociedade mais equitativa.

1. CIDADE EDUCADORA: DO QUE SE TRATA?

A expressão “cidades educadoras” têm ganhado cada vez mais relevância nos debates sobre o futuro das cidades e a qualidade de vida de seus habitantes. Mas o que exatamente significa esse conceito? Como as cidades podem ser entendidas como espaços educativos?

Para Motos, Ramoneda e Santano (2021) a cidade educadora

É aquele território que aposta na educação como ferramenta de transformação social, mobilizando e articulando o maior número possível de agentes educativos existentes no território. Falamos de uma educação ao longo de toda a vida que atravessa as diferentes esferas da sociedade. Ser Cidade Educadora implica situar a educação como eixo central do projeto de cidade, o que implica a tomada de consciência de que as diferentes políticas e atuações que se propõem e desenvolvem a partir de diferentes instâncias e serviços municipais (como urbanismo, ambiente, mobilidade, cultura, desporto, saúde, etc.) transmitem conhecimentos e educam para determinados valores e atitudes, de forma intencional ou não. A Cidade Educadora deve ser entendida como um projeto de cidade que implica uma governação em rede, que se fundamenta no diálogo e na colaboração entre o governo municipal e a sociedade civil, assim como com outras cidades do mundo.

Uma cidade, em sua essência, não é apenas uma aglomeração de edifícios e infraestrutura. Ela é um espaço de convivência e de relações sociais complexas, onde indivíduos interagem, compartilham experiências e, juntos, constroem sua identidade coletiva.

De acordo com o urbanista e filósofo Henri Lefebvre (2009), a cidade é o espaço vivido, um lugar no qual as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas se materializam e se transformam. A cidade é mais do que um aglomerado físico; é uma produção social, um espaço de direitos e de possibilidades.

[...] a cidade, mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos (Magnani, 2009, p. 132).

No que concerne à educação, a cidade pode ser entendida como um território de aprendizado contínuo, onde diferentes elementos como cultura, arte, mobilidade, espaços públicos e comunicação são fundamentais para a formação de uma cidadania crítica e participativa.

De acordo com Trilla Bernet (1997) o conceito de cidade educadora nasceu nos anos 1970, a partir do relatório elaborado para a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), publicado em 1972, sob a coordenação de Edgar Fauré, no livro intitulado *Aprender a ser*, que apresentava como princípio norteador para as cidades educativas a ideia de educação permanente, em que todos os indivíduos devem ter a oportunidade de aprender ao longo de toda a vida.

Concernente a essa ideia, o autor propõe que pensemos a relação de educação e cidade a partir das três dimensões: aprender na cidade; aprender da cidade e aprender a cidade.

A dimensão alusiva ao aprender na cidade refere-se ao processo de aprendizagem que ocorre nos espaços urbanos e que vai além das instituições

tradicionais de ensino. As ruas, praças, parques, museus, bibliotecas e outros espaços urbanos oferecem contextos de aprendizagem informais em que as pessoas podem interagir, questionar e refletir sobre a realidade à sua volta. Isso permite ao conjunto da cidadania vivenciar experiências, práticas e saberes cotidianos que não são capturados pelos currículos escolares formais.

A compreensão de aprender da cidade, envolve um processo reflexivo sobre os aspectos da vida urbana que nos rodeiam. A cidade, ao ser observada e analisada, revela lições importantes sobre a convivência social, a gestão do espaço público, a distribuição de recursos e as relações de poder que permeiam o ambiente urbano. Trilla (1997) sugere que a cidade, enquanto espaço de aprendizagem, não é apenas um local onde o conhecimento é transmitido, mas um lugar que nos ensina, por meio da sua dinâmica, sobre a sociedade em que vivemos. Através da observação das desigualdades, da mobilidade urbana, das formas de participação cidadã e das diversas formas de sociabilidade, os cidadãos podem aprender sobre a ética, a justiça, a solidariedade e a sustentabilidade. A dimensão de “aprender da cidade” está relacionada a uma atitude de escuta ativa e crítica, onde se busca entender as implicações sociais, culturais e ambientais das dinâmicas urbanas.

A perspectiva de “aprender a cidade”, refere-se ao entendimento de que a cidade não é um espaço homogêneo, mas um conjunto de contextos urbanos que convivem e interagem entre si. A cidade é formada por diferentes cidades dentro de si, ou seja, bairros, comunidades e espaços com características e necessidades diversas. Cada parte da cidade tem sua própria dinâmica, seu próprio ritmo e seus próprios problemas. A interação entre esses diferentes espaços e grupos sociais dentro da cidade pode gerar um aprendizado coletivo, por meio do diálogo, da troca de saberes e da promoção de práticas inclusivas e solidárias. Trilha (1997) enfatiza que a cidade, como um organismo complexo, precisa ser entendida em sua totalidade, e não apenas a partir de uma visão fragmentada.

As cidades, atualmente, são os espaços em que grande parte da população global desenvolve sua vida cotidiana. O Relatório Mundial das

Cidades de 2022, divulgado pelo ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), aponta que 55% da população mundial reside em áreas urbanas, com a expectativa de que esse número alcance 68% até 2050.

No cenário brasileiro, ao se falar em cidade educadora, muitas vezes a associação imediata é com a educação formal, aquela que ocorre nas instituições tradicionais, como escolas, universidades e órgãos governamentais, com base em currículos e políticas públicas estabelecidas.

A educação, como processo de aprendizagem formal, não formal e informal, está presente em diversos espaços e se manifesta de maneiras variadas, sendo estruturada de forma distinta dependendo do contexto em que ocorre. Esses espaços podem ser definidos como “lugares” ou “não lugares”. A compreensão dessas categorias permite perceber como a aprendizagem vai além das fronteiras das instituições educativas e se estende para diferentes contextos, que podem ter tanto um caráter de pertencimento quanto de transitoriedade.

Segundo Pérez e Moliní (2004) a educação formal caracteriza-se por uma estrutura rígida de ensino, com currículos definidos, conteúdo programático e avaliação de aprendizagem. A sala de aula é um espaço emblemático da educação formal, configura-se como um local dotado de significado no sentido antropológico, onde professores e estudantes compartilham saberes e experiências em uma lógica coletiva e organizada. Nesse contexto, o “lugar” não se limita a uma simples definição geográfica, mas carrega consigo valores e sentidos que influenciam a interação e o aprendizado.

De acordo com Tuan (1983), o conceito de lugar é definido por três elementos essenciais: percepção, experiência e valores. O espaço torna-se lugar à medida que lhe é atribuído significado e importância, sendo preciso vivenciar o lugar para entendê-lo.

A educação não formal ocorre em contextos que não se estruturam segundo a rigidez da educação formal, mas, ainda assim, proporciona aprendizagens significativas. Engloba atividades e programas que se situam

fora do currículo tradicional, como oficinas culturais, grupos de esporte, cursos, atividades comunitárias, entre outras. Caracteriza-se pela flexibilidade, permitindo a adaptação às necessidades e interesses específicos dos participantes. E refere-se,

[...] a todas aquelas instituições, atividades, meios, âmbitos da educação que, não sendo escolares, foram criados expressamente para satisfazer determinados objetivos educativos (Trilla *et al.* 2008, p. 11).

A educação não formal pode ser entendida como um processo de aprendizagem que ocorre em lugares diversos, como centros culturais, praças, associações de bairro, ou mesmo espaços de convivência social, os quais não possuem uma estrutura de ensino formal, mas que, ainda assim, oferece contextos ricos para o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e cognitivas.

Nesse contexto, conecta-se a ideia da educação informal, caracterizada pela flexibilidade, espontaneidade e diversidade de ambientes e experiências que contribuem para a formação dos indivíduos.

Contudo, há um aspecto que vale a pena considerar quando se fala sobre educação em espaços públicos ou coletivos que não têm um caráter educativo formal ou não formal: os “não lugares”.

O conceito de “não lugar”, desenvolvido pelo antropólogo Marc Augé (1994), refere-se a espaços transitórios, que não geram um vínculo emocional ou cultural significativo com as pessoas que os ocupam, como aeroportos, shopping centers, estradas, estações de metrô ou terminais de ônibus. Esses locais são caracterizados pela anonimidade, pela falta de identidade e por uma experiência de deslocamento, em que as pessoas estão em trânsito, mas não estabelecem relações duradouras com o espaço ou com outras pessoas. No entanto, esses “não lugares” podem ser vistos também como contextos educativos, na medida em que eles são espaços de interação social e observação. É importante reconhecer que os “não lugares”, ainda que pareçam desprovidos de significado ou identidade, também podem ser fontes de aprendizagem, pois são espaços onde interações

informais e trocas culturais podem ocorrer. A educação, nesse caso, não se dá pela transmissão formal de conteúdo, mas pela vivência e pela experiência cotidiana, que muitas vezes ocorrem de maneira espontânea e não planejada.

Embora as cidades exerçam um papel essencial na promoção da educação formal, o conceito de cidade educadora transcende essa função. Envolve uma visão mais ampla, na qual a cidade é entendida como um ambiente de aprendizado contínuo e integral, que se dá em diversos tipos de lugares, incluindo os espaços transitórios, como ruas, transportes públicos e ambientes de consumo. Cada um desses espaços oferece diferentes possibilidades de aprendizagem com suas características, vantagens, problemas e soluções. No entanto, a cidade necessita planejar sua infraestrutura de modo a favorecer o bem-estar para uso de todos os seus cidadãos.

Para que uma cidade seja educadora é necessário assumir por meio de suas políticas públicas um “modelo organizativo” que requer diálogo entre sociedade civil e estruturas administrativas, com vistas a cooperação e participação cidadã, superando a fragmentação dos serviços e relações de poder local (Morigi, 2016).

A cidade educadora é ela própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza, com todos os seus atores, instituições e intervenientes do espaço urbano, para oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos, numa tentativa de aproximação dos cidadãos ao seu território (Morigi, 2016 p. 68).

A cidade deve ser vista como um espaço dinâmico, onde todos os atores sociais, governo, instituições, organizações da sociedade civil e os próprios cidadãos trabalham juntos para promover o bem-estar coletivo e a formação contínua.

Uma cidade que se propõe a ser educadora busca integrar a educação em diversos níveis e dimensões da vida urbana, reconhecendo a interdependência entre diferentes esferas sociais e urbanísticas.

Nesta perspectiva, as políticas públicas precisam ser concebidas de forma transversal, rompendo com a fragmentação tradicional dos serviços públicos. Esse modelo fragmentado muitas vezes impede uma ação eficaz e integrada, limitando o impacto das políticas no cotidiano das pessoas e a resolução de problemas complexos. De acordo com essa ideia, Bacila (2024) sugere a abordagem intersetorial das políticas públicas, no intuito de integrar esforços e recursos, promovendo uma ação coordenada entre diferentes áreas do governo e da sociedade civil.

A intersetorialidade, por sua vez, refere-se à articulação e à colaboração entre diferentes setores da sociedade, governamentais e não governamentais, na implementação de ações e políticas nos territórios urbanos (Bacila, 2024, p. 108).

Esse processo de integração favorece a criação de soluções que atendam de maneira mais abrangente às necessidades da população, ao mesmo tempo em que otimiza o uso de recursos públicos. A abordagem intersetorial, ao promover a articulação entre diversos setores, garante a implementação de estratégias mais coordenadas e eficazes, ampliando a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais.

Entretanto, a implementação da abordagem intersetorial, embora promissora, enfrenta desafios consideráveis. As distintas estruturas organizacionais e culturas de trabalho presentes em cada setor podem gerar resistência à colaboração, dificultando a cooperação efetiva entre eles. Além disso, a concorrência por recursos e pelo reconhecimento entre os diferentes setores pode gerar tensões, comprometendo a equidade na distribuição dos recursos e prejudicando o alcance dos objetivos coletivos.

Essa abordagem propõe a análise e intervenção dos problemas sociais no local em que eles se manifestam, reconhecendo a cidade como um espaço fundamental para a implementação de ações intersetoriais. A cidade, sendo um território com definições sociais e espaciais claras, é o ambiente onde as pessoas vivem, interagem e constroem seu cotidiano.

[...] a cidade apresenta elementos importantes para uma educação integral: é um sistema complexo e, ao mesmo tempo, plural e poliédrico, capaz de potencializar os fatores educativos e de transformação social” (AICE, 2022 p. 4).

É nesse contexto urbano que os indivíduos e grupos se conectam, colaboram e moldam o futuro coletivo. Portanto, a cidade se configura como o principal cenário para a integração das políticas sociais, facilitando a implementação de ações intersetoriais e a colaboração entre diferentes instituições (Junqueira, 2000).

Ao integrar os princípios de cidadania, responsabilidade e solidariedade nas práticas urbanas, a cidade educadora visa não apenas combater as formas de exclusão e desigualdade social, mas também promover a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o compromisso com tais valores reflete a missão das cidades educadoras de criar ambientes urbanos que, além de promoverem a educação formal, formam cidadãos críticos e engajados, conscientes de seu papel na construção de um futuro coletivo mais justo e equilibrado, em todos os seus espaços.

2. A AICE E O PAPEL TRANSFORMADOR DAS CIDADES EDUCADORAS

A Associação Internacional de Cidades Educadoras é uma organização sem fins lucrativos com mais de três décadas de atuação e presença global. Seu principal objetivo é afirmar, lutar e promover a educação como instrumento de transformação social, posicionando-a como um pilar central para o delineamento da política de cidade.

A AICE é “uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem com os princípios estabelecidos na Carta das Cidades Educadoras” (AICE, 2024a). Este documento, além de orientar as ações da associação, manifesta a responsabilidade que as cidades aderentes possuem para com determinados valores a serem incorporados no projeto político de uma Cidade Educadora.

Considerando que as necessidades e os desafios enfrentados pelas cidades são dinâmicos e modificam-se conforme a trajetória social mundial e os tempos históricos, a primeira versão da Carta das Cidades Educadoras, celebrada em 1990, foi revista no II Congresso Internacional de Cidades Educadoras (Bolonha, 1994), no VIII Congresso (Génova, 2004) e em 2020, demonstrando se tratar de um documento vivo que busca acompanhar as transformações sociais, adaptando-se às diferentes circunstâncias e permanecendo aberto a futuras reformulações.

A carta é formada por um preâmbulo e 20 princípios, organizados em três eixos: (1) O direito à cidade educadora, (2) O compromisso da cidade e (3) Ao serviço integral das pessoas. Construída com base em documentos e declarações de referência mundial³⁰, os princípios presentes na carta abrangem uma diversidade de temas relevantes e necessários para a vida em sociedade. Enfatiza preceitos como educação ao longo da vida, inclusão, sustentabilidade, intergeracionalidade, estilo de vida saudável, convivência intercultural, não discriminação, democracia participativa, igualdade de oportunidades, conhecimento do território, governança, entre outros.

Uma de suas premissas é que a educação deve ir além das paredes da escola, permeando toda a cidade, sendo um compromisso compartilhado entre as administrações públicas e a sociedade civil, com todos os setores da gestão municipal assumindo responsabilidades educativas em um processo colaborativo.

Além do compromisso assumido com a carta e seus princípios para o entendimento e a construção da cidade como espaço educador, a adesão à AICE oportuniza a valorização do papel dos governos locais como atores educativos, o aprimoramento da governança municipal e o fortalecimento das capacidades institucionais de suas cidades membro. Também possibilita

30 “A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher celebrada em Pequim (1995); na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); na Carta Mundial pela Direito à Cidade (2005); na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); no Acordo de Paris sobre o Clima (2015) e na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015)” (Carta das Cidades Educadoras, 2020, s/p).

a criação de redes de colaboração entre os representantes políticos e técnicos municipais, permitindo o trabalho conjunto na busca por soluções de problemáticas similares e desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Promove também o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre as cidades, contribuindo para a visibilidade e projeção internacional das ações locais, favorecendo o desenvolvimento das diversas potencialidades educacionais presentes nos contextos urbanos e reforçando o papel das cidades como espaços formadores de cidadãos ativos e conscientes.

A AICE conta com uma rede global consolidada composta por 486 cidades em 28 países (dezembro/2024). Está organizada em dez Redes Territoriais, que funcionam como estruturas descentralizadas integradas pelas cidades-membro da AICE de um determinado território (AICE, 2024b). São grupos de cidades que se organizam, em alinhamento aos estatutos da AICE, para mobilizar conjuntamente temas de interesse comum.

Em caráter regional encontram-se América Latina e Ásia-Pacífico. Também compõem a organização das Redes Territoriais da AICE um grupo de trabalho para a Europa do Norte e sete redes nacionais (Argentina, Brasil, Espanha, França, Itália, México e Portugal).

No Brasil, a Rede Brasileira de Cidades Educadoras (REBRACE) é formada por cidades diversas cultural e territorialmente, abrangendo desde pequenos municípios a grandes metrópoles. Coordenada atualmente por Curitiba, em colaboração com Passo Fundo, a REBRACE conta com 41 cidades engajadas no processo de transformação social a partir da educação, a saber: Apucarana, Araraquara, Camargo, Carazinho, Concórdia, Curitiba, Fagundes Varela, Florianópolis, Guaporé, Guarulhos, Horizonte, Ipecaetá, Marau, Mata, Mauá, Monte Horebe, Morretes, Nova Petrópolis, Olinda, Palmeira, Passo Fundo, Piên, Pontalina, Porto Alegre, Quitandinha, Raul Soares, Rio Brilhante, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Gabriel, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente do Sul, Sarandi, Soledade, Tijucas do Sul, Três Palmeiras, Vitória de Santo Antão.

O trabalho colaborativo das cidades e redes da AICE é consolidado em encontros nacionais e congressos internacionais. Estes eventos oferecem oportunidades para compartilhar projetos e construir novos conhecimentos por meio de conferências, mesas redondas, painéis, apresentação de experiências, grupos temáticos, reuniões das redes e realização de visitas de estudo a espaços que desenvolvem projetos e programas significativos nas cidades. Os congressos internacionais, que acontecem bienalmente, são um dos principais eventos da AICE, reunindo cidades-membro para aprofundar os princípios da Carta das Cidades Educadoras, apresentar resultados do trabalho desempenhado, promover a troca de boas práticas e fomentar novas parcerias e colaborações entre as cidades (Motos; Ramoneda; Santano, 2021).

Curitiba foi a cidade anfitriã do VIII Encontro Nacional de Cidades Educadoras, em 2021, realizado virtualmente devido à Pandemia de covid-19 e, em 2024, teve a oportunidade de sediar o XVII Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

Além da promoção e organização de eventos, a AICE desenvolve atividades formativas, presenciais e/ou virtuais, contando com a participação de pessoas especialistas e renomadas nos diversos temas de interesse abordados. Também valoriza e incentiva a realização de visitas de estudos para o conhecimento *in loco* e em maior profundidade de programas desenvolvidos pelas cidades e presta assessoria e atenção personalizada às cidades.

Além disso, a criação de mecanismos que favorecem a divulgação, o compartilhamento e o acesso a inúmeras iniciativas inovadoras conduzidas pelas cidades-membro constitui uma linha importante de ação da AICE. O Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras (BIDCE), por exemplo, é uma plataforma composta por mais de 500 experiências inspiradoras que demonstram como os princípios da Carta das Cidades Educadoras são e podem ser materializados. As publicações editadas pela AICE e pelas redes (livros, monográficos, cadernos de debate, boletins, experiências destacadas, entre outros) formam igualmente um acervo bibliográfico significativo para

mobilizar reflexões e contribuir para a compreensão de conceitos e perspectivas teóricas, acompanhadas de experiências concretas.

A comemoração do Dia Internacional da Cidade Educadora, celebrado todo dia 30 de novembro, é uma iniciativa que tem como objetivo dar visibilidade às ações das cidades e seu compromisso com a educação, criando consciência, à escala mundial, da sua importância na vida do conjunto da cidadania, bem como reconhecer agentes implicados e mobilizar novos a fazer parte ativamente o processo de construção desta cidade educadora.

Com o objetivo de inspirar cidades na construção de territórios cada vez mais educadoras, o Prêmio Cidades Educadoras, concedido a cada dois anos, desde 2016, reconhece, valoriza e concede visibilidade internacional ao trabalho realizado pelas cidades membro da associação.

As cidades contemporâneas têm passado por grandes transformações, gerando em seu interior uma série de complexidades, simultaneamente, enriquecedoras e problematizadoras, sendo cada vez mais um espaço de coesões e contradições.

A cidade educadora, para Del Pozo (2008, p. 28),

[...] não pode por si só ser a chave da resolução de todas as dificuldades nem de todos os desafios, mas pode aspirar a criar um clima de qualidade cívica e convivência urbana que induza as pessoas a tomarem consciência das mudanças, a orientarem-se melhor na sua complexidade, a atenuar e superar alguns dos seus efeitos negativos, potenciando as suas oportunidades e elementos positivos que também sempre a acompanham.

Nos últimos anos, a AICE vem promovendo debates sobre o papel das cidades na abordagem de desafios globais contemporâneos, como as mudanças climáticas, a migração, as desigualdades sociais e os impactos da tecnologia. Por meio dessas discussões, a AICE tem desempenhado um papel relevante no fortalecimento de uma rede de cidades comprometidas com a educação integral, que visa não apenas a melhoria da qualidade do ensino, mas também

o avanço no bem-estar social, na promoção da cidadania ativa e na busca por soluções sustentáveis para o desenvolvimento urbano.

Assim, a organização contribui para a construção de um modelo de cidade que integra a educação como um pilar central para a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de “cidade educadora” representa uma abordagem inovadora e transformadora para o planejamento e desenvolvimento urbano. A AICE atua como um elo entre cidades comprometidas com a transformação dos seus espaços urbanos em ambientes educativos.

Desde sua fundação na década de 1990, a AICE tem fomentado a colaboração internacional, o intercâmbio de boas práticas e a implementação de políticas públicas voltadas para a educação integral, a cidadania ativa e a equidade social. Neste sentido, tem como premissa fortalecer o movimento global das cidades educadoras, proporcionando uma rede de apoio e troca de experiências que potencializa os esforços de cada cidade em sua jornada para se tornar mais educadora e inclusiva.

As reflexões apresentadas neste artigo destacam a importância de uma abordagem integrada e intersetorial nas políticas públicas urbanas, que reconheça a educação como um direito fundamental e como um processo contínuo, ao longo de toda a vida. A atuação da AICE, contribui significativamente para a construção de cidades que não apenas atendem às necessidades imediatas da população, mas que também criam as bases para o desenvolvimento sustentável e a justiça social no longo prazo.

Uma cidade se torna educadora não apenas por ser parte da AICE, mas quando reconhece o impacto educacional das suas políticas e práticas de gestão municipal, comprometendo-se a potencializá-los por meio da integração das ações e da colaboração entre os diversos agentes educativos presentes no território (AICE, 2019). Implica, portanto, a criação de ambientes onde as

pessoas são incentivadas a refletir sobre sua realidade, a questionar e a atuar de forma crítica e criativa, transformando a realidade habitada.

As cidades educadoras representam uma visão de futuro para os centros urbanos, em que a educação não apenas forma indivíduos, mas transforma a sociedade, estreitando os vínculos entre aprendizado, cidadania e a construção de um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS – AICE. Carta das Cidades Educadoras. 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2020/05/PT-Carta.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS – AICE. Quem somos? 2024a. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/quem-somos/>.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS – AICE. Redes territoriais. 2024b. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/redes/>.
- BACILA, Maria S. **Pedagogia da cidade educadora**. 1. ed. Curitiba: Compass, 2024.
- BELLOT, Pilar. F. Cidades educadoras, uma aposta de futuro. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (org.). **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. 2008. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2015/02/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- DEL POZO, Joan M. O conceito de “cidade educadora”, hoje. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. 2008. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2015/02/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. **Saúde e sociedade**, v. 6, p. 31-46, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, v. 15, p. 129-156, 2009.
- MARAGALL, Pasqual. A cidade das pessoas. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (org.). **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. 2008. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2015/02/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- MORIGI, Valter. **Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

- MOTOS, Sheila G.; CANALS, RAMONEDA, Marina C.; SANTANO, Maria A. C. **Da leitura da Carta à consolidação de uma Cidade Educadora – Guia Metodológico**. Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2021. Disponível em: https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2020/05/PT_Consolidacio2021.pdf.
- PÉREZ, Constancio Aguirre; MOLINÍ, Ana María Vázquez. Consideraciones generales sobre la alfabetización científica en los museos de la ciencia como espacios educativos no formales. **Revista electrónica de enseñanza de las ciencias**, v. 3, n. 3, p. 339-362, 2004.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME – UN-HABITAT. World Cities Report: Envisaging the Future of Cities. ONU-Habitat, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>.
- TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria A. (orgs.). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

Capítulo 15

INTERSETORIALIDADE: ELEMENTO DA CIDADE EDUCADORA

Carla Andreza Ribeiro Trisotto
Cristiane Soares Grippi

INTRODUÇÃO

Entendendo a cidade como um grande tecido urbano, um ecossistema onde a unidade coerente é constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes, é preciso considerar a visão das articulações que envolvem esse território. Para tanto, faz-se necessária uma concepção integrada das políticas públicas.

Partindo da valorização de toda iniciativa que promova práticas coletivas de tomada de decisões, a intenção de sensibilizar a população e os gestores públicos sobre a importância da educação em todos os aspectos da vida e em todos os territórios. Nessa perspectiva, articular colaborativamente a participação dos atores sociais e fomentar a interação e integração entre os diferentes espaços da cidade, transformando-os em educativos e tornando coletivas as oportunidades em que todos aprendam uns com os outros. Dessa forma, o movimento de cidades educadoras potencializa e evidencia práticas cotidianas e coletivas das políticas públicas do município, tornando-as protagonistas no processo de transformação social.

Sendo a intersetorialidade um conceito que se refere à articulação, colaboração e estratégia entre diferentes setores e áreas de atuação da gestão pública, incluindo a sociedade civil e demais participantes sociais, evidencia-se no cenário brasileiro seu destaque nas políticas públicas, especialmente nas

áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Trata-se de um princípio fundamental, pautado na conexão entre setores que buscam um olhar abrangente sobre a questão social e sobre os cidadãos que demandam atendimento público.

A intersetorialidade, por sua vez, refere-se à parceria entre diferentes setores da sociedade, governamentais e não governamentais, na implementação de ações e políticas nos territórios urbanos. Trata-se de um conceito ancorado no reconhecimento de que os desafios enfrentados pelas cidades são complexos e exigem abordagens integradas, envolvendo diversos atores e setores. A intersetorialidade busca criar sinergias, fortalecer parcerias e promover ações conjuntas que visem à transformação positiva dos territórios por meio da educação. Segundo Nascimento (2010, p. 96):

A intersetorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência esperada na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas.

A correlação dos serviços das políticas sociais contribui para a qualidade de vida, melhorando sensivelmente as condições para a população. Constituindo-se em desafios permanentes para as diferentes gestões municipais, estaduais e federais.

Do ponto de vista da gestão pública democrática, a intersetorialidade desafia a política no compartilhamento de responsabilidades e atribuições, além de possibilitar maior racionalidade dos recursos.

Para Junqueira (2005, p. 4):

[...] a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

É nos territórios que a intersetorialidade se materializa como condição essencial para a implementação de serviços integrados, como resposta à multidimensionalidade da vulnerabilidade e à segregação socioespacial. Assim, territorialidade e intersetorialidade potencializam as intervenções públicas, ampliando possibilidades e efetividade das ações integradas e desenvolvidas por meio da construção de diagnósticos, programas, ações e com responsabilidades compartilhadas.

Segundo a Carta das Cidades Educadoras (2020, p. 13):

A Cidade Educadora construir-se-á a partir de um paradigma de governança em cuja conceção e consecução cooperarão tanto a administração pública como os cidadãos, numa colaboração que constitui uma das marcas distintivas da Cidade Educadora.

Afirma-se que o horizonte da intersetorialidade das políticas públicas é voltado à melhoria das condições de vida da população, à otimização e utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos e à obtenção de ganhos de escala e de resultados.

No entanto, é preciso destacar que a intersetorialidade não deve ser considerada uma iniciativa individual de profissionais ou equipes, requer decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e execução que superem a cultura política da setorização.

A cidade de Curitiba é reconhecida como uma cidade que sempre esteve na vanguarda quando o assunto é inovação sustentável, pautada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, onde o resultado está materializado nas melhorias em áreas como: mobilidade urbana, infraestrutura e serviços públicos de qualidade.

A maior evidência do compromisso com a sustentabilidade e a governança inteligente também se manifesta nas transformações urbanas que vão além da organização dos espaços, priorizando o bem-estar dos atores sociais e colocando-os no centro de todas as ações. Essa visão de cidade das

pessoas, com pessoas e para pessoas, faz de Curitiba um modelo inspirador para outras metrópoles no Brasil e no mundo.

Entendendo a cidade como um ecossistema, a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Curitiba é distribuída em: Administração Direta, composta por 16 secretarias e duas secretarias extraordinárias; Administração Indireta, formada por 13 autarquias, fundações e sociedades de economia mista; e 3 paraestatais, que incluem organizações sociais e serviço autônomo.

É imprescindível enfatizar que todos os avanços que fazem de Curitiba uma cidade-referência se devem, sobremaneira, ao comprometimento junto à intersetorialidade das políticas públicas municipais.

1. INTERSETORIALIDADE NA CIDADE DE CURITIBA: CAMINHOS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – UMA EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO

“Enquanto educadora, a Cidade é também educanda.”
(Paulo Freire, 1993, p. 23)

Partindo da premissa, de que as cidades apresentam potencial para serem educadoras, estas, por sua vez, utilizam-se dos espaços públicos e privados para promoverem a aprendizagem contínua ao longo da vida, por meio da interação social, suas vivências e trocas de saberes, colocando todos os cidadãos como protagonistas desse processo, garantindo aos seus habitantes o direito à cidade. Para tanto, é imprescindível que sejam criadas políticas públicas que ressignificam os espaços da cidade partindo das necessidades e cultura de vida das pessoas, buscando construir e/ou reconstruir a cidade com seus territórios de modo que possam promover a inclusão social, o bem-estar coletivo e, assim, integrar a sociedade como um todo, priorizando a participação cidadã e garantindo o direito à cidade.

Neste contexto, evidenciar a cidade de Curitiba, requer enfrentar desafios no que se refere ao desenvolvimento de diversas ações da cidade

por meio da intersetorialidade. Uma vez que se entende como uma cidade educadora aquela que promove a construção coletiva de saberes, todos em mesmo propósito de qualidade de vida e equidade.

Considerando o conceito de cidade educadora e na busca da garantia dos princípios que balizam uma educação integral e inclusiva do indivíduo, foi constituído um Comitê Gestor Intersetorial Curitiba Cidade Educadora, com a finalidade de propor estratégias que promovam ações planejadas, elaboradas e articuladas entre as secretarias, por meio de colaborações entre os distintos setores, sejam eles públicos e/ou privados. O Comitê Gestor Intersetorial foi consolidado em Decreto n. 1117 /2021.

Tendo como escopo proporcionar momentos de troca de experiências e planejamento de ações integradas, o Comitê Intersetorial, por meio de seus representantes, compartilha informações e busca articular, com seus pares e entre os diversos setores públicos, práticas que visem atender às necessidades dos cidadãos.

A abordagem intersetorial visa integrar os esforços e recursos de diversos setores, como saúde, educação, segurança, assistência social, entre outros, a fim de melhor atender às necessidades e demandas da população (Bacila, 2024, p. 109).

Com o objetivo de promover e valorizar as potencialidades dos espaços urbanos de Curitiba sob uma perspectiva intersetorial, a cidade contou, em 2023, com a atuação das Articuladoras da Cidade Educadora, que desempenharam papel essencial ao mediar, colaborar e promover a integração entre diferentes esferas das políticas públicas, sempre inspiradas pelo conceito e pelos princípios das cidades educadoras.

Frente a esse contexto, sendo fundamental o desenvolvimento das ações que integram os diversos grupos de políticas da cidade por meio de uma educação não formal e informal, fomentando a reflexão sobre a educação na cidade, para a cidade e pela cidade, por meio de ações intersetoriais que visam

ao bem comum que perpassam nestes espaços. Certamente, isso implica em promover momentos de estudos, que visam a compreensão do “fazer juntos”, ou seja, consolidar o que vem a ser intersetorialidade, bem como sua real importância para a construção de territórios educativos que evidenciem a participação cidadã ativa de todos, seja para transformação social, quanto para o enfrentamento de desafios da vida urbana, construindo intrinsecamente o sentido de pertença.

A educação em valores e direitos humanos é mais urgente do que nunca, para dar sentido, incentivar, traçar um rumo democrático (Carta das Cidades Educadoras, 2020, p. 7).

Para o andamento desse processo, foram planejadas estratégias de articulação de ações integradas e inclusivas: de diálogos, vivências, trocas de experiências, seguindo uma abordagem colaborativa e coletiva, valorizando e potencializando os agentes educativos públicos, os trabalhos desenvolvidos nas secretarias municipais da cidade, expandindo às instâncias que atuam nas diversas políticas sociais da cidade.

Esse processo ocorre no âmbito setorial do município de Curitiba, trazendo a importância de vincular diferentes agentes educativos para a construção de um currículo vivo de cidade, repertoriando esses agentes e estimulando-os para um envolvimento de todos na consolidação de uma cidade educadora.

Dentro da perspectiva de desenvolver um trabalho que contribua para o entendimento de ações integradas enquanto esfera intersetorial, fez-se necessário momentos formativos e de reflexões para o aprofundamento do conceito de cidade educadora, levando-os à compreensão de que a educação vai para além dos muros da escola, perpassando por todas as esferas políticas e sociais da cidade, na construção contínua de cidadania. Com esta abordagem, foram realizadas reuniões mensais com os representantes do Comitê Gestor Intersetorial Curitiba Cidade Educadora, com temáticas que instigaram

debates sobre os princípios norteadores das cidades educadoras, bem como, ampliando o entendimento sobre o funcionamento de suas políticas e os desafios a serem enfrentados nesse percurso.

Nesta trajetória, utilizou-se de estratégias que dinamizaram esses momentos, a fim de qualificar e valorizar todo trabalho desenvolvido dentro de cada secretaria e/ou espaço público, com o objetivo de sensibilizar todos os envolvidos para a construção de políticas intersetoriais. Para a efetivação deste processo formativo, o plano de ação elaborado teve os seguintes elementos: estudo da Carta das Cidades Educadoras e seus princípios; socialização de programas e projetos desenvolvidos pelas secretarias/autarquias, com reflexões e análises sobre estes princípios, visitas de estudo em diversos espaços de Curitiba, organização conjunta e participações em eventos.

Esses movimentos tiveram grande relevância, pois permitiram a interação entre os diversos grupos da sociedade, evidenciando-os como atores sociais e protagonistas na construção de uma gestão participativa, inclusiva e democrática. Fomentar o pensamento coletivo nas ações desenvolvidas nesse percurso, corrobora competências e conhecimentos sobre esta temática, possibilitando se reconhecerem como agentes educativos e atuarem como multiplicadores nos seus diversos espaços, contribuindo assim para a implementação e materialização de uma cidade educadora.

Parafraseando Gadotti, a cidade já é educativa por si, porém precisa ser reconhecida como tal, a partir do interesse e da interação dos cidadãos. Nesse contexto, todo o trabalho desenvolvido assume um caráter colaborativo, de modo a potencializar as várias ações dentro de uma perspectiva de pertença e transformação dos espaços. Afirma Gadotti (2006):

A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, mas pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade (p.4).

Tendo a cidade como territórios de aprendizagens, podemos certamente reconhecê-la como um laboratório de experiências que enfatiza a relevância na busca de oportunidades para a construção de uma cidade mais equânime, sustentável e inclusiva.

2. CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES

Considerando o processo experiencial da cidade de Curitiba, no que se refere às articulações nas ações que evidenciam o conceito de cidade educadora, com propostas de diálogos, reflexões e momentos de “vivências” entre as políticas setoriais foram fundamentalmente essenciais e positivas para o entendimento e integração das políticas enquanto intersetoriais.

As reflexões acerca da temática de cidade educadora, trouxe a todos os envolvidos questionamentos sobre como integrar diversos e múltiplos elementos essenciais e estruturais tanto do espaço urbano quanto do desenvolvimento e planejamento de cidade, de modo que respeitem e valorizem as necessidades específicas de cada regional que compõem os espaços da cidade de Curitiba.

Entretanto, as trocas de experiências e as vivências realizadas durante esses momentos ampliaram saberes e enriqueceram as ações que, até então, eram tratadas setorialmente, ou seja, fragmentada. Nesse cenário, a proposta de adotar a intersetorialidade como estratégia permitiu construir, coletivamente, saberes que reforçam a importância do fazer juntos e de enfrentar os desafios que a vida urbana apresenta, garantindo, assim, os eixos norteadores de uma cidade educadora.

Com isso, pode-se afirmar que esse trabalho possibilitou o engajamento dos agentes educativos públicos para uma transformação conjunta, tendo em vista que a intersetorialidade não é algo espontâneo nem imposto, mas entendida como um eixo estruturador que fortalece o trabalho coletivo. Essa abordagem trouxe resultados positivos e transformadores, que permeiam toda a cidade com ações potentes, fazendo dos diversos espaços

uma rede de conexões que, mesmo diante das incompletudes, transforma a cidade em um território de infinitas possibilidades para a qualificação da vida e o bem-estar das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ah, A Rua!
Só falam de tirar as crianças da rua.
Para Sempre?
Eu sonho com as ruas cheias delas.
é perigosa, dizem:
Violência, drogas...
E nós adultos,
Quem nos livrará do perigo urbano?
De quem eram as ruas?
Da polícia e dos bandidos?
Vejo por outro ângulo:
Um dia devolver a rua às crianças
Ou devolver as crianças às ruas;
Ficariam ambas muito alegres.*

(Paulo Freire)

Reconhecer a cidade como um laboratório de experiências que traz a todos aos seus espaços, as culturas e o modo de vida de cada um que por ela passa, é ampliar e enriquecer o processo de aprendizagem, uma vez que se entende que a educação ocorre o tempo todo e a todo o tempo ao longo da vida.

A casa, a rua, a praça, as instituições públicas e privadas, são espaços de interações e articulações entre as pessoas e a cidade, desse modo, fica evidente que o aprender e ensinar está muito além de uma educação formal. Aprender na cidade, aprender com a cidade e aprender pela cidade são eixos norteadores para a caracterização de uma cidade educadora.

Para tanto, é relevante afirmar que as dinâmicas cotidianas da cidade não são fruto de coincidências, mas de intencionalidades decorrentes das múltiplas

experiências compartilhadas entre as pessoas. Nesse sentido, é fundamental fortalecer o olhar para uma cidade que vá além de sua funcionalidade, incorporando uma perspectiva de valorização e qualificação da vida urbana, bem como a construção mútua e contínua de uma cidade para todos.

A cidade de Curitiba, enquanto signatária do Movimento das Cidades Educadoras, assume a missão de mobilizar os territórios na promoção permanente de contextos e espaços educativos, realizando e compartilhando experiências transformadoras, intencionalmente educativas. Contudo, revela que se trata de um trabalho contínuo, que envolve dedicação, parceria, comunicação, diálogo, respeito e comprometimento com os cidadãos e os territórios.

No que tange a intersectorialidade, esse trabalho em rede compreende a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, condutores de saberes, poderes políticos e interesses distintos, objetivando o enfrentamento de problemas complexos.

Portanto, a articulação de planejamentos e o diálogo entre setores, em que o princípio da intersectorialidade é amplamente compreendido como o mais compatível com a perspectiva de garantia dos direitos sociais.

Curitiba vanguardista vivencia a intersectorialidade associada à descentralização administrativa, sob um viés territorial, em que a organização das estratégias da esfera política se dá para as pessoas, com as pessoas e pelas pessoas, evidenciando, em cada espaço, a cultura, a história e o conhecimento, onde as experiências e as relações humanas se entrelaçam, criando um tecido rico em oportunidades de aprendizagem.

Nesta cidade educadora, o comprometimento verdadeiro é ser um laboratório urbano de aprendizagens. Por isso, aspiramos que cada intervenção urbana, cada equipamento, cada programa e serviço municipal se tornem ferramentas educativas que ensinem sobre a história, a cultura, os valores e a importância de cuidar da vida e cuidar do território.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: https://www.edcities.org/pt/wp-content/uploads/sites/46/2024/06/PT_Carta.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. **Declaração do Dia Internacional da Cidade Educadora 2024**. Disponível em: <https://www.edcities.org/dia-internacional-pt-2024/declaracao-do-dia-internacional-da-cidade-educadora/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BACILA, Maria Silvia. **Pedagogia da Cidade Educadora**. Curitiba: Compass, 2024.
- CURITIBA (Município). Prefeitura Municipal. **Relatório de Gestão 2023**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://imap.curitiba.pr.gov.br/arquivos/PMC%20-%20Relatório%20de%20Gestão%202023.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec: Educação, Cultura e Ação Comunitária**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 133-139, jan./jun. 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MORIGI, Valter. **Cidades Educadoras: Possibilidades de Novas Políticas Públicas para Reinventar a Democracia**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. da. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 5-10, jan./abr. 2020.

Capítulo 16

DA EDUCAÇÃO À AÇÃO: COMO O PROGRAMA LINHAS DO CONHECIMENTO IMPULSIONA A SUSTENTABILIDADE

Isis Moratto Romão Ferens
Joelma dos Santos Custodio
Juliana Tobler Pierri
Patricia Contador

INTRODUÇÃO

O município de Curitiba historicamente constituiu um olhar para o desenvolvimento da cidade de maneira planejada, sustentável e cidadã, com políticas que visam o planejamento urbano, o cuidado do meio ambiente e o acesso à cultura e história local desde meados do século XX.

Nesta perspectiva, o Programa Linhas do Conhecimento (PLC) nasce em meados da década de 1990, com uma proposta de democratização do acesso das crianças curitubanas às raízes históricas e culturais da cidade de Curitiba. À época estas ações aconteciam por meio do envolvimento em atividades relacionadas a sete eixos: artes visuais, literatura, música, teatro, patrimônio, fotografia, jogos e brincadeiras. As crianças eram levadas em transportes organizados pela prefeitura para conhecer a cidade, sua história, sua identidade e, por meio de visitas, aprendiam as primeiras noções de educação musical, teatro, literatura e fotografia. (Curitiba, 2018).

Em 2017, o PLC é retomado como um programa da Secretaria Municipal da Educação (SME) de Curitiba, intrinsecamente ligado ao Currículo

do Ensino Fundamental e o Currículo da Educação Infantil: Diálogos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e vinculado aos princípios da Carta das Cidades Educadoras, a Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) com o desafio de articular o currículo a cidade, tornando-o vivo, experienciável e conhecido pelas crianças, estudantes e docentes.

Partindo do pressuposto de que a cidade possibilita o desenvolvimento por meio de práticas de exploração e promove o fortalecimento da sustentabilidade e da consciência urbana, o programa embasa-se em três pilares fundamentais: conhecer, amar e cuidar. Entendendo que a partir do momento que a criança e/ou o estudante conhece o espaço urbano, ele passa a amá-lo e, por consequência, desenvolve-se o zelo por meio do pertencimento.

Nesse contexto, há de se pensar que os espaços urbanos são territórios férteis para as aprendizagens, aliados à inovação e a tecnologia potencializando conexões sociais que ajudam na construção da identidade dos curitibanos à medida que se repensam os processos e modos de ensinar e aprender com e na cidade.

De acordo com a Profa. Dra. Maria Sílvia Bacila em seu livro *Pedagogia da cidade educadora*, pensar a cidade como um laboratório de aprendizagens

[...] representa uma abordagem inovadora que se fundamenta em princípios essenciais da pedagogia, com destaque para a importância da relação dialógica, preconizada por Paulo Freire, a exploração do espaço urbano, proposta por Célestin Freinet, e a imersão em experiências significativas, defendidas por John Dewey (Bacila, 2024, p. 16).

A articulação desses princípios pedagógicos com as propostas do PLC amplia as perspectivas dos trabalhos realizados pelos professores em sala de aula, extrapolando os muros da escola e possibilitando experiências vivenciadas por crianças e estudantes. Este olhar que tem a cidade como um espaço democrático de aprendizagem possibilita interações com o outro e com o mundo ao seu redor. Conforme a pedagogia de experiência de Dewey, traz-se a realidade de situações do cotidiano como um pano de fundo para aprendizagens valiosas, autênticas e significativas.

Estas vivências são viabilizadas por meio de práticas de exploração pela cidade de Curitiba e região metropolitana, que possibilitam aos estudantes o contato com os mais diversos locais urbanos. São divididas em aulas de campo local, que acontecem no entorno das unidades escolares a pé, e aulas de campo rota e ampliações culturais que demandam transporte custeado pela Secretaria Municipal da Educação. Para a Educação Infantil, as ações são adequadas à faixa etária e ao currículo, ganhando uma roupagem lúdica e de escuta da criança.

Em 2024 o programa contou com 220 rotas diferentes ofertadas às crianças e estudantes da rede, compondo um universo de possibilidades entre espaços públicos e privados, que contemplam parques, praças, locais históricos, espaços sagrados, museus, teatros, memoriais, ruas, estádios, dentre outros.

As ações de campo são pensadas e organizadas de forma que contribuam com o entendimento de que a cidade é um território pulsante de conhecimento com dispositivos sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e esportivos que devem ser vinculados aos trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas unidades educacionais, de modo a contribuir para um processo de ensino-aprendizagem contextualizado e significativo.

As aulas de campo rota (Ensino Fundamental) ou propostas lúdicas (Educação Infantil), pautadas na pedagogia de Freinet da exploração do espaço urbano (Curitiba, 2023) são ações sistematizadas que possibilitam a expansão do espaço de aprendizagem para além dos muros da unidade educacional, promovendo a ampliação territorial, social e cultural de crianças, estudantes e profissionais da educação. Neste sentido, esses atores passam também a prospectar outros espaços, outras ações e idealizar novas possibilidades, como cidadãos que opinam e que compreendem a cidade como um ambiente dinâmico de aprendizagem, transformando-a e atribuindo-lhe significados à medida que ocupam esses espaços e são a eles pertencentes.

A leitura crítica do espaço urbano é um componente essencial. Freire enfatiza a importância de desenvolver uma compreensão crítica do

espaço urbano, que encoraje os estudantes a questionar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a vida na cidade (Bacila, 2024, p. 33).

As aulas de campo locais são realizadas a pé, no entorno das escolas e regionais, explorando os bairros, com mediação pedagógica de professores da equipe descentralizada do programa. Essas atividades aproximam crianças e estudantes de seu território de vivência diária, envolvendo os caminhos até a casa, o mercado que costumam frequentar com a família, os espaços públicos e outros locais da comunidade.

As propostas de ampliação cultural promovem o respeito à diversidade e às diferentes manifestações artísticas presentes em nosso cotidiano, elas ocorrem de formas variadas: exposições artísticas, teatros em seus diversos gêneros: musicais, óperas, cantatas, oficinas, circo, dentre outros.

As ações desenvolvidas pelo programa são pautadas num viés pedagógico sólido, embasado no Currículo de Curitiba e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas iniciativas têm como foco a apropriação do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e valores essenciais, preparando os estudantes para a tomada de decisões, a resolução de demandas cotidianas e o exercício da cidadania.

No âmbito da Educação Infantil, as ações estão alinhadas aos campos de experiência e reconhecem os direitos de aprendizagem como fundamentais no cotidiano das crianças da RME de Curitiba. Essa abordagem ressalta a singularidade das experiências infantis na cidade, promovendo uma conexão profunda entre o currículo e o ambiente urbano. Ao considerar os espaços da cidade como recursos pedagógicos, a RME busca proporcionar vivências que ampliem o repertório cultural e social das crianças, favorecendo o desenvolvimento integral. São desenvolvidos pelo programa, Guias Pedagógicos que representam um recurso valioso para os educadores, oferecendo dados históricos, imagens e maiores detalhes sobre o ambiente/espaço em questão, com sugestões de propostas voltadas às crianças e estudantes de diferentes

faixas etárias, sempre relacionados ao Currículo da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Estes guias são disponibilizados na página do programa.

Além desses recursos materiais, são ofertadas ações formativas para os professores da Rede Municipal de Ensino, com ênfase nos espaços da cidade, suas potencialidades pedagógicas e a conexão do planejamento com o território. Denominadas Rotas Formativas, essas ações ocorrem em dois momentos: o primeiro consiste em reflexão e troca sobre as articulações dos espaços da cidade com o currículo; o segundo é uma aula de campo, que possibilita a apropriação das diferentes oportunidades de aprendizagem que o espaço oferece.

1. CIDADANIA, SUSTENTABILIDADE, EMPREENDEDORISMO E DIPLOMACIA

Além das práticas de exploração do território urbano, o programa conta com projetos que abordam temáticas importantes para o desenvolvimento de cidadãos críticos, inovadores e criativos, pautados nos princípios da sustentabilidade, empreendedorismo, formação cidadã, cidade educadora e diplomacia. Cada projeto possui seus objetivos, uma organização específica e um público-alvo, todos fundamentados no Currículo da Rede Municipal de Educação de Curitiba.

1.1. Projeto Linhas da Sustentabilidade

Em 2021, o Programa Linhas do Conhecimento deu início ao Projeto Linhas da Sustentabilidade: horta, pomar, compostagem e abelhas nativas, em parceria com a Unidade de Agricultura Urbana (UAU) da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN).

Integrando o trabalho pedagógico ao suporte técnico para a implementação e manutenção dessas práticas nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, o projeto tem como objetivo que crianças e estudantes compreendam as relações de interdependência entre o ser humano e a natureza, aprendendo a respeitar o planeta em que vivem.

É fundamental superar a ideia de que o aprendizado sobre como cuidar do planeta se limita à literatura, é necessário, na verdade, construir novos valores e conhecimentos relacionados à sustentabilidade, para que, por meio de uma educação socioambiental cidadã, os indivíduos possam se sentir pertencentes e agentes de transformação em seu contexto local, com impacto que se estenda ao nível global.

O desafio é reencantar as crianças, adolescentes, jovens e adultos para que percebam seu pertencimento ao planeta. Não se aprende a amar a Terra apenas lendo livros ou ouvindo palavras que destacam sua beleza e importância; a experiência própria é fundamental. É preciso um profundo trabalho pedagógico a partir da vida cotidiana, da subjetividade, da “leitura do mundo” de cada contexto, nas suas diferentes dimensões (política, cultural, econômica, social, ambiental), da relação entre o mais próximo e o mais distante, entre as temáticas que são comuns e gerais ao planeta (Gadotti, 2010, p. 8).

As propostas pedagógicas envolvendo horta, pomar, compostagem e abelhas nativas incentivam reflexões que ultrapassam o simples cultivo de alimentos, abordando temas como a importância da polinização e seus impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Elas também exploram a conexão entre consumo consciente e sustentável, a gestão adequada dos resíduos sólidos, o uso de fertilizantes, produtos químicos e agrotóxicos na agricultura, e suas consequências para a saúde e o meio ambiente.

Além disso, discutem a segurança alimentar e nutricional como parte do bem-estar, a compreensão do ciclo alimentar, a promoção da intergeracionalidade, com o objetivo de enriquecer o aprendizado e fortalecer o respeito mútuo entre pessoas de diferentes faixas etárias. Ampliar as reflexões acerca do ato de comer, considerando o aproveitamento dos alimentos consumidos, o prazer que a alimentação pode proporcionar, a partilha de refeições, o ambiente onde esse alimento é servido, o tempo e a

atenção dedicados a esse momento, especialmente em unidades educacionais com Educação Integral em Tempo Ampliado, onde as crianças e estudantes realizam as refeições na unidade educacional.

Ao participar do projeto, os profissionais das unidades educacionais envolvem-se em formações pedagógicas essenciais para aprimorar sua capacidade de transmitir conhecimentos, comunicar, sensibilizar, mobilizar e formar crianças e estudantes, fazendo-os sentir-se parte do planeta e compreendendo a importância de cultivar uma relação respeitosa com o planeta Terra.

Associadas às formações pedagógicas, o projeto também contempla formações técnicas relacionadas à implementação dos diferentes tipos de atendimento, abordando temáticas como técnicas de plantio em hortas e pomares, montagem e manutenção de composteiras e vermicomposteiras, e manejo de abelhas nativas. Todas essas formações são realizadas com profissionais da Unidade de Agricultura Urbana. Essas práticas promovem uma maior conexão entre o currículo e o cotidiano, oferecendo uma abordagem contextualizada, prática e significativa para a aprendizagem.

1.2. Projeto Fala Curitibinha/Fala Curitibano

O Projeto Fala Curitibinha/Fala Curitibano é desenvolvido pelo Programa Linhas do Conhecimento em parceria com o Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP).

Foi lançado em 2019 e desde então vem ampliando o seu alcance, pois iniciou atendendo uma turma por Núcleo Regional da Educação, totalizando dez turmas de 4.º e 5.º ano. Atualmente, abrange crianças da Educação Infantil e estudantes do 1.º ao 8.º ano do Ensino Fundamental, além de atender à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à Educação Especial.

A cada edição, o projeto apresenta novas temáticas que podem ser exploradas no decorrer do ano pelas unidades educacionais, entre elas, estão: sustentabilidade, inovação, inclusão, cultura de paz, meio ambiente, o eu o

outro e o nós, cidade educadora, ODS 03, 04, 06 e 12, entre outras temáticas que sejam pertinentes ao espaço ou ao entorno.

Ao iniciar o projeto, os professores participam de uma ação formativa que aborda as temáticas e as etapas de desenvolvimento das propostas, além de detalhar como ocorrem os assessoramentos realizados pela equipe PLC ao longo do ano aos professores das unidades educacionais. A formação também destaca os objetivos do projeto, fundamentados em princípios como protagonismo, participação, democracia, criatividade, diálogo e o fortalecimento do sentimento de pertencimento das crianças e estudantes aos contextos em que estão inseridos.

O projeto é inspirado no Programa Fala Curitiba, um modelo de consulta pública que incentiva a participação cidadã e promove o engajamento da sociedade civil na escolha das propostas de leis orçamentárias do município. Seu objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade em diversos setores da cidade, sempre com foco no bem coletivo. De acordo com Morin,

Indivíduo e Sociedade existem mutuamente. A democracia favorece a relação rica e complexa indivíduo/sociedade, em que os indivíduos e a sociedade podem ajudar-se, desenvolver-se, regular-se e controlar-se mutuamente (Morin, 2011, p. 107).

Com esse mesmo espírito de transformação, as crianças e estudantes, ao participarem do projeto, são convidados a olhar para sua unidade educacional de maneira crítica, criativa e inovadora. A primeira etapa do processo envolve a observação desse espaço e seu entorno, com o objetivo de identificar questões que podem ser aprimoradas por meio de mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos que fazem parte desse contexto.

Após a observação e coleta de todas as informações levantadas, os professores propõem uma análise das questões levantadas em um momento de diálogo e reflexão com crianças e estudantes, com o objetivo de filtrar quais são os itens plausíveis de serem atingidos no projeto e quais serão enviados à

equipe gestora para estudo e possíveis intervenções. Momento importante de reflexão, diálogo e escuta ativa, conforme destaca Morin:

A democracia, evidentemente, necessita do consenso da maioria dos cidadãos e do respeito às regras democráticas. Necessita de que a maioria dos cidadãos acredite na democracia. Mas, do mesmo modo que o consenso, a democracia necessita de diversidade e antagonismos (Morin, 2011, p. 107-108).

Entre todas as questões levantadas, três serão escolhidas e submetidas à votação pelas demais turmas da unidade educacional. A partir da opção mais votada, será elaborado um plano de ação, com a definição das estratégias necessárias para alcançar o objetivo estabelecido.

Em seguida, todos precisam se mobilizar como protagonistas desse processo de implementação do plano de ação, colocando em prática todas as estratégias definidas coletivamente, dialogando durante o percurso e avaliando quais os pontos positivos e negativos das ações, alimentá-lo caso necessário para garantir o sucesso da proposta.

Ao final do Fala Curitibinha/Fala Curitibano, todas as unidades educacionais podem apresentar suas conclusões e percepções sobre o projeto desenvolvido, em um espaço público de diálogo, junto com as autoridades e os(as) gestores(as) da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), da SME e do IMAP.

Ao longo de suas cinco edições, o projeto contou com a participação de 173 unidades educacionais, 232 turmas e beneficiou cerca de 5.760 crianças e estudantes.

Dentre as inúmeras propostas desenvolvidas no projeto, compartilhamos o relato de experiência do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Santo Antônio, pertencente à Regional Cajuru durante o ano de 2023, que surgiu a partir de uma inquietação das crianças e recebeu o título: “Descansar ou dormir?”.

Para iniciar o projeto, as crianças foram convidadas a observar os espaços e tempo da unidade educacional, para em seguida compartilhar em um momento de diálogo quais foram as suas percepções e as questões levantadas que poderiam ser adequadas e melhoradas na visão delas.

A questão que mais chamou a atenção da turma como um todo foi sobre o momento de descanso, um horário em que as profissionais tinham por hábito organizar a sala com colchonetes para que todas as crianças se deitassem, o que fazia parte do cotidiano dessa Unidade de Educação Infantil.

Algumas crianças afirmaram que não gostam de descansar após o almoço, e durante os momentos de diálogo revelaram seu descontentamento, como Eduardo, que afirmou: “Dormir é perda de tempo, porque brincar é mais legal”, e Thomas, que comentou: “Demora muito tempo para passar o sono”. Ana Vitória complementou: “Eu não vejo a hora de todo mundo acordar para poder brincar”. Por outro lado, Manuela apresentou uma visão positiva, dizendo: “Gosto de dormir, porque à tarde tenho bastante energia para brincar”. A partir dessas reflexões, surgiu a questão central: “Descansar ou dormir?”

Com o objetivo de assegurar o direito das crianças a uma escuta ativa, promover um ambiente acolhedor e garantir o respeito à sua participação cidadã, foi realizada a votação, etapa integrante do projeto Fala Curitibinha/ Fala Curitibano. No dia escolhido para a votação, as crianças puderam vivenciar um processo eleitoral com muitos detalhes pensados para que esse momento se aproximasse ao máximo da experiência vivida pelos adultos em um momento de votação; eles ganharam um título de eleitor, tiveram suas impressões digitais coletadas e receberam uma cédula para escolher uma das opções, representando sua vontade por meio de um desenho, depositando-o na urna escolhida.

Após a apuração dos votos, foi possível observar que parte da turma gosta do momento do descanso e a outra prefere realizar alguma outra proposta diferente. A partir da análise do resultado, as professoras retomaram a discussão em grupo com intuito de definir novas estratégias para esse momento, visto que as ações a serem desenvolvidas devem acontecer simultaneamente no mesmo ambiente, sem que um prejudique o outro.

Definidas as estratégias, foi elaborado o plano de ação do projeto, que estabelece a permanência do tempo de descanso, contudo novas propostas foram sugeridas pelas crianças e inseridas nesse momento, como: desenho

com diversos riscantes, tablets com jogos de raciocínio lógico, livros, gibis, massinha de modelar, produções manuais, entre outras.

A partir desse momento, as crianças da turma passaram a ter a oportunidade de escolher diariamente se preferem descansar ou desfrutar de uma das opções disponíveis.

As crianças e professoras da turma apresentaram o trabalho desenvolvido no seminário do projeto e tiveram a oportunidade de conhecer e apreciar as iniciativas realizadas pelas outras unidades educacionais.

1.3. Projeto Educação para o Empreendedorismo Sustentável Jovens Empreendedores Primeiros Passos

O Projeto Educação para o Empreendedorismo Sustentável Jovens Empreendedores Primeiros Passos, também desenvolvido pelo Programa Linhas do Conhecimento, conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), é desenvolvido nas unidades educacionais com oferta de educação integral em tempo ampliado com o intuito de promover a educação empreendedora, incentivando os estudantes, por meio da observação do contexto em que vivem e do ambiente ao seu redor, a identificar oportunidades de inovação.

A Educação Integral em Tempo Ampliado busca propiciar a construção e descoberta de novos repertórios favorecendo e entendendo as diferentes relações e interações sociais que esse estudante traz consigo e assim, de maneira articulada, desenvolver o que chamamos de aspectos multidimensionais, ou seja, o afetivo, cognitivo, intelectual, estético e ético, potencializando os processos de aprendizagem dos estudantes e de toda a comunidade (Curitiba, 2022, p. 51).

O projeto é implementado na prática de Educação Ambiental, possibilitando uma abordagem interdisciplinar e abordando temas essenciais, como sustentabilidade, justiça socioambiental, cidadania e economia criativa. Essas

questões são fundamentais para preparar os estudantes para os desafios tanto locais quanto globais, assegurando que adquiram uma visão ampla e integrada do mundo.

Nesse sentido, a Educação Ambiental no Ensino Fundamental tem caráter integrador, constante e ininterrupto, contempla, enquanto dimensão da educação, uma complexidade de saberes, conhecimentos e fazeres inter-relacionados, que possibilitam o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva interdisciplinar e transversal (Brasil, 2012b).

A Educação Empreendedora oferece uma abordagem inovadora e desempenha um papel essencial no enriquecimento educacional desde a infância. Seu foco vai além do desenvolvimento de habilidades empresariais, abrangendo a formação de cidadãos capazes de mediar conflitos, compreender suas próprias necessidades e as dos outros, identificar desafios e buscar soluções que favoreçam uma vida mais plena e saudável.

Nesse processo, os estudantes terão a chance de exercitar e desenvolver competências cognitivas e socioemocionais, como iniciativa, criatividade, autonomia, autoconfiança, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, persistência, trabalho em equipe, curiosidade para buscar novos conhecimentos e a habilidade de estabelecer metas.

É de fundamental importância que no decorrer do projeto, os estudantes aprimorem e apropriem-se das dez competências empreendedoras, que são elas: busca de oportunidades e iniciativas, persistência, correr riscos calculados, exigência de qualidade e eficiência, comprometimento, busca de informação, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemáticos, persuasão e rede de contatos, e independência e autoconfiança.

Na unidade educacional, estudantes de 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental desenvolvem o projeto durante o ano letivo, tendo como material norteador e de apoio os livros com cinco temáticas que poderão ser escolhidas de acordo com o interesse e perfil de cada turma, sendo elas: descobertas empreendedoras no jardim sensorial, descobrindo alimentos e temperos naturais, brinquedos ecológicos, produções culturais criativas e sabores e cores regionais.

Inicialmente é realizada uma formação para que os professores conheçam o projeto, se apropriem do cronograma, tenham contato com boas práticas dos anos anteriores, e decidam se tem interesse em aplicá-lo na unidade. Durante o desenvolvimento do projeto, os estudantes realizam atividades como pesquisar e decidir os melhores produtos para serem produzidos, considerando a realidade e região onde a unidade educacional está localizada, decidir o nome da loja, confeccionar a logomarca, planejar os gastos para a produção, definir valores para a venda, bem como realizar a produção e empacotamento dos produtos.

Durante todo o desenvolvimento do planejamento e das etapas, os estudantes devem ser os protagonistas na execução e desempenhar papéis centrais, desenvolvendo a autonomia e oportunizando espaço para que eles possam aprender cada vez mais, pois como prevê o Referencial da Educação Integral em Tempo Ampliado:

O objetivo da Educação Integral em Tempo Ampliado na RME é aprofundar e oportunizar saberes, fazeres, valores, atitudes, que considerem interesses, possibilidades, necessidades e o protagonismo do estudante e seu desenvolvimento global (Curitiba, 2022, p. 45).

O encerramento se dará em três importantes momentos do projeto, sendo eles: a Feira Empreendedora na unidade educacional, a Feira da Educação Empreendedora, e, por fim, a decisão em comum acordo com todos os estudantes participantes do projeto na destinação dos lucros obtidos durante as vendas, sendo revertido para ações pedagógicas que atendam às demandas do projeto ou da unidade educacional.

A Feira Empreendedora nas unidades educacionais é um evento que pode ser aberto à comunidade, sendo o momento em que os estudantes vivenciam na prática todos os conhecimentos trabalhados durante o ano, relacionado ao empreendedorismo e as competências empreendedoras, pois neste momento farão as vendas do que foi produzido, tendo contato com os

clientes visitantes, fazendo propagandas, abordando os clientes, realizando os atendimentos, e recebendo o pagamento de cada item comprado.

Com a intenção de promover um espaço de troca entre as unidades educacionais participantes para enriquecer o trabalho desenvolvido, é promovida a Feira da Educação Empreendedora como encerramento do projeto do corrente ano letivo. Todas as unidades educacionais são convidadas a exporem os produtos produzidos pelos estudantes, e 20 turmas participam apresentando todo o processo de desenvolvimento até chegar nos produtos finais, além de participar de uma oficina empreendedora relacionada às temáticas aplicadas no projeto.

Para finalizar o projeto, os estudantes fazem a contabilidade das vendas, gastos durante os processos e definição dos lucros obtidos e de qual forma será utilizado esse valor. É importante lembrar que as decisões devem ser tomadas em comum acordo com todos os estudantes envolvidos no projeto, conscientizando, e orientando-os a buscar ideias voltadas para ações pedagógicas que atendam às demandas do projeto ou da unidade educacional.

1.4. Projeto Embaixadores do Futuro na Cidade Educadora

Frente aos desafios globais atuais e as novas tecnologias que têm transformado a comunicação, a aprendizagem e as dinâmicas sociais, é essencial desenvolver propostas educacionais voltadas às relações diplomáticas para formar cidadãos capazes de atuar no mundo globalizado e interconectado. A diplomacia, no contexto educacional, não se limita às relações internacionais, mas abrange habilidades de diálogo, resolução de conflitos, cooperação e respeito à diversidade cultural e ideológica, promovendo valores fundamentais como empatia, tolerância e pensamento crítico, que são cruciais para a convivência em sociedades cada vez mais plurais.

Pensando em todos esses desafios o PLC lançou em 2017 o projeto Embaixadores do Futuro na Cidade Educadora em parceria com o Programa de Diplomacia Cultural da Assessoria de Relações Internacionais (ARIN),

tendo como premissa o desenvolvimento de ações sobre o conceito de diplomacia e seus desdobramentos.

A proposta foi desenvolvida para atender aproximadamente 30 estudantes do 6.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba.

A participação dos estudantes ocorre por meio da escrita de uma carta de intenção, na qual cada educando apresenta suas perspectivas e projeções para os dois anos do projeto, explicando como a participação no projeto pode contribuir para seus estudos e quais seriam os impactos positivos no seu contexto educacional. As cartas são avaliadas por uma equipe pedagógica do Núcleo Regional da Educação ao qual a unidade educacional faz parte.

O projeto está na 4.ª edição e propõe aos estudantes uma ampla gama de experiências nos diferentes espaços da cidade, propondo reflexões acerca da vida em sociedade, nos diversos aspectos, como econômico, cultural, político, ambiental ressaltando as questões sociais sobretudo a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação como elemento essencial nas dinâmicas das relações sociais contemporâneas.

A escola tem a oportunidade de proporcionar ao estudante a reflexão sobre a vida em sociedade nos seus diversos aspectos, entre eles, refletir sobre a diversidade tecnológica existente em sua vida, em seu entorno, na sua cidade. É de suma importância considerar esse estudante como protagonista de ações inovadoras na vida pessoal e na sociedade em que vive (Curitiba, 2020, p. 53).

Ao longo do projeto, os estudantes têm a oportunidade de participar de aulas de campo e propostas culturais em museus, praças, espaços oficiais e históricos, além de visitar consulados e vice-consulados. Esses momentos contam com a mediação de profissionais da educação, especialistas e autoridades que abordam temáticas, como: diversidade cultural, sustentabilidade, cultura de paz e direitos humanos, a diplomacia, e a importância do diálogo na promoção de

relações harmoniosas nos diversos âmbitos sociais. Também discutem o papel de embaixadores, cônsules e vice-cônsules, bem como suas atribuições.

O projeto oportuniza ações para que os estudantes despertem o sentimento de pertencimento em relação aos espaços que estão inseridos, fortalecendo a conexão com seu entorno e incentivando uma visão mais ampla sobre seu papel na sociedade. Por meio de diferentes vivências e propostas, os estudantes são levados a refletir sobre a importância do diálogo aberto e respeitoso em todos os momentos, principalmente durante a resolução de conflito, reconhecendo que a diplomacia deve permear todas as interações sociais.

2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE TRABALHAR COM A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO

Curitiba se afirma como um território educador, resultado de uma trajetória moldada ao longo de sua história por seu povo, agentes sociais e educacionais. Essa característica transforma a cidade em uma rede dinâmica de territórios educadores. Ela inspira a exploração e o estudo de seu ambiente, valoriza o intercâmbio de saberes, fomenta o diálogo e evolui constantemente como uma cidade comprometida com o aprendizado e a transformação. Todo esse contexto favorece diferentes oportunidades de aprender e ensinar na cidade, onde os indivíduos se reconhecem na cultura local.

O Programa Linhas do Conhecimento conta com uma estrutura que vem ampliando suas ações e possibilitando a ressignificação de estratégias e reflexões sobre os desafios educacionais que vão surgindo. Busca-se o fortalecimento da intersetorialidade, junto às secretarias da prefeitura e sociedade, com parcerias, momentos de trocas, reflexões e ações formativas.

Trabalhar com as potências e desafios de uma cidade exige uma abordagem que valorize a autonomia das crianças e promova sua formação como cidadãos críticos e conscientes de sua atuação na sociedade. Essa perspectiva se alinha a uma gestão democrática da educação, que considera as vozes das crianças, seu protagonismo e sua

capacidade argumentativa como aspectos centrais para a construção de uma comunidade mais justa e participativa.

Nesse contexto, o programa Linhas do Conhecimento por meio de seus projetos apresenta-se como uma referência para educadores e gestores interessados em promover o sentimento de pertença à cidade e fortalecer o entendimento de direitos e deveres tanto das crianças quanto dos cidadãos. Baseado nos três pilares: conhecer, amar e cuidar da cidade, o programa incentiva a vivência de experiências que aproximam as crianças das dinâmicas urbanas e de seus desafios. Ao compreenderem parte do funcionamento da estrutura da cidade, elas não apenas ampliam sua percepção sobre os espaços em que vivem, mas também desenvolvem a responsabilidade por sua preservação e melhoria no tocante aos seus espaços de convivência social e familiar.

Essas experiências contribuem para a formação de um cidadão que, desde a infância, se percebe como agente transformador, capaz de argumentar, questionar e propor soluções para os desafios que enfrenta. De acordo com a BNCC, essas metodologias

[...] asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (Brasil, 2018).

Essa formação crítica está intrinsecamente ligada à criação de um ambiente educativo que integra os diversos espaços da cidade, desde o sistema de transporte até os equipamentos públicos e comunitários, estimulando nas crianças o desejo de contribuir para uma sociedade mais acolhedora e participativa, inclusive reverberando nas questões da comunidade onde vivem.

Portanto, ao trabalhar a cidade como espaço educativo, é essencial que educadores promovam a reflexão sobre cidadania, incentivem a autonomia das crianças e estabeleçam práticas pedagógicas que reforcem a relação entre conhecer, amar e cuidar. Além disso, devem enxergar a cidade como um currículo vivo,

uma grande sala de aula que amplia as experiências, descobertas e aprendizagens significativas, tanto para as crianças quanto para os estudantes.

Essa abordagem não apenas fortalece o papel das crianças como cidadãos, mas também contribui para a construção de cidades mais democráticas e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Linhas do Conhecimento transforma os espaços da cidade em territórios de aprendizagem, integrando ações culturais, fortalecendo relações e despertando o olhar para a descoberta e apropriação desses espaços. Estudantes, crianças e profissionais, ao conhecerem e se interessarem, ao experienciarem, envolvem-se, desenvolvem vínculos e, ao sentirem pertencimento, cuidam e se comprometem com a continuidade, a preservação e a transformação desta urbe.

A ideia de considerar a cidade como território de aprendizagens propõe enxergar o espaço urbano como uma extensão da sala de aula e um campo rico para o desenvolvimento humano. Essa perspectiva se baseia em explorar os múltiplos aspectos de uma cidade – culturais, históricos, sociais e ambientais – como recursos educativos. A cidade, nesse sentido, deixa de ser apenas um local de passagem e se torna um espaço vivo e dinâmico de aprendizagem. Explorando os espaços com intencionalidade pedagógica buscamos uma aprendizagem significativa e envolvente, que desperte a curiosidade, criatividade e pertencimento a cidade de Curitiba, com sua historicidade, suas manifestações culturais, a valorização da diversidade, cuidados com meio ambiente, articulado ao currículo da Rede Municipal de Educação.

Ao aprender na cidade, com a cidade e pela cidade, estabelece-se o diálogo com a comunidade educativa, e o trabalho pedagógico ultrapassa a sala de aula. Segundo Moll (2019, p. 36), a partir das relações que se dão entre os processos educativos e a cidade, “desenvolvem-se outros modos de viver e perceber os tempos e os

espaços nos quais a vida acontece no sentido [...] de garantir o direito de inscrever-se no espaço concreto onde se vive (Curitiba, 2020).

De acordo com a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), todas as cidades possuem um potencial educativo em sua essência. No entanto, elas se tornam verdadeiramente educadoras quando adotam, de forma intencional, o compromisso de direcionar suas ações e propostas para transformar atitudes, promover novas formas de convivência e gerar valores, conhecimentos e habilidades que contribuam para o desenvolvimento integral de seus habitantes.

O Programa Linhas do Conhecimento articula-se para atender e compreender a importância dos princípios da Carta das Cidades Educadoras em diversas ações e propostas. Alguns princípios da carta podem ser identificados nas ações do programa, como: educação inclusiva ao longo da vida, política educativa ampla, acesso à cultura, conhecimento do território, identidade da cidade, espaço público habitável, educação para uma cidadania democrática e global. Esses princípios são incorporados por meio de ações como o acesso aos mais distintos locais da cidade, por meio de aulas de campo e roteiros, propostas lúdicas, ampliação cultural, videoaulas, propostas virtuais e projetos pedagógicos.

No Projeto Fala Curitibinha, inspirado no modelo do Fala Curitiba, a criança atua como ator social, tendo voz e garantindo seu protagonismo por meio de ações que valorizam sua participação no exercício da cidadania. Nesse contexto, aplica-se o princípio da governança e da participação cidadã.

Seguindo princípios e documentos norteadores da RME de Curitiba, o programa se estrutura e segue num contínuo processo de discussão e ampliação de possibilidades de rotas e ações significativas para crianças, estudantes e seus professores, sempre revisitando o currículo e ressignificando possibilidades de aprendizagens que a cidade oferece.

O Programa Linhas do Conhecimento oferece aprendizagens significativas, experiências únicas e descobertas, promove a participação em

ampliações culturais que, muitas vezes, são grandiosas e despertam sensações de magia, sonhos e o desejo de transformação. Os estudantes se inspiram em personalidades e profissionais que conhecem, e vivenciam o encantamento desde a chuva até os óculos 3D. O programa também proporciona o acesso à inovação e à diversidade cultural, reconhecendo e valorizando as nossas raízes e a nossa história. Um programa que transforma aprendizagens, olhares e relações na cidade.

REFERÊNCIAS

- BACILA, Maria S. **Pedagogia da Cidade Educadora**. Curitiba: Compass, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRASIL. **Resolução n. 02, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC, 2012.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Programa Linhas do Conhecimento**. Curitiba: SME, 2018.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo do Ensino Fundamental: diálogos com a BNCC da Secretaria Municipal da Educação**. Curitiba: SME, 2020.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Ambiental da Secretaria Municipal da Educação**. Curitiba: SME, 2020.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Referencial da Educação Integral em Tempo Ampliado**. Curitiba, 2022.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Programa Linhas do Conhecimento**. Curitiba: SME, 2023.
- GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na Educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

POSFÁCIO

Adriana Miranda de Castro

A modernidade produziu diversos modos de organização e funcionamento da vida em que nos reconhecemos como sociedade, dentre eles a ocupação do espaço na forma de cidades (Foucault, 1989).

Seguindo os passos de Milton Santos, aprendemos que a organização do espaço é efeito de uma multiplicidade de variáveis que se (de)compõem ao longo do tempo, definindo-se em movimentos ativos e contínuos de transformação de si e de outras estruturas sociais com que interage (Santos, 2005). Dessa maneira, as cidades se fazem, desfazem e refazem no tempo e nas múltiplas camadas de sentido que suportam ou não.

Em *As cidades invisíveis* (Calvino, 1990), Marco Polo descreve a Kublai Khan cada lugar de um império sem fim, detalhando cada cidade e percurso a partir de sua memória e invenção, organizados em onze temas: memória, desejo, sinais, sutis, trocas, olhos, nomes, mortos, céu, contínuas e ocultas. Entre as cidades reais e as cidades utópicas, somos levados por cidades invisíveis (Silva, 2013), que falam da decadência e da esperança dos domínios de Khan, os quais nem ele mesmo consegue conhecer por completo.

Considerando os processos de crescimento acelerado e cheios de contradições que constroem as cidades no Brasil, a persistência de enormes desigualdades e de muitas esperanças que atravessam esses espaços e seu cotidiano, bem como os desafios urgentes relacionados aos impactos das mudanças climáticas, e inspirados por Calvino (1990), propusemos o presente livro. Queremos afirmar a existência de “cidades invisíveis”, entendidas como cidades potentes, inovadoras, viáveis e já em construção pelas mãos de múltiplos coletivos que pensam e efetivam estratégias de bem-viver, de transformação real para a melhoria da sociedade e do planeta.

Entretanto, a aposta ético-política numa cartografia que faça emergir potências e atitudes transformadoras não se pode fazer sem que reconheçamos as forças que constroem o bem-viver. Por isso nossa viagem iniciou-se pelo reconhecimento de que é urgente a defesa da democracia e, minimamente, o tensionamento de modelos socioeconômicos privatizantes da existência.

Reconhecer que o modo de produção capitalista, marcado pelo extrativismo extensivo, pela exploração de corpos e de recursos humanos e não humanos, e pela degradação das relações sociais e dos territórios, ameaça de morte a existência planetária (Olivera; Pereira, 2024) é central para ampliarmos a concepção de cuidado integral, ratificando que a promoção da saúde é incidir politicamente pelo direito à vida, à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho digno, à mobilidade, ao lazer... Trata-se de um compromisso ético com o fortalecimento de espaços, políticas e práxis colaborativas e, simultaneamente, afirmativas da diversidade.

Cidades são diversas, são múltiplas. Cada cidade é uma teia complexa de relações, dinâmicas, memórias, afetos e lugares que a constituem e constituem as subjetividades que aí vivem, desejam viver ou a querem abandonar. Por isso, nossa aposta na composição desse livro foi a heterogênesse, foi navegar por modos de pensar e transformar as cidades diversos.

Usando as lentes da cidadania, da saúde, da sustentabilidade, das tecnologias, do planejamento urbano e da educação, nossos autores afirmam a importância e reconhecem o desafio que são: intersetorialidade, mobilização social e governança participativa e em rede, o fazem para indicar pistas de como podemos sair da inércia e estabelecer compromissos para melhoria da qualidade de vida, para o bem-viver.

A cidade do futuro e o futuro das cidades é resultado de um agir coletivo, “existe como realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. [...] O fato acabado é pura ilusão” (Santos, 2005, p. 45).

Dessa forma, não desejávamos esgotar debates nem apostar em completudes, mas gerar movimentos, ampliar movimentos, abrindo possíveis para as nossas cidades.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVERA, Margarita; PEREIRA, Leticia. A economia feminista e a sustentabilidade: capitalismo patriarcal extrativista ou colocar a vida no centro? In: TEIXEIRA, Marilane O.; OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice M. (org.). **Economia feminista no Brasil**: contribuições para pensar uma nova sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2024. p. 42-65.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Ana Carina O. **Para uma cartografia imaginária**: desfragmentação de “As cidades invisíveis” de Italo Calvino. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Minho, Minho, Portugal, 2013.

ORGANIZADORAS

Adriana Miranda de Castro

Doutora em Saúde Coletiva. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher e da Especialização Multiprofissional em Promoção da Saúde no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – Fiocruz. Integra o GENSEX – Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde e o GT Clacso Saúde Internacional e Soberania Sanitária, participando do Grupo de Estudos Feminismos Decoloniais, Racismo e Saúde Coletiva. E-mail: drikamcastro@gmail.com

Rosilda Mendes

Doutora em Saúde Pública, professora sênior de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista, coordenadora e pesquisadora do CEPEDOC Cidades Saudáveis – Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS). E-mail: rosilda.mendes3@gmail.com

AUTORES

Ana Maria Girotti Sperandio

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado em Planejamento Urbano e Cidade Saudável pela Universidade Estadual de Campinas, professora plena e pesquisadora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FECFAU) em Planejamento Urbano e Cidade Saudável, pesquisadora associada do Centro de Estudos sobre Urbanização para Conhecimento e Inovação (CEUCI), pesquisadora associada do Centro Paulista de Estudos da Transição Energética CPTEn – Centro de Estudos da Transição Energética, pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR/Unicamp). E-mail: amgspera@gmail.com

André Luiz da Silva Lima

Historiador (UFRJ), doutor em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz), com experiência em projetos de extensão e pesquisa em favelas e comunidades urbanas, com foco na história das ações coletivas nestes territórios, na luta pelo direito a existir e do viver saudável. É membro do colegiado do Eixo de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz e do Grupo de Trabalho (GT) do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz. Diretor-executivo do Cebes. E-mail: andre.lima@fiocruz.br

Anna Gabriela Hoverter Callejas

Arquiteta urbanista (FAU-USP, 2009), mestre em Desenho Urbano (GSAPP, Columbia University, 2011) e atualmente é doutoranda na UIC-

Barcelona, onde investiga o tema “cidades saudáveis”. Com 15 anos de experiência, liderou e colaborou em uma ampla gama de ações voltadas para a promoção da qualidade de vida nas cidades. É cofundadora e diretora da Cidade Ativa e consultora internacional. E-mail: gabriela@cidadeativa.org

António Manoel Rochette Cordeiro

Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor titular do Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do Programa de Doutorado em Estudos Contemporâneos do CEIS 20 e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Coimbra. Fundador da REDE TISSE – Territórios Inteligentes Sustentáveis Social e Educacionalmente. Investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. E-mail: rochettecordeiro@fl.uc.pt

Carla Andreza Ribeiro Trisotto

Aualmente desempenha a função de articuladora na equipe técnica executiva de Cidades Educadoras da Secretaria Municipal da Educação, cursando MBA em Liderança e Gestão de Equipes pelo Instituto Municipal de Administração Pública, especialista em Educação Especial pelo Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão, Psicomotricista Relacional pelo Centro Internacional de Análise Relacional e Gestão Escolar pelo CIPPEX. Graduada em Pedagogia Pelo Centro Universitário Campos de Andrade. E-mail: ctrisotto@curitiba.pr.gov.br

Cinira Francisca Alves de Bastos

Mestre em Educação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduada em Pedagogia, com especializações em Alfabetização e Educação Especial. Atualmente, integra a equipe Técnica

executiva de Cidades Educadoras na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: cibastos@educacao.curitiba.pr.gov.br

Claudison Vieira de Albuquerque

Doutorando em Estudos Contemporâneos pelo CEIS 20, Universidade de Coimbra-Portugal. Mestre em Gestão e Tecnologia Ambiental pelo ITEP-PE e em Ciências da Educação pela Instituto Superior de Línguas e Administração – ISLA, de Vila Nova de Gaia-Portugal. Membro da REDE TISSE – Territórios Inteligentes Sustentáveis Social e Educacionalmente. Coordenador do Centro de Territórios Inteligentes – CIT, de Feira Nova. Membro da diretoria-executiva UNDIME-PE e secretário de Educação de Feira Nova – PE. E-mail: claudisonalbuquerque@gmail.com

Daniella Tschöke Santana

Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2021), na linha de pesquisa Aspectos Socioculturais do Esporte e Lazer. Mestre, bacharela e licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2016, 2017, 2014). Professora de Educação Física e integrante da equipe técnica executiva de Cidades Educadoras na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: dani.tschoke@gmail.com

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Professor adjunto de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordena o Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e do Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB) da UFRJ. Pesquisador de Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (Lappcom) vinculado à UFRJ e ao PPGCS/UFRRJ. Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (UERJ), com doutorado-sanduiche na Universidade de Paris 3, no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL). É assessor do gabinete da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades. E-mail: josuedsrj@gmail.com

Gabriela Franco Berger

Advogada, gestora pública municipal, membro da equipe técnica executiva de Cidades Educadoras, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: gabinha.fb@gmail.com

Gildo Pontes de Arruda

Prefeito do município de Sairé-PE (2021-2028), graduado em matemática pela FAINTIVISA (Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão) e em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Participante do VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas, organizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), Chile-2023. E-mail: pontesarrudagildo@outlook.com

Igor Bezerra Pontes

Graduado em Direito pela Asces-Unita. Intercambista pelo Programa Ganhe o Mundo do Governo de Pernambuco. Participante do VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas, organizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), Chile-2023. Assessor técnico do município de Sairé desde 2021. E-mail: igorpontes31@hotmail.com

Isis Moratto Romão Ferens

Atua como articuladora junto à equipe técnica executiva de Cidades Educadoras na Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Pedagoga

e especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão – IBEPX, especialista em Cidades Educadoras pela Uninter. Atualmente, cursa MBA em Administração Pública e Gestão em Cidades Inteligentes. Participou da elaboração do Referencial da Educação Integral em Tempo Ampliado e contribuiu para a redação do Currículo do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: crisgrippi@gmail.com

Isis Moratto Romão Ferens

Pedagoga pela UTFPR, especializada em deficiência intelectual e psicopedagogia pela Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala. Atualmente, integra a equipe de projetos do Programa Linhas do Conhecimento na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: isromao@sme.curitiba.pr.gov.br

Joni A. Amorim

Graduado, especialista, mestre e doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado na Europa, nas instalações da empresa CombiTech do Grupo SAAB no Gothia Science Park da Universidade de Skovde. Pós-doutorado no Brasil, nas instalações da UNICAMP. Gestor-executivo e pesquisador associado do Centro Paulista de Estudos da Transição Energética (CPTEn). E-mail: amorimdr@unicamp.br

Juliana Tobler Pierri

Formada em Pedagogia, com especialização em Educação especial e inclusiva, Alfabetização e Letramento. Iniciou sua trajetória profissional na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em 2005. Atualmente, faz parte da equipe do Programa Linhas do Conhecimento, atuando no desenvolvimento e execução de projetos voltados à cidadania, Educação

para o Empreendedorismo e Sustentabilidade, na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: joecustodio@sme.curitiba.pr.gov.br

Lira Luz Benites Lazaro

Doutora pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CST-INPE) e mestre e doutora em Integração Latino-Americana pela Universidade de São Paulo (USP-PROLAM). Ela foi pesquisadora visitante no School of Geography, Earth and Environmental Sciences, University of Birmingham, também foi pesquisador visitante no Durham Energy Institute e no Department of Anthropology, University of Durham no Reino Unido. Pesquisadora do Centro de Estudos de Transição Energética de São Paulo (CPTEn) e no Campus Sustentável, Unicamp. E-mail: lblira@unicamp.br

Luciana Suguinoshita

Arquiteta e urbanista, especializada em Gestão e Desenho da Mobilidade Urbana Sustentável. Atualmente, chefe de serviço de Fiscalização de Intervenções (SFI), Diretoria de Segurança Viária do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP). Na Secretaria de Trânsito e Mobilidade Urbana do Município de Registro/SP, trabalhou em parceria com instituições governamentais e não governamentais na implementação de projetos de Urbanismo Tático voltados para a promoção da Mobilidade Ativa e Segurança Viária. E-mail: lucianasuginoshita@gmail.com

Luiz Carlos Pereira Silva

Graduação em Engenharia Elétrica, doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor titular, coordenador do Centro Paulista de Estudos da Transição Energética

(CPTEn) e coordenador do Projeto Campus Sustentável (CS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Recebeu o Prêmio Personalidade da Tecnologia 2021 na categoria “Energia Sustentável” do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP; o Diploma de Mérito Socioambiental da Prefeitura Municipal de Campinas em 2023. E-mail: lui@unicamp.br

Marcello Fuchs Campos Gouveia

Engenheiro civil, graduado pela Universidade de Pernambuco (UPE), empresário e político. Foi prefeito de Paudalho, na Mata Norte de Pernambuco, por dois mandatos (2017-2020 e 2021-2024). Entre março de 2023 e fevereiro de 2024, exerceu o cargo de vice-presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe). Desde março de 2024, ocupa a presidência da instituição, que representa os 184 municípios pernambucanos. E-mail: marcellofuchs@hotmail.com

Marcelo Guimarães Araújo

Pesquisador associado na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz no Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental. Coordenador do Núcleo de Gestão Urbana e Saúde. Tem experiência na área de Engenharia Ambiental e Sanitária, Planejamento, Análise Econômica e Perícia em Engenharia. Engenheiro Civil, mestre e doutor em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marcelo.araujo@fiocruz.br

Marcelo Karloni da Cruz

Doutor em dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações pelo PPGEIO/UFPE e mestre em ciências sociais pela UFRN. Docente da Universidade Federal de Alagoas. Atuante na graduação em arquitetura e urbanismo do campus Arapiraca. Integrante da rede nacional BR-Cidades

e da Rede Colaborativa de Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis (MCCTSS). E-mail: karloniufal@gmail.com

Márcia Regina dos Santos Rosa

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (Universidade do Vale do Paraíba). Possui graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Anhanguera Educacional (2015), especialista em Educação Permanente pela Fundação Oswaldo Cruz (2020), especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes (2022), MBA em Gestão da Saúde Pública pela Faculdade Pólis Civitas (2021) e MBA em Marketing Estratégico pela Universidade Anhembí Morumbi (2021). Assessora da Secretaria de Saúde de Jacareí. E-mail: marcia.rosa@jacarei.sp.gov.br

Maria do Socorro Machado Freire

Doutora em Saúde Pública e mestre em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco-NUSP/UFPE, onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão e a coordenação técnica da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis/RPMS. Integrante do GT Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável – ABRASCO e do Comitê Executivo da Rede Colaborativa de Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis/MCCTSS. E-mail: socorro.mfreire@ufpe.br

Mariana Mendes de Medeiros

Advogada de formação. Foi prefeita de Cumaru, no Agreste Setentrional de Pernambuco, por dois mandatos (2017-2020 e 2021-2024). Entre março de 2023 e fevereiro de 2025, foi membro da diretoria da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), exercendo o cargo de 1ª secretária. Atualmente, é secretária de Governo da Prefeitura de Cumaru. Em novembro de 2023, em Huechuraba, Chile, participou

do VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas de Municípios Saudáveis da Região das Américas, promovido pela OPAS, representando a AMUPE e as prefeitas da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis. E-mail: marianamedeiros3611@gmail.com

Mariana Wandarti Clement

Urbanista e arquiteta formada pela Universidade São Judas Tadeu (SP), atua na promoção de cidades mais acolhedoras e gentis por meio de processos colaborativos e envolvimento comunitário em projetos de impacto social. Com experiência em requalificação urbana, mobilidade ativa e metodologias participativas, coordenou projetos de intervenção em espaços públicos, desde diagnósticos comunitários até a execução de transformações físicas. É especializada em Educação Transformadora (PUC-RS), Facilitação de Diálogos e Mediação de Grupos (Instituto Amuta e Mol Academy). Atualmente é coordenadora na Cidade Ativa, com foco em processos colaborativos. E-mail: mariana@cidadeativa.org

Nathalie do Prado

Urbanista com atuação voltada a recuperar o foco na relação das pessoas com a cidade. Desde 2018 integra a Cidade Ativa dedicando seu olhar à desigualdade de gênero no espaço urbano, autonomia de grupos vulnerabilizados e mobilidade do cuidado, trabalhando em processos coconstruídos e uso de dados para viabilizar alternativas para cidades mais humanas, justas e lúdicas. Possui mestrado em Planejamento Urbano (FAU-USP, 2021), e em Desenvolvimento Urbano e Territorial (UPC-Barcelona, 2023). Email: nathalie@cidadeativa.org

Nelson Alves Buckner

Mestre em Sociologia e Graduado em Ciências Sociais pela UFPR. Foi Gestor Executivo da Associação Internacional de Cidades Educadoras

(AICE) na Prefeitura Municipal de Curitiba (2018-2024). Áreas correlatas de estudos e pesquisas: Economia Criativa e de Impacto, Metrópole e Globalização, Cidades e Territórios, Teoria das Organizações e Dinâmicas Sociais. Desenvolve junto a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) iniciativas voltadas a internacionalização das cidades, tendo como foco a geração de renda e o desenvolvimento regional. Email: nelsonbucker@gmail.com

Patricia Contador

Formada em pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com pós-graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade. Iniciou sua trajetória profissional na Rede Municipal de Ensino de Curitiba em 2013. Atualmente, faz parte da equipe do Programa Linhas do Conhecimento, atuando no desenvolvimento e execução de projetos voltados à cidadania, Educação para o Empreendedorismo e Sustentabilidade, na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Curitiba. E-mail: pierridelima@gmail.com

Ramiro Levy

Arquiteto urbanista (FAU-USP, 2009). Com quinze anos de experiência, liderou e colaborou em uma ampla gama de ações voltadas para a promoção da qualidade de vida nas cidades, incluindo. É cofundador da Cidade Ativa e desde 2019. Email: ramiro@cidadeativa.org

Regiane Rezende

Mestre em Saúde Pública (UFC), especialista em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e odontóloga (Faculdade João Prudente). Coordenou a Atenção Básica e a estratégia Escola Promotoras de Saúde na Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins. Assessorou a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza/CE em educação permanente e promoção da saúde,

onde também coordenou o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e o Programa de Reorientação da Formação Profissional (PRO-Saúde). Trabalha na Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde. Email: rezender@paho.org

Renata Raiane Silva Santos

Graduada em Direito pela Asces-Unita. Advogada pela OAB-Pernambuco. Secretária de Administração e Planejamento do município de Sairé/PE desde 2021. Email: renataraiane6@gmail.com

Sanmya Feitosa Tajra

Pós-Doutoranda e Doutora em Planejamento Urbano e Regional na UNIVAP/SP, com Doutorado Sanduíche em Portugal, Mestre em Educação – Currículo (Novas Tecnologias) (PUC/SP), Pós-graduada em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informações (PUCMG), Gestão Empresarial (FGV/RJ) e Gestão de Serviços de Saúde (Senac/SP). Graduada em Bacharel em Administração. Foi professora universitária de cursos de Gestão na Graduação, Pós-Graduação e na Extensão nas modalidades presencial e a distância. Diretora da Tajra Tecnologias, empresa de consultoria e treinamentos empresariais. Assessora da Secretaria de Governança de São José dos Campos. E-mail: sanmya@tajratecnologias.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações colaborativas 204

Advocacy 13, 133

Agenda Urbana 14, 112, 124, 179, 192

Agricultura Urbana 76

AMUPE 98, 99, 100, 101, 106, 107, 265

C

Cidadania 29, 65, 136

Cidade Saudável 82, 149, 159

Cidades 12, 13, 14, 32, 33, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 250, 251, 253, 254, 255, 258, 265, 266

Cidades Ativas 8, 174

Cidades Educadoras 9, 161, 172, 206, 214, 220, 232

Cidades Inteligentes 110, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 163

Cidades Saudáveis 12, 58, 72, 81, 83, 89, 96, 99, 100, 105, 106, 107, 256

Conferência Nacional de Saúde 129

Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde 77

Crise Climática 145

D

Democracia 15, 16, 18, 19, 20, 23, 30, 36, 41, 56, 66, 71, 112, 139, 142, 179, 203, 215, 220, 240, 241, 254

Desenvolvimento Local Sustentável 7, 58

Direito à cidade 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 56, 96, 111, 126, 127, 128, 140, 142, 162, 215, 220, 225

Doenças Crônicas Não Transmissíveis 175

E

Educação 11, 53, 56, 60, 64, 68, 99, 101, 102, 126, 129, 156, 160, 161, 163, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 226, 227, 230, 233, 235, 238, 243, 244, 247, 248, 251, 252, 254, 266

Efetividade 13, 113, 121, 170, 181, 224

Equidade 11, 12, 13, 69, 71, 74, 78, 79, 99, 107, 155, 206, 213, 219, 226

H

Habitação 38, 42, 52, 56, 76, 99, 117, 127, 254

I

Intersetorialidade 29, 53, 54, 56, 58, 59, 67, 69, 74, 75, 85, 95, 115, 121, 160, 213, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 231, 248, 254

M

Mobilidade 86, 151, 185, 186, 193, 204, 262

O

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 12, 14, 59, 76, 81, 100, 103, 108, 112, 122, 124, 153, 168, 179

ONU-Habitat 12, 124, 125, 210, 221

Organização Mundial da Saúde 12, 24, 72, 174, 203, 256

Organização Pan-Americana de Saúde 12, 72, 267

P

Participação Social 65

Políticas Públicas 11, 13, 21, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 64, 66, 68, 70, 71, 74, 79, 84, 85, 90, 93, 95, 99, 101, 106, 111, 130, 141, 144, 147, 148, 153, 161, 167, 171, 174, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 232

Projeto Urbano 204

Promoção da Saúde 12, 14, 63, 69, 71, 72, 82, 83, 89, 94, 96, 159, 175, 176, 254, 266

R

Rede de Municípios 7, 11

S

Saúde 3, 4, 5, 11, 12, 14, 24, 29, 35, 36, 58, 61, 63, 65, 67, 69, 72, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 100, 101, 113, 114, 129, 135, 136, 137, 142, 143, 149, 154, 169, 174, 175, 177, 178, 203, 220, 256, 257, 260, 263, 264, 266, 267

Sistema Único de Saúde 29, 129, 143

Sustentabilidade 11, 59, 62, 66, 68, 74, 79, 99, 100, 101, 106, 107, 110, 115, 116, 117, 120, 122, 130, 131, 133, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 163, 166, 169, 171, 172, 198, 206, 209, 215, 224, 234, 237, 238, 239, 243, 247, 254, 255

T

Termo Territorial Coletivo 138, 140

Território 8, 30, 31, 34, 35, 54, 64, 76, 77, 78, 79, 111, 112, 113, 114, 129, 160, 164, 168, 170, 171, 207, 208, 212, 213, 215, 216, 219, 222, 230, 231, 235, 236, 237, 248, 250, 251

Territórios 5, 11, 13, 14, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 51, 52, 56, 108, 110, 114, 121, 125, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 161, 170, 174, 179, 181, 182, 185, 213, 218, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 231, 234, 248, 250, 254, 257

Publicações Editora Rede UNIDA

Série:

Rádio-Livros em Defesa do SUS e das Saúdes
Ética em pesquisa
Participação Social e Políticas Públicas
Pensamento Negro Descolonial
Mediações Tecnológicas em Educação e Saúde
Educação Popular & Saúde
Saúde Mental Coletiva
Atenção Básica e Educação na Saúde
Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde
Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde
Saúde & Amazônia
Saúde Coletiva e Cooperação Internacional
Vivências em Educação na Saúde
Clássicos da Saúde Coletiva
Cadernos da Saúde Coletiva
Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade
Conhecimento em movimento
Arte Popular, Cultura e Poesia
Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico
Branco Vivo
Saúde em imagens
Outros

Periódicos:

Revista Saúde em Redes
Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



ISBN 978-65-5462-242-4

